

Instituto Federal do Paraná

# **III CONTEXTOS E CONCEITOS**

## **MOSTRA DE PRODUÇÃO**

## **CIENTÍFICA E DE EXTENSÃO**

Data: 19 e 20 de novembro de 2013

### **PAINÉIS**

Local: Auditório (IFPR – Campus Palmas)

Horário: 19 às 23 horas

### **COMUNICAÇÕES ORAIS**

Local: Sala 105 EAD (Próximo do auditório)

Horário: 19h30 às 23 horas

**III Contextos e Conceitos**

**Mostra de Produção Científica e de Extensão**  
**CRONOGRAMA DE APRESENTAÇÕES**

**19 de novembro de 2013 (terça-feira)**  
**COMUNICAÇÃO ORAL**  
**SALA 105 do EAD (próximo ao auditório)**

<b>Área</b>	<b>Título</b>	<b>Autores</b>	<b>Horário</b>
CSA	INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA DO DEPENDENTE QUÍMICO DE CRACK SOB A LUZ DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUAMANA	Suelen Cavalli; Ivan Furmann	19h30
CSA	O CABIMENTO DO HABEAS CORPUS NA TRANSGRESSÃO DISCIPLINAR NO ÂMBITO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NO ATUAL ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	Kelby Cavalheiro de Mendonça	19h55
CSA	A PENALIZAÇÃO DA CORRUPÇÃO ATIVA E PASSIVA NO BRASIL: REFORMAS DO NOVO CÓDIGO PENAL	Sarita Andrea Braghini; Candida Joelma Leopoldino	20h20
CSA	DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS	Elisangela Luzia Mergen Lima; Candida Joelma Leopoldino	20h45
CSA	PODER DE INVESTIGAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	Évellyn Follador; Candida Joelma Leopoldino	21h10
CSA	PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO NAS INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS	Carlos Henrique Boechat da Silva; Candida Joelma Leopoldino	21h35
CSA	AVALIAÇÃO DE PÓS VENDA EM UMA EMPRESA DO RAMO DE CONSTRUÇÃO CIVIL DE PALMAS - PR	Nilvan Eder Mattioni; Alexandre Luiz Schlemper	22h
LLA	REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE DANÇAS TRADICIONAIS GAÚCHAS COM A VOZ OS ATORES DA DANÇA	Valdenir Iotti; Celso Kraemer	22h25

19 de novembro de 2013 (terça-feira)

**PAINEL**  
**Auditório do IFPR**

Área	Título	Autores	Horário
CET	ASPECTOS BIOINORGÂNICOS DO POTENCIAL FERTILIZANTE FOSFATADO NM9 EM CULTURA DE <i>LACTUCA SP.</i>	Aline Pertuzati; Keller Paulo Nicolini	19 às 23h
CET	ASPECTOS BIOINORGÂNICOS DO POTENCIAL FERTILIZANTE M9 EM CULTURA DE <i>PHASEOLUS SP.</i>	Elenice Padilha de Oliveira; Keller Paulo Nicolini; Pedro Vinicius Souza Moreira	19 às 23h
CET	ASPECTOS BIOINORGÂNICOS DO POTENCIAL FERTILIZANTE NITROGENADO E9 EM CULTURA DE <i>ZEA SP.</i>	Flávia de Mello; Keller Paulo Nicolini	19 às 23h
CET	INTERPRETAÇÃO DE PARÂMETROS FÍSICO QUÍMICOS DOS INDICADORES PÚRPURA DE BROMOCRESOL, TIMOLFTALEÍNA E VERMELHO DE BROMOFENOL ATRAVÉS DE MODELAGEM MOLECULAR	Aline Vitória Reis; Keller Paulo Nicolini; Jaqueline Nicolini	19 às 23h
CET	ESTUDO COMPARATIVO ENTRE MATRIZES ADSORVENTES	Caroline Somavila; Jaqueline Nicolini	19 às 23h
CET	ESTUDO DOS CONSTITUINTES VEGETAIS PRESENTES EM ROSA BRANCA ( <i>Rosa sp.</i> )	Fabiele Bernardi; Jaqueline Nicolini	19 às 23h
MD	GROO CRITICA PRÁTICAS MÉDICAS E CIENTÍFICAS	Adriana Couto Pereira-Rocha; Rodrigo Batista de Almeida	19 às 23h
CSA	PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA (PIBID) NO CURSO DE PEDAGOGIA DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR) - CÂMPUS PALMAS	Leandro Turmena; Altemiro Alves de Oliveira; Bárbara de Freitas Weigert; Eleaine Fortes; Flávia Mariane Moreira de Silveira; Gracieli Garcia Santos; Valdeni Cavassini Soligo	19 às 23h
CSA	A ATIVIDADE DE EXTENSÃO COMO INSTRUMENTO EFETIVO DE MUDANÇA NA SOCIEDADE: “MULHERES MIL” UMA EXPERIÊNCIA DO IFPR – CÂMPUS PALMAS	Danieli Daluz Pilantil; Marcia Beraldo Lagos	19 às 23h
CSA	FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DE DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO IFPR: SIGNIFICADOS E IMPACTOS NO TRABALHO DE PROFESSORES DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ – IFPR, CÂMPUS PALMAS	Patrike Soares de Oliveira; Vânia Maria Alves; Ana Paula Skowronski	19 às 23h
CSA	IMPACTOS NO TRABALHO DE PROFESSORES DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ – IFPR, CÂMPUS PALMAS	Patrike Soares de Oliveira; Vânia Maria Alves; Ana Paula Skowronski	19 às 23h
CSA	VIAGEM PELOS CLÁSSICOS PARA PENSAR A EDUCAÇÃO	Vânia Maria Alves; Anelize Tatiana Moreira; Carmem	19 às 23h

### III Contextos e Conceitos

## Mostra de Produção Científica e Extensão

## Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas

		Waldow; Cleomara Alves de Mello; Eveline de Fátima Paim	
CSA	PLANEJAMENTO NECESSÁRIO AO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL	Elza Terezinha Cordeiro Müller; Jucélia Taiz Cordeiro Müller; Franciele Bueno de Mello; Joadsson dos Reis Müller; Karine Koepsel; Monica Carneiro Alves; Tiago Fernando Dukeviski	19 às 23h
CSA	A JUDICIALIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO SUDOESTE DO PARANÁ	Rodrigo Batista de Almeida; Alexandre Milkiewicz Sanches; Caroline Mensor Folchini; Guilherme de Lima Soares; Juliana Maria Silva Valério; Jussara Schmitt Sandri	19 às 23h
CSA	ESCOLA DE ATLETISMO DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ CÂMPUS- PALMAS	Aluísio Menin Mendes; Alessandra dos Santos de Assis	19 às 23h
EN	TELHADO VERDE: UMA ALTERNATIVA SUSTENTÁVEL	Tânia Mara Baldissera; Sidimar de Lara Paz; Joyce Ronquim	19 às 23h
CB	CONTRIBUIÇÕES DA MICROBIOLOGIA PARA O ESTADO BRASILEIRO	Angela Haoack; Jardel Cristiano Bordignon	19 às 23h
CB	CITOTOXICIDADE AVALIADA NO MODELO UTILIZANDO <i>Artemia salina</i>	Nilton Deitos Junior; Rosenilda Santos de Souza; Sonia Mara Rosa da Silva; Keller Paulo Nicolini	19 às 23h

20 de novembro de 2013 (quarta-feira)  
**COMUNICAÇÃO ORAL**  
SALA 105 do EAD (próximo ao auditório)

Área	Título	Autores	Horário
CSA	FORMAÇÃO DOCENTE NO CURSO DE PEDAGOGIA DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR) - CÂMPUS PALMAS: O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA (PIBID) EM QUESTÃO	Leandro Turmena; Altemiro Alves de Oliveira; Bárbara de Freitas Weigert; Eleaine Fortes; Flávia Mariane Moreira de Silveira; Gracieli Garcia Santos; Valdeni Cavassini Soligo	19h30
CSA	DITADURA MILITAR E EDUCAÇÃO NO BRASIL	Bárbara de Freitas Weigert	19h55
CSA	ACORDOS MEC-USAID PARA A EDUCAÇÃO	Cleidiane Matiello; Carmem Waldow; Leandro Turmena	20h20
CSA MD	A EDUCAÇÃO NO BRASIL NO PERÍODO POMBALINO O ENFOQUE CTS (CIÊNCIA-TECNOLOGIA-SOCIEDADE) NO ENSINO DE SOLUÇÕES QUÍMICAS: ESTUDO SOBRE O TRATAMENTO DA ÁGUA	Eleaine Fortes; Tânia Mara Niezer; Rosemari Monteiro Castilho Foggatto Silveira; Adriana Couto Pereira Rocha	20h45 21h10
MD	CARACTERIZAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE DOS CAMPOS DE PALMAS	Janaina Alves de Souza; Vanusa Ribeiro Leôncio Pedrosa Lima; Adriana Couto Pereira Rocha	21h35
CB	DIVERSIDADE DE GÊNEROS E ABUNDÂNCIA DE SIRFIDEOS (DIPTERA: SYRPHIDAE) NO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE DOS CAMPOS DE PALMAS EM ÁREA DE COLHEITA DE <i>Pinus taeda</i>	Zenilda de Fatima Carneiro; Janaina Alves de Souza; Adriana Couto Pereira Rocha	22h

**20 de novembro de 2013 (quarta-feira)**

**PAINEL**

**Auditório do IFPR**

<b>área</b>	<b>título</b>	<b>autores</b>	
CS	APLICABILIDADE DO VOLEIBOL PARA A MELHORIA DA SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	Aluísio Menin Mendes; Márcio Flávio Ruaro; Alessandra dos Santos de Assis	19 às 23h
CS	SUORTE AVANÇADO DE VIDA: A ATUÇÃO DO ENFERMEIRO NO ATENDIMENTO PRÉ- HOSPITALAR MÓVEL	Jucelaine Varela; Lariza Zulmira Ambrosio; Marcia Domenica Cunico	19 às 23h
CS	CAPACITAÇÃO EM SAÚDE PARA OS DISCENTES DO EJA ATRAVÉS DA METODOLOGIA DE PAULO FREIRE	Alexia Taiany Silveira; Gustavo Luis Lopes Silveira; Mariangela Gobatto; Natiely da Silva Czuvain; Verginia Mello Perin Andriola; Zeila Espindola Lima	19 às 23h
CS	EDUCAR SOBRE A SAÚDE: O PRIMEIRO PASSO PARA O CUIDADO	Silvia Heck; Jeana Cristina Barretta; Mariane Signor; Gustavo Luis Lopes Silveira; Verginia Perin Andriola; Mariângela Gobatto	19 às 23h
CS	CRIANÇAS E O RE-CONHECIMENTO DAS EMOÇÕES- VERIFICANDO RESULTADOS DE UM GRUPO DE SAÚDE MENTAL INFANTIL - DADOS PRELIMINARES	Débora Gaio Vargas; Jéssica Maria de Auda; Zeila Espindola Lima; Gimene Cardozo Braga; Micheli de Jesus Ferreira	19 às 23h
CS	A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS COMO AÇÕES DE ENFERMAGEM: PROMOVENDO SAÚDE MENTAL INFANTIL. RELATO DE EXPERIÊNCIA	Zeila Espindola Lima; Gimene Cardozo Braga; Micheli de Jesus Ferreira; Jessica Maria de Auda; Débora Gaio Vargas	19 às 23h
CS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS GRUPOS DE SAÚDE MENTAL INFANTIL EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE PALMAS	Jéssica Maria de Auda; Débora Gaio Vargas; Zeila Espindola Lima; Micheli de Jesus Ferreira Gimene Cardozo Braga	19 às 23h
CS	O USO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) NOS SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA: UMA BREVE REFLEXÃO	Sheile Cristina Dambros Carneiro; Queli Tania Cardoso de Oliveira; Marcia Domênica Cunico	19 às 23h

### III Contextos e Conceitos

## Mostra de Produção Científica e Extensão

## Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas

CS	CLASSIFICAÇÃO DE RISCO E ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NOS SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	Andréia de Freitas; Juliana Foscharini; Kleide Maris Zardo; Marcia Domênica Cunico	19 às 23h
CS	MALFORMAÇÕES CONGÊNITAS: UM ESTUDO AVALIANDO A INCIDÊNCIA EM PALMAS-PR	Marcos Euzébio Maciel; Ana Paula Pedroso Magagnin, Alyeska Wendy Pagliosa Franciele Wosnes; Seomara Feliciano; Vanessa Ramos; Vera Lúcia Góis dos Santos; Vinícius Rodrigues Costa	19 às 23h
CS	ACOMPANHAMENTO DE CASOS CLÍNICOS: INTEGRANDO CONHECIMENTOS NO CUIDAR	Mariana Orzekovski; Elisamara Oliveira; Mariana Borniathi; Mariangela Gobatto; Rodrigo Batista de Almeida	19 às 23h
CS	ACOMPANHAMENTO FARMACOTERAPÊUTICO DE PACIENTE COM DISTÚRBIOS CARDIOVASCULARES, METABÓLICOS, BIOQUÍMICOS E ENDÓCRINOS	Aline Cardoso; Marisa Santos; Saimon Nazário; Sonia Alves; Mariangela Gobatto; Rodrigo Batista de Almeida	19 às 23h
CS	ACOMPANHAMENTO FARMACOTERAPÊUTICO DE PACIENTE PORTADOR DE DIABETES MELLITUS TIPO 1	Camile Cristiane Cruz; Gustavo Ribeiro; Moana Gabriela Binotto; Tainá Cristina Ribeiro; Mariangela Gobatto; Rodrigo Batista de Almeida	19 às 23h
CS	ANÁLISE MICROBIOLÓGICA DA ÁGUA NO MUNICÍPIO DE PALMAS	Leticia Ramos de Lima; Carla Regina Costa; Ernesto Dambros Filho; Gabriela Mayara Pietrobon Maccarini; Josiane Dipp; Marcos Antônio Silva Apolinário; Rodrigo Hinojosa Valdez	19 às 23h
CS	AVALIAÇÃO DE INTERAÇÕES FARMACOLÓGICAS EM PACIENTE COM COMPROMETIMENTO NEUROLÓGICO	Amanda Cristina de Assis Rosa; Andressa Faria de Quadros; Fernanda Franceschini; Mariangela Gobatto; Rodrigo Batista de Almeida	19 às 23h
CS	BENEFÍCIOS E LIMITAÇÕES DA PRESCRIÇÃO FARMACÊUTICA	Eliane Zanella Fabbris; Angela Haoack; Taciana de Fatima Marquezotti Bolzan; Ingrid Tomazini;	19 às 23h

### III Contextos e Conceitos

## Mostra de Produção Científica e Extensão

## Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas

CS	ESTUDO CLÍNICO SOBRE INTERAÇÕES MEDICAMENTOSAS POTENCIAIS APRESENTADAS POR UMA PACIENTE IDOSA	Rodrigo Batista de Almeida Joelson da Silva Machado; Ervino Rodrigo Rothermel; Marcelo Sonza Bellan; Jandira Sanambaia; Daiane Antonioli; Mariangela Gobatto; Rodrigo Batista de Almeida	19 às 23h
CS	INTERAÇÕES MEDICAMENTOSAS EM PACIENTE COM TRAUMATISMO CRÂNIO-ENCEFÁLICO	Deivid Sergio Santos Silva; Leiva Teresinha Simon; Patricia de Souza Lima; Mariangela Gobatto; Rodrigo Batista de Almeida	19 às 23h
CS	INTERAÇÕES MEDICAMENTOSAS POTENCIAIS NUM ESTUDO DE CASO	Elieze Pereira; Elize Donner; Mariangela Gobatto; Rodrigo Batista de Almeida	19 às 23h
CS	BENEFÍCIOS E LIMITAÇÕES DA PRESCRIÇÃO FARMACÊUTICA	Eliane Zanella Fabbris; Angela Haoack; Taciana de Fatima Marquezotti Bolzan; Ingrid Tomazini; Rodrigo Batista de Almeida	19 às 23h
CS	VISITA DOMICILIAR COMO ESTRATÉGIA PARA A RACIONALIZAÇÃO DA FARMACOTERAPIA	Sueli Terezinha Seibert; Carolina Gabriel Piris Dornelles; Mariangela Gobatto; Rodrigo Batista de Almeida	19 às 23h
CS	ESTRATÉGIAS DE MARKETING DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA APRESENTADAS NO CINEMA	Raquel da Rosa; Ana Maria Perin Duarte; Camila Sampaio da Silva; Carina Alana Ilha; Gabrielli Dalagnol de Oliveira; Jéssica Eduarda de Oliveira; Sabrina Barbosa; Rodrigo Batista de Almeida	19 às 23h
CS	ATIVIDADES FÍSICAS AQUÁTICAS NA MELHORIA DA QUALIDADE DE SONO DE MULHERES IDOSAS	Josilei dos Anjos Barrabarra; Fernando Gradaschi; Gesiliane Aparecida Lima Kreve	19 às 23h
CS	SERVIÇO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA: REFLEXÕES E DILEMAS ÉTICOS	Patricia Cazarim; Marcia Bigolin Rosalém; Patricia Ferreira; Marcia Domenica Cúnico	19 às 23h
CS	INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO: CONSIDERAÇÕES FISIOPATOLÓGICAS	Gabriela Brancalione; Ana Claudia Pelizzari; Gisele Bello	19 às 23h



### III Contextos e Conceitos

## Mostra de Produção Científica e Extensão

## Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas

		Mazzalotti; Jessica Oliveira; Leticia Andrade Danguí; Marina de Oliveira; Jardel Cristiano Bordignon	
CS	ANÁLISE DO ESTOQUE DOMICILIAR DE MEDICAMENTOS EM PALMAS (PR)	Amanda Sotoriva; Ângela Cristina Andrade Salvador; Caroline Mensor Folchini; Jardel Cristiano Bordignon; Rodrigo Hinojosa Valdez; Rodrigo Batista de Almeida	19 às 23h
CS	PROMOVENDO O USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS ENTRE CRIANÇAS POR MEIO DE UMA HISTÓRIA EM QUADRINHOS	Ângela Cristina Andrade Salvador; Amanda Sotoriva; Rodrigo Hinojosa Valdez; Rodrigo Batista de Almeida	19 às 23h
CS	ESTRATÉGIAS FARMACOTERAPÊUTICAS APRESENTADAS NA SÉRIE HOUDE M.D.	Alini andreola, Marcelo Amadigi Ostetto, Rodrigo Batista de Almeida	19 às 23h
CS	AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NOS SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA E SUAS PARTICULARIDADES	Silvana Maria Niszczak; Marcelo Conte; Márcia Domênica Cunico	19 às 23h
CS	A IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO DE ENFERMAGEM EM PACIENTES COM DOENÇAS CRÔNICAS	Juliano Vaz; Juliana Sobis; Tatiane Ferreira da Silva; Kaoany Donhauser; Mariangela Gobatto; Rodrigo Batista de Almeida	19 às 23h

**ÁREA CA:** Ciências Agrárias (Agronomia, Recursos Florestais, Engenharia Agrícola, Zootecnia, Recursos Pesqueiros, Medicina Veterinária, Ciência e Tecnologia de Alimentos)

## RESUMOS EXPANDIDOS:

### DIAGNÓSTICO PAISAGÍSTICO DO IFPR CÂMPUS PALMAS: UMA PROPOSTA DE REVITALIZAÇÃO

Autor: Suelen Pieta (suelen\_pieta@hotmail.com)

Instituto Federal do Paraná- Câmpus Palmas

Autor: Silvia Leticia Zanmaria (silvia.zanmaria@ifpr.edu.br)

Instituto Federal do Paraná- Câmpus Palmas

**Resumo Expandido:** O trabalho de interferência na paisagem busca sempre proporcionar satisfação e prazer às pessoas que irão usufruir deste espaço modificado, seja pelo uso do local onde serão trabalhados todos os sentidos ou pela satisfação visual daqueles que estão de passagem. O paisagismo proporciona benefícios imensuráveis e assume nobre importância, porque mexe com sentimentos, emoções e cada vez mais encontra projeção e interesse, pois além de ser prazeroso é rentável e ainda pouco explorado. Para Limbergeer e Santos (2000), paisagismo é o meio de se obter de volta a natureza para o homem através da recriação ou proteção da mesma. “É uma ciência e uma arte que estuda o ordenamento do espaço exterior em função das necessidades atuais e futuras, e dos desejos estéticos do homem”. (LIMBERGEER, SANTOS, 2000). Atualmente a área de floricultura e paisagismo está abrangendo novas demandas e inovações que proporcionam cada vez mais o bem estar e a perenidade da paisagem. Desta forma, a pesquisa científica é fundamental no diagnóstico, na busca de espécies e combinações de plantas que possibilitem maior adaptabilidade ao ambiente em que serão implantadas, como também a criação de locais harmoniosos e que proporcionem bem estar. O projeto está sendo realizado no Câmpus do Instituto Federal do Paraná da cidade de Palmas, o qual possui uma área de aproximadamente 70.000 m<sup>2</sup>, onde uma parte desta área é destinada às benfeitorias, instalações de laboratórios e estrutura de salas de aula. Neste contexto, as áreas de convivência são diversas, possuindo espaços de paisagismo objetivando dar um aspecto de harmonia e organização dentro do Câmpus. O objetivo do projeto é realizar um diagnóstico da atual situação da área paisagística do IFPR – Câmpus Palmas, e buscar espécies que proporcionem uma revitalização para esta área, projetando uma proposta de elaboração e instalação de ambientes paisagísticos para convivência e áreas verdes. Pretende-se também, elaborar materiais científicos que possam contribuir com estudos inerentes a essa área do conhecimento. Algumas pesquisas foram realizadas na busca de espécies de arbustos, gramados e forrações que podem ser utilizadas na composição do ambiente do Câmpus e que melhor se adaptam ao clima da região, subtropical úmido, com inverno de baixas temperaturas. Como resultado, os arbustos que se destacaram foram a Azaléia (*Rhododendron simsii*), a hortências (*Hydrangea macrophylla*) e os Buxu (*Buxus sempervirens*). Os gramados que podem ser utilizados são a grama São Carlos (*Catarina axonopus*), esmeralda (*Zoysia japônica*) ou a grama bermudas (*Cynodon dactylon*). As forrações mais interessantes para o objetivo foram a boca de leão (*Antirrhinum majus*), amor perfeito (*Viola x wittrockiana*), e a flor de mel (*Lobularia*

### III Contextos e Conceitos

## Mostra de Produção Científica e Extensão

## Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas

*marítima*). O projeto encontra-se em fase de execução e a partir desta seleção de espécies pretende-se implantá-las em viveiro para testar a adaptabilidade e a viabilidade das plantas ao clima temperado da região. A última etapa consistirá na proposta de revitalização florística das áreas de convivência do IFPR-Câmpus Palmas utilizando as plantas melhor adaptadas e avaliação dos resultados pelos usuários.

**Palavras-chave:** Paisagismo, floricultura, revitalização.

**ÁREA CB:** Ciências Biológicas (Botânica, Zoologia, Ecologia, Biologia Celular, Microbiologia, Parasitologia, Farmacologia, Biofísica, Imunologia, Bioquímica, Fisiologia, Morfologia, Genética)

## ARTIGOS COMPLETOS:

### DIVERSIDADE DE GÊNEROS E ABUNDÂNCIA DE SIRFÍDEOS (DIPTERA: SYRPHIDAE) NO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE DOS CAMPOS DE PALMAS EM ÁREA DE COLHEITA DE *Pinus taeda*

Zenilda de Fatima Carneiro (zenylda\_carneiro@hotmail.com)  
Instituto Federal do Paraná- Câmpus Palmas

Janaina Alves de Souza (jana.boos23@gmail.com)  
Instituto Federal do Paraná- Câmpus Palmas

Adriana Couto Pereira Rocha (Adriana.rocha@ifpr.edu.br)  
Instituto Federal do Paraná- Câmpus Palmas

**Resumo:** A família Syrphidae é composta por 5.905 espécies em 903 gêneros distribuídos pelo mundo. É uma das mais importantes famílias polinizadores da ordem Díptera. As larvas são geralmente predadoras. O objetivo do estudo é mensurar a família Syrphidae (Diptera) em quantidade, diversidade de gêneros e sazonalidade mensal. A área de estudo compreende uma Unidade de Conservação Ambiental. As coletas foram feitas quinzenalmente, ao longo de um ano (25 excursões), com o uso de duas armadilhas malaise, em área onde fora retirado *Pinus taeda*. Os indivíduos coletados foram identificados segundo as chaves propostas por Thompson (1999) e Marinoni (2007). Foram encontrados 28.653 dípteros, sendo 803 sirfídeos. A distribuição dos indivíduos e gêneros foi equivalente aos meses: set = 83, out = 44, nov = 162, dez = 93, jan = 95, fev = 42, mar = 57, abr = 133, mai = 45, jun = 10, jul = 37, ago = 2. Os gêneros foram representados da seguinte forma: *Allograpta* (N=132), *Argentinomya* (N=45), *Cerogaster* (N=2), *Copestylum* (N=17), *Leucopodella* (N=3), *Myolepta* (N=1), *Notosyrphus* (N=1), *Ocyrtamus* (N=20), *Palpada* (N=4), *Platycheirus* (N=8), *Pseudodoros* (N=42), *Salpingogaster* (N=5), *Syrphus* (N=134), *Toxomerus* (N=368), *Xanthandrus* (N=11), e mais 10 indivíduos não identificados.

**Palavras-chave:** Syrphidae, biodiversidade, REVIS-CP

**Abstract:** The family Syrphidae comprises 5,905 species in 903 genera with worldwide distribution. It is one of the most important families of Diptera pollinators. The larvae are usually predators. The objective of this study is to measure the family Syrphidae (Diptera) in quantity, diversity of genus and monthly seasonality. The

study area comprises a Unit of Environmental Conservation. The samples were collected fortnightly over a year (25 trips), using two malaise traps in the area where *Pinus taeda* was taken off. The listed individuals were identified according to the key suggested by Thompson (1999) and Marinoni (2007). 28,653 flies were found, including 803 syrphids. The distribution of subjects and genus by months was: set = 83, out = 44, November = 162, October = 93, Jan = 95, Feb = 42, Mar = 57, Dec = 133, mai = 45, Jun. 10 =, July = 37, Aug = 2. The genus was represented as follows: *Allograpta* (N = 132) *Argentinomya* (N = 45), *Cerogaster* (N = 2) *Copestylum* (N = 17) *Leucopodella* (N = 3) *Myolepta* (N = 1) *Notosyrphus* (N = 1) *Ocyptamus* (N = 20) *Palpada* (N = 4) *Platycheirus* (N = 8) *Pseudodoros* (N = 42) *Salpingogaster* (N = 5) *Syrphus* (N = 134) *Toxomerus* (N = 368) *Xanthandrus* (N = 11) and 10 were not identified.

**Keywords:** Syrphidae, biodiversity, REVIS-CP

## 1 INTRODUÇÃO

Os insetos representam o maior grupo de seres vivos conhecidos na terra, cerca de 820.000 espécies descritas no mundo todo. Por ter uma interação complexa com o meio, constituem importante função em estudos de ecossistemas (BABOLA, et al. 2007). Dentre as ordens de insetos encontra-se a ordem Diptera, insetos comuns e com diversas espécies relacionadas ao homem e no Brasil. Devido à diversidade e riqueza linguística, receberam vários nomes, sendo os mais conhecidos moscas e mosquitos. Com 153.000 espécies descritas e cerca de 160 famílias, a ordem corresponde de 10 a 15% da biodiversidade mundial (RAFAEL, et al. 2012)

Syrphidae compreende uma família da ordem Diptera, com 5.905 espécies em 903 gêneros, para a região neotropical são conhecidas 1.637 espécies em 82 gêneros, abundante na entomofauna neotropical, brasileira e paranaense. A família é dividida em três subfamílias: Microdontinae, Syrphinae e Eristalinae. Com o hábito de visitação floral é uma das mais importantes famílias polinizadores da ordem Díptera, assim são usadas em monoculturas para desempenhar o papel das abelhas (MARQUES e BIANCHI, 2013).

Os sirfídeos apresentam o corpo da cor negra, com manchas que vai do amarelo ao laranja, em outros casos apresentam cores verde ou azul metálico, os adultos variam 4 a 25 mm, muitas espécies são miméticas de vespas e abelhas e se alimentam do néctar e pólen das flores (JORGE, 2007; RAFAEL et al, 2012). Possuem venação alar bastante característica, células basais alongadas e apicais fechadas, são reconhecidos pela veia espúria, longitudinal e desconectada, a família apresenta grande variação no ângulo de esclerotinização e em algumas espécies é praticamente ausente (RAFAEL et al, 2012; MARINONI et al, 2007).

A subfamília Syrphinae se divide em três tribos: tribo Syrphini, Tribo Toxomerini e Tribo Bacchini. Os seguintes gêneros já foram registrados no sul do Brasil: A tribo Syrphini é representada por *Allograpta Osten Sacken* 1875, *Notosyrphus Vockeroth* 1969, *Ocyptamus Macquart* 1834, *Pseudodoros Becker* 1903, *Salpingogaster Schiner* 1868, *Syrphus Fabricius* 1775). Tribo Toxomerini apresenta apenas o gênero *Toxomerus Macquart* 1855. já a Tribo Bacchini é

representada por *Argentinomyia Lynch* Arribálzaga 1891, *Leucopodella Hull* 1949, *Platycheirus Lepeletier & Serville* 1828, *Xanthandrus Verrall* 1901 (MARINONI et al, 2007).

As larvas apresentam grande variedade de hábitos, podendo ser predadoras, saprófagas, coprófagas ou filófagas, sendo encontradas em vários ambientes (JORGE, 2007). Muitos são predadores de pulgões, afídeos e larvas de lepidópteros, semelhante ao besouros coccinelídeos. Entre a subfamília Microdontinae algumas larvas vivem em ninhos de insetos sociais (cupins, formigas, vespas e abelhas), outros ainda, na vegetação em processo de decomposição (THOMPSON, 1981; RAFAEL et al, 2012).

A área de estudo deste trabalho compreende o Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas, uma Unidade de Conservação da categoria de Conservação Integral, criada em 2006, que abrange os Municípios de Palmas e General Carneiro, no Estado do Paraná. A Unidade engloba 17 hectares de Mata Atlântica, com zona de amortecimento de 500 metros (ICMBio, 2012).

A vegetação é caracterizada por Florestas Ombrófilas mistas com associações campestres (TABARELLI et al, 2005). Os campos são formações características do sul do Brasil, e atualmente sofre intensa pressão antrópica, como a silvicultura (MIODUSKI & MORO, 2011). O clima da região na Classificação de Köppen é Cfb (temperatura média no mês mais frio inferior a 18°C e temperatura média no mês mais quente inferior a 22°C, com verões brandos, geadas freqüentes e sem estação seca definida). Por suas características geográficas, constitui um micro-clima excepcional, com diversas variáveis climáticas, ainda pouco conhecidas e divulgadas.

Nas últimas décadas, com a expansão do agronegócio e a substituição da pecuária tradicional pela monocultura de exportações e plantios florestais, principalmente plantios de *Pinus*, e implantação de plantas invasoras, vem suprimindo áreas campestres em escalas como nunca vistas anteriormente. De modo que acaba prejudicando a entomofauna da região, assim destacando a importância dos insetos como bioindicadores (BABOLA, et al. 2007).

## 2. OBJETIVO:

Mensurar a família Syphidae (Diptera: Syrphidae) em quantidade, abundância de gêneros e sazonalidade mensal, no Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas - Paraná.

## 3. MATERIAL E MÉTODOS:

Foram feitas coletas quinzenais, ao longo de um ano (25 excursões), através de duas armadilhas malaise (Figura 1), ponto A (26°33'26''S 51°32'32''W) e ponto B (26°33'31''S 51°32'22''), no Refúgio de Vida Silvestre Campos de Palmas em área onde fora retirado *Pinus taeda*. Os indivíduos coletados foram depositados na coleção entomológica do Instituto Federal do Paraná - Campus Palmas e identificados segundo a chave proposta por Marinoni (2007) e por Thompson (1999).





FIGURA 1 - Armadilha malaise instalada no campo de coleta.

#### 4.RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram realizadas 25 excursões de coleta, tendo-se 28.653 dípteras, entre eles 827 sirfídeos. Estes distribuíram-se mensalmente conforme o indicado no gráfico 1.

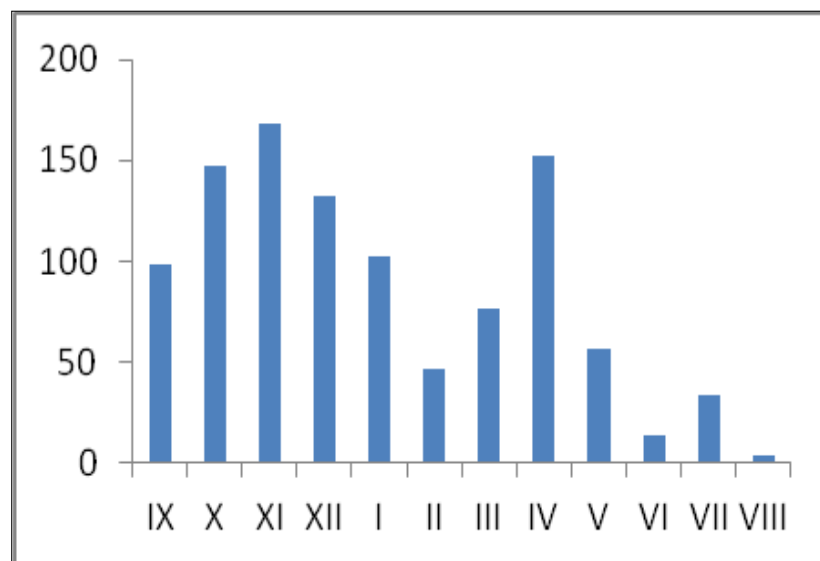


GRAFICO 1 – Distribuição mensal de Sirfídeos

Durante o estudo, a temperatura na região variou entre 35,8°C, em fevereiro de 2013, e -2,7°C em julho de 2013. No período de maior incidência de sirfídeos observado, entre 01 de outubro e 01 de fevereiro, a temperatura variou entre 35,8°C e 9°C. As médias de temperatura máxima e mínima foram 25,9°C e 14,4°C. Os meses entre junho e agosto apresentaram as menores coletas, e suas médias de temperatura máxima e mínima foram 19,2°C e 7,6°C. A maior incidência de sirfídeos na coleta ocorreu conforme o esperado em função da temperatura, pois já foi observado por Morales & Kohler (2006) a preferência das espécies da família por temperaturas mais altas.

Os gêneros foram dispostos da seguinte forma: *Allograpta* (N=129), *Argentinomya* (N=46), *Ceriogaster* (N=2), *Copestylum* (N=17), *Leucopodella* (N=3), *Myolepta* (N=1), *Notosyrphus* (N=3), *Ocyptamus* (N=19), *Palpada* (N=4), *Platycheirus* (N=6), *Pseudodoros* (N=42), *Salpingogaster* (N=5), *Syrphus* (N=114), *Toxomerus* (N=398), *Toxomerus* Grandes (N=8), *Xanthandrus* (N=10), destes houve 10 não identificados.

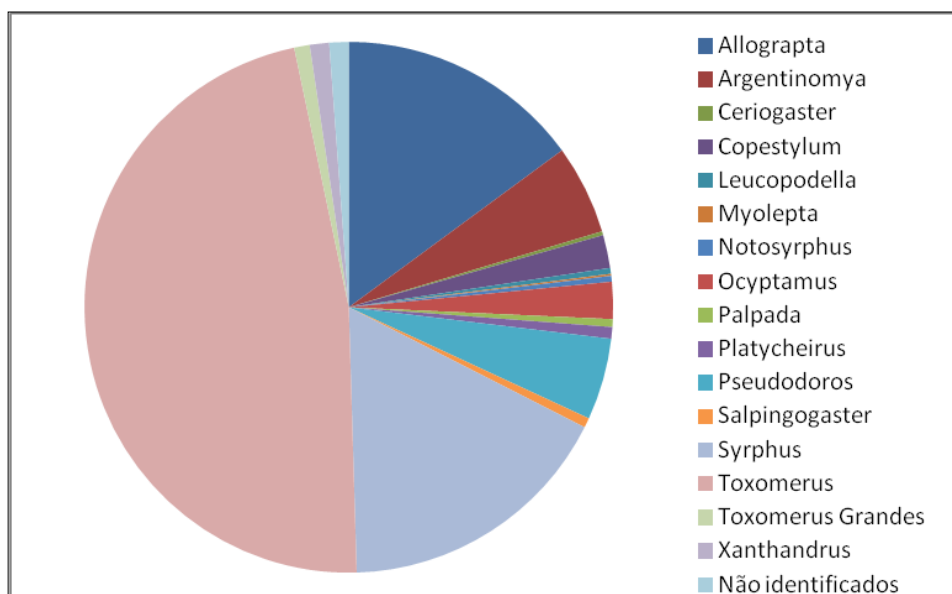


GRAFICO 2. Número de indivíduos por gênero

Como pode ser visto no gráfico 2, os gêneros mais abundantes foram *Toxomerus*, *Syrphus* e *Allograpta*, que totalizaram 78,95% dos indivíduos coletados. Esses gêneros são muito frequentes na região sul (JORGE & MARINONI, 2007), sendo que algumas espécies, como *A. obliqua*, são exclusivas da região neotropical. Os outros gêneros aparecem em menor quantidade, de forma que os estudos continuam para se obter uma identificação mais precisa.

Curva do coletor, ou curva de acumulação, é uma representação gráfica que consiste em um gráfico que contém, no eixo "x", o número de unidades amostrais, e no eixo "y" o número cumulativo de gêneros ou espécies registradas. Conforme indicado no gráfico 3, a curva de acumulação de gêneros realizadas para o material coletado entre setembro de 2012 e setembro de 2013 estabilizou após a nona coleta, indicando um ambiente com maior equabilidade, pois quanto mais equânime o ambiente, menos amostras são necessárias para estabilizar a curva.



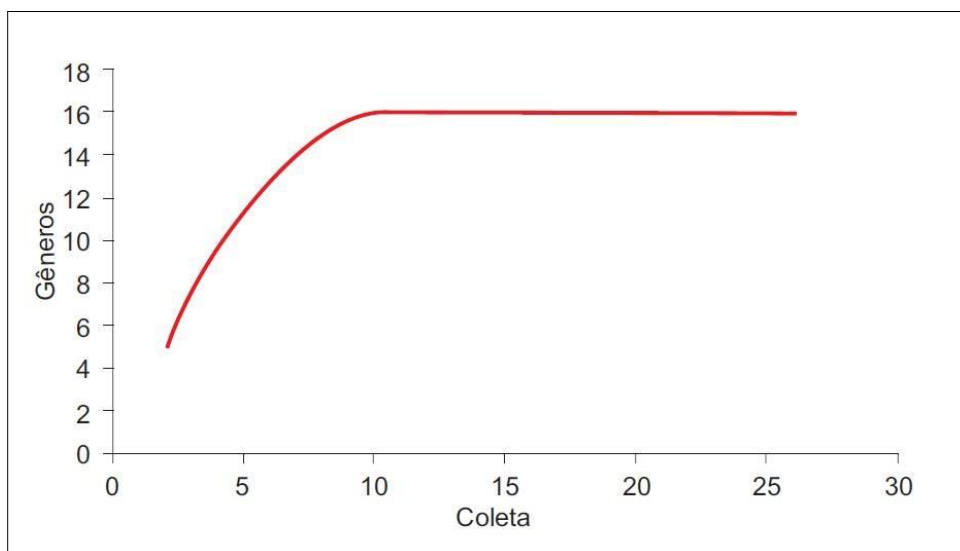


GRÁFICO 3- Curva do Coletor por gênero

## CONCLUSÃO

Por não haver dados a respeito da presença de sirfídeos no REVIS-CP anteriormente, este trabalho considera seu objetivo cumprido. A caracterização da família Syrphidae na unidade de conservação além de constar a existência dessa família no Refugio de Vida Silvestre, também mostrou a diversidade de famílias, gêneros e espécie da região dos campos de Palmas, Paraná. Surge agora a necessidade de mais estudos sobre o grupo, visando melhor caracterização dos hábitos das populações, bem como possíveis correlações com alterações climáticas e com a vegetação local.

## REFERENCIAS

BARBOLA, I. F.; NASCIMENTO, E. A.; MILLÉO, J. A vegetação campestre nos Campos Gerais. In: MELO, M. S.; MORO, R. S.; GUIMARÃES, G. B. Patrimônio natural dos Campos Gerais do Paraná. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2007. Cap. 15, p.143-149.

JORGE, C. M., MARINONI, L. & MARINONI, R. C. Diversidade de Syrphidae (Diptera) em cinco áreas com situações florísticas distintas no Parque Estadual Vila Velha em Ponta Grossa, Paraná. Iheringia, Sér. Zool., 97(4):452-460. Porto Alegre, 2007.

MARINONI, L., MORALES, M. N., SPALER, I. Chave de identificação ilustrada para os gêneros de Syrphinae (Diptera, Syrphidae) de ocorrência no sul do Brasil. Biota Neotropica v7 (n1).

MIODUSKI, J. & MORO, R. S. Grupos funcionais da vegetação campestre de Alagados, Ponta Grossa, Paraná. Iheringia, v. 66, n.2, p. 241-256.

MORALES, M. & KOHLER, A. Espécies de Syrphidae (Diptera) visitantes das flores de *Eryngium horridum* (Apiaceae) no Vale do Rio Pardo, RS, Brasil. Iheringia, Sér. Zool., Porto Alegre, 96(1):41-45. 2006

RAFAEL, J. A.; MELO, G. A. R.; CARVALHO, C. J. B.; CASARI, S. A.; CONSTANTINO, R. Insetos do Brasil. Ribeirão Preto: Holos editora, 2012.

TABARELLI, M. PINTO, L.P. SILVA, J.M.C. HIROTA, M.M. BEDÊ, L.C. Desafios e oportunidades para a conservação da biodiversidade na Mata Atlântica brasileira. Megadiversidade, v. 1.n.1. 2005.

## “CONTRIBUIÇÕES DA MICROBIOLOGIA PARA O ESTADO BRASILEIRO”

Angela Haoack (angelaeluiza@hotmail.com)

Acadêmica do Curso de Farmácia do Instituto Federal do Paraná (IFPR)

Jardel Cristiano Bordignon (jardel.bordignon@ifpr.edu.br)

Professor do Curso de Farmácia do Instituto Federal do Paraná (IFPR)

**INTRODUÇÃO:** A ciência da Microbiologia [do grego: *mikros* (“pequeno”), *bios* (“vida”) e *logos* (“ciência”)] é o estudo dos micro-organismos e suas atividades. Compreende os fungos, bactérias, vírus, algas e protozoário. O estudo é classificado quanto ao tipo do micro-organismo, sendo que a bacteriologia estuda as bactérias; a Micologia fungos; a Ficologia que estuda as algas e a Virologia que se dedica aos estudos dos elementos acelulares, os vírus e os príons. Em relação aos campos que abrangem o estudo da Microbiologia podemos citar os mais estudados: A Microbiologia Médica estuda os microrganismos patogênicos para homem e animais (Microbiologia Animal ou Veterinária); a Microbiologia ambiental estuda o papel dos micro-organismos na decomposição da matéria orgânica, reciclagem dos elementos químicos da natureza; a Microbiologia Sanitária estuda e avalia locais em relação à qualidade de resíduos; a Microbiologia do Solo; a Microbiologia de Alimentos, que estuda os micro-organismos envolvidos com alimentos ou bebidas e a Microbiologia Industrial que está envolvida com a produção de medicamentos, dentre outros produtos. **OBJETIVO:** Este trabalho tem como objetivo principal fazer um apanhado geral sobre o caminho percorrido pela microbiologia médica, desde sua gênese até atualidade, mencionando seus principais pioneiros. **DESENVOLVIMENTO:** Diante da descoberta de que os micro-organismos não eram advindos de um pedaço de carne, por exemplo, como se pensava. A Microbiologia chega ao Brasil e graças ao esforço de grandes pesquisadores como Adolfo Lutz, Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, Paulo Góes, Vital Brazil, Gaspar Vianna, Henrique da Rocha Lima, João Batista de Lacerda, Domingo José Freire Júnior e Augusto Ferreira dos Santos que realizaram descobertas inovadoras e essenciais para a saúde brasileira, extinguindo pestes e epidemias e criando vacinas contra micro-organismos, além fundarem consolidadas Instituições microbiológicas como o Instituto Pasteur, Instituto Bacteriológico de São Paulo, tendo como sucessores o Instituto Butantan em São Paulo e o de Manguinhos no Rio de Janeiro. Sendo criado também por volta de 1950 o Instituto de microbiologia Paulo Góes. Atualmente, instituições como o IMPG, FioCruz e Butantan estão consolidadas na área de pesquisa e ensino no âmbito microbiológico dando continuidade a anos de história no Brasil. **CONCLUSÃO:** Em suma podemos depreender que a microbiologia médica foi de extrema importância para o Brasil, devido a sua contribuição dada a saúde de nosso país, revelando vários

pesquisadores que foram de substancial importância para o controle e combate de doenças e epidemias.

**Palavra-chave:** Microbiologia; Instituições; Médica; Brasil.

**INTRODUCTION:** The Science of Microbiology [Greek: *mikros* ( " small" ) , *bios* ("life") and *logos* ("science")] is the study of microorganisms and their activities . Includes fungi, bacteria , viruses , algae and protozoa . The study is classified as to the type of micro-organism , and bacteriology studies bacteria , fungi to Mycology , Phycology studying the algae and Virology dedicated to studies of acellular elements , viruses and prions. Regarding the fields that comprise the study of microbiology can name the most studied : The Medical Microbiology studying pathogenic microorganisms to humans and animals ( Animal or Veterinary Microbiology ) ; environmental microbiology studies the role of microorganisms in the decomposition of organic matter , recycling of chemical elements of nature ; Sanitary microbiology studies and evaluates sites in relation to the quality of waste , the Soil Microbiology , food Microbiology , studying the microorganisms involved with food or drinks and Industrial Microbiology which is involved with drug production , among other products . **OBJECTIVE:** This work has as main objective to give an overview about the path taken by medical microbiology, from its genesis until today , citing its major pioneers. **DEVELOPMENT:** Before the discovery that microorganisms were not arising from a piece of meat, for example, as previously thought. Microbiology and arrives in Brazil thanks to the efforts of researchers as big Adolfo Lutz , Oswaldo Cruz , Carlos Chagas , Paulo Goes, Vital Brazil , Gaspar Vianna , Henrique da Rocha Lima , João Batista de Lacerda , José Domingo Freire and Augusto Ferreira Junior dos Santos who conducted groundbreaking discoveries and essential for the Brazilian health , extinguishing pests and disease and creating vaccines against micro -organisms , besides founding microbiological consolidated institutions like the Institute Pasteur , Bacteriological Institute of São Paulo , whose successors the Butantan Institute in São Paulo and the Manguinhos in Rio de Janeiro . Also being created by 1950 the Institute of Microbiology Paulo Goes . Currently , institutions like IMPG , FioCruz Butantan and are consolidated in the area of research and teaching within microbiological continuing year history in Brazil. **CONCLUSION:** In conclusion we can infer that the medical microbiology was of utmost importance to Brazil, due to his contribution given the health of our country , revealing that several researchers were substantial importance for the control and combating diseases and epidemics.

**Keywords:** Microbiology; institutions; Medicine, Brazil.

**ÁREA CET:** Ciências exatas e da terra (Matemática, Ciências da Computação, Física, Astronomia, Química, Geociências)

**RESUMOS EXPANDIDOS:**

**ASPECTOS BIOINORGÂNICOS DO POTENCIAL FERTILIZANTE  
FOSFATADO NM9 EM CULTURA DE *LACTUCA SP.***

Autor: Aline Pertuzati (aline\_pertuzati@hotmail.com)  
Instituto Federal do Paraná

Autor: Keller Paulo Nicolini (keller.nicolini@ifpr.edu.br)  
Instituto Federal do Paraná

**Resumo Expandido:** Introdução: A utilização de subprodutos da indústria da madeira e de atividades agrícolas tem despertado o interesse crescente de pesquisadores ao redor do mundo. Iniciativas como a “International Biochar Initiative” têm promovido intensos e proveitosos debates que vem contribuindo para o aumento não só da produtividade agrícola, mas trazendo benefícios: a) Para a atmosfera – pela captura de carbono, redução da emissão de  $N_2O$  do solo, redução da emissão de metano do solo, geração de energia a partir de carbono negativo, redução do odor atmosférico; e b) Para o solo – pela redução da lixiviação de nutrientes, aumento da taxa de carbono no solo e elevação da fertilidade do solo. O objetivo deste estudo é avaliar aspectos bioinorgânicos do potencial fertilizante de liberação lenta de fósforo nos estágios iniciais de desenvolvimento de *Lactuca sp.* Material e Métodos: Para a avaliação de parâmetros bioinorgânicos foram determinados: a) pH; b) Capacidade de campo; c) Concentração letal para 50 % dos organismos ( $CL_{50}$ ); d) Taxa de germinação (TG); e) Tamanho da folha (TF); e f) Tamanho da raiz (TR). Resultados e Discussões: O  $P_2O_5$  comercial é 169 vezes mais tóxico contra *Artemia salina* que os finos de carvão de *Eucalyptus sp.*; O potencial fertilizante NM9 não afeta a taxa de germinação de *Lactuca sp.*, quando comparada ao fertilizante comercial estudado (Superfosfato Triplo); O ensaios utilizando como fonte de fósforo o novo material NM9 apresentou TR 1,9 vezes maior que o TR dos ensaios contendo Superfosfato Triplo (ST). Conclusão: O potencial fertilizante de liberação controlada de fósforo apresenta indicativos de minimizar as perdas de fósforo (P) por unidade de P aplicada, bem como fitotoxicidade reduzida, quando comparada ao ST. Mais testes estão sendo realizados para avaliar o crescimento inicial de hortaliças.

**Palavras-chave:** fertilizantes,  $P_2O_5$ , carvão.

## ASPECTOS BIOINORGÂNICOS DO POTENCIAL FERTILIZANTE M9 EM CULTURA DE *PHASEOLUS SP.*

Autor: Elenice Padilha de Oliveira (padilhaelenice@gmail.com)  
Instituto Federal do Paraná

Autor: Keller Paulo Nicolini (keller.nicolini@ifpr.edu.br)  
Autor: Pedro Vinicius Souza Moreira (pedrovini91@gmail.com)  
Instituto Federal do Paraná

**Resumo Expandido:** Introdução: O estudo de novos fertilizantes tem papel estratégico no desenvolvimento da agricultura brasileira, aumentando a produtividade e minimizando os impactos ambientais decorrentes de perdas de fertilizantes por volatilização e por lixiviação, sendo que esta última pode provocar a eutrofização de mananciais. Além do impacto ambiental minimizado o desenvolvimento de fertilizantes mais eficientes e eficazes reduz os custos de produção. O objetivo deste trabalho é avaliar aspectos bioinorgânicos do potencial fertilizante de liberação lenta de  $K^+$  nos estágios iniciais de desenvolvimento de *Phaseolus sp.* Material e Métodos: a) Citotoxicidade contra *Artemia salina*; b) pH; c) Capacidade de campo; d) Condutividade elétrica em água; e) Densidade; f) Materiais voláteis; e g) Teor de cinzas. Resultados e Discussões: Desenvolveu-se um potencial fertilizante de liberação lenta de  $K^+$  (M9) com pH 9,4 ( $\pm 0,0$ ), capacidade de campo 104,4 % ( $\pm 0,5$ ), condutividade elétrica ao 20º dia 4493  $\mu S$  ( $\pm 192$ ) e  $CL_{50}$  contra *Artemia salina* 3445 ppm ( $\pm 22$ ). Conclusão: O potencial fertilizante desenvolvido apresentou níveis de fitotoxicidade comparados a uma fonte de potássio comercial na forma de cloreto de potássio (KCl) com 60 % de pureza. Estudos complementares para avaliar os estágios iniciais de desenvolvimento de diferentes culturas fertilizadas com M9 estão sendo realizados.

**Palavras-chave:** fertilizantes, KCl, carvão.

## ASPECTOS BIOINORGÂNICOS DO POTENCIAL FERTILIZANTE NITROGENADO E9 EM CULTURA DE *ZEA SP.*

Autor: Flávia de Mello (flavhia\_mello@hotmail.com)  
Instituto Federal do Paraná

Autor: Keller Paulo Nicolini (keller.nicolini@ifpr.edu.br)  
Instituto Federal do Paraná

**Resumo Expandido:** Introdução: O uso de fertilizantes para corrigir o solo e aumentar sua fertilidade é uma estratégia para aumentar a produtividade das regiões agricultáveis do mundo. Aumentar a produtividade significa aumentar a quantidade de produtos agrícolas produzidos por unidade de área plantada. A produção agrícola gera uma grande quantidade de biomassa residual orgânica que normalmente fica sobre o solo, caracterizando um manejo denominado de plantio direto. No entanto, é possível reaproveitar os resíduos agrícolas para gerar energia e também para gerar carvão, este último, pode servir como suporte para fertilizantes nitrogenados. O objetivo deste trabalho é avaliar aspectos bioinorgânicos do potencial fertilizante de liberação lenta de ureia nos estágios iniciais de desenvolvimento de *Zea sp.* Material e Métodos: Para a avaliação de parâmetros bioinorgânicos, foram determinados: a) pH; b) Condutividade ao 21º dia em água; c) Taxa de germinação; d) Densidade; e e) Concentração letal para 50 % dos organismos (CL<sub>50</sub>). Resultados e Discussões: O novo material E9 apresenta condutividade ao 21º dia de lixiviação em água 0,70 vezes a condutividade da ureia, igual taxa de germinação e CL<sub>50</sub> 2,70 vezes menor que a condutividade da ureia comercial. Conclusão: 1. Os ensaios com ureia apresentam menor CL<sub>50</sub> contra *Artemia salina*, quando comparados ao carvão e ao E9; 2. Mais ensaios estão sendo realizados para avaliar o comportamento do potencial fertilizante E9 no estágio inicial de diferentes culturas.

**Palavras-chave:** fertilizantes, ureia, carvão.



## ARTIGOS COMPLETOS:

### O ENFOQUE CTS (CIÊNCIA-TECNOLOGIA-SOCIEDADE) NO ENSINO DE SOLUÇÕES QUÍMICAS: ESTUDO SOBRE O TRATAMENTO DA ÁGUA

Autora: Tânia Mara Niezer (tanianiezer@terra.com.br)  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Autora: Rosemari Monteiro Castilho Foggiatto Silveira (castilho@utfpr.edu.br)  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Autora: Adriana Couto Pereira Rocha (Adriana.rocha@ifpr.edu.br)  
Instituto Federal do Paraná

**Resumo:** Este artigo apresenta a análise de parte de uma estratégia de ensino utilizada em sala de aula com alunos da 2ª série do Ensino Médio, de um Centro Estadual de Educação Profissional, objetivando promover a compreensão dos conceitos sobre Soluções químicas por meio de visita de estudo à Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, do município de Rio Negro - PR. A metodologia aplicada neste estudo foi a qualitativa de natureza interpretativa com observação participante, considerando a apropriação e compreensão dos conceitos químicos analisando suas implicações no enfoque Ciência-Tecnologia-Sociedade (CTS). Verificou-se que a atividade proporcionou reflexões sobre as interrelações do conhecimento científico com os demais conhecimentos, especialmente no que tange aos seus imbricamentos sociais, em que os alunos participaram de maneira mais motivada questionando e refletindo. A exploração de novos domínios contribuiu na construção do conhecimento crítico pelos alunos e na reflexão sobre a importância do bem-estar das pessoas, mostrando caminhos para o desempenho profissional.

**Palavras-chave:** Soluções químicas – CTS – Tratamento da água

**Abstract:** This paper presents an analysis of part of a teaching strategy used in the classroom with students from the second grade of high school, from a public school for Professional Education, aiming to promote the understanding of the concepts towards chemical solutions through visiting Sanitation Company of Paraná - SANEPAR, of Rio Negro - PR. The methodology applied in this study was qualitative interpretative participant observation, considering the ownership and understanding of chemical concepts by analyzing its implications in focus Science - Technology - Society (STS). It was found that the activity provided reflections on the interrelations of scientific knowledge with others, especially in regard to their social imbrications, where students participated in a more motivated questioning and reflecting. Exploring new areas contributed in the construction of knowledge by students and critical reflection on the importance of the welfare of the people, showing the way for professional performance.

**Keywords:** Chemical solutions - STS - Water treatment



## 1 Introdução

Na estrutura curricular, os documentos oficiais enfatizam a necessidade de se elaborar estratégias didáticas, orientadas para a valorização de elementos cotidianos, considerando as particularidades de cada contexto escolar, na perspectiva de auxiliar o aluno na compreensão dos conceitos científicos e na apropriação de valores fundamentais para sua vida. Assim, a Química enquanto disciplina curricular da base nacional comum abarca a responsabilidade de contribuir na formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel no mundo.

Percebe-se ainda que muitos alunos de ensino médio, não conseguem estabelecer relações entre os conceitos químicos apresentados em sala de aula e as modificações que ocorrem no meio em que vivem. Assim, a disciplina de Química encontra-se metodologicamente defasada, vazia de significados e descontextualizada, o que sugere uma reflexão sobre seu processo de ensino e aprendizagem, evidenciando a importância desse conhecimento para a formação do cidadão alfabetizado científica e tecnologicamente.

No caso em específico do conteúdo de Soluções, apresentado aos alunos no 2º ano do Ensino Médio, os conceitos são geralmente trabalhados em sala, com ênfase nos cálculos e aplicações de fórmulas, sem relações com as atividades da vida cotidiana. Tal fato acaba por valorizar os aspectos quantitativos do conteúdo, deixando para segundo plano os qualitativos, como afirma Echeverria (1996), moldando um conhecimento abstrato e incompreensível para o aluno.

Dessa forma, este estudo priorizou abordar os conceitos sobre Soluções, de forma a possibilitar aos alunos estabelecer relações de análise sobre os impactos da ciência e da tecnologia na sociedade, por meio de conexões com acontecimentos diários por meio da atividade de visitação à companhia de saneamento do Paraná para analisar o processo de tratamento da água fornecida ao município, promovendo assim, a sistematização dos conhecimentos químicos.

## 2 Aporte teórico

O estudo sobre Soluções, na estrutura da base nacional comum curricular é comumente trabalhado pela disciplina de Química, tanto em escolas comuns como técnicas, na 2ª série do Ensino Médio. É indiscutível sua importância no ensino de Química, considerando sua ampla aplicação, tanto nas atividades diárias e de funcionamento dos organismos vivos, como em processos industriais. Apesar de estar presente na vida das pessoas, seu estudo remete ao conhecimento prévio de outros conceitos químicos, bem como, à aplicação de fórmulas e equações vinculadas à noção microscópica dos processos químicos que acabam valorizando os aspectos quantitativos em detrimento dos aspectos qualitativos (ECHEVERRIA, 1996).

Ainda citando Echeverria (1993), admite-se que a própria conceituação do tema Soluções, pressupõe a compreensão de ideias relativas à mistura, substância, ligações químicas, modelo corpuscular da matéria, interação química, entre tantos outros relacionados à transformação da matéria que, por sua vez, abordam seus conceitos.

Considerando o amplo leque de conceitos ligados à definição de Soluções, admite-se a conceituação de Russel (1994, p. 555) que descreve:

As soluções são definidas como misturas homogêneas e podem ser sólidas, líquidas e gasosas. Quando uma solução é muito rica em um componente, este componente é geralmente chamada solvente, enquanto os outros são chamados de solutos. A composição de uma solução pode ser expressa quantitativamente especificando-se as concentrações de um ou mais componentes. Várias unidades de concentração são importantes, incluindo a fração molar, a percentagem molar, a molaridade, a molalidade e a percentagem em massa.

Carmo e Marcondes (2008) destacam ainda que, atualmente, considera-se que nas soluções ocorram interações entre as partículas (moléculas ou íons) do soluto com as do solvente, que por meio das forças eletrostáticas que permitem interações entre partículas, dão lugar a novas forças entre soluto/solvente quando da formação de uma solução.

Dessa forma, entende-se que para uma melhor compreensão dos alunos sobre o conteúdo químico, torna-se necessário trazer para a sala de aula, diferentes formas de apresentação dos conceitos sobre Soluções, enfocando a familiaridade do tema com ações da vida diária, extrapolando a sobrecarga do ensino voltado apenas para seu aspecto quantitativo.

Nessa perspectiva e considerando a dificuldade que muitos alunos apresentam em relação ao aprendizado dos conceitos sobre Soluções e a necessidade desse conteúdo para a sua formação em Técnicos de nível médio em Agropecuária, a estrutura dessa pesquisa relacionou os conceitos sobre as Soluções químicas às discussões referentes ao impacto da ciência e da tecnologia na sociedade, entendendo que por meio de temas controversos, aumentaria o grau de interesse dos alunos pelo conteúdo, contribuindo para sua alfabetização científica e tecnológica.

Admitindo a grande importância da água no estudo das Soluções, buscou-se demonstrar aos alunos os processos de tratamento da água, para que reconheçam a necessidade de utilizar conscientemente esse recurso natural. A água é um bom solvente para uma grande quantidade de substâncias, principalmente, em se tratando das polares e iônicas. Assim, Russel (1996) explica que devido a sua alta constante dielétrica, a água reduz atrações entre íons carregados opostamente em solução e, conseqüentemente, aumenta a solubilidade de eletrólitos, sendo que as moléculas de água formam ligações de hidrogênio entre si e com outras moléculas de soluto, que apresentam átomos de alta eletronegatividade, o que leva à solubilidade de muitas substâncias moleculares em solução aquosa. Portanto, a água é comumente “considerada como solvente universal” (ECHEVERRÍA, 1993, p. 30).

Convém ressaltar que devido à dimensão do tema Soluções, o presente trabalho delimitou basicamente o foco da pesquisa aos conceitos de soluto e solvente e a outros conceitos interligados, tendo como justificativa tanto a importância química de tais estudos, como para o entendimento de diversas situações cotidianas dos alunos.

Compreende-se que conteúdo de Soluções químicas e suas relações com as atividades cotidianas no enfoque CTS são determinantes para promover um ensino voltado à alfabetização científica e tecnológica.

### **3 Encaminhamento metodológico**

Neste estudo a abordagem metodológica utilizada foi a qualitativa de natureza interpretativa com observação participante em que se considerou o contexto escolar como seu principal foco de investigação. Segundo Moreira e Caleffe (2008), tal metodologia possibilita ao pesquisador entrar no mundo social dos participantes do estudo, sendo que, a coleta de dados se deu por meio das arguições orais dos alunos, fotos, registros em diário de campo e as próprias atividades realizadas em sala.

Dessa forma, foram considerados os dados coletados durante as aulas de Química em duas turmas de 2as séries do Ensino Médio do Curso Técnico em Agropecuária na modalidade integrada do ano letivo de 2011, de um Centro Estadual de Educação Profissional da cidade de Rio Negro no Paraná, totalizando 55 alunos, sendo 51 homens e três mulheres, com idade entre 16 a 18 anos, sendo a maioria, 74% dos alunos, provenientes de localidades rurais e que realizam a agricultura familiar. Para garantir o sigilo durante os relatos, utilizaram-se números identificando o aluno com a indicação da turma ao qual fazia parte.

No intuito da pesquisa de possibilitar aos alunos reconhecerem que a água que se retira da torneira é uma solução refletindo sobre a importância de se preservar este recurso natural, evitando poluições e desperdícios (SILVA, 2005), realizou-se a visita de estudo a Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR.

Como sugere Lufti (2005), para ter um melhor aproveitamento da atividade, foi orientado aos alunos anotarem os seguintes itens do roteiro de visita para posterior análise e discussão do trabalho:

O que lhes chamou mais a atenção no tratamento da água?

Quais são os processos de separação utilizados?

Por que podemos dizer que a água que chega até nossas casas é uma solução e não uma única substância?

O que podemos fazer, enquanto cidadãos, para preservar este recurso?

De que forma os agrotóxicos podem prejudicar a qualidade da água que usamos?

### **4 Resultados e Discussões**

Durante a visitação foi possível observar o processo de tratamento da água e análise das etapas de separação dos componentes. Como procedimento característico da Companhia, os alunos receberam orientações de funcionários, que explicaram desde o processo de obtenção da água dos rios, passando por suas etapas de tratamento, até chegar ao ponto em que fica própria para consumo humano.

O responsável técnico da companhia relatou os processos de coagulação, floculação, decantação, filtração, desinfecção e fluoretação, utilizados no tratamento da água retirada do rio. Cada etapa foi explicada com detalhes, elencando as substâncias dentre as quais: sais, ácidos, hidróxidos, gases e outras soluções, aplicadas nos processos de separação da mistura e no controle físico, químico e biológico da água a ser consumida.

Surgiram muitos questionamentos por parte dos alunos, que foram prontamente respondidos pelo técnico e anotados em diário de campo para serem analisados. Dentre os questionamentos discutidos no decorrer das atividades, estão os seguintes: “Tem alguma coisa que não se consegue controlar? Como por exemplo, deve-se manter o pH igual a 7” (Aluno 33 – Turma A) “Como é corrigido o pH da água?” (Aluno 30 – Turma B), “Para que serve o deionizador?” (Aluno 13 – Turma B) “Você falou em turbidez, como ela é verificada se a água está boa?” (Aluno 19 – Turma B)

Como apresentado, algumas questões englobam diversificados conteúdos da Química, os quais possuem estreita relação com o estudo das Soluções, demonstrando que a construção do conhecimento químico pode extrapolar a estrutura curricular, possibilitando ao aluno compreender suas interligações dando maior significado ao estudo da ciência.

Outras perguntas indicavam a reflexão dos alunos sobre aspectos sociais e políticos do tratamento da água, como a do Aluno 16 – Turma A: “Quais as cidades que essa rede abastece?”, do Aluno 32 – Turma B: “E aquela água que a gente toma, de poços, é boa pra ser consumida? No interior tem muito disso” e do Aluno 30 – Turma B: “Então o flúor colocado na água é para ajudar a proteger os dentes? E esse tratamento só foi implantado em 1985, por isso que as crianças faziam enxague de flúor na escola antigamente?”. Os alunos puderam perceber a responsabilidade social do tratamento da água, que vai além de receber na torneira de casa um produto apresentável para ingerir. Na relação política e cultural, os alunos consideraram como um direito de todos receberem um produto adequado para o consumo ou, ainda, serem orientados, no caso de possuírem poços artesianos, para se certificarem da qualidade da água que estão consumindo. O que demonstra a consciência dos alunos sobre o compromisso da ciência com a cidadania, como argumentam Santos e Schnetzler (2003).

As questões levantadas pelo Aluno 17 – Turma A sobre “Qual a quantidade de água tratada diariamente?”, do Aluno 02 – Turma A: “Se caso algum equipamento estragar tem como ser repostado rapidamente sem afetar o tratamento da água?”, do Aluno 07 – Turma A: “Quantas bombas precisam para retirar a água do rio e trazê-la até aqui?” e do Aluno 31 – Turma B: “Com que pressão a água sai

da estação de tratamento?”, possibilitaram reflexões sobre aspectos tecnológicos, políticos e econômicos vinculados ao processo de tratamento da água.

As figuras 6, 7, 8 e 9 identificam alguns momentos da visita de estudo em que foi possível abordar outros conceitos químicos como, por exemplo, separação de misturas, turbidez e processo de adição de cloro (cloração) da água.

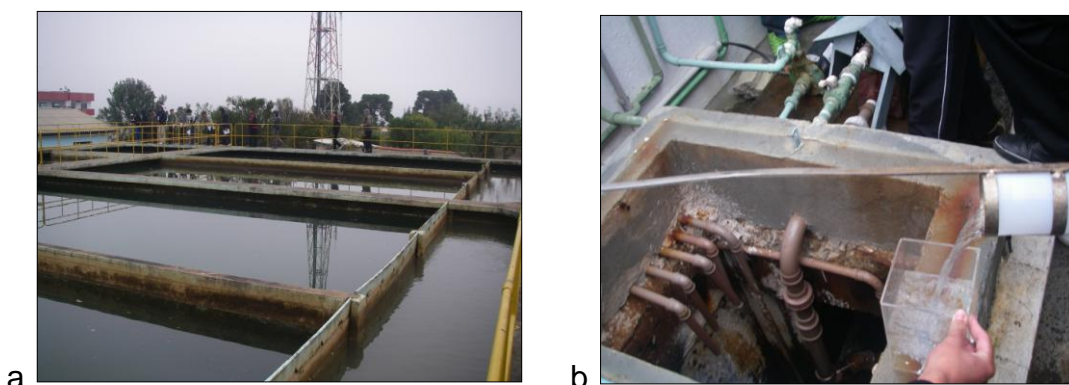


Figura 1 – Visita à SANEPAR – Tanques de tratamento da água (a) e etapa de cloração da água (b). Fonte: Arquivo dos autores (2011)

Devido à grande quantidade de questionamentos e o pouco tempo para aprofundamento das respostas, houve a necessidade de anotar muitas das perguntas para serem retomadas posteriormente em sala de aula, considerando também, a riqueza de informações químicas possíveis de serem trabalhadas.

Nesse sentido, esta atividade conduziu os alunos a conhecerem não apenas as aplicações das Soluções químicas como, também, levaram-nos a perceber como os conceitos da ciência estão interligados a outros aspectos como sociais, políticos, econômicos tecnológicos e, até mesmo, culturais, como propõe o enfoque CTS, citado por Auler e Bazzo (2001), Auler (2007) e Bazzo (2010).

Os alunos realizaram uma série de questionamentos, entre os quais se destacam: Quais cidades são amparadas pela SANEPAR de Rio Negro e por que isso ocorre? A partir de que data começaram os trabalhos da rede? Quais são as principais causas de poluição do rio que fornece o abastecimento de água? Onde se localiza a nascente desse rio? Por que muitas pessoas do interior não possuem rede de água e esgoto em suas residências? Quais os riscos a que as pessoas se expõem ao acreditarem que a água é adequada para o consumo? Quais substâncias são acrescentadas à água durante o tratamento? Como são feitas as análises? Com que frequência é realizada a manutenção dos equipamentos e reservatórios? De onde provêm os recursos financeiros utilizados? Por que falta água no período de enchentes?

A visita à SANEPAR motivou os alunos a aprenderem e a reverem diversificados conceitos químicos como pH, reações de neutralização, turbidez, processos de separação de misturas, densidade, ligações químicas, compostos inorgânicos, além de soluções. Também oportunizou abordar de forma contextualizada, por meio dos questionamentos e visualização das etapas de



tratamento da água, uma gama de conceitos relacionados às aplicações das Soluções Químicas. Com isso, foi possibilitado ao aluno compreender melhor os conceitos químicos, percebendo que estes são constituídos e criados pelo pensamento humano, numa construção histórica e cultural, configurando assim, um saber possível de ser aprendido (Chassot, 2004; 2010), como por exemplo, na verificação da “necessidade de se colocar solução de flúor na água para prevenir problemas dentários” (Aluno 17 – Turma A).

Aproveitou-se também para provocar mais algumas reflexões como: E quem não tem acesso à água tratada? Como ficam essas pessoas? Será que todos na sociedade têm acesso à ciência e à tecnologia da mesma maneira? Que influências e fatores estão por traz disso?

Os alunos, cerca de 80%, em seus relatórios de visita, mostraram-se reflexivos quanto aos questionamentos e responderam que nem todos os cidadãos gozam de seus direitos, como relata o Aluno 04 – Turma A: “Como moro no interior conheço muita gente que possui poço artesiano e que pode estar consumindo uma água contaminada porque não chega a rede de tratamento até lá”.

A reflexão do Aluno 26 – Turma B sintetiza a opinião dos demais colegas quanto ao acesso à ciência e à tecnologia apontando que “O poder econômico direciona isso porque quem possui mais dinheiro consegue ter acesso a melhores recursos, como é o caso das novas tecnologias de hoje em dia, então isso não é igual para todos e quem é pobre sempre sai perdendo”. Os alunos relacionaram o desenvolvimento científico e tecnológico aos recursos financeiros disponibilizados, portanto restrito a uma determinada parcela da população, não configurando um direito comum, mas sim, como um fator que gera exclusão social e conflitos entre as pessoas (Pinheiro, Silveira e Bazzo, 2007).

Tais reflexões acentuam a afirmação de Chassot (2010) ao relatar que nossa responsabilidade maior ao ensinar Ciências é procurar que nossos alunos e alunas se tornem mais críticos, no anseio de que, com o fazer educação, os estudantes possam tornar-se agentes de transformação, para melhor, do mundo em que vivemos.

Ainda durante a visita, o Aluno 12 da turma B perguntou ao técnico da SANEPAR:

O senhor sabe se grande número de pessoas com câncer em nossa cidade pode estar relacionado com o consumo da água? Será que a água que bebemos pode estar contaminada com alguma substância que pode causar essa doença?

O técnico respondeu que a princípio não, que a água que sai da estação de tratamento é de qualidade, apta para o consumo, correspondendo às determinações legais, mas que, anos anteriores, pesquisadores de universidades vizinhas, estiveram na rede de tratamento para coletar amostras da água com a mesma hipótese de ser o fator desencadeador do câncer na comunidade, porém nenhum resultado ou retorno foi apresentado.

Nos relatórios descritivos, todos os alunos disseram que gostaram muito de realizar essa atividade, apontando estarem surpresos com as observações e análises feitas durante a visita, como exemplifica a fala do Aluno 13 – Turma A “Gostei de visitar a SANEPAR, achei a atividade muito interessante, nunca pensei que a água precisava passar por todo esse tratamento até chegar às casas.” Com isso, o ensino adquire sentido para o aluno, fazendo-o perceber as relações existentes no processo de tratamento da água até se obter o produto final adequado para seu consumo.

## 5 Considerações finais

Entende-se que o aprendizado de Química pelos alunos do Ensino Médio implica na compreensão das transformações químicas que ocorrem no mundo físico, de forma abrangente e integrada ao enfoque de ciência, tecnologia e sociedade, para que assim possam julgar, com fundamento, as informações advindas da tradição cultural, da mídia e da própria escola e tomar decisões autonomamente, enquanto indivíduos e cidadãos. Esse aprendizado deve possibilitar aos alunos a compreensão, tanto dos processos químicos em si, quanto da construção de um conhecimento científico em estreita relação com as aplicações tecnológicas e suas implicações ambientais, sociais e econômicas como sugerem Santos e Schnetzler (2003).

Nessa perspectiva, considera-se que a atividade de visitação à SANEPAR possibilitou a compreensão pelos alunos sobre os conceitos relacionados ao estudo de Soluções químicas na perspectiva CTS. Os questionamentos e análises realizados pelos alunos demonstraram que a atividade ampliou seu foco de estudo levando-os a aprenderem e a reverem diversificados conceitos químicos conduzindo-os a conhecerem suas aplicações e interferências nas relações sociais, políticas, econômicas tecnológicas e, até mesmo, culturais, como propõe o enfoque CTS, direcionando o modo de vida das pessoas.

## Referências

AULER, D. Enfoque Ciência-Tecnologia- Sociedade: pressupostos para o contexto brasileiro. **Ciência & Ensino**, v. 1, n. especial, p. 1-20, 2007.

AULER, D.; BAZZO, W. A. Reflexões para a implementação do movimento CTS no contexto educacional brasileiro. **Ciência e educação**, v. 7, n. 1, p. 1-13, 2001.

BAZZO, W. A. **Ciência, tecnologia e sociedade: e o contexto da educação tecnológica**. 2.ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2010.

CARMO, M. P.; MARCONDES, M. E. R. Abordando Soluções em sala de aula: uma experiência de ensino a partir das ideias dos alunos. **Química Nova na Escola**, n. 28, maio 2008.

CHASSOT, a.. **A ciência através dos tempos**. 2.ed. São Paulo: Moderna, 2004.

\_\_\_\_\_. **Alfabetização científica**: questões e desafios para a educação. 5.ed. Ijuí: Unijuí, 2010.

ECHEVERÍA, A. R. Como os estudantes concebem a formação de soluções. **Química Nova na Escola**, n. 3, maio 1996.

\_\_\_\_\_. **Dimensão empírico-teórica no processo de ensino-aprendizagem do conceito**: soluções no ensino médio. 1993. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1993.

LUFTI, M. **Os ferrados e os cromados**: produção social e apropriação privada do conhecimento químico. 2.ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

PINHEIRO, N. A. M. ; SILVEIRA, R. M. C. F.; BAZZO, W. A. Ciência, tecnologia e sociedade: a relevância do enfoque CTS para o contexto do ensino médio. **Ciência & Educação**, v. 13, n. 1, p. 71-84, 2007.

RUSSEL, J. B. **Química Geral**. Tradução e revisão técnica Márcia Guekezian *et al.* 2.ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 1994. v. 1.

SILVA, C. L. (Org.). **Desenvolvimento sustentável**: um modelo analítico integrado e adaptativo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

SILVA, M. J. **O ensino de CTS através de revistas de divulgação científica**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação Científica e tecnológica) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.



**ÁREA CS:** Ciências da Saúde (Medicina, Nutrição, Odontologia, Farmácia, Enfermagem, Saúde Coletiva, Educação Física, Fonoaudiologia, Fisioterapia)

**RESUMOS EXPANDIDOS:**

**SUORTE AVANÇADO DE VIDA: A ATUÇÃO DO ENFERMEIRO NO  
ATENDIMENTO PRÉ- HOSPITALAR MÓVEL**

Autora: Jucelaine Varela  
juh.varella@hotmail.com  
Instituto Federal do Paraná

Autora: Lariza Zulmira Ambrosio  
lariza.ambrosio@gmail.com  
Instituto Federal do Paraná

Autora: Marcia Domenica Cunico  
marcia.domenica@ifpr.edu.br  
Instituto Federal do Paraná

**Resumo Expandido:** O Serviço de Atendimento Pré-Hospitalar (APH) foi inserido no Brasil em meados da década de 1990 para oferecer atendimento imediato às pessoas em risco iminente de morte, principalmente nos acidentes traumáticos, com o objetivo de reduzir o impacto do trauma na morbidade e mortalidade da população acometida (RAMOS E SANNA, 2005). Para Bueno e Bernardes (2010), as ações do APH são divididas em Suporte Básico de Vida (SBV) onde o atendimento pode ser realizado por técnicos ou auxiliares de enfermagem na companhia de um motorista/socorrista; e em Suporte Avançado de Vida (SAV) que tem como características procedimentos invasivos com maior complexidade, por isso é de competência do enfermeiro e do médico. A inserção dos profissionais de enfermagem no APH representa ampliação das possibilidades de atuação da profissão, pois a contribuição destes profissionais é de extrema necessidade a população. A enfermagem é uma profissão que desenvolve um conhecimento técnico – científico voltado para o cuidado humano e holístico, buscando aprimorar no profissional enfermeiro habilidades, tais como: cognitivas, interpessoais e psicomotoras, bem como o conhecimento e o embasamento teórico de enfermagem. Assim este estudo busca refletir sobre a atuação do enfermeiro no atendimento pré-hospitalar, através de uma revisão de literatura. O atendimento do enfermeiro é ligado diretamente ao paciente no estado grave, porém, suas atividades não se restringem ao atendimento da vítima, bem como serviços administrativos e operacionais nesse tipo de atendimento. A supervisão e gerenciamento da equipe e da prestação de serviço são peculiares neste setor, para tanto o profissional deve manter sua equipe capacitada e ciente de todas as atitudes a serem tomadas, uma vez que o erro

poderá custar uma vida. Assim sendo, o enfermeiro deverá participar sempre de cursos de capacitação técnica e pedagógica, visto que, além de prestar socorro às vítimas em situação de emergência, também desenvolve atividades educativas como instrutor, participa da revisão dos protocolos de atendimento e elabora materiais didáticos para a equipe, que deve ser devidamente qualificada e constantemente treinada. A inclusão dos profissionais de enfermagem no APH representa ampliação das possibilidades de atuação da profissão, pois a contribuição destes profissionais é de extrema necessidade a população. Hoje a enfermagem é componente vital e indispensável no suporte avançado de vida. O principal papel é o de decisão segura e livre de riscos; antes de empreender qualquer ação o profissional deve decidir a melhor alternativa de abordagem, individualmente ou em equipe, pois o mesmo é apto para julgar e tomar decisões sobre o melhor cuidado a ser prestado para cada paciente. Tendo ainda um conjunto de conhecimentos, atitudes, capacidades e aptidões que habilitam o enfermeiro para a atuação no APH. O enfermeiro tem autonomia que alcança uma independência razoável e auto determina as decisões que devem ser tomadas nas práticas do dia a dia. O enfermeiro na ambulância que transporta pacientes com agravos de saúde é indispensável, pois o mesmo tem capacidade para o atendimento à pacientes graves. O enfermeiro tem como vista a assistência ao ser humano o elemento central de seu exercício profissional, pela sua responsabilidade social e pelo compromisso ético com a vida. Assim consideramos o atendimento de emergência como sendo veloz e dinâmico, recebendo alta demanda de pacientes tendo como tendência uma equipe rápida e eficaz que minimize os riscos de agravos a saúde. Como enfermeiro do Atendimento Pré-hospitalar Móvel é preciso aceitar a responsabilidade do cuidado com o paciente da melhor maneira, mantendo uma atitude calma em relação ao paciente e/ou a sua família. O enfermeiro do APHM deve fazer mais do que somente transportar o doente para o hospital; ele deve realizar tudo que possível para assegurar a sua sobrevivida.

**Palavras-chave:** Enfermeiro, atendimento de emergência pré-hospitalar e emergência.

## Atividades desenvolvidas nos grupos de saúde mental infantil em uma escola do município de palmas

Jéssica Maria de Auda ([mjessica-auda@hotmail.com](mailto:mjessica-auda@hotmail.com))  
Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas

Débora Gaio Vargas; ([debora.g.v@hotmail.com](mailto:debora.g.v@hotmail.com))  
Zeila Espindola Lima ([zeila\\_espindola@hotmail.com](mailto:zeila_espindola@hotmail.com))  
Micheli de Jesus Ferreira ([micheli.ferreira@ifpr.edu.br](mailto:micheli.ferreira@ifpr.edu.br))  
Gimene Cardozo Braga ([gimene.braga@ifpr.edu.br](mailto:gimene.braga@ifpr.edu.br))

**Resumo Expandido:** O projeto de extensão “A contação de histórias como ações de enfermagem: promovendo saúde mental infantil”, propõe por meio da inserção dos estudantes da graduação de enfermagem do Instituto Federal do Paraná – Palmas a produção de conhecimentos ligados às práticas e o desenvolvimento de ações de educação e promoção da saúde mental infantil em uma escola de educação infantil e fundamental do município de Palmas-PR. Objetivo é relatar as atividades desenvolvidas nos grupos de saúde mental em uma escola do município de Palmas – PR no ano de 2013, pelas acadêmicas de enfermagem. Trata-se de um relato de experiência das atividades desenvolvidas no projeto de extensão neste ano. Como ferramenta teórica para a intervenção utiliza-se o grupo operativo, centrado na tarefa e na relação que seus integrantes mantêm com esta. Com isso o grupo operativo oportuniza que as coisas sejam re-trabalhadas e re-orientadas pelos indivíduos que formam este grupo (PICHON-RIVIÈRE, 2005). A evolução do grupo, e o conteúdo produzido durante os encontros pelas crianças serão registrados, por meio de anotações de falas, comentários e percepções em diário de campo que, posteriormente, visa servir como base para os estudos de caso para aprimoramentos dos acadêmicos, profissionais envolvidos e estudos científicos. As atividades foram: montagem das carinhas de emoções, construções de histórias, montagem do painel, leituras de histórias relacionadas com as emoções. Foram trabalhadas nos grupos de saúde mental do Pré II, 4º e 5º ano, durante as atividades foi possível notar os sintomas adocedores e trabalhar em grupo discussões que poderiam solucionar os problemas. Como problemas surgiram as questões familiares, violência doméstica e escolar, mudança de professores. Os alunos sempre relatavam que gostam das atividades desenvolvidas pelo grupo de reconhecimento emocional porque os mesmo se sentem bem após a finalização das atividades. A evolução dos grupos é constante a cada semana de atividades e foi possível perceber que o desenvolvimento do projeto proporcionou um melhor relacionamento entre as crianças e união em grupo. Considera-se que as ações de promoção em saúde mental desenvolvidas nos anos de 2012 e 2013 proporcionaram e auxiliaram a saúde mental infantil, melhorando o desempenho escolar e auxiliando os alunos a relatarem às emoções durante as atividades desenvolvidas.

Palavras-chave: Saúde mental Infantil. Histórias. Enfermagem.

## A contação de histórias como ações de enfermagem: promovendo saúde mental infantil. Relato de experiência

Autor: Zeila Espindola Lima (zeila\_espindola@hotmail.com)  
Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas

Autor: Gimene Cardozo Braga (gimene.braga@ifpr.edu.br)  
Micheli de Jesus Ferreira (micheli.ferreira@ifpr.edu.br)  
Jessica Maria de Auda (mjessica-auda@hotmail.com)  
Débora Gaio Vargas (debora.g.v@hotmail.com)  
Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas

**Resumo Expandido:** A Saúde mental infantil é uma questão de saúde pública devido aos altos índices epidemiológicos de agravos presentes em crianças e jovens que chegam a 20% da população, conferindo a urgência de ações de promoção em saúde mental desde a infância. (LAURIDSEN; TANAKA, 1999). Este projeto de extensão tem como objetivo promover saúde mental infantil em uma escola do município de Palmas/PR. O trabalho é desenvolvido por acadêmicas de enfermagem do 4º período de enfermagem, por meio de atividades de saúde mental infantil sob orientação da coordenação do projeto. São grupos de re-conhecimento emocional com crianças, realizados semanalmente, em uma escola municipal do município de Palmas – PR, no turno da tarde, com duração aproximada de 1 hora. As atividades são desenvolvidas com 3 turmas: 4º ano, 5º ano e Pré II. Durante esses encontros foram confeccionadas carinhas emotivas, e a realização de contação de histórias. As crianças escolheram emoções e confeccionaram carinhas emotivas de: raiva, amor, alegria. Semanalmente as crianças são estimuladas a falarem de seus sentimentos, e escolher uma carinha emotiva que represente como está se sentindo naquele momento. As mesmas têm a oportunidade de falarem seus sentimentos e re-significá-los, bem como, compartilhar com os colegas de maneira a desenvolver empatia e solidariedade. A atividade permite que as crianças falem sobre sua vida pessoal e a relação intrafamiliar. A tristeza está presente na violência (quando os pais brigam) ou quando as responsabilidades chegam antes do que deveriam (fazer serviços domésticos), ou ainda na ausência de lazer, na perda (quando seu animal de estimação fica doente ou morre) e em situações de separação pois várias crianças que não moram com seus pais, relatam sentir falta deles. O nervosismo está presente nas avaliações escolares (na prova, e quando não vão bem na prova). A raiva está presente na provocação que existe entre as próprias. Está sendo uma experiência muito boa, ter contato com as crianças, e poder ajudá-las a entender seus próprios sentimentos. Sendo assim, o grupo tem contribuído para o desenvolvimento de relações mais empáticas e solidárias entre as crianças.

**Palavras-chave:** Enfermagem. Saúde Mental. Promoção da saúde.

**SUORTE AVANÇADO DE VIDA: A ATUÇÃO DO ENFERMEIRO NO  
ATENDIMENTO PRÉ- HOSPITALAR MÓVEL**

Autora: Jucelaine Varela  
juh.varella@hotmail.com  
Instituto Federal do Paraná

Autora: Lariza Zulmira Ambrosio  
lariza.ambrosio@gmail.com  
Instituto Federal do Paraná

Autora: Marcia Domenica Cunico  
marcia.domenica@ifpr.edu.br  
Instituto Federal do Paraná

**Resumo Expandido:** O Serviço de Atendimento Pré-Hospitalar (APH) foi inserido no Brasil em meados da década de 1990 para oferecer atendimento imediato às pessoas em risco iminente de morte, principalmente nos acidentes traumáticos, com o objetivo de reduzir o impacto do trauma na morbidade e mortalidade da população acometida (RAMOS E SANNA, 2005). Para Bueno e Bernardes (2010), as ações do APH são divididas em Suporte Básico de Vida (SBV) onde o atendimento pode ser realizado por técnicos ou auxiliares de enfermagem na companhia de um motorista/socorrista; e em Suporte Avançado de Vida (SAV) que tem como características procedimentos invasivos com maior complexidade, por isso é de competência do enfermeiro e do médico. A inserção dos profissionais de enfermagem no APH representa ampliação das possibilidades de atuação da profissão, pois a contribuição destes profissionais é de extrema necessidade a população. A enfermagem é uma profissão que desenvolve um conhecimento técnico – científico voltado para o cuidado humano e holístico, buscando aprimorar no profissional enfermeiro habilidades, tais como: cognitivas, interpessoais e psicomotoras, bem como o conhecimento e o embasamento teórico de enfermagem. Assim este estudo busca refletir sobre a atuação do enfermeiro no atendimento pré-hospitalar, através de uma revisão de literatura. O atendimento do enfermeiro é ligado diretamente ao paciente no estado grave, porém, suas atividades não se restringem ao atendimento da vítima, bem como serviços administrativos e operacionais nesse tipo de atendimento. A supervisão e gerenciamento da equipe e da prestação de serviço são peculiares neste setor, para tanto o profissional deve manter sua equipe capacitada e ciente de todas as atitudes a serem tomadas, uma vez que o erro poderá custar uma vida. Assim sendo, o enfermeiro deverá participar sempre de cursos de capacitação técnica e pedagógica, visto que, além de prestar socorro às vítimas em situação de emergência, também desenvolve atividades educativas como instrutor, participa da revisão dos protocolos de atendimento e elabora materiais didáticos para a equipe, que deve ser devidamente qualificada e constantemente treinada. A inclusão dos profissionais de enfermagem no APH

representa ampliação das possibilidades de atuação da profissão, pois a contribuição destes profissionais é de extrema necessidade a população. Hoje a enfermagem é componente vital e indispensável no suporte avançado de vida. O principal papel é o de decisão segura e livre de riscos; antes de empreender qualquer ação o profissional deve decidir a melhor alternativa de abordagem, individualmente ou em equipe, pois o mesmo é apto para julgar e tomar decisões sobre o melhor cuidado a ser prestado para cada paciente. Tendo ainda um conjunto de conhecimentos, atitudes, capacidades e aptidões que habilitam o enfermeiro para a atuação no APH. O enfermeiro tem autonomia que alcança uma independência razoável e auto determina as decisões que devem ser tomadas nas práticas do dia a dia. O enfermeiro na ambulância que transporta pacientes com agravos de saúde é indispensável, pois o mesmo tem capacidade para o atendimento à pacientes graves. O enfermeiro tem como vista a assistência ao ser humano o elemento central de seu exercício profissional, pela sua responsabilidade social e pelo compromisso ético com a vida. Assim consideramos o atendimento de emergência como sendo veloz e dinâmico, recebendo alta demanda de pacientes tendo como tendência uma equipe rápida e eficaz que minimize os riscos de agravos a saúde. Como enfermeiro do Atendimento Pré-hospitalar Móvel é preciso aceitar a responsabilidade do cuidado com o paciente da melhor maneira, mantendo uma atitude calma em relação ao paciente e/ou a sua família. O enfermeiro do APHM deve fazer mais do que somente transportar o doente para o hospital; ele deve realizar tudo que possível para assegurar a sua sobrevivência.

**Palavras-chave:** Enfermeiro, atendimento de emergência pré-hospitalar e emergência.



## ÁREA CS: Capacitação em saúde para os discentes do EJA através da Metodologia de Paulo Freire

Autor principal: Alexia Taiany Silveira (ede21ale18@hotmail.com)  
Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas

Autores secundários: Gustavo Luis Lopes Silveira (gustavo.silveira@ifpr.edu.br)  
Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas  
Mariangela Gobatto (mariangela.gobatto@ifpr.edu.br)  
Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas  
Natiely da Silva Czuvain (na.ty.elly\_20@hotmail.com)  
Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas  
Verginia Mello Perin Andriola (verginia.andriola@ifpr.edu.br)  
Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas  
Zeila Espindola Lima ([zeila\\_espindola@hotmail.com](mailto:zeila_espindola@hotmail.com))  
Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas

**Resumo Expandido:** Segundo dados de 2010 do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas o município de Palmas-PR apresenta um índice de desenvolvimento humano considerado médio, sendo o índice relacionado à educação baixo. O Analfabetismo está entre as principais problemáticas, fato evidenciado no senso populacional de 2000 que apontou 12% da população como analfabeta absoluta e 31% analfabeta funcional. Vários programas e projetos foram desenvolvidos na última década e, segundo estimativa do senso de 2010, atualmente o analfabetismo absoluto gira em torno de 7%. Considerando tais índices e todas as implicações que o analfabetismo trás aos cidadãos, propomo-nos a trabalhar um projeto de extensão utilizando os conceitos da Educação Não-Formal, aplicados em turmas de Educação de Jovens e Adultos das escolas municipais de Palmas, estado do Paraná. Esta modalidade da educação básica foi escolhida uma vez que ainda apresenta um considerável índice de analfabetismo absoluto e funcional. Considerando os dois índices citados, o projeto tem como objetivo contribuir na formação dos alunos intervindo em dois pontos: alfabetização e saúde. Após pesquisa prévia realizada junto às turmas pelos acadêmicos do curso de Enfermagem do IFPR, foram levantados alguns temas relacionados ao objetivo do projeto, que foram trabalhados ao longo do último semestre letivo, sendo eles: autoestima, qualidade de vida, drogas e automedicação, higiene e parasitose, corpo humano, sexualidade e DSTs, diabetes, hipertensão e doenças coronarianas. Para cada um foram desenvolvidas atividades e estas aplicadas por grupo de três alunos. Ao longo do período cada grupo trabalhou um dos temas e o aplicou em todas as escolas do município que apresentam turmas de séries iniciais de EJA, sendo elas: Escola Municipal Senhorinha Miranda Mendes, Escola Municipal Oscar Rocker, Escola Municipal Terezinha Marins Petres (CAIC), Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima, Escola Municipal Nerasi Menin Calza e Escola São Sebastião. Nosso

### III Contextos e Conceitos

## Mostra de Produção Científica e Extensão

## Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas

grupo desenvolveu atividades relacionadas ao tema Higiene e Parasitoses, através de atividades expositivas e lúdicas, baseado no método Paulo Freire de alfabetização de jovens e adultos. O projeto buscou a articulação com o ensino, uma vez que foi possível relacionar os conteúdos que trabalhamos ao longo da graduação em Enfermagem, numa relação dialética, articulando conhecimentos de diferentes disciplinas. Além disso, permitiu vivenciar o contato direto com as pessoas, instruindo em relação aos hábitos de higiene e nos propiciando uma excelente oportunidade de vivenciar a realidade do profissional de enfermagem, tão importante na atenção básica e na prevenção, especialmente no município de Palmas, que apresenta preocupantes indicadores de saúde. Este projeto apresentou grande relevância em nosso processo de formação acadêmica, assim como nos permitiu contribuir com a educação de jovens e adultos do município.

**Palavras-chave:** Educação; saúde; higiene.



**ARTIGOS COMPLETOS:**

**ACOMPANHAMENTO DE CASOS CLÍNICOS: INTEGRANDO  
CONHECIMENTOS NO CUIDAR**

**Autor Primário** : Mariana Orzekovski (mariana\_fpm\_@hotmail.com)  
IFPR: Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas.

**Autor Secundário** : Elisamara Oliveira ([elisamara\\_deoliveira@hotmail.com](mailto:elisamara_deoliveira@hotmail.com))  
Mariana Borniathi (manaborniathi@hotmail.com)  
IFPR: Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas

Orientadores: Mariangela Gobatto  
Rodrigo Batista de Almeida

**INTRODUÇÃO:** Estudado o paciente A.V.S na disciplina de Vivências em Enfermagem com a professora Mariângela Gobatto e na disciplina de Farmacologia com o professor Rodrigo Batista de Almeida ,temos como dados concretos que o paciente utiliza 7 (sete) tipos de remédio . Observamos diversas interações entre seus medicamentos. O trabalho visa como objetivo o estudo dos medicamentos e suas interações. **METODOLOGIA:** O trabalho foi realizado na disciplina de Vivências em Enfermagem com a orientação da professora Mariangêla Gobatto (na qual fazemos visitas domiciliares a cada 15 dias) e na disciplina de Farmacologia com o professor Rodrigo Batista de Almeida. Na qual o paciente A.V.S. é um senhor de 52 anos, casado, obeso, com as seguintes complicações:

-Hipertensão

-Colesterol

-Diabetes

Tipo

II

Na qual o paciente nos forneceu seus medicamentos para um estudo mais detalhado. A procura foi feita em sites e na bula de alguns remédios.

**RESULTADOS** Estudado o caso do paciente A.V.S. e levando em consideração a proposta dos orientadores temos como resultado a interação de todos os medicamentos, obtendo assim um tipo de potencialização de um em relação aos outros. Os dados estudados foram os seguintes :

Medicamentos	Interage com :	Efeito Clínico:
Captopril /Enalapril	ASS Espironolactona	Diminui resposta anti-hipertensiva Aumenta o efeito hipercalêmico dos IECA
Espironolactona	Losartana	Hipercalêmia
Furosemida	Captopril/Enalapril	Hipertensão, Hipovolêmia , Hiponatremia , Sintomas de Disfunção Renal ( quando o uso

		concomitante e prolongado)
Furosemina	Metformina	Hiperglicemia , Intolerância a glicose e Diabetes Mellitus de início
Prednisona	ASS	Aumento da ulceração e sangramentos gastrointestinais; Diminuição da filtração Glomerular ; Aumento do Metabolismo do AS.
Insulina	Captopril/Enalapril	Aumenta o efeito Hiperglicêmico (podendo ocorrer cefaleia, tontura, sonolência, náuseas, fome, tremores, fraqueza, sudorese e palpitações ) .
Metformina	Captopril/Enalapril	Redução da Glicemia

**DISCUSSÃO:** Nesse caso clínico à algumas vantagens do estudo, pois temos um melhor aperfeiçoamento dos medicamentos usados pelo paciente, podemos também explicar para o mesmo as suas interações e seus efeitos no organismo. Observamos acima que os medicamentos são extremamente necessários uns aos outros, que ao interagirem fazem o organismo ficar mais potencializado. A interação medicamentosa é importante para uma realização terapêutica adequada considerando que o corpo humano é uma infinidade de substâncias que fatalmente entrarão em contato com os fármacos. E também é preciso estar ciente da farmacocinética dos fármacos para evitar interações prejudiciais a saúde do paciente. **CONCLUSÃO:** Com esse trabalho podemos notar as interações ocorridas no caso do paciente A.V.S. Nos deparamos com diversos efeitos clínicos que ocorreram e também podemos notar a importância da interação, como um fármaco complementa e potencializa o outro. Que os objetivos citados foram todos concluídos , os resultados esperados foram concluídos. O grupo levará ao paciente essas informações para um bom entendimento do mesmo.

## REFERÊNCIAS

Livro:

Silva, Penildon , **Farmacologia** . Rio de Janeiro, Guanabara Koogan , 2012.

Site: [WWW.hc.ufg.br](http://WWW.hc.ufg.br)

## ACOMPANHAMENTO FARMACOTERAPÊUTICO DE PACIENTE COM DISTÚRBIOS CARDIOVASCULARES, METABÓLICOS, BIOQUÍMICOS E ENDÓCRINOS

Aline Cardoso (alineeguga@gmail.com)

Curso de Enfermagem do Instituto Federal do Paraná (IFPR) Câmpus Palmas

Marisa Santos (marisasantos\_@hotmail.com)

Curso de Enfermagem do Instituto Federal do Paraná (IFPR) Câmpus Palmas

Saimon Nazário (nazariosaimon2@gmail.com)

Curso de Enfermagem do Instituto Federal do Paraná (IFPR) Câmpus Palmas

Sonia Alves (sonia-pompeo.alves@hotmail.com)

Curso de Enfermagem do Instituto Federal do Paraná (IFPR) Câmpus Palmas

Mariangela Gobatto (mariangela.gobatto@ifpr.edu.br)

Curso de Enfermagem do Instituto Federal do Paraná (IFPR) Câmpus Palmas

Rodrigo Batista de Almeida (rodrigo.almeida@ifpr.edu.br)

Curso de Enfermagem do Instituto Federal do Paraná (IFPR) Câmpus Palmas

**INTRODUÇÃO:** No começo do segundo semestre de 2013 foi proposto aos acadêmicos do segundo período de Enfermagem o acompanhamento de um paciente e o desenvolvimento de métodos para melhorar a qualidade de vida do mesmo. O trabalho teve a supervisão da professora Mariangela Gobatto, na disciplina de “Vivências em Enfermagem II”. O presente estudo relata a experiência de um grupo de alunos no acompanhamento da paciente selecionada. Depois de realizadas as primeiras visitas para conhecer a paciente, suas queixas, seu modo de vida e, principalmente, seus problemas de saúde, foi proposto um plano de cuidado para a mesma que incluía: estímulo da prática de exercícios físicos (já que a paciente apresenta forte sedentarismo), inserção da batata yacon na sua dieta (para auxiliar na manutenção de glicemia adequada e garantir um alimento entre as refeições, as quais são feitas a grandes intervalos e com grande quantidade de alimento), um genograma e um ecomapa (para facilitar o entendimento de sua condição e o convívio familiar). Por fim, foi feita uma análise das medicações utilizadas, tema central deste trabalho, proposto pelo professor Rodrigo Almeida, na disciplina de “Farmacologia”. **RESULTADOS:** A paciente em questão é uma mulher, 103 kg, 71 anos, divorciada, empresária e extremamente sedentária. A paciente apresenta diabetes, hipertensão, colesterol e hipotireoidismo. Suas principais queixas são dores na coluna e diabetes. Muito receptiva, concordou com quase tudo que foi proposto, com exceção da prática de exercício físico. A utilização da batata yacon vem sendo de grande importância, pois sua glicemia se mantém adequada e foi percebida uma melhora no relacionamento dela com a equipe de alunos. A paciente relata ter adotado uma dieta adequada, embora seja contrariada neste

ponto por suas funcionárias e filha. Atualmente faz uso de seis medicamentos, diariamente: insulina, citalopram, ciprofibrato, levotiroxina, omeprazol e ramipril associado a hidroclorotiazida. Com exceção do ciprofibrato, ingerido antes de dormir, todos os medicamentos são administrados ao despertar (9h15min), 45 minutos antes da primeira refeição. Com base em pesquisa bibliográfica, constatou-se a possibilidade de interação entre insulina e ramipril. **DISCUSSÃO:** Embora a paciente utilize seis medicamentos, o que, em tese, apresenta grande possibilidade de interação, somente uma interação foi relacionada. O espaçamento temporal na administração proposto à paciente pode colaborar na resolução desse problema. A abordagem de uma paciente com múltiplas condições patológicas se apresentou, inicialmente, numa perspectiva extremamente desafiante. Entretanto, a empatia estabelecida entre a paciente e a equipe de acadêmicos garantiu a boa recepção às medidas sugeridas. A proposta se mostrou muito válida, ao inserir os alunos numa situação real, constituindo-se numa importante estratégia de acompanhamento em saúde, bem como de ensino-aprendizagem. **CONCLUSÃO:** Apontados os problemas acerca dos fármacos utilizados pela paciente acompanhada, sugere-se que a associação ramipril + hidroclorotiazida seja administrada à noite, no horário imediatamente anterior à ida para a cama para dormir.

**Palavras-chave:** Diabetes, Hipertensão Arterial, Medicamentos.

## ACOMPANHAMENTO FARMACOTERAPÊUTICO DE PACIENTE PORTADOR DE DIABETES MELLITUS TIPO 1

Autor: Camile Cristiane Cruz ([email@email.com.br](mailto:email@email.com.br))

Gustavo Ribeiro ([email@email.com.br](mailto:email@email.com.br))

Moana Gabriela Binotto ([email@email.com.br](mailto:email@email.com.br))

Tainá Cristina Ribeiro ([email@email.com.br](mailto:email@email.com.br))

Mariangela Gobatto

Rodrigo Almeida

Instituto Federal do Paraná – IFPR – Campus Palmas – Paraná

**INTRODUÇÃO:** Durante vários anos buscou-se tratamentos para controle ou amenização de algumas das patologias que não tem cura, como o caso do Diabetes Mellitus tipo 1, que é tratado com diversos fármacos na tentativa de controle dos mais diversos sintomas e consequências causados pela doença, a ingestão concomitante destes diversos fármacos podem gerar interações entre os medicamentos que podem causar reações diversas até mesmo a anulação de algum medicamento pelo efeito de outro. Com este artigo pretende-se avaliar as interações medicamentosas dos fármacos utilizados por um paciente portador de diabetes mellitus tipo 1. **METODOLOGIA:** Para realização deste trabalho foram realizadas visitas domiciliares, feitas no componente curricular Vivências em Enfermagem II. Nesta etapa foram feitas coletas de dados como, estado do paciente, grau de avanço da doença, a relação dos familiares com o paciente alvo, as condições, e necessidades dos mesmos, ou até mesmo a descoberta de alguma outra pessoa que necessitaria de um cuidado e não avaliar apenas o paciente, porém como conjunto deste trabalho está o componente curricular Farmacologia, foram coletados as informações dos medicamentos do paciente sendo utilizado como apoio da coleta de informação a bula dos medicamentos, nos sites [www.doctoralia.com.br/medicamento/metformina-12501](http://www.doctoralia.com.br/medicamento/metformina-12501), [www.cefaleias.com.br/remedios/preventivos/amitriptilina](http://www.cefaleias.com.br/remedios/preventivos/amitriptilina), [www.ehow.com.br/tramadol-hcl-50-fatos\\_135033/](http://www.ehow.com.br/tramadol-hcl-50-fatos_135033/), e também no livro Farmacologia dos autores Rang e Dale, e compreender melhor as interações medicamentosas entre os mesmos, para saber quais alternativas adequam-se melhor ao caso. **RESULTADOS:** Paciente alvo do estudo é do sexo masculino, 23 anos, que é portador de diabetes mellitus tipo 1 descoberto a cerca de 4 anos, que ocorre quando a produção de insulina do pâncreas é insuficiente, pois suas células sofrem de destruição auto-imune. O pâncreas perde a capacidade de produzir insulina em decorrência de um defeito do sistema imunológico, fazendo com que nossos anticorpos ataquem as células que produzem a esse hormônio. O paciente já apresenta algumas sérias complicações decorrentes da doença não controlada como vontade de urinar diversas vezes ao dia, fome frequente sede constante, perda de peso, apresenta sintomas de, fadiga, é muito nervoso e a família relatou que ele com frequência irrita-se e não quer mais tomar os medicamentos, joga-os fora e não os toma corretamente, apresenta também náuseas e vômito, e também apresenta falta de sensibilidade nos membros inferiores; ele já apresenta algumas

manchas de necrose nos pés e pequenas feridas em cima dos dedos. O paciente faz o uso de alguns medicamentos como: insulina 3x ao dia, 35 ml: manhã e tarde; metformina 850mg 2x ao dia: manhã e noite; gabentina 600mg 2x ao dia: 12/12 horas; tramadol HCl 50mg 3x ao dia; omeprazol: 1 de manhã; amitriptilina, os quais ingeridos em associação podem causar interações medicamentosas como é o caso da associação amitriptilina com o tramadol que tem como efeito clínico o aumento do efeito neuroexcitante e/ou de potencialização de crises convulsivas do tramadol, que apresenta um grau de interação grave. **DISCUSSÃO:** Neste trabalho é possível conhecer sobre a importância de um enfermeiro em conhecer os medicamentos, e as interações entre os mesmos, pois em algumas vezes será possível uma maior eficácia dos medicamentos fazendo o uso de interações corretas, sendo que também é necessário que é necessário o conhecimento do enfermeiro para possíveis questionamentos da família ou do próprio paciente que devido a questões culturais e de conhecimentos pode ter uma informação errada daquele medicamento, sendo assim o enfermeiro terá condições de orientá-los neste aspecto. **CONCLUSÃO:** A partir do estudo de caso realizado com o paciente portador do diabetes mellitus tipo 1 e a medicação administrada a ele para controle da doença, foram constatados as interações medicamentosas entre o fármaco amitriptilina e o tramadol e com base nas informações pode ser considerado a modificação da terapia utilizada.

## ANÁLISE DO ESTOQUE DOMICILIAR DE MEDICAMENTOS EM PALMAS (PR)

Amanda Sotoriva (amanda\_28\_sotoriva@hotmail.com)

Angela Cristina Andrade Salvador (abssalvador@hotmail.com)

Caroline Mensor Folchini (carol\_folchini@hotmail.com)

Jardel Cristiano Bordignon (jardel.bordignon@ifpr.edu.br)

Rodrigo Batista de Almeida (rodrigo.almeida@ifpr.edu.br)

Rodrigo Hinojosa Valdez (rodrigo.valdez@ifpr.edu.br)

Curso de Farmácia Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas

**INTRODUÇÃO:** Manter medicamentos em casa é um hábito muito comum, o que constitui as “farmacinhas” ou “caixinhas de remédio”. Este trabalho objetivou analisar os medicamentos que haviam sido previamente recolhidos na “Campanha para o Uso Racional de Medicamentos – 5 de maio”, de forma a traçar uma estimativa do impacto do estoque domiciliar de medicamentos em Palmas (PR) para a saúde humana, animal e ambiental. **MATERIAL E MÉTODOS:** Após a pesagem dos medicamentos recolhidos, os produtos foram contados. Na sequência, foram removidas a embalagem secundária e a bula, as quais foram encaminhadas para reciclagem. Sem a embalagem secundária, foi possível estabelecer a quantidade de medicamento realmente disponível em cada produto e quantificar os fármacos. As formas sólidas foram contadas em unidades farmacotécnicas, sendo que os pós foram pesados. Para os medicamentos na forma semi-sólida, foi feita uma análise visual que estimou a quantidade aproximada de produto (2/3, 1/2, 1/4, etc.). As formas líquidas tiveram seus volumes determinados em proveta. Com a quantidade determinada ou estimada de cada produto, foi feita a determinação da quantidade de fármaco, a partir dos dados da própria embalagem sobre quantidade ou concentração do fármaco por unidade posológica. **RESULTADOS:** No total, foram recolhidos 789 produtos farmacêuticos, totalizando 20 kg (valor aproximado). Os medicamentos se encontravam em diferentes formas farmacêuticas. Dos medicamentos, 19,01% eram genéricos, 6,08% eram amostra-grátis, 1,01% manipulados e 0,88% fitoterápicos. Em relação ao prazo de validade, 61,09% dos produtos estavam vencidos. Em outros 3,81% não foi possível conferir essa informação. O restante (35,1%), mesmo sem o prazo de validade ter expirado, não pode ser considerado adequado para uso, pois se desconhecem as condições de armazenamento. Foram identificados 230 fármacos, totalizando 949,5 g. Substâncias com considerável risco sanitário, como antibióticos e medicamentos controlados, foram recolhidas. **DISCUSSÃO:** Um fator que explica parte do estoque domiciliar de medicamentos é a falta de adesão ao tratamento prescrito, mas poucos indivíduos atingem esse padrão, pois problemas na adesão são muito frequentes e incluem não



aceitação, aceitação parcial e, até mesmo, hiperaceitação, em alguns casos. Na amostra analisada, a maior parte estava vencida ou não havia como verificar o prazo de validade. Outro inconveniente é o fato de, após o início da utilização do medicamento, a validade do produto poder divergir do prazo de validade impresso na embalagem, pois condições de armazenamento desfavoráveis ou a violação da embalagem primária expõe o produto a agentes externos que podem causar alteração na formulação. O fato de a amostra recolhida não apresentar anticoncepcionais pode sugerir que o tratamento contraceptivo, na população abordada (Palmas-PR), está sendo completo. A presença de antibióticos na amostra analisada pode sugerir, portanto, uso indiscriminado desses agentes, o que pode desencadear resistência microbiana. Os medicamentos controlados que agem no sistema nervoso central também suscitam grande preocupação. A presença dessas substâncias pode indicar abandono de tratamento. Quanto aos exames laboratoriais, os medicamentos são os mais importantes interferentes. Em relação à população idosa, inúmeras substâncias presentes na amostra não são recomendadas, devido à ocorrência maior de efeitos adversos nessa faixa etária ou à exacerbação de problemas notoriamente verificados em pacientes geriátricos, de acordo com os critérios de Beers. O estoque domiciliar pode ser danoso também para os animais. No Brasil, a principal causa de intoxicação em animais domésticos é por medicamentos, tanto os de uso humano, quanto os veterinários. O outro problema se relaciona aos produtos não utilizados por alguma razão e que são descartados no lixo comum ou no vaso sanitário, o que confere a esses produtos o *status* de “poluentes emergentes”. Como consequência, há presença, ao redor do mundo, de fármacos residuais em águas naturais e em efluentes de estações de tratamento de esgoto. **CONCLUSÃO:** Este trabalho permitiu estabelecer um panorama do estoque domiciliar de medicamentos em Palmas (PR). A partir do cenário estabelecido, foi estimado o impacto da “farmacinha” para a saúde humana, animal e ambiental.

**Palavras-chave:** Estoque domiciliar de medicamentos, uso racional de medicamentos, farmacinhas.

## USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS NUMA PROPOSTA INTEGRADA DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Rodrigo Batista de ALMEIDA, Amanda SOTORIVA, Ângela Cristina Andrade SALVADOR, Rodrigo Hinojosa VALDEZ

### Resumo

Com o intuito de iniciar uma discussão sobre a importância do uso racional de medicamentos foi realizado um trabalho em conjunto com uma escola da cidade em que os alunos do quinto ano colaboraram com os desenhos dos personagens para que pudéssemos formular uma historinha em quadrinhos, a importância de se incluir crianças numa proposta de Educação e saúde se deve ao fato de que elas atuam como sujeitos disseminadores do conhecimento, reforçando as mensagens vinculadas nos materiais dirigidos especificamente para adultos.

**Palavras Chave:** Uso racional de medicamentos, historinha em quadrinhos, educação em saúde.

**INTRODUÇÃO:** O estoque domiciliar de medicamentos pode ser explicado pelo fácil acesso a esses produtos, falhas na continuidade do tratamento, não adesão ao tratamento contínuo motivada por efeitos adversos e sobras de tratamentos anteriores. O dano potencial decorrente da exposição humana, animal e ambiental a esses produtos é considerável, de modo que medidas que colaborem para a conscientização da população devem ser adotadas, sobretudo entre crianças, que atuam como disseminadoras de informações. Nesse sentido, este trabalho objetivou desenvolver uma estratégia de Educação em Saúde focada na elaboração de uma história em quadrinhos desenvolvida em parceria com crianças de quinta e sexta série de uma escola do município de Palmas. **MATERIAL E MÉTODOS:** O texto foi previamente definido pela equipe de professores e alunas do Curso de Farmácia do Instituto Federal do Paraná de modo a tratar o problema do estoque domiciliar de medicamentos de uma forma simples, objetiva, mas também informativa. Na sequência, foi solicitado aos alunos um desenho de cada personagem. Os desenhos que mais se aproximassem da necessidade dramática de cada personagem foi escolhido. A história em quadrinhos foi impressa na gráfica Kaygangue, em papel *couché*, gramatura 90 g/m<sup>2</sup>, no formato A4 (210 mm de largura por 297 mm de altura, com área total de 1/16 m<sup>2</sup>), colorido, frente e verso. O papel teve uma dobra no sentido transversal, delimitando quatro espaços (capa, primeira página, segunda página e contra capa). A capa foi reservada para o título e uma pequena fala de abertura do personagem-apresentador (Drágeo). Nas duas páginas internas houve o desenvolvimento da história. A contra capa reuniu os créditos do trabalho, citando nominalmente todos os envolvidos, inclusive as crianças autoras dos desenhos, bem como os patrocinadores. **RESULTADOS:** Foram impressos 10.000 exemplares, distribuídos na região. A publicação foi viabilizada pelo patrocínio de quatro empresas locais. As crianças tiveram acesso em primeira mão ao material. Para isso, foi marcado um dia específico para a apresentação da história em quadrinhos para os alunos que participaram efetivamente da elaboração da história. No mesmo

dia, durante o intervalo das aulas, cada criança distribuiu exemplares para os colegas de outras turmas. A importância de se incluir crianças numa proposta de Educação em Saúde se deve ao fato de que elas atuam como sujeitos disseminadores do conhecimento, reforçando as mensagens veiculadas nos materiais dirigidos especificamente para os adultos. **DISCUSSÃO:** Evidenciado o problema do uso irracional de medicamentos. Uma das formas de reverter esse processo é pela educação e informação da população. A história “Não brinque com os medicamentos!” se passa numa residência, onde a “caixinha de remédios” está ao alcance das crianças. A história foi montada em apenas dez cenas, mas reúne inúmeros conceitos, apresentados tanto de forma objetiva como em mensagens subliminares (mas facilmente reconhecidas e assimiladas pelas crianças). Inicialmente, é tratado o problema da sobra de medicamentos provocada pela alteração na prescrição. A história mostra inúmeros problemas decorrentes do estoque domiciliar de medicamentos, como o uso de medicamentos humanos em animais, o uso de medicamentos em crianças de forma indevida e o problema ambiental causado pela disposição de fármacos no ambiente, especificamente a resistência aos antibióticos. **CONCLUSÃO:** Este trabalho contribuiu com a comunidade local, na perspectiva de uma proposta de educação em saúde a partir da história em quadrinhos, que possibilitou alertar sobre o perigo das “farmacinhas”. As crianças envolvidas na atividade demonstraram grande interesse pelo tema e, certamente, atuaram como disseminadoras da informação sobre o uso racional de medicamentos.

## INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA DO DEPENDENTE QUÍMICO DE CRACK SOB A LUZ DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUAMANA

Autor: Suelen Cavalli (cavallisu@gmail.com.)  
Instituto Federal do Paraná

Autor: Ivan Furmann (ivan.furmann@ifpr.edu.br)  
Instituto Federal do Paraná

**Resumo:** Um dos temas polêmicos da atual sociedade é a dependência química, com foco no uso do “crack” que nos últimos anos vem tomando os principais meios de comunicação pelos crescentes dados e difícil solução para essa epidemia. Principalmente nas capitais brasileiras, fica evidente o poder dessa droga, onde se tem visão das cracolândias ou apenas de viciados que perambulam o dia todo atrás de conseguir uma pedra e depois outra, assim sucessivamente. Além dos perigos que enfrentam pelo uso continuado da droga, ainda se tem o risco que o contexto da droga traz à vida de um usuário como modo de manutenção do seu uso. A forma que o Estado e a sociedade age até então, mostra que ou um usuário tem o destino carcerário ou então, a morte. A internação compulsória do dependente químico de crack é apresentada por muitos como uma forma de solução. Mas esta se apresenta como um recurso, o último a ser tomado nessa batalha contra as drogas. As ações preventivas devem ser prioritárias, e no caso da internação, esta deve ser bem estruturada a fim de tratar e ressocializar o dependente químico.

**Palavras Chaves:** princípios, dependência química, crack, internação compulsória, políticas públicas.

**Abstract:** One of the controversial issues in society today is drug addiction , focusing on the use of " crack " that in recent years has taken the mainstream media by increasing data and difficult solution to this epidemic . Especially in capitals , shows the power of this drug , which has a vision of cracolândias or only addicts who roam all day to get behind a rock and then another , so on . In addition to the dangers facing the continued use of the drug , even if the risk is that the context of the drug brings to life a user as a way of maintaining its use . The way that the state and society acts so far , shows that a user has or prison or fate then death . The compulsory admission of the crack addict is presented by many as a way of solution. But this presents as a resource , the last to be taken in this battle against drugs . Preventive actions should be priorities, and in the case of hospitalization , this should be well structured in order to treat and re-socialize the addict.

**Keywords:** principles, drug addiction, crack, compulsory hospitalization, public policies.

### 1 Introdução

A internação sem o consentimento dos viciados em crack vem tomando frente como uma solução para àqueles que se encontram nas ruas, sem qualquer respaldo de dignidade.

O objetivo proposto nesse artigo foi o de levantar informações sobre a internação involuntária e compulsória, principalmente o sistema aplicado no início do ano de 2013 na Capital do estado de São Paulo.

Por meio de análise das opiniões e discussões entre médicos, psiquiatras e juristas, analisar-se-ão os pontos principais nas divergências.

## **2 Da dignidade da pessoa humana**

Na atual sociedade, as leis trazem igualdade entre os seres humanos, protegendo os indivíduos e norteando suas condutas.

A dignidade da pessoa humana não é apenas um princípio é também uma regra constitucional contemplada na ordem jurídica brasileira como fundamento da República, repassando por sua força normativa toda a racionalidade do ordenamento jurídico nacional. Ou seja, a dignidade da pessoa humana deve anteceder até mesmo o ordenamento jurídico como princípio lógico e ético. Com o efeito, o mundo do dever-ser que se constituiu o direito, possui elementos meta jurídicos que constituem condição de possibilidade para o próprio direito. O princípio da dignidade da pessoa humana deve fazer referência à proteção da pessoa concreta, não se ateando a apenas um sujeito virtual abstratamente considerado e sim à pessoa concretamente considerada. (FACHIN; RUZYK, 2008, p. 1- 2)

A Constituição Brasileira fundamenta a dignidade da pessoa da pessoa humana como um princípio fundamental e encontra-se fundamentada em seu art. 1º, III.

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...] - III - a dignidade da pessoa humana.

A dignidade deve se fazer presente na vida de todo ser humano. O legislador deve colocar o ser humano digno como foco na formulação das leis.

Os direitos advindos da dignidade humana aderem à pessoa, sem se fazer necessário qualquer reconhecimento pela ordem jurídica. Esse princípio garante o reconhecimento do homem como ser superior. A liberdade é o fator prioritário compondo a instância fundadora do direito e a preservação dos direitos humanos, naturais e inatos é condição imprescindível da instituição da sociedade e do Estado democrático. (AWAD, 2006)

A dignidade da pessoa humana deve se fazer real e presente, afinal esta precisa ser vivenciada e respeitada pelo ser humano no seu dia-a-dia. Doutrinas e jurisprudências vêm conforme o desenvolvimento da sociedade, balizando conceitos e concretizando seu conteúdo conforme cada caso.

Mas conforme a sociedade se desenvolve, as mudanças na lei e nos julgamentos se fazem necessárias.

Um dos assuntos que está atualmente em debate nos jornais e meios de comunicação no Brasil é a internação compulsória do dependente químico, assunto do presente trabalho. Existe uma divergência gritante sobre esse tema. As diferenças se embasam em princípios e normas, usadas contra ou a favor desse procedimento.

Quando a situação fática dos mais de dois milhões de usuários apresenta um cenário degradando e insustentável, lançados na sarjeta à própria sorte, medidas como a internação compulsória ou involuntária podem ser plenamente adotadas dentro de um Estado de Direito, em que todos são iguais perante a lei, garantidos o direito à vida e à liberdade. A privação da liberdade de ir e vir faz-se essencial para que se vislumbre alguma possibilidade de devolver dignidade a alguns dependentes químicos, inconscientes e largados a sua própria sorte nas ruas de muitas cidades do país. Não há que se falar em ofensa ao princípio da dignidade humana, quando nada resta de dignidade a situação dessas pessoas. Não há que se falar em medida higienista, um dos pilares sustentados pelos críticos da política de internação a força, quando direitos como a vida, a saúde e a dignidade são diuturnamente aviltados fundamentos constitucionais para que o Estado possa tomar medidas que protejam os cidadãos dependentes químicos. (FRANCO, 2013)

Abordando a liberdade, a autonomia da vontade e capacidade para tutelar a própria vida, ocorre que esses direitos entram em conflito com usuários em níveis avançados de dependência, vivendo já em condições desumanas, podendo assim acarretar a hipótese de incapacidade civil, necessitando neste caso, uma intervenção judicial. Essa incapacidade é gerada não só no prejuízo do entendimento do usuário como também na forma de transgredir as leis de maneira a subsidiar o uso continuado e frequente, colocando assim a segurança coletiva em



risco. A droga transforma o ser, sua vida pessoal, social, familiar, profissional e legal. Conforme a substância usada, seus efeitos no corpo e no cérebro serão diferentes e seu uso prolongado além de prejudicar a saúde alterando o comportamento.

Os princípios constitucionais têm grande importância e valor, todos concretizados para organizar uma sociedade justa e ordenada. Porém em alguns casos para se defender um direito haverá um princípio sobreposto a outro. No trabalho de conclusão de curso aqui apresentado, mostra-se o conflito de princípios na internação involuntária e compulsória do dependente químico onde a liberdade, capacidade inserida no direito da personalidade e autonomia da vontade encontram-se em divergência com a dignidade da pessoa humana, direito da saúde moral e física e o direito à vida.

### **3 Fatores de riscos inseridos na vida do usuário – condições de vulnerabilidade**

Com os recursos financeiros já esgotados, a necessidade do uso constante e a falta de renda, ocorrem então os pequenos delitos para conseguir mais pedras de crack, devido ao efeito da substância passar rapidamente e da necessidade do uso de várias pedras ao longo do dia.

Segundo Silva (2012, p. 132), como a maioria dos usuários de crack são pertencentes às classes D e E, os usuários não têm dinheiro sempre à mão, não consegue dos pais e em uma casa humilde não há muitos objetos para troca, trilhando assim, o caminho da delinquência.

Em Curitiba, uma pesquisa publicada no jornal Gazeta do Povo (2013) Guilherme Voitch atenta a essa realidade, onde cerca de 90% dos crimes contra a vida e o patrimônio cometidos por adolescentes têm relação com o crack. Entre esses delitos estão furto, roubo, homicídio, porte de arma e sequestro. Esses dados foram obtidos através dos casos atendidos pelo Juizado, por meio de cálculo da juíza da Vara de Adolescentes Infratores, Maria Roseli. Analisar-se-á história de vida de um viciado adolescente que já se acometeu de vários pequenos delitos para manutenção do uso do crack, tanto é que até o momento da entrevista cumpria medida de reintegração pela quarta vez no Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Infrato – Ciaadi em Curitiba, essa última vez detido pelo crime de roubo. André que tem apenas 17 anos tem sua história de vida como a maioria dos menores infratores usuários de crack, começou fumando maconha, evoluindo para o crack há 3 anos. Saiu de casa pelos desentendimentos como a maioria. Sem dinheiro para compra de crack, e com o uso desacerbado – entre dez pedras por dia – passou a roubar, e tudo o que conseguia já tinha destino certo, uma parte para sustento da mulher e filha e o resto em pedras de crack. Ele falou sobre a facilidade em conseguir crack, que se encontra em qualquer lugar, independentemente da hora. André conta que por mais que roubasse, sempre faltava dinheiro e que inclusive já tomou até tiro de traficante, mas conseguiu fugir e só não morreu porque teve sorte, pois mataram o traficante que o ameaçava. (VOITCH, 2006)

Não buscando fazer uma ligação do crack com o crime além dos efeitos destruidores do crack no organismo, os usuários se expõem a um risco de vida constante.

Outro ponto que merece atenção, principalmente por ter um número significativo de homicídios, são as dívidas de usuários de crack com traficantes resultantes em mortes. O tráfico rende muito dinheiro, movimentando cifras pelo mundo todo. Segundo Silva (2012, p. 76), estima-se que o tráfico gera em torno de 300 bilhões de dólares por ano. Sua economia mundial fica inclusive à frente da indústria farmacêutica e as margens de lucro são maiores do que a venda de computadores, que detém a maior economia mundial, gerando em torno de 450 bilhões de dólares por ano. A alta exposição à violência está presente na vida dos usuários de crack, não só pelo efeito da substância no organismo, mas também pelas elevadas taxas de homicídios ocorridos com nexos ao uso e comércio do crack.

Para Raupp e Adorno (2010, citado por Andre Costa Dias, 2012, p. 67) deve-se atentar para os riscos de generalização equivocadas. Os autores destacam o componente de socialização que o crack pode trazer, em especial os moradores de ruas, onde observaram episódios de auxílio e solidariedade como cuidados físicos, trocas ou compras de comidas, empréstimos de cobertores, entre usuários de crack.

Outro método de manutenção de uso preocupante e bastante noticiado é a prostituição em troca de dinheiro ou pedras de crack. Não só de mulheres adultas como de crianças e adolescentes.

A jornalista Pagnan em uma reportagem para o jornal Folha de São Paulo sobre como a prostituição cresce a rabeira do crack em Jundiaí, pontuou a legião incontável de prostitutas usuárias de crack. Explana-se na matéria sobre a mudança no perfil das prostitutas, antigamente mais ligadas à miséria e condição social, se valiam do corpo pela falta de dinheiro, para o próprio sustento pela falta de espaço no mercado, inclusive por seguirem as mães já inseridas nesse meio. Atualmente, essa prostituição local está ligada à manutenção do uso do crack, onde mulheres ou adolescentes se oferecem à luz do dia para programas sexuais.

O preço de um programa chega ao máximo à R\$50,00, sendo que a maioria sai por menos de R\$20,00 que são suficientes para algo em torno de duas pedras de crack. A pesquisa feita com 79 usuárias de crack apontou que mais da metade tem menos de 30 anos (59%) e possui filhos (61%). A pesquisa não apontou a situação das crianças e nem sobre os homens que pagam pelos programas. Segundo as entrevistadas, quem decide se será usado preservativo ou não são os homens. E pela fissura ou efeito da droga, na hora do ato sexual nem percebem se há camisinha ou não.

Quanto às condições de vulnerabilidade sobre esse assunto das viciadas compulsivas em crack Costa Dias (2012, p. 51) aponta para o risco do contato sexual sem proteção. As usuárias estão suscetíveis à HIV, sífilis, gonorreia, hepatites e tuberculose, entre outros. Situações de violência como agressões físicas, verbais e sexuais fazem parte do cotidiano nas crackolândias e elas agem com naturalidade na hora de relatarem abusos perpetrados por policiais, clientes, traficantes, maridos e cafetões. Estupros, surras e tentativas de homicídios não são alvo de denúncia e cuidados médicos, pois elas não se sentem capazes tampouco legitimadas socialmente de fazer frente às violações sofridas. Inclusive algumas mulheres adotam um perfil masculinizado, para uma segurança própria como forma de estratégia e defesa para essas agressões que estão sujeitas por ser o sexo frágil do local.

#### 4 A internação e suas nuances jurídicas

Mesmo com políticas públicas eficientes, sabe-se que assim como as drogas acompanham a humanidade desde os tempos mais remotos, ela dificilmente deixará o contexto da sociedade, seja o país desenvolvido ou subdesenvolvido. Mas pelos dados alarmantes em pesquisas, o Estado deve agir, para tentar diminuir o consumo e o tráfico desenfreado no país.

Iniciando esse último debate, deve-se restar claro que a internação involuntária ou compulsória não é uma forma de combater essa epidemia do crack que o país atualmente enfrenta, esta é uma possível solução para quem já está inserido no contexto de dependente químico grave, ou seja, quem já vive em função da crack.

O que não pode ser confundido é a internação compulsória com o recolhimento compulsório. A dependência é uma doença crônica, grave e que não se cura com algum tipo de medicamento, então, quando alguém se encontra doente, este não deve ser preso ou enclausurado e sim hospitalizado para o tratamento certo. O recolhimento de forma brutal feito por policiais, para simplesmente deixá-los em albergues não é uma forma real de tratamento, sendo criticadas por muitos como apenas uma higienização nas cidades, principalmente para eventos como a Copa do Mundo FIFA no ano de 2014 e as Olimpíadas em 2016.

Dentro do tema, em que por vezes algumas abordagens não conseguem chegar com a necessária profundidade à real dimensão dos prejuízos relacionados pelo uso abusivo das drogas, o foco dos debates ultimamente tem sido o internamento compulsório que se segue ao recolhimento quase selvagem promovido pelas polícias de São Paulo e Rio de Janeiro. Convém elucidarmos que o recolhimento compulsório se constitui de fato assepsia social, enquanto internação de forma alguma pode ter essa conotação. Recolhimento não conduz o “enfermo” a um tratamento adequado, pois são literalmente recolhidos para espaços de acolhimento, albergues, como acontece no Rio de Janeiro, e não para clínicas de recuperação comunidade terapêuticas e/ou unidades de desintoxicação em espaços reservados nos poucos hospitais psiquiátricos existentes. Já a internação compulsória sim! Nesta os drogadictos são conduzidos para esses locais especializados e específicos. Daí podemos assegurar que o que distingue um do outro é um fosso abissal e impactante que interfere consideravelmente no futuro dos “pacientes”. (SILVA, 2012, p. 131).

A Operação Centro Legal, é uma parceria do governo de São Paulo, governado por Geraldo Alckimin com a prefeitura de São Paulo governada por Gilberto Kassab com apoio da Polícia Civil e a Guarda Civil Metropolitana, criada na tentativa de acabar com as cracolândias e o tráfico de crack, como também devolver a dignidade aos usuários de crack da região.

A Operação Integrada Centro Legal existe desde 2009, mas, no início do ano passado, quando passou a contar com policiais militares e guardas-civis, parte dos viciados da cracolândia começou a migrar para outras regiões da cidade, numa fuga chamada por eles de "procissão do crack". De acordo com a Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, já foram identificados grupos de viciados em entorpecentes em dez bairros: Sé, Santa Cecília, República e Bela Vista (no Centro); Cambuci e Itaim Bibi (Zona Sul); Pari (Zona Norte); Mooca e Belém (Zona Leste); e Barra Funda (Zona Oeste). Segundo o governo, desde janeiro de 2012 a Operação Centro Legal realizou mais de 150 mil abordagens sociais e de saúde, que resultaram na internação voluntária de 1.363 dependentes químicos e mais de 13 mil encaminhamentos para abrigos e albergues. (G1, 2013)

Essa operação, não obteve muito êxito, pois além desses grupos migrarem para outras regiões de São Paulo como verificado na matéria citada a cima, as cracolândias onde ocorreram essas operações continuam intensas com uso e comércio desenfreado de crack à céu aberto.

Bastante criticada também pela forma de abordar os usuários por parte dos policiais na operação. Em entrevista para Tadeu Breda, colunista da Rede Brasil Atual – RBA, a coordenadora-auxiliar do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Daniela Skromov interpreta a ação da polícia na região. A mesma segundo a matéria, foi até a região com um grupo de defensores públicos para acompanhar o que estava acontecendo na cracolândia durante as operações.

A questão desse capítulo, que trata sobre internar e não prender, atenta que o governo não pode apenas tirar esses usuários de crack das ruas e asilá-los. O dependente químico não é usuário de crack somente porque não tem um lar. Estes precisam de tratamento e se a lei autoriza a internação, a mesma estabelece que o tratamento terá como finalidade a reinserção social do usuário em seu meio (Lei 10.216/01, art 4º § 1º). Assim como a lei também exige que o tratamento será estruturado, dando assistência integral ao dependente químico, entre eles serviços médicos, assistência social e psicológica, ocupacional, de lazer, e outros. (art. 4º §2).

Além do mais, esta forma de retirada das ruas com intuito apenas de asilá-los é proibida na própria Lei 10.216/01 que rege a internação compulsória. Se o governo internar o usuário de crack e não oferecer a estrutura adequada, eis que surgirá então, uma internação ilegal, fora do previsto em lei.

Enquanto alguns civis atentam as matérias, sobre a forma de abordagem dos usuários citada acima, sem transparecer qualquer indignação, observa-se como há um preconceito com os usuários de crack. Dificilmente alguém vê a dependência como uma doença, a qual o usuário precisa de ajuda para se reabilitar, e não mais uma forma de exclusão da sociedade. A dignidade dos usuários que vivem nessas situações nas cracolândias já é bastante afetada, para não dizer que inexistente, e ainda assim policias e autoridades agem com desrespeito, no que era para ser uma ação de recuperação da dignidade e combate ao crack.

#### 4.1 Das formas de internação do dependente químico

Antes de entrar na forma do sistema propriamente dito para casos de dependência química, é de bom costume lembrar que como nos casos da internação involuntária e compulsória, como não se tem o consentimento do usuário, será posto em pauta os direitos fundamentais como a liberdade e a autonomia da vontade. A legislação no Brasil solicita que para decisões acerca da liberdade haverá o devido processo legal constituído da ampla defesa, contraditório, laudos de equipe constituídos por psicólogos e médicos, e demais garantias do processo antes e depois da decisão do juízo. Porém, inexistente no Brasil lei que estipule que todas as internações involuntárias passem pelo poder judiciário. Mais adiante será estudado o que necessita constar em cada tipo de internação.

Essa privação de liberdade do dependente químico não entra no contexto do direito penal obviamente, apenas traz algumas de suas peculiaridades. A Constituição do Brasil não contempla em seus artigos a restrição de liberdade pela internação psiquiátrica. Quem baliza essa privação de liberdade é o art. 6º, parágrafo único, incisos I, II e III da Lei Federal número 10.216 de 2001 que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

Art. 6º A internação psiquiátrica somente será realizada mediante laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos. Parágrafo único. São considerados os seguintes tipos de internação psiquiátrica :I - internação voluntária: aquela que se dá com o consentimento do usuário; II - internação involuntária: aquela que se dá sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiro; e III - internação compulsória: aquela determinada pela Justiça.

Como visto, o art. 6º define que haverá um laudo médico que caracterize a internação.

#### 4.1.1 Internação Voluntária

Não há muito que se discutir sobre essa forma de internação. Nesse caso não há alguma controvérsia, sendo um procedimento normal, onde há o consentimento do dependente para o tratamento, não ocorrendo aqui conflito de direitos. Para que a internação voluntária aconteça, o paciente deve expor seu consentimento através de uma assinatura declarando que concorda com o tratamento, conforme conta no art. 7º da Lei 10.216/ 2001: “A pessoa que solicita voluntariamente sua internação, ou que a consente, deve assinar, no momento da admissão, uma declaração de que optou por esse regime de tratamento”. No entanto, somente um médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina – CRM do estado em que se localize o estabelecimento de internação é que pode autorizar essa internação. (art. 8º; Lei 10216/2001)

O término da internação voluntária acontecerá quando o paciente solicitar, de forma escrita ou então quando o médico determinar.

#### 4.1.2 Internação Involuntária



A internação involuntária é a forma de internação do dependente químico solicitada pela família ou responsáveis, ou terceiro autorizado pela Lei como o Ministério Público, sem a autorização do usuário.

Essa forma de internação também necessita da autorização de um médico credenciado no CRM do estado do estabelecimento conforme o art. 8 da Lei 10216 de 2001. Outra importante inovação trazida nessa lei, é a participação do Ministério Público nesses casos. O parágrafo primeiro estipula um prazo de até 72 horas para que se transmita tanto a internação involuntária, quanto a alta do paciente internado ao órgão do Ministério Público Estadual.

O fim dessa internação involuntária se dá pela solicitação da família ou responsável, ou então quando requerida pelo médico. O paciente então em tratamento não pode solicitar o fim da sua internação.

#### 4.1.3 Internação Compulsória

As cracolândias podem ser descritas como um verdadeiro abandono social, Quem passa por elas ou as observa nos meios de comunicação se carrega de um grande preconceito, vistos como indigentes, vagabundos e bandidos. Alguns se perguntam e as famílias o que fazem? Principalmente quando são menores de idade.

A luta de um usuário de crack é complicada, tanto que até mesmo famílias mais estruturadas cansam da rotina de tentar sanar o vício do filho, irmão, enfim parente. Desistem de tanto buscá-los nas ruas, tentar tratamentos. E entre outros destinos desse usuário, um deles é migrar para cracolândias na busca de abrigo e manutenção do uso.

A pequena introdução nesse item, nada mais é que uma breve explicação do dever do Estado para com esses usuários. A internação compulsória é um dos atuais meios de atuação do Estado. Meio que gera polêmica, enrolada em princípios e autoridade estatal.

Ao Estado, o guardião da liberdade de todos, caberia intervir para assegurar o resgate da razão e a libertação do dependente. O argumento de que ninguém pode ser obrigado a fazer nada contra sua vontade parece frágil ao se considerar que o usuário já não controla seus desejos e virou um escravo do vício. (MARTINS, Fernando, 2013)

Está prevista no art. 9º da Lei 10216/2001, o qual estabelece que de acordo com a legislação vigente, será necessário que o juiz competente determine a internação, levando em conta as condições de segurança do estabelecimento, assegurando um procedimento justo e digno para o dependente.

Esse pedido ao juiz deve ser formal, feito por médico devidamente inscrito no CRM local, atestando que o psicológico e físico da pessoa que se solicita a internação já se encontra em fase de grande risco, devido ao tempo e manutenção constante da droga.

A internação compulsória, é tratada com grande polêmica, não só na área dos juristas, como também pela medicina e psicologia. Em nenhuma das áreas há um



consenso sobre se é uma boa medida ou não. Os juristas não favoráveis a essa forma de internação, se baseiam no seu voto contra nos direitos da liberdade, enquanto que, de contrapartida os favoráveis já colocam o maior direito de todos, que está inclusive acima do direito de liberdade que é o direito à vida.

#### 4.2 O SISTEMA DA INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA IMPLANTADO EM SÃO PAULO

Analisar-se-á o sistema de internação compulsória do dependente químico, implantada no estado de São Paulo no início de 2013.

É uma união entre o sistema de saúde e da justiça, representados por médicos psiquiátricos e psicólogos, e também por juiz, promotor de justiça e advogados. Em janeiro de 2013 iniciou-se um plantão jurídico no Centro de Referência de Álcool e Drogas (Cratod), para dar início aos tratamentos dos dependentes químicos de drogas, na maioria usuários de crack, fornecendo tratamento ambulatorial e com o objetivo principal de realizar o maior número de internações voluntárias possíveis e só em últimos casos a internação compulsória.

A internação compulsória como visto, está pautada em lei desde 2001, mas essa medida adotada pelo governo de São Paulo, foi uma forma de acelerar o processo de quem já está a muito tempo no vício. A Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania respondeu essa questão, deixando exposta no Portal do Governo de São Paulo.

O governo criou medidas para o cumprimento mais eficiente da lei. No dia 11 de janeiro de 2013, o Estado de São Paulo viabilizou uma parceria inédita no Brasil entre o Judiciário e o Executivo, entre médicos, juízes e advogados, com o objetivo de tornar a tramitação do processo de internação compulsória (já previsto em lei) mais célere, para proteger as vidas daqueles que mais precisam. As famílias com recursos econômicos já utilizam esse mecanismo (internação involuntária) para resgatar os seus parentes das drogas. O que o Estado está fazendo, em parceria com o Judiciário, é aplicar a lei para salvar pessoas que não têm recursos e perderam totalmente os laços familiares. Essas pessoas estão abandonadas, e é obrigação do Estado tirá-las do abandono. A presença do Judiciário vai aumentar as garantias aos direitos dos dependentes químicos. (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2013).

No mesmo texto, a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, deixou claro o que mudou nesse atual sistema implantado: No tocante ao processo inicial dessa internação, continuará a cargo dos agentes de saúde, como antes. A principal diferença é que agora, com a presença dos representantes do Judiciário, que ficam de plantão na CRATOD, essa determinação judicial se tornara mais célere. Logo no primeiro atendimento, o dependente será avaliado por médicos que vão oferecer a este o tratamento adequado. Caso a pessoa não queira ser internada, e for verificado que a sua saúde está bastante afetada, atestando que a mesma não tem mais domínio sobre sua condição física e psicológica, o juiz então poderá determinar a internação imediata.

Foi uma forma de acelerar o procedimento entre o laudo médico e a internação. Antes a demora na emissão da ordem judicial, fazia com que o dependente migrasse para outro local. O governo do Estado de São Paulo cita que não se faz uso da Polícia nessa operação e mesmo que os usuários ofereçam resistência, serão enfermeiros e médicos treinados que atuarão nessas situações divergentes.

Nesse caso, a Justiça autorizou a medida sem autorização da família, até mesmo porque o usuário não tinha conhecimento de onde esta se encontrava. Houve o parecer do Ministério Público, e o dependente só poderá deixar a internação com alta médica ou a devida ordem judicial.

Em entrevista para o Jornal Folha de São Paulo em maio deste ano, Geraldo Alckmin explicitou os dados do programa lançado desde janeiro:

De acordo com Alckmin, desde o início do ano foram feitas 913 internações, sendo 835 voluntárias (pedidas pelo próprio dependente), 77 involuntárias (pedidas por parentes, geralmente a mãe) e essa primeira compulsória (quando a Justiça autoriza após um laudo médico, mas sem consentimento do dependente ou familiar). (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013)

Coloca-se a opinião do grande médico Dr. Varella sobre a internação compulsória.

A internação compulsória acabará com o problema? É evidente que não. Especialmente, se vier sem a criação de serviços ambulatoriais que ofereçam suporte psicológico e social para reintegrar o ex-usuário. Se esperarmos avaliar a eficácia das internações pelo número dos que ficaram livres da droga para sempre, ficaremos frustrados: é preciso entender que as recaídas fazem parte intrínseca da enfermidade. Em cancerologia vivemos situações semelhantes. Em certos casos de câncer avançado, procuramos induzir remissões, às vezes com tratamentos agressivos. Não deixamos de medicar pacientes com o argumento de que sofrerão recidivas. Está mais do que na hora de pararmos com discussões estéreis e paralisantes sobre a abordagem ideal, para um problema tão urgente e dramático como a epidemia de crack. Se a decisão de internar pessoas com a sobrevivência ameaçada pelo consumo da droga amadureceu a ponto de ser implantada, vamos nessa direção. É pouco, mas é um primeiro passo. (VARELLA)

A jornalista Rosana Félix em sua coluna do jornal Gazeta do Povo trouxe alguns breves comentários sobre essa aplicação da lei, inclusive citando um levantamento feito pelo jornal O Estado de São Paulo, onde aponta que no ano de 2012, 5.533 dependentes de drogas e álcool foram internados sem o próprio consentimento. Ou seja, as famílias onde se encontram algum dependente, já recorriam ao Judiciário na tentativa de tirar os entes do vício.

### III Contextos e Conceitos

## Mostra de Produção Científica e Extensão

## Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas

O que o governo de São Paulo começou a fazer agora em janeiro é reunir vários órgãos e entidades em um único lugar, próximo à região conhecida como cracolândia, na tentativa de facilitar o acesso ao serviço. Juízes, promotores e advogados passaram a dar plantão num centro de referência de tratamento. Essa iniciativa, portanto, não tem relação nenhuma com a ação policial desencadeada na cracolândia no início de 2012. Naquela ocasião, a polícia paulista pretendia dispersar os dependentes, para “limpar” as ruas. Óbvio que a ação foi desastrosa e suscitou várias críticas quanto ao abuso de força policial e desrespeito aos direitos humanos. (FÉLIX, 2013)

Em pesquisa do jornal Estadão, na matéria o problema do Crack (2013), é explanada uma pesquisa realizada no ano de 2012 pela Fundação Oswaldo Cruz, com o intuito de traçar os problemas do crack, apontou que a maioria dos entrevistados deseja um tratamento para se livrar das drogas.

Um dado positivo - e que também contraria uma ideia comumente aceita - é que a grande maioria (78,9%) dos entrevistados se mostrou interessada em aceitar tratamento para se livrar das drogas. Outra ideia muito difundida, que se revelou falsa, é a de que, em vista dos efeitos devastadores do crack, a sobrevivência dos usuários era inferior a 3 anos de consumo. Nas capitais a média é de 8 anos e nos demais municípios, de 5 anos. Há, portanto, mais tempo para se tentar recuperar os dependentes.

Nessa estratégia do governo instalada no início do ano, começa a aparecer então, matérias e entrevistas com alguns internados e seus familiares como essa feita pelo Jornal Estadão. Na matéria conta-se o caso do Senhor Reinaldo Rocha Miranda de 62 anos, que fora internado sem o seu consentimento em janeiro de 2013 pelo Centro de Referência em Álcool, Tabaco e Outras Drogas (Cratod) no centro de São Paulo. A internação se fez por causa da filha Ana Paula Mira, a única dos cinco filhos que mantinha contato com o pai. Ela o atraiu com o pretexto de levá-lo ao médico e ofereceu um café com sedativo. A filha explica que teve de tomar essa atitude, pois Reinaldo estava em um período muito violento e não aceitaria fazer o tratamento. Ela já não tinha esperanças na recuperação do pai, e que este já tinha levado todas as coisas de casa para trocar por drogas. Reinaldo Rocha Miranda saiu pela primeira vez da clínica no dia 05 de setembro de 2013. Ele estava internado desde janeiro, e em março havia sido transferido para um centro terapêutico de Araçoiaba da Serra, na região de Sorocaba. A saída que faz parte do tratamento, tem a duração de cinco dias. Reinaldo contou que confia no apoio da família para continuar longe das drogas, que ele usou pela primeira vez aos 12 anos de idade. Reinaldo que antes da internação morava na rua, conta que os primeiros meses sem a droga foram muito difíceis, depois sentiu que a saúde melhorou e que até ganhou alguns quilos. Ele tem esperança de perseverar no tratamento que deve ter a duração de um ano. O processo de ressocialização exige que ele saia mais algumas vezes e reforce os vínculos com a família. (TOMAZELA, 2013)

Denota-se como a internação compulsória é a exceção e como a maioria dos atendidos deseja se livrar do vício, optam pela internação voluntária. E mesmo que alguns não optem por esse caminho, somente deve se aplicar a internação compulsória em situações graves, tendo com justificativa o risco da vida do usuário e do próximo, sendo obrigatório observar os direitos humanos do cidadão, com procedimentos transparentes e legais, para se evitar um livre arbítrio do Estado.

## **5 Considerações finais**

Não se pode negar que o crack é uma problemática que deve ser tratada com seriedade. Os usuários não devem ser vistos como ameaças à sociedade. Isso seria fomentar medo e preconceito, potencializando a marginalização e exclusão. As propostas do Estados devem ser vistas como estratégias de aproximação, tratamento e reintegração do usuário na sociedade.

Também é de grande importância frisar a diferença entre internar e prender. Ser usuário não é ser delinquente. Este precisa de tratamento. E a maioria o deseja, como visto nas reportagens ao longo do trabalho. Essa internação deve ser provida por médicos especializados, psicólogos e com o foco na reintegração do usuário na sociedade. O recolhimento de forma brutal feito por policiais, para simplesmente trancafiá-los em albergues não é uma forma real de tratamento, isso é visto apenas como uma higienização nos grandes centros, principalmente para eventos como a Copa do Mundo FIFA no ano de 2014 e as Olimpíadas em 2016, ou então um tanto quanto políticos.

Situações como estas não podem ser balizadas somente com o que se descreve em uma fonte do direito. Falar em autonomia da vontade, liberdade individual sem analisar o que se passa com essa pessoa e suas famílias seria um tanto injusto. Que dignidade tem uma família que vive com medo, ou então aqueles que estão nas ruas, que passam o dia em função de mais uma pedra de crack. Se a pessoa tem família e poderia estar vivendo em um teto, se alimentando, com a higiene em dia, estudando, enfim, tendo elementos considerados básicos na vida de um ser humano, será que mesmo assim optaria por viver nas ruas, se não fosse o vício pelo crack? Provavelmente não.

A consequência é que quando um indivíduo se torna dependente do crack, o uso passa a ser compulsivo e modifica a personalidade, o jeito, as qualidades da

pessoa e isso faz com que desestabilize a relação do indivíduo com a família e sociedade. E dificilmente encontrará a saída dessa dependência por si só.

## Referências

AWAD, Fahd. **O Princípio da dignidade da pessoa humana**. Revista da Justiça do Direito, 2006. Disponível em:

<<http://www.upf.br/seer/index.php/rjd/search/authors/view?firstName=Fahd&middleName=&lastName=Awad&affiliation=Universidade%20de%20Passo%20Fundo&country=BR>>. Acesso em 25 ago. 2013

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 09 abr. 2013.

BRASIL, **Lei 10216 de 2001**. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10216.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm)>. Acesso em: 01 abr. 2013.

CORDEIRO, Daniel Cruz; DIEHL, Alessandra; LARANJEIRA, Ronaldo; e colaboradores. **Dependência Química: prevenção, tratamento e políticas públicas**. São Paulo: Artmed, 2011.

COUTINHO, João Pereira. **Vícios Privados, Virtudes Públicas**. Folha de São Paulo, 2013 Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/joaopereiracoutinho/1229094-vicios-privados-virtudes-publicas.shtml>>. Acesso 25 ago. 2013.

DIAS, Andréa Costa. **Crack: reflexões para abordar e enfrentar o problema**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

FÉLIX, Rosana. **Discussão Compulsória**. Jornal Gazeta do Povo, 2013.

Disponível em:

<<http://www.gazetadopovo.com.br/colunistas/conteudo.phtml?id=1343736&tit=Discussao-compulsoria>> . Acesso em: 16 set. 2013.

FRANCO, Sandra. **A internação compulsória é eficaz?** Disponível em: Revista Saúde Web. 2013.<<http://saudeweb.com.br/35129/a-internacao-compulsoria-de-dependentes-quimicos-e-eficaz/>>. Acesso em: 22 ago. 2013.

Folha de São Paulo. **Alckmin diz que a queda de homicídios é decorrência de mais prisões**. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/05/1284954-alckmin-diz-que-a-queda-de-homicidios-e-decorrancia-de-mais-prisoas.shtml>>. Acesso em: 6 de set. 2013.

19 e 20 de novembro de 2013

ISSN: 2237-700X

G1, Internação compulsória de viciados não usará força policial. São Paulo.  
Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/01/internacao-compulsoria-de-viciados-nao-usara-forca-policial-diz-secretaria.html>>. Acesso em: 30 de ago. 2013.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Entenda o que é a internação compulsória para dependentes químicos.** 2013. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=225660>>. Acesso em 13 de ago. 2013.

INVOLUNTÁRIA, internação. Jornal Gazeta do Povo, 2013. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/conteudo.phtml?id=1377564&tit=Internacao-involuntaria>. Acesso em: 30 ago. 2013.

MARTINS, Daniel de Barros; SERAFIM, Antonio de Pádua. **Parâmetros legais para a internação involuntária no Brasil.** 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rpc/v36n4/a08v36n4.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2013.

MARTINS, Fernando. **O crack e a internação compulsória.** Jornal Gazeta do Povo, 2011. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/colunistas/conteudo.phtml?id=1197718&tit=O-crack-e-a-internacao-compulsoria>>. Acesso em 10 set. 2013.

MENDES, Gilmar ET AL. **Curso de Direito Constitucional.** 2º edição. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

PAGNAN, Aline. **Prostituição cresce na rabeira do crack.** Jornal Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://www.diariosp.com.br/noticia/detalhe/15420/Prostituicao+cresce+na+rabeira+do+crack>>. Acesso em: 29 ago. 2013.

RUZYK, Carlos Eduardo Pianovski ; FACHIN, Luiz Edson . **A dignidade da pessoa humana no direito contemporâneo: uma contribuição à crítica da raiz dogmática do neopositivismo constitucionalista.** Revista Trimestral de Direito Civil, Rio de Janeiro, a. 9, v. 35, 2008. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/73008167/Luiz-Edson-Fachin>>. Acesso em: 06 out. 2013

SILVA, Odailson. **DROGA! Internar não é prender.** Ceará: Arte Visual. 2013. TRT-9 44542011661900 PR 4454-2011-661-9-0-0, Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR, Data de Publicação: 03/08/2012. Disponível em: <<http://trt->



[9.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/22111574/44542011661900-pr-4454-2011-661-9-0-0-trt-9](http://9.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/22111574/44542011661900-pr-4454-2011-661-9-0-0-trt-9)>. Acesso em: 13 ago. 2013.

TOMAZELA, José Maria. **Primeiro internado à força em São Paulo deixa clínica.** 2013. Jornal o Estadão. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,primeiro-internado-a-forca-em-sp-deixa-clinica,1071684,0.htm>. Acesso em: 30 set. 2013.

VARELLA, Dráuzio. **Internação Compulsória.** Disponível em: <<http://drauziovarella.com.br/dependencia-quimica/internacao-compulsoria-2/>>. Acesso em: 6 jul. 2013.

VARELLA, João. **Dívida por dez gramas de crack motivou chacina no Xaxim.** Gazeta do Povo, 2009. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=877145&tit=Dividida-por-dez-gramas-de-crack-motivou-chacina-no-Xaxim>>. Acesso em: 30 ago. 2013.

VIEIRA, Oscar Vilhena. **Direitos Fundamentais uma leitura da jurisprudência do STF.** São Paulo: Malheiros Editores, 2006.

VOITCH, Guilherme. **90% dos crimes praticados por jovens têm relação com o crack.** Gazeta do Povo. 2006. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=621947&tit=90-dos-crimes-praticados-por-jovens-tem-relacao-com-o-crack>>. Acesso em: 28 ago. 2013

## O USO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) NOS SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA: UMA BREVE REFLEXÃO

Autor: Sheile Cristina Dambros Carneiro ([sheile\\_cristina@hotmail.com](mailto:sheile_cristina@hotmail.com))  
Instituto Federal do Paraná – IFPR, Câmpus Palmas

Autores: Queli Tania Cardoso de Oliveira ([cquelitania@yahoo.com](mailto:cquelitania@yahoo.com))  
Instituto Federal do Paraná – IFPR, Câmpus Palmas

Marcia Domênica Cunico ([marcia.domenica@ifpr.edu.br](mailto:marcia.domenica@ifpr.edu.br))  
Instituto Federal do Paraná – IFPR, Câmpus Palmas

**Resumo Expandido:** Os serviços que atendem emergências podem ser considerados dentre as áreas com maior complexidade em que enfermagem atua. Para trabalhar de forma segura, os profissionais de enfermagem devem ter qualificação e conhecimento para resolver os atendimentos, organização, habilidade técnica e científica e equipamentos para atendimento. Muitas vezes esses profissionais mesmo altamente capacitados no atendimento ao paciente correm riscos desnecessários por desconsiderar sua segurança no trabalho (CHAGAS *ET AL.* 2013). O Pronto-Socorro, que presta serviços de urgência e emergência, torna-se um local que favorece os episódios de acidentes que envolve perfurocortantes, devido à necessidade de atendimento rápido, ocasionando muitas vezes o não uso ou o uso incorreto de equipamentos de proteção individual (EPI) (CHAGAS *ET AL.* 2013, OLIVEIRA; DIAS; TOLEDO, 2010). Os acidentes com perfurocortantes ocasionam prejuízos não somente aos profissionais de saúde, mas as instituições empregadoras e governamentais, sendo assim, têm relevância nacional e internacional (SANTOS *ET AL.* 2011). Assim, o objetivo deste estudo é refletir sobre o uso de EPI entre os profissionais que atuam em serviços de urgência e emergência. Esta pesquisa foi desenvolvida a partir da revisão bibliográfica no banco de dados da Biblioteca Virtual em Saúde – BIREME, usando como descritor “Riscos Ocupacionais”. A seleção dos artigos foi dos últimos 5 anos e textos disponíveis em português, totalizando 260 artigos. Foram pertinentes a este estudo 6 produções científicas. Apenas 63,1% profissionais realizam o descarte de materiais perfurocortantes em recipientes de paredes rígidas de papelão (SILVA *ET AL.* 2012). Também, verifica-se que os acidentes com materiais perfurocortantes são mais frequentes se tratando de acidente de trabalho em instituições hospitalares. (SANTOS *ET AL.* 2011). Se tratando de Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), verifica-se que toda equipe de enfermagem está sujeita a acidentes de trabalho e a ocorrência dos mesmos está relacionada não apenas ao nível de formação, mas ao treinamento, capacitação e recursos de materiais que deve ser disponível gratuitamente pela empresa empregadora. Outro estudo realizado em um serviço de Atendimento Pré-Hospitalar (APH) móvel, que atende prioritariamente 19 e 20 de novembro de 2013

urgências clínicas e traumáticas, 56% sofreram algum acidente com material biológico potencialmente contaminado (SOERENSEN *ET AL.* 2009). Mas ainda é um desafio a adoção de medidas para o uso de precauções padrões, prática segura do trabalho e esclarecimento sobre os riscos aos quais os trabalhadores de enfermagem estão expostos (GUIMARÃES *ET AL.* 2011). Oliveira, Diaz e Toledo (2010), apontam que com as subnotificações, se tem dificuldade em elaborar estratégias de prevenção e ainda, não se sabe a real incidência dos casos. Chagas *et al.* (2013, p. 338), diz que “o enfermeiro deve estar ciente dos riscos a que a equipe de enfermagem está exposta e exigir que utilizem EPI adequado para cada situação, preservando sua saúde” a partir do uso de EPI. A mudança de atitude dos profissionais de saúde que atuam em serviços é de extrema importância para evitar acidentes de trabalho (GUIMARÃES, 2011). Para diminuir os riscos aos quais os profissionais de enfermagem estão expostos, é importante a adoção do uso de EPIs (CHAGAS *ET AL.* 2013). É fundamental o papel do enfermeiro para solicitar da instituição empregadora o fornecimento de EPIs e fazer como regra o uso entre sua equipe reduzido assim, o número de acidentes no trabalho (CHAGAS *ET AL.* 2013, SILVA; CORTEZ; VALENTE, 2011). Consideramos que capacitações e treinamentos devem ser realizados continuamente para auxiliar na compressão dos riscos ocupacionais e desenvolvimento de práticas seguras no atendimento. (SANTOS *ET AL.* 2011).

**Palavras-chave:** Riscos Ocupacionais, Enfermagem, Conhecimento Atitudes e Prática em Saúde.

## ANÁLISE MICROBIOLÓGICA DA ÁGUA NO MUNICÍPIO DE PALMAS

Leticia Ramos de Lima (leti.lima@outlook.com)

Carla Regina Costa (carlaregina.costa@outlook.com)

Ernesto Dambros Filho (ernesto\_dambros@hotmail.com)

Gabriela Mayara Pietrobon Maccarini (gabriela.maccarini@hotmail.com)

Josiane Dipp (joosidipp@hotmail.com)

Marcos Antônio Silva Apolinário (marcos\_farmacia\_@hotmail.com)

Rodrigo Hinojosa Valdez (rodrigo.valdez@ifpr.edu.br)

Curso de Farmácia Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas

**INTRODUÇÃO:** Sabe-se que a água é um recurso natural importante para o bom funcionamento fisiológico do corpo humano. Com isso é de suma importância que esse bem esteja próprio para consumo, pois se sabe que algumas reservas de água podem estar sujeitas a contaminações podendo então acarretar problemas a saúde, principalmente por agentes microbiológicos, tendo em vista que devemos nos preocupar com a sua qualidade. Com esse intuito foi realizado uma pesquisa para determinar se havia presença de coliformes totais e/ou *Escherichia coli*, sendo realizadas duas coletas em diferentes locais, uma do bebedouro do Instituto Federal do Paraná (IFPR) Campus Palmas e outro em um poço cacimba de uma propriedade localizada no perímetro urbano da cidade de Palmas-PR. **MATERIAL E MÉTODOS:** Cem mililitros (mL) de cada amostra foram encaminhados para o laboratório de Microbiologia do IFPR onde foram desenvolvidos os processos de análise de cada amostragem. Inicialmente foi realizado o teste presuntivo onde se observa se há ou não a presença de coliformes, sendo utilizado o meio Caldo Lactosado. Foram transferidos 25 ml de cada amostra para um erlenmeyer já contendo 225 ml de água peptonada a 0,1% estéril e homogeneizado. Esta diluição corresponde a 1:10, ou seja, nossa amostra na diluição de  $10^{-1}$ . A partir dessa diluição foram feitas diluições seriadas  $10^{-2}$  e  $10^{-3}$  em tubos de ensaio com água peptonada 0,1%, sendo no total três tubos para cada diluição e em seguida incubado a 37°C por 48 horas. Após foi realizado o teste confirmatório apenas com as amostras que deram um resultado positivo ao teste presuntivo. Nessa etapa foram utilizados os meios Caldo Verde Brilhante e o meio Caldo E.C., sendo para a confirmação de presença de coliformes totais e de *Escherichia coli* respectivamente. Foram utilizadas as três diluições do caldo lactosado. De cada tubo de caldo lactosado com a amostra foi passado uma alçada (10 ul) para outros tubos com o caldo Verde Brilhante e para o caldo E.C, sendo no total um tubo de cada caldo para cada diluição, somando nove tubos de caldo E.C que foram para banho-maria por 48 horas a 44,5°C e nove tubos de caldo Verde Brilhante que foi incubado na estufa por

48 horas a 37°C. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** No teste presuntivo a amostra de água do bebedouro teve resultado negativo em todas as diluições não sendo necessário fazer o teste confirmativo. A amostra coletada no poço cacimba obteve resultados positivos no teste presuntivo nas diluições  $10^{-1}$  e  $10^{-2}$ , demonstrando que após esse tempo houve fermentação de lactose pelos micro-organismos e consequentemente a formação de gás nos tubos de Durham. Na diluição de  $10^{-1}$ , dois tubos apresentaram a formação de gás no tubo de Durham e na diluição de  $10^{-2}$  um tubo apresentou formação de gás. No teste confirmatório, após as 48 horas na estufa foi realizada a leitura no caldo Verde Brilhante, sendo observados dois tubos com resultado positivo na diluição de  $10^{-1}$ , um tubo na  $10^{-2}$  e nenhum resultado na  $10^{-3}$ . Esses resultados nos mostra que a amostra de água utilizada esta contaminada com coliformes totais, ou seja, bacilos aeróbicos facultativos, Gram negativos, não esporulados, que fermentam a lactose com produção de gás. Após 48 horas no banho-maria foi realizada a leitura das amostras do Caldo E.C., sendo os resultados negativos para todas as diluições utilizadas. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que há presença de coliformes totais na amostra de água do poço cacimba e ausência de *Escherichia coli*, demonstrando que a água não está própria para o consumo, e que houve ausência de coliformes totais e *Escherichia coli* na amostra de água coletada do bebedouro do Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas demonstrando ser uma água potável para o consumo.

**Palavras-chave:** Água, coliformes totais, *Escherichia*.

## AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NOS SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA E SUAS PARTICULARIDADES

Autores: Silvana Maria Niszczak (niszczak2010@hotmail.com)  
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas

Autores: Marcelo Conte ([marceloconte200@hotmail.com](mailto:marceloconte200@hotmail.com))  
Instituto Federal do Paraná- Campus Palmas

Márcia Domênica Cunico (marcia.recuero@ifpr.edu.br)  
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas

**Resumo Expandido:** Este estudo busca conhecer as representações sociais e suas particularidades nos serviços de urgência e emergência, para tanto foi desenvolvida uma pesquisa de revisão bibliográfica onde foram selecionados e analisados seis artigos acerca do tema escritos entre os anos de 2007 a 2013. A escolha por estes artigos se deu em primeiro lugar pela temática o segundo critério foi o período em que foram escritos, buscando assim os artigos escritos nos últimos 5 anos. Os descritores dos artigos selecionados são: atendimento de emergência, atendimento de urgência, representações sociais, saúde pública, profissionais da saúde. Com os atuais paradigmas da saúde pública no Brasil o atendimento de urgência e emergência deve ser efetuado em prontos atendimentos, cuja assistência é realizada por profissionais habilitados que desenvolvem as diversas funções dentro do processo. Desta forma, através de uma pesquisa documental e bibliográfica, selecionaram-se artigos que atendiam aos interesses da pesquisa, ou seja, analisar as representações sociais, experiências e práticas dos profissionais que atuam nos serviços de urgência e emergência. Os autores nos quais embasou-se esta pesquisa foram: Albuquerque (2010), Alves et al (2013), Andrade, Artmann e Trindade (2011), Araújo et al (2011), Bruck (2007), Fortes (2010), Jodelet (2001), Moscovici (2007), Oliveira et al (2011), Sá (2003, 2004). As representações sociais apresentam os saberes sociais. Envolve dois elementos o objeto de estudo e o sujeito e seu entendimento ou percepção sobre este objeto. A análise dos artigos selecionados demonstrou que os serviços de urgência e emergência são desenvolvidos por profissionais habilitados que procuram atender aos usuários de forma rápida e eficiente, na maioria dos casos os recursos estão disponíveis ao atendimento, porém existem alguns entraves no sistema, que são a falta de estrutura em alguns casos; precário atendimento nas unidades hospitalares, resultado de um sistema que ainda é falho no atendimento ao direito à saúde dos usuários do Sistema Único de Saúde. Assim conclui-se que nas representações sociais apresentadas evidenciam-se pontos positivos e negativos. Dentre os pontos positivos estão: a seriedade com que todos conduzem suas funções buscando atender os princípios básicos do direito do cidadão, rapidez no atendimento, transporte eficaz e seguro, dinamismo, resolutividade do serviço, a visibilidade na rede de atenção, a execução de atividades primordialmente assistenciais e a satisfação no trabalho. E, como pontos negativos evidenciaram-se o pouco



conhecimento da população sobre a organização e funcionamento do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, exposição a fatores de riscos físicos ambientais, violência no momento do atendimento e problemas na recepção dos pacientes pelas unidades fixas de saúde.

**Palavras-chave:** Representações Sociais; Serviços de Urgência; Serviços de Emergência; Saúde Pública.

**Expanded Summary:** This study seeks to understand the social representations and their particular services and emergency, therefore we developed a research literature review where they were selected and analyzed six articles on the subject written between the years 2007 to 2013. The choice of these articles was in the first issue the second criterion was the period in which they were written, thus seeking the articles written in the last five years. The descriptors of the articles are: emergency care, emergency care, social representations, public health, health professionals. With the current paradigms of public health in Brazil urgent care and emergency should be made ready in attendance, whose assistance is performed by skilled professionals who develop the various functions within the process. Thus, through a documentary and bibliographic research, we selected articles that met the interests of research, ie, to analyze the social representations, experiences and practices of professionals who work in emergency services and emergency. The authors in which embasou this search were: Albuquerque (2010 ), Ahmed et al (2013 ), Andrade, Artmann and Trindade (2011 ), Araújo et al (2011 ), Bruck (2007 ), Strong (2010 ), Jodelet (2001), Moscovici (2007), Oliveira et al (2011), SA ( 2003, 2004). Social representations have the knowledge society. Involves two elements the study object and the subject and his understanding or perception of this object. The analysis of the selected articles showed that urgent and emergency services are developed by qualified professionals who seek to serve users quickly and efficiently, in most cases resources are available to meet, but there are some barriers in the system that are lack of infrastructure in some cases, poor care in hospitals as a result of a system that is still flawed in meeting the right to health of the users of the Unified Health System it is concluded that the social representations presented to show strengths and negative. Among the positives are: the seriousness with which they conduct their duties all trying to meet the basic principles of the right of the citizen, fast service, efficient and safe transport, dynamics, resolution service, visibility in the care network, the implementation of activities primarily health care and job satisfaction. And as weaknesses showed up what little knowledge concerning the organization and operation of Mobile Emergency, exposure to environmental risk factors, physical, violence at the time of service and problems receiving patients by fixed health units .

**Keywords:** Social Representations, Emergency Services, Emergency Services; Public Health.

Com a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil a saúde pública passou por algumas mudanças, especialmente no que se refere à maneira de prestar serviços de qualidade ao usuário.

Para ser atendido pelo SUS é preciso que os pacientes procurem pelas Unidades Básicas de Saúde onde devem existir profissionais habilitados e preparados para atender grande parte dos problemas de saúde.

Já os serviços de Urgência e Emergência foram idealizados de forma a atender as situações em que há necessidade de uma intervenção rápida e deve contar com uma estrutura mais complexa que a dos postos de saúde.

Os serviços de urgência e emergência das Unidades de Saúde são a porta de entrada e tem atendido nos últimos anos, em função do estilo de vida da população, uma infinidade de pacientes todos os dias.

Assim, ao elaborar este projeto objetiva-se conhecer as representações sociais e suas particularidades nos serviços de urgência e emergência.

De acordo com Sá (2003, p. 30)

Moscovici (1976) ao falar do conceito e definição de representações sociais, colocou-os como sendo complexos de se explicar, dizendo “se a realidade das representações sociais é fácil de captar, o conceito não o é”. Por isso, diz o autor que ele sempre resistiu a apresentar uma definição precisa de representações sociais por julgar que uma tentativa nesse sentido poderia acabar resultando na redução do seu alcance conceitual.

Segundo o autor as Representações Sociais têm em Moscovici sua primeira base teórica que tinha como objetivo de explicar os fenômenos do homem a partir de uma perspectiva coletiva, sem perder de vista a individualidade.

As Representações Sociais, explica Moscovici (2003) tem como um de seus objetivos tornar conhecido algo que ainda não conhecemos, ou seja, é uma tentativa de classificar, categorizar e nomear novos acontecimentos e ideias, com as quais não tínhamos contato antes.

A atenção à saúde no Brasil deve oferecer ao cidadão brasileiro condições de:

- universalidade – direito a todas as pessoas ao atendimento público de saúde, independentemente de sexo, raça, renda, ocupação ou outras características sociais ou pessoais;
- equidade – significa atenção à saúde com recursos e serviços de forma justa, alocando mais a quem tem menos, a fim de reduzir as desigualdades;

### III Contextos e Conceitos

## Mostra de Produção Científica e Extensão

## Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas

- integralidade – atender a pessoa como um todo com a realização de ações de atenção à saúde na sua totalidade, quer seja curativa, preventiva, individual ou coletiva
- participação popular – participação dos usuários dos serviços de saúde e da sociedade civil organizada, através dos Conselhos de Saúde (permanentes, deliberativos e paritários) e das Conferências de Saúde (periódicas, consultivas e paritárias); (FORTES, 2010, p. 18)

Assim, o atendimento em serviços de urgência e emergência é uma das formas de garantir o acesso igualitário aos usuários.

Os atendimentos em serviços de urgência e emergência são estabelecidos com base na gravidade, buscando ofertar ao paciente os recursos mais adequados às suas necessidades.

As necessidades do paciente para ter acesso aos serviços de urgência e emergência é o SAMU através do telefone 192. Assim, quando uma pessoa sofre agravo agudo à saúde, deve ser encaminhado à unidade de saúde mais próxima de sua casa. Em caso de necessidade o serviço de saúde deve encaminhar este paciente aos hospitais mais próximos.

Na sequência as unidades de emergência hospitalares ou Prontos Atendimentos devem oferecer atendimento aos pacientes adultos ou crianças em estado crítico ou potencialmente crítico.

Foram analisados seis artigos acerca do tema que foram escritos nos últimos anos em quatro estados do Brasil: Rio de Janeiro, Santa Catarina, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, sendo que destes, três foram escritos no Rio de Janeiro, um em Florianópolis, um em Belo Horizonte e outro em Porto Alegre.

Cada um dos artigos analisou as representações sociais e as experiências e práticas dos profissionais que atuam nos serviços de urgência e emergência.

A partir da análise destes artigos observa-se que os autores buscaram levantar as representações sociais de médicos, bombeiros, enfermeiros, usuários, acerca dos serviços de urgência e emergência, sendo que todos tem uma ligação direta com este serviço.

Analisando os artigos pode destacar pontos em comum entre eles: a seriedade com que todos conduzem suas funções buscando atender os princípios básicos do direito do cidadão no que se refere ao Sistema Único de Saúde para tanto existem pontos positivos: rapidez no atendimento, transporte eficaz e seguro,

dinamismo, resolutividade do serviço, a visibilidade na rede de atenção, a execução de atividades primordialmente assistenciais e a satisfação no trabalho.

Como pontos negativos evidenciaram-se o pouco conhecimento da população sobre a organização e funcionamento do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, exposição a fatores de riscos físicos ambientais, violência no momento do atendimento e problemas na recepção dos pacientes pelas unidades fixas de saúde, equipe despreparada, atendimento pré-hospitalar deficitário e sistema falho e precário. Os usuários destacam ainda que os pontos negativos observados tem acompanhado a história do sistema público de saúde.

Acredita-se que o objetivo foi alcançado já que através da pesquisa bibliográficas selecionaram-se diferentes artigos, cujas pesquisas foram desenvolvidas em diferentes estados e realidades, porém os resultados foram muito semelhantes demonstrando que os serviços de urgência e emergência são desenvolvidos por profissionais habilitados que procuram atender aos usuários de forma rápida e eficiente, na maioria dos casos os recursos estão disponíveis ao atendimento, porém existem empecilhos que são a falta de estrutura em alguns casos, precário atendimento nas unidades hospitalares, resultado de um sistema que ainda é falho no atendimento ao direito à saúde dos usuários do Sistema Único de Saúde.

#### Referências:

ALBUQUERQUE, Verônica Santos. **Violência sob o olhar e o agir de quem socorre**: representações dos profissionais do atendimento pré-hospitalar de urgência e emergência. Rio de Janeiro, 2010. Tese (Doutorado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Disponível em [http://bvssp.icict.fiocruz.br/pdf/25736\\_albuquerquevsm.pdf](http://bvssp.icict.fiocruz.br/pdf/25736_albuquerquevsm.pdf). Acesso em 03 set de 2013.

ALVES, Marília et al. Particularidades do trabalho do enfermeiro no serviço de atendimento móvel de urgência de Belo Horizonte. **Texto & Contexto enferm.** 22(1): 208-215, Jan.- Mar. 2013

ANDRADE, Maria Angélica Carvalho; ARTMANN, Elizabeth; TRINDADE, Zeidi Araujo. Humanização da saúde em um serviço de emergência de um hospital público: comparação sobre representações sociais dos profissionais antes e após a 19 e 20 de novembro de 2013

capacitação. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, 2011. Disponível em [www.scielo.br/scielo.php?script](http://www.scielo.br/scielo.php?script). Acesso 03 Set. 2013.

ARAUJO, Meiriele Tavares et al . Representações sociais de profissionais de unidades de pronto atendimento sobre o serviço móvel de urgência. **Texto contexto - enferm.** Florianópolis, v. 20, n. spe, 2011. Disponível em [www.scielo.br/scielo.php?script=sci](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci). Acesso em 03 Set. 2013.

BRUCK, Ney Roberto Vátimo. **A psicologia das emergências**: um estudo sobre angústia pública e o dramático cotidiano do trauma. Porto Alegre, 2007. Tese (Doutorado em Psicologia) - PUCRS, Fac. de Psicologia. Disponível em [http://tede.pucrs.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=726](http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=726). Acesso em 03 set de 2013.

FORTES, Julia Ikeda (Org.) **Urgência e emergência**. Curso de especialização profissional de nível técnico em enfermagem. São Paulo: FUNDAP, 2010.

JODELET, Denise. **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

MOSCOVICI, Serge. **Natureza**: para pensar a Ecologia. Rio de Janeiro: Mauad X/ Instituto Gaia, 2007.

OLIVEIRA, Denise Cristina. et al. Memórias e representações sociais dos usuários do SUS acerca dos sistemas públicos de saúde. **Rev. Eletr. Enf.** 2011 jan/mar;13(1):30-41. Disponível em [http://www.fen.ufg.br/fen\\_revista/v13/n1/v13n1a04.htm](http://www.fen.ufg.br/fen_revista/v13/n1/v13n1a04.htm). Acesso em 03 set de 2013.

SÁ, Celso Pereira de. **A construção do objeto de pesquisa em representações Sociais**. 3ª ed.. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

SÁ, Celso Pereira de. **Núcleo central das representações sociais**. 2. ed. rev. Petrópolis: Vozes, 2003.

## ATIVIDADES FÍSICAS AQUÁTICAS NA MELHORIA DA QUALIDADE DE SONO DE MULHERES IDOSAS

Josilei dos Anjos Barrabarra ([lubianjos@hotmail.com](mailto:lubianjos@hotmail.com))  
Instituto Federal do Paraná

Fernando Gradaschi ([fernandu91@yahoo.com.br](mailto:fernandu91@yahoo.com.br))  
Instituto federal do Paraná

Coordenadora: Gesiliane Aparecida Lima Kreve ([gesiliane.kreve@ifpr.edu.br](mailto:gesiliane.kreve@ifpr.edu.br))  
Instituto Federal do Paraná

### Resumo Expandido:

O presente estudo tem como tema, as atividades físicas aquáticas na melhoria da qualidade de sono de mulheres idosas, como objetivo melhorar a qualidade do sono de mulheres idosas através de atividades físicas aquáticas. Justifica-se este estudo devido aos inúmeros benefícios que a prática de atividades físicas aquáticas proporcionam para a saúde e a grande quantidade de pessoas que reclamam de noites mal dormidas, principalmente as mulheres acima de 60 anos. Muitos encaram o envelhecimento como sendo a fase de doenças e sofrimento, não percebendo que é a etapa da vida onde se tem maior conhecimento e sabedoria para viver melhor. O sedentarismo induz o corpo a perdas irreparáveis na saúde física e mental, e a decadência de suas funções. As atividades aquáticas são muito indicadas para combater problemas respiratórios, fortalecer a musculatura fraca, diminuindo os impactos sobre as articulações, prevenindo lesões e traumas, sendo que são atividades descontraídas que socializam seus praticantes, fazendo com que arrumem novos amigos, se inserindo nos grupos das atividades. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca do assunto, sendo que o resultado esperado com este estudo seria conseguir na literatura a ampliação dos conhecimentos, que se referem em como melhorar a qualidade do sono de mulheres idosas com atividades desenvolvidas na piscina onde se destacam tais atividades como auxiliaadoras no combate aos problemas causados pelo envelhecimento. Concluiu-se através deste estudo, que tais atividades tem a condição de amenizar os efeitos do envelhecimento e melhorar a qualidade do sono de mulheres idosas, sendo que as atividades desenvolvidas na água quando praticadas regularmente darão totais condições, tanto físicas como psicológicas para que essa melhora ocorra. Concluiu-se que as atividades aquáticas tem a condição de contribuir muito para a melhoria da qualidade do sono das mulheres idosas.



## Introdução

Nos dias atuais, a insônia aparece nas mais tenras idades, pessoas jovens tem problemas para dormir, por causa do estresse e a correria do dia a dia, suas rotinas estressantes fazem com que deitem e não consigam relaxar o suficiente para alcançar um sono revitalizador. Esta realidade também se observa nos idosos e se agrava nas mulheres. O presente estudo propõem buscar na prática de atividades físicas aquáticas a melhoria na qualidade de sono de mulheres idosas.

## Desenvolvimento

O indivíduo ativo chegará à velhice com maior vigor, pois agrega juntamente com a prática de atividade física outro fator importante, que são os hábitos saudáveis. Dentre os principais estão dormir de 7 a 8 horas por dia, um bom café da manhã, refeições regulares, controle de peso, não fumar, não ingerir em excesso bebidas alcoólicas e praticar atividades físicas regulares. Para Sharkey, (1998, p. 344) “saúde física, longevidade e o ritmo de envelhecimento estão associados com seus hábitos diários de saúde e seu estilo de vida. Esses hábitos têm mais a ver com sua saúde e longevidade do que todas as influências da medicina. Assim os exercícios aquáticos são excelentes agentes, para melhorar a mobilidade dos indivíduos, pois na água não tem impacto o que alivia o peso corporal onde se consegue aumentar rapidamente a força muscular, devido a resistência da água. Para Ribas, (2005, p.40) “os exercícios aquáticos são ótimos para a mobilidade articular, principalmente de articulações artróticas ou modificadas pela idade, porque o aparelho locomotor é aliviado de sua carga, e as finalizações bruscas dos movimentos são impedidos pela resistência da água.

## Conclusão

O envelhecimento humano causa sofrimento a partir do momento que chegamos à velhice com muitos problemas de saúde. Buscar a saúde e a qualidade de vida deve ser o objetivo dos seres humanos desde as mais tenras idades, pois começamos a envelhecer logo após a concepção, devemos portanto, pensar na

velhice quando ainda somos crianças, buscando hábitos alimentares saudáveis e inserir a prática de atividades físicas regulares em nossas vidas. Este estudo propõem melhorar a qualidade do sono das mulheres idosas com a prática de atividades físicas feitas na água, o que conforme estudiosos do assunto tem toda a condição, pois os exercícios feitos na água causam nos indivíduos melhoria na sua condição física como um todo, também auxilia na diminuição de problemas psicológicos e de depressão, fazendo com que durmam melhor, melhorando sua vida em todos os aspectos.

## Referências

AIVES, R. V. et al. **Aptidão física relacionada à saúde de idosos: influência da hidroginástica.** *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, n 10, v.1, 2004, p. 31-37.

CARNEIRO, R. S; FALCONE, E. M. de O. **Um estudo das capacidades e deficiências em habilidades sociais na terceira idade.** *Psicologia em Estudo* n. 9. v.1, 2004, p. 119-126.

DE PAULA, K. **Hidroginástica na terceira idade.** *Revista Brasileira Medicina Esporte* 4.1 (1998): 24-27.

FONSECA, D. C. et al. **Avaliação da qualidade do sono e sonolência excessiva diurna em mulheres idosas com incontinência urinária.** *Revista Neurociência*. 2010, p. 294-299.

GEIB, L. T. C. et. al. **Sono e envelhecimento.** R. Psiquiatr. RS, 25(3): 453-465, set./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rprs/v25n3/19618.pdf> Acesso em: 10/11/2013.

GONÇALVES, V. L. **Treinamento Em Hidroginástica.** São Paulo: Ícone, 1996.

GUIMARAES, L. H. de C. T; LIMA, M. D; DE SOUZA, J. A. **Atividade física em grupo melhora o sono de idosas sedentárias.** *Revista Neurociência*. 2007, p. 203.

JOIA, L. C; RUIZ, T; DONALISIO, M.R. **Condições associadas ao grau de satisfação com a vida entre a população de idosos.** *Rev Saúde Pública*. N.41. V.1 2007, P. 131-138.

MAGLISCHO, E. W. **Nadando Ainda Mais Rápido** Editora. Manole. São Paulo: 19 e 20 de novembro de 2013  
ISSN: 2237-700X

MATSUDO, S. M. **Envelhecimento, atividade física e saúde.** *Revista Mineira de Educação Física* n. 10. v. 1, 2002, p. 193-207.

MINAYO, S. M. C, CARLOS, E. A. **Antropologia saúde e e envelhecimento.** *Caderno Saúde Pública.* 2004.

MUGEIRO, M. J. C. **Qualidade do Sono nos Idosos.** Instituto Politécnico de Viseu, Escola Superior de Saúde de Viseu. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.19/1658>. Acesso em: 12/11/2013.

PEREIRA R. J. et al. **Contribuição dos domínio físico, social, psicológico e ambiental para a qualidade de vida global de idosos.** *Revista Psiquiatr .Rio Grande do Sul*, n. 28. v. 1, 2006, p. 27-38.

RIBAS, S. A. P. **Nadando na melhor idade:** Métodos de ensino da natação para terceira idade. Face.União da Vitória: 2005.

SHARKEY, B. J. **Condicionamento físico e saúde.** Artmed, Porto Alegre:1998.  
SOVA, R. **Hidroginástica na Terceira Idade.** Manole, São paulo:1998.

TEIXEIRA, C.S; PEREIRA, F. E; ROSSI, A. G. **A hidroginástica como meio para manutenção da qualidade de vida e saúde do idoso.** *Acta fisiátrica:* 2007.

## AVALIAÇÃO DE INTERAÇÕES FARMACOLÓGICAS EM PACIENTE COM COMPROMETIMENTO NEUROLÓGICO

Amanda Cristina de Assis Rosa (amanda\_rosa@live.com)  
Curso de Enfermagem - Instituto Federal do Paraná (Câmpus Palmas)

Andressa Faria de Quadros (andressa1quimica@bol.com.br)  
Curso de Enfermagem - Instituto Federal do Paraná (Câmpus Palmas)

Fernanda Franceschini (fer1592011@hotmail.com)  
Curso de Enfermagem - Instituto Federal do Paraná (Câmpus Palmas)

Mariangela Gobatto (mariangela.gobatto@ifpr.edu.br)  
Curso de Enfermagem - Instituto Federal do Paraná (Câmpus Palmas)

Rodrigo Almeida (rodrigo.almeida@ifpr.edu.br)  
Curso de Enfermagem - Instituto Federal do Paraná (Câmpus Palmas)

**INTRODUÇÃO:** O seguinte estudo relata a realização de um trabalho de quatro meses baseado em visitas domiciliares a uma família, nas quais um paciente de 14 anos foi acompanhado e avaliado por alunos e professores de Enfermagem. O paciente será identificado neste trabalho pelas iniciais de seu nome (AS). O paciente AS tem 14 anos de idade, sofreu um acidente há um ano, causando politraumatismo craniano. O paciente perdeu quase todos os movimentos, mantendo apenas alguns reflexos. O paciente utiliza os seguintes medicamentos: Baclon (baclofeno) e fenitoína. O presente trabalho teve como objetivo analisar as possíveis interações medicamentosas. **MATERIAL E MÉTODOS:** Inicialmente foram realizadas visitas domiciliares para a coleta de informações sobre o paciente a ser avaliado. As visitas semanais ocorreram como atividade curricular na disciplina de “Vivências em Enfermagem II”. Na sequência, informações sobre possíveis interações foram buscadas, no âmbito da disciplina de “Farmacologia”. **RESULTADOS:** O paciente avaliado, AS, é totalmente dependente de familiares, alimenta-se apenas por sonda, usa uma válvula para evitar uma possível hidrocefalia, tem acompanhamento de fisioterapia e nutricionista uma vez por semana e de médico a cada seis meses. Quanto aos medicamentos utilizados, AS faz uso de duas substâncias. Baclon (baclofeno) é indicado no tratamento de espasticidade muscular em esclerose múltipla, mielopatia infecciosa, degenerativa ou traumática, sendo administrado por via oral. A outra substância (fenitoína) é administrada por via oral, na dosagem de 100 mg, e é indicada na supressão e no controle das crises tônico-clônicas e das crises parciais simples ou complexas. A consulta à bibliografia não indicou nenhuma interação entre as substâncias utilizadas. As sucessivas visitas domiciliares, por quatro meses, permitiram verificar uma progressão no quadro clínico do paciente, o qual apresenta alguns movimentos corporais, sendo que a alimentação oral vem sendo aos poucos introduzida. **DISCUSSÃO:** O estudo demonstrou-se de grande

### III Contextos e Conceitos

## Mostra de Produção Científica e Extensão

## Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas

valia, pois a equipe de alunos pode acompanhar um caso clínico real, sob diferentes perspectivas. Estratégias pedagógicas que priorizem características reais e regionais são de extrema importância na formação de profissionais de saúde.

**CONCLUSÃO:** O estudo avaliou a farmacoterapia em relação ao potencial de apresentar interações farmacológicas no caso em questão. Pelo material consultado, nenhuma interação foi encontrada. A abordagem integrada associando os conhecimentos de duas disciplinas (“Vivências em Enfermagem” e “Farmacologia”) se mostrou interessante no sentido de permitir uma descrição mais completa do caso avaliado.

## CS - BENEFÍCIOS E LIMITAÇÕES DA PRESCRIÇÃO FARMACÊUTICA

Eliane Zanella Fabbris (eliazf@hotmail.com)  
Acadêmica do Curso de Farmácia do Instituto Federal do Paraná (IFPR) Câmpus  
Palmas, Palmas (PR), Brasil

Angela Haoack (angelaeluiza@hotmail.com)  
Acadêmica do Curso de Farmácia do Instituto Federal do Paraná (IFPR) Câmpus  
Palmas, Palmas, (PR), Brasil

Taciana de Fatima Marquezotti Bolzan (taci\_fmb@hotmail.com)  
Acadêmica do Curso de Farmácia do Instituto Federal do Paraná (IFPR) Câmpus  
Palmas, Palmas, (PR), Brasil

Ingrid Tomazini (ingridtoma@hotmail.com)  
Acadêmica do Curso de Farmácia do Instituto Federal do Paraná (IFPR) Câmpus  
Palmas, Palmas, (PR), Brasil

Rodrigo Batista de Almeida (rodrigo.almeida@ifpr.edu.br)  
Professor do Curso de Farmácia do Instituto Federal do Paraná (IFPR) Câmpus  
Palmas, Palmas, (PR), Brasil

**INTRODUÇÃO:** Os medicamentos constituem o principal recurso terapêutico utilizado na prevenção e tratamento de diversas condições patológicas. No Brasil, a maior parte dos medicamentos possui uma tarja (vermelha ou preta) indicativa da necessidade de prescrição para a sua utilização. Até recentemente, somente médicos e odontólogos podiam prescrever medicamentos para uso humano, bem como enfermeiros (em algumas condições excepcionais). Essa situação, porém, foi alterada pela Resolução nº 586, de 29 de agosto de 2013, do Conselho Federal de Farmácia (CFF), que regulamentou a prescrição farmacêutica. Segundo essa resolução, poderá exercer a prescrição o farmacêutico legalmente habilitado e registrado no Conselho Regional de Farmácia de sua jurisdição que possuir título de especialista na área clínica, com comprovação de formação que inclua conhecimentos e habilidades em boas práticas de prescrição, fisiopatologia, semiologia, comunicação interpessoal, Farmacologia Clínica e Terapêutica. A prescrição farmacêutica, nesse contexto, é definida como o ato pelo qual o farmacêutico seleciona e documenta terapias farmacológicas e não farmacológicas, e outras intervenções relativas ao cuidado à saúde do paciente, visando à promoção, proteção e recuperação da saúde e à prevenção de doenças e de outros problemas de saúde. **DESENVOLVIMENTO:** Desde que foi regulamentada, a prescrição farmacêutica tem gerado discussão entre alguns profissionais de saúde, principalmente entre médicos e farmacêuticos. O Conselho Federal de Medicina defende que cabe ao médico a prevenção, o diagnóstico e o tratamento de doenças e que mesmo doenças consideradas pela Resolução CFF 586/13 como "transtornos 19 e 20 de novembro de 2013



menores" devem ser acompanhadas por médicos. Entretanto, a utilização desse novo serviço qualifica o uso de medicamentos isentos de prescrição, gerando mais segurança para os pacientes, protegendo-os de possíveis interações medicamentosas e ou reações adversas, já que a prática da automedicação é muito comum no Brasil. A tomada de decisão exige do profissional farmacêutico competências e habilidades, pois nesses casos a farmácia é a porta de entrada no sistema de saúde. O ato da prescrição farmacêutica deve ser fundamentado nos princípios legais e éticos que a regem seguindo as seguintes etapas: identificação das necessidades do paciente relacionadas à saúde; definição do objetivo terapêutico; seleção da terapia ou intervenções relativas ao cuidado à saúde; redação da prescrição; orientação ao paciente; avaliação dos resultados; documentação do processo de prescrição. Ainda no ato da prescrição, o farmacêutico deverá adotar medidas que contribuam para a promoção da segurança do paciente, baseando suas ações nas evidências científicas e considerar a existência de outras condições clínicas, o uso de outros medicamentos, os hábitos de vida e o contexto entorno do paciente. **CONCLUSÃO:** Diante do exposto, conclui-se que a prescrição farmacêutica deve ser entendida como um processo que poderá trazer benefícios aos pacientes no uso de substâncias para o tratamento de condições específicas. Um dos benefícios mais proeminentes é a documentação da escolha de um medicamento para ser usado pelo paciente, já que, anteriormente, esse ato não era necessariamente documentado. Por outro lado, deve ser exigido do profissional farmacêutico um conjunto de habilidades, competências e valores que garantam uma prescrição adequada, que colabore efetivamente com o estado de saúde do paciente em vez de comprometer esse estado (pelo prolongamento de patologias, mascaramento de sintomas ou indicações inapropriadas).

**Palavras-chave:** Prescrição farmacêutica, medicamentos, farmacêutico.

## CS – AVALIAÇÃO DA CITOTOXICIDADE UTILIZANDO *Artemia salina* como modelo biológico

Nilton Deitos Junior (nilton\_deitos@hotmail.com)  
Curso de Farmácia - Instituto Federal do Paraná

Rosenilda Santos de Souza ([rosantos\\_souza@hotmail.com](mailto:rosantos_souza@hotmail.com))  
Curso de Farmácia - Instituto Federal do Paraná

Sonia Mara Rosa Da Silva (sonia\_mrsilva@hotmail.com)  
Curso de Farmácia - Instituto Federal do Paraná

Keller Paulo Nicolini (keller.nicolini@ifpr.edu.br)  
Curso de Química - Instituto Federal do Paraná

**INTRODUÇÃO:** As normas internacionais recomendam o uso criterioso de animais de laboratório e o desenvolvimento de métodos experimentais alternativos. A *Artemia salina* é utilizada como indicador de toxicidade para pesticidas, poluentes, entre outros. A *Artemia salina* é um microcrustáceo da família Artemiidae que vive em águas salinas e salobras de todo o mundo. Este trabalho tem como objetivo principal discutir a importância do método de avaliação de citotoxicidade contra *Artemia salina*. **DESENVOLVIMENTO:** O bioensaio com *Artemia Salina* tem se mostrado uma técnica muito eficiente e superado o método que utiliza camundongos em termos de sensibilidade, precisão e simplicidade. Altamente utilizada para testes de ecotoxicologia, para determinação de toxicidade de efluentes e poluentes (PETTERS et al., 1997). Uma das vantagens na utilização desse modelo é o custo relativamente baixo para a implantação e manutenção da cultura desse crustáceo, é de fácil manipulação e não interfere no meio ambiente, o que o torna um excelente modelo para experimentos e estudos. Os testes em *Artemia Salina* são testes preliminares para avaliar o potencial citotóxico de um extrato ou substância. Neste ensaio a *Artemia* caracteriza-se com um bioindicador de toxicidade, pretendendo com isso identificar a Concentração Letal Média e desenvolver uma forma alternativa para realização de testes de toxicidade, envolvendo a cultura de *Artemias Salinas*. Estudo realizado por Thais Nichikuma Harada onde correlacionou qualitativamente e quantitativamente concentração letal necessária para o teste citotóxico em *A. salina* com a concentração inibitória para o crescimento de linhagens celulares tumorais; utilizando substâncias puras previamente conhecidas Substâncias oriundas de vegetais e pertencentes às seguintes classes de produtos naturais foram avaliadas quanto à sua atividade citotóxica: alcalóides; flavonóides e quinonas. Dentre as três classes de produtos naturais avaliadas; as quinonas mostraram-se as mais ativas, resultando na confirmação no bioensaio da *A. salina* como indicativo da atividade antitumoral. A cevada (*Hordeum vulgare* sp. *Vulgare*) é um cereal de inverno que ocupa a quinta colocação em ordem de importância econômica no mundo. É utilizada na fabricação de bebidas, como por exemplo a cerveja, na composição de farinhas ou flocos para a panificação. No Brasil a malteação é o principal uso econômico da cevada, já que apenas 30% destina-se a

indústria cervejeira (EMBRAPA, 2012 **CONCLUSÃO:** Pretende-se, com esse estudo, identificar a Concentração Letal Média das bebidas alcóolicas fermentadas derivadas da cevada e do trigo em um ensaio contra a *Artemia Salina*, obtendo com isso um indicador de toxicidade.

**Palavras chaves:** *Artemia salina*, toxicidade, fermentados alcóolicos, cevada.

## Classificação de Risco e Atuação do Enfermeiro nos Serviços de Urgência e Emergência

Andréia de Freitas ([andreiadfreitas@hotmail.com](mailto:andreiadfreitas@hotmail.com))  
Instituto Federal do Paraná - IFPR, Câmpus Palmas

Juliana Foscharini ([jufosk@hotmail.com](mailto:jufosk@hotmail.com))  
Instituto Federal do Paraná - IFPR, Câmpus Palmas

Kleide Maris Zardo ([kleide\\_zardo@hotmail.com](mailto:kleide_zardo@hotmail.com))  
Instituto Federal do Paraná - IFPR, Câmpus Palmas

Marcia Domênica Cunico ([marcia.domenica@ifpr.edu.br](mailto:marcia.domenica@ifpr.edu.br))  
Instituto Federal do Paraná - IFPR, Câmpus Palmas

**Resumo Expandido:** A Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) é um processo, um método sistematizado de prestação de cuidados que visa à obtenção de resultados desejados de uma maneira eficaz. É sistemático por se constituir de etapas, durante as quais são dados passos deliberados para potencializar a eficiência e atingir resultados benéficos (BEZERRA *et al*, 2007). A SAE por ser um método de cuidado está ligada diretamente ao sistema de triagem, este que tem por finalidade organizar a demanda dos pacientes que chegam ao serviço à procura de atendimento, procura-se atender tanto as necessidades imediatas como aquelas que podem aguardar, garantindo a humanização da assistência e oferecendo um acolhimento resolutivo. Ciente dos problemas existentes, o Ministério da Saúde vem buscando alternativas para a organização da rede de atenção às Urgências e Emergências. Em 2003, foi instituída a Política Nacional de Atenção às Urgências, pautada pelo MS, sobretudo, na necessidade de estruturar uma rede de serviços regionalizada e hierarquizada de cuidados integrais às urgências (BRASIL, 2004). Em 2004 o MS lançou a cartilha da Política Nacional de Humanização (PNH), que apresenta o acolhimento com avaliação e classificação de risco como dispositivo de mudança no processo de trabalho, de resolutividade e de produção de saúde nos serviços de urgência. A classificação de risco, busca a priorização da assistência em urgência e emergência bem como a organização da equipe a fim de proporcionar um atendimento adequado (ACOSTA; DURO e LIMA, 2012). A classificação de risco tem se configurado como uma tentativa de reorganização do atendimento e o enfermeiro tem sido o profissional indicado para avaliar e classificar os riscos dos pacientes que procuram os serviços de urgência, devendo ser orientado por um protocolo direcionador (CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM, MG 2007). Assim este trabalho tem por objetivo conhecer a atuação do enfermeiro na triagem e classificação de risco nos serviços de urgência e emergência. Trata-se de uma revisão bibliográfica, pois a mesma visa conhecer as idéias dos autores sobre a temática, a fim de construir uma compreensão sobre o assunto. Para este estudo foram utilizados seis artigos da base de dados do site SCIELO (Scientific Electronic Library Online). Os critérios de inclusão foram: artigos de pesquisa, teóricos, de reflexão, revisões e relatos de experiência publicados no período de 2000 a 2012 textos disponíveis online na íntegra. Os estudos demonstram que avaliação da classificação de risco é geralmente realizada pelos enfermeiros, pois, possuem

condições necessárias, sendo linguagem clínica orientada para os sinais e sintomas, para a realização das escalas de avaliação e classificação de risco. O profissional enfermeiro do serviço de emergência, embasado nos dados clínicos, em informações objetivas e na vivência profissional, avalia qual paciente necessita de atendimento imediato e qual pode esperar, dessa forma, prioriza o atendimento a pacientes conforme sua gravidade e presta assistência com segurança. Segundo Lima *et al* (2012) as principais atribuições deste profissional são: avaliação do estado de saúde do usuário, tomada de decisão e orientação aos usuários de caráter não urgente. A avaliação do estado de saúde consiste na coleta de informações, focada na escuta da queixa, dos antecedentes clínicos e no exame físico, são etapas fundamentais pela SAE. A tomada de decisão quanto à prioridade de atendimento necessita de conhecimento das principais condições médicas, cirúrgicas e psicossociais da população e de tempo de experiência do enfermeiro. Portanto, pode-se afirmar que a utilização de protocolos para embasar a classificação de risco oferece respaldo legal para a atuação segura destes profissionais.

**Palavras-chaves:** SAE, Classificação de Risco, Triagem, Urgência e Emergência.

## EDUCAR SOBRE A SAÚDE: O PRIMEIRO PASSO PARA O CUIDADO

Autor: Silvia Heck (silvia\_heck@hotmail.com)  
Instituto Federal do Paraná - Campus Palmas

Autor: Jeana Cristina Barretta (jeanacristinab@gmail.com)  
Instituto Federal do Paraná - Campus Palmas  
Mariane Signor (mari.signor@hotmail.com)  
Instituto Federal do Paraná - Campus Palmas  
Gustavo Luis LopesSilveira (gustavo.silveira@ifpr.edu.br)  
Instituto Federal do Paraná - Campus Palmas  
Verginia Perin Andriola (verginia.andriola@ifpr.edu.br)  
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas  
Mariângela Gobatto (mariangela.gobatto@ifpr.edu.br)  
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas

### Resumo Expandido:

Segundo dados de 2010 do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas o município de Palmas-PR apresenta um índice de desenvolvimento humano considerado médio, sendo o índice relacionado à educação baixo. O Analfabetismo está entre as principais problemáticas, fato evidenciado no senso populacional de 2000 que apontou 12% da população como analfabeta absoluta e 31% analfabeta funcional. Vários programas e projetos foram desenvolvidos na última década e, segundo estimativa do senso de 2010, atualmente o analfabetismo absoluto gira em torno de 7%. Considerando tais índices e todas as implicações que o analfabetismo trás aos cidadãos, propomos a trabalhar um projeto de extensão utilizando os conceitos da Educação Não-Formal, aplicados em turmas de Educação de Jovens e Adultos das escolas municipais de Palmas, estado do Paraná. Esta modalidade da educação básica foi escolhida uma vez que ainda apresenta um considerável índice de analfabetismo absoluto e funcional. Considerando os dois índices citados, o projeto tem como objetivo contribuir na formação dos alunos intervindo em dois pontos: alfabetização e saúde. Após pesquisa prévia realizada junto às turmas pelos acadêmicos do curso de Enfermagem do IFPR, foram levantados alguns temas relacionados ao objetivo do projeto, que foram trabalhados ao longo do último semestre letivo, sendo eles: autoestima, qualidade de vida, drogas e automedicação, higiene e parasitose, corpo humano, sexualidade e DSTs, diabetes, hipertensão e doenças coronarianas. Para cada um foram desenvolvidas atividades e estas aplicadas por grupo de três alunos. Ao longo do período cada grupo trabalhou um dos temas e o aplicou em todas as escolas do município que apresentam turmas de séries iniciais de EJA, sendo elas: Escola Municipal Senhorinha Miranda Mendes, Escola Municipal Oscar Rocker, Escola Municipal Terezinha Marins Petres (CAIC), Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima, Escola Municipal Nerasi Menin Calza e Escola São Sebastião. O trabalho desenvolvido pelo nosso grupo foi em relação ao tema hipertensão e doenças coronarianas. Em cada turma foi realizada uma exposição abordando os conteúdos relacionados à angina no peito, aterosclerose,

19 e 20 de novembro de 2013

ISSN: 2237-700X

Página 89



### III Contextos e Conceitos

## Mostra de Produção Científica e Extensão

## Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas

infarto agudo do miocárdio e acidente vascular cerebral, bem como fatores de risco que levam a ocasioná-las. Posteriormente à exposição, realizamos o espaço aberto para dúvidas e considerações, e então separamos a turma em grupos para que os quais trabalhem a fixação do aprendizado, através de colagem na cartolina e depois escrita de fatores que ocasionam a prevenção e risco para essas doenças. O projeto buscou a articulação com o ensino, uma vez que foi possível relacionar os conteúdos que trabalhamos ao longo da graduação em Enfermagem, numa relação dialética, articulando conhecimentos de diferentes disciplinas. Além disso, permitiu vivenciar o contato direto com as pessoas, instruindo em relação às doenças cardiovasculares e nos propiciando uma excelente oportunidade de vivenciar a realidade do profissional de enfermagem, tão importante na atenção básica e na prevenção, especialmente no município de Palmas, que apresenta preocupantes indicadores de saúde. Este projeto apresentou grande relevância em nosso processo de formação acadêmica, assim como nos permitiu contribuir com a educação de jovens e adultos do município.

**Palavras-chave:** Analfabetismo. Saúde. EJA. Enfermagem.

## ESTRATÉGIAS FARMACOTERAPÊUTICAS APRESENTADAS NA SÉRIE HOUSE M.D.

Alini Andreola<sup>1</sup> (alini\_andreola@hotmail.com)

Marcelo Amadigi Ostetto<sup>2</sup> (marcelo\_ostetto@hotmail.com)

Rodrigo Batista de Almeida<sup>1</sup> (rodrigo.almeida@ifpr.edu.br)

<sup>1</sup>Curso de Farmácia Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas

<sup>2</sup>Curso de Engenharia Civil Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas

**INTRODUÇÃO:** House M.D. é uma série que se passa num hospital, onde médicos chefiados por House se esforçam para definir um diagnóstico de casos complexos, com múltiplos sintomas, muitos dos quais contrastantes entre si. Nos episódios, inúmeros medicamentos são citados, seja para tratamento de alguma condição, seja os que o paciente já utiliza ou, ainda, para auxiliar em um diagnóstico. Este trabalho objetivou fazer uma breve análise dos psicofármacos citados na quinta temporada pertencentes às classes dos ansiolíticos, antidepressivos, estabilizadores de humor e antipsicóticos.

**MATERIAL E MÉTODOS:** Os episódios da quinta temporada de House M.D. foram analisados para extração das informações pertinentes, como a frequência com que são inseridos ao longo da temporada em questão. **RESULTADOS:** Pelo estudo, somente houve a citação de duas substâncias das classes referidas: haloperidol e diazepam. A primeira substância, haloperidol, é um antipsicótico convencional, antagonista de receptores dopaminérgicos do tipo D2. O outro fármaco, diazepam, é um agente ansiolítico da classe dos benzodiazepínicos. Possui, também, ação miorrelaxante e anticonvulsivante. O diazepam, como todos os representantes do seu grupo, modulam receptores GABAérgicos, sendo antagonizados por flumazenil. Ao modular os receptores GABA, os benzodiazepínicos promovem uma intensa inibição central, o que explica os efeitos ansiolíticos, hipnótico-sedativos e outros. **DISCUSSÃO:** O uso de psicofármacos tem aumentado sobremaneira nas últimas décadas. Vários fatores contribuem para esse cenário, como a popularização dos critérios diagnósticos dos transtornos mentais e de comportamento, maior propensão ao uso de medicamentos pela população, aumento real na incidência de transtornos mentais, etc. Entretanto, os episódios analisados na série House M.D. apresentaram poucas substâncias com ação sobre o sistema nervoso central. Isso pode ser explicado pelo fato de que a série explora muito mais aspectos peculiares ligados à progressão de doenças, do que medicamentos utilizados em condições corriqueiras. No oitavo episódio, no qual foram citados haloperidol e diazepam, as seguintes condições patológicas foram discutidas: vasculite, angina de Prinzmetal, endocardite gonocócica, meningite, sífilis e intoxicação por arsênico. Além de haloperidol e diazepam, o oitavo episódio comentou sobre esteróides, beta-bloqueadores e ergonovina. Fica claro, portanto, a grande ênfase dada às doenças, e seus desdobramentos fisiopatológicos, em detrimento dos medicamentos.

**CONCLUSÃO:** A quinta temporada da série House M.D. apresentou apenas duas

### III Contextos e Conceitos

## Mostra de Produção Científica e Extensão

## Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas

substâncias pertencentes às classes de antidepressivos, estabilizadores de humor, ansiolíticos e antipsicóticos.

**Palavras-chave:** House M.D., psicofármacos, medicamentos.

## ESTUDO CLÍNICO SOBRE INTERAÇÕES MEDICAMENTOSAS POTENCIAIS APRESENTADAS POR UMA PACIENTE IDOSA

Joelson da Silva Machado (joelsonsv@hotmail.com)  
Curso de Enfermagem do Instituto Federal do Paraná (IFPR) Câmpus Palmas

Ervino Rodrigo Rothermel (ervinorothermel@hotmail.com)  
Curso de Enfermagem do Instituto Federal do Paraná (IFPR) Câmpus Palmas

Marcelo Sonza Bellan (marcelo\_sonza@hotmail.com)  
Curso de Enfermagem do Instituto Federal do Paraná (IFPR) Câmpus Palmas

Jandira Sanambaia (jandira@hotmail.com)  
Curso de Enfermagem do Instituto Federal do Paraná (IFPR) Câmpus Palmas

Daiane Antonioli (Daiane.antonioli@ifpr.edu.br)  
Curso de Enfermagem do Instituto Federal do Paraná (IFPR) Câmpus Palmas

Mariangela Gobatto (mariangela.gobatto@ifpr.edu.br)  
Curso de Enfermagem do Instituto Federal do Paraná (IFPR) Câmpus Palmas

Rodrigo Batista de Almeida (rodrigo.almeida@ifpr.edu.br)  
Curso de Enfermagem do Instituto Federal do Paraná (IFPR) Câmpus Palmas

**INTRODUÇÃO:** Este estudo foi realizado a partir de uma proposta integrada entre as disciplinas “Vivências em Enfermagem II”, “Farmacologia” e “Nutrição”, inseridas na matriz curricular do segundo período de Enfermagem do Instituto Federal do Paraná. A abordagem multidisciplinar permitiu analisar um caso clínico sob diferentes perspectivas. O caso estudado refere-se a uma paciente de 77 anos, com diagnóstico de diabetes insulino-dependente, hipertensão arterial sistêmica, dificuldade para deambular e leve dispnéia. Os medicamentos usados pela paciente foram levados à pesquisa sobre as possíveis interações medicamentosas, visando à melhora nos resultados farmacoterapêuticos alcançáveis. **MATERIAL E MÉTODOS:** O trabalho foi iniciado com uma visita domiciliar para o conhecimento da paciente e descrição do caso. Após a coleta dos dados sobre os medicamentos utilizados, informações sobre possíveis interações foram pesquisadas na literatura científica. **RESULTADOS:** A paciente utiliza os seguintes medicamentos: cinarizina, levanlodipino, espironolactona, zolpidem, furosemida, carvedilol, digoxina e insulina. Foram verificadas as seguintes interações medicamentosas potenciais: 1. espironolactona *versus* digoxina: aumento do tempo de meia-vida biológico de digoxina; 2. carvedilol *versus* digoxina: aumento da concentração plasmática de digoxina e diminuição da frequência cardíaca; 3. insulina *versus* furosemida: aumento da glicemia. Há evidências de que os cuidados dispensados à paciente estão adequados. **DISCUSSÃO:** Considerando que a paciente é idosa (o que pode sugerir um variável comprometimento renal e hepático) e é usuária de múltiplos

fármacos (oito substâncias diferentes), o caso exige uma atenção especial. O estudo demonstrou três possíveis interações de grande relevância clínica. A possibilidade de haver aumento da concentração plasmática da digoxina, com o conseqüente aumento no tempo de meia-vida desta substância, deve ser analisada de forma criteriosa, devido ao baixo índice terapêutico do fármaco em questão. Outra preocupação é hiperglicemia potencial, o que pode precipitar complicações decorrentes do diabetes em órgãos-alvo. **CONCLUSÃO:** O estudo demonstrou possíveis interações que podem estar ocorrendo com a paciente acompanhada. Essas informações serão utilizadas, juntamente com informações sobre nutrição, para reconduzir a terapêutica adotada e melhorar a qualidade de vida da paciente.

**Palavras-chave:** Medicamentos, Farmacologia, interações medicamentosas.

## INTERAÇÕES MEDICAMENTOSAS EM PACIENTE COM TRAUMATISMO CRÂNIO-ENCEFÁLICO

Deivid Sergio Santos Silva (deividsergio@hotmail.com)  
Acadêmico do Curso de Enfermagem do Instituto Federal do Paraná (IFPR) Câmpus  
Palmas, Palmas (PR)

Leiva Teresinha Simon (leivats@hotmail.com)  
Acadêmica do Curso de Enfermagem do Instituto Federal do Paraná (IFPR) Câmpus  
Palmas, Palmas (PR)

Patricia de Souza Lima (pa\_ty1986@hotmail.com)  
Acadêmica do Curso de Enfermagem do Instituto Federal do Paraná (IFPR) Câmpus  
Palmas, Palmas (PR)

Mariangela Gobatto (mariangela.gobatto@ifpr.edu.br)  
Professora do Curso de Enfermagem do Instituto Federal do Paraná (IFPR) Câmpus  
Palmas, Palmas (PR)

Rodrigo Batista de Almeida (rodrigo.almeida@ifpr.edu.br)  
Professor do Curso de Enfermagem do Instituto Federal do Paraná (IFPR) Câmpus  
Palmas, Palmas, Paraná, Brasil

**INTRODUÇÃO:** O uso de medicamentos expõe os pacientes a potenciais efeitos adversos. No caso do uso concomitante de dois ou mais medicamentos, os pacientes também estão expostos a interações farmacológicas, as quais podem potencializar, diminuir ou anular o efeito de uma ou mais substâncias. Nesse sentido, este trabalho objetivou pesquisar interações potenciais em um caso abordado de forma conjunta nas disciplinas Vivências em Enfermagem II e Farmacologia. **MATERIAL E MÉTODOS:** No âmbito da disciplina de Vivências em Enfermagem II, os alunos do segundo período de Enfermagem do IFPR foram inseridos na comunidade, por meio de visitas domiciliares, com a finalidade de conhecer os pacientes e vivenciar a realidade em que se encontram. Cada grupo de até três alunos fez visitas seriadas para coletar informações sobre as doenças, medicamentos utilizados, cuidados com o paciente, estado de saúde, nutrição, etc. Após a coleta das informações, foram elaboradas a história da família, o genograma e o plano de ação. De forma articulada com a disciplina de Farmacologia, as informações sobre a farmacoterapia foram analisadas com vistas a identificar possíveis interações. As bulas dos medicamentos utilizados, bem como bibliografia especializada, foram consultadas para a obtenção das informações. **RESULTADOS:** O caso abordado relata a história de um paciente masculino, de 45 anos, vítima de queda de altura, a qual provocou traumatismo crânio-encefálico. O paciente encontra-se em estado vegetativo, segundo avaliação médica, há dois anos e faz uso de Hidantal (fenitoína), 100 mg, uma vez por dia, e Label (ranitidina), 150 mg, a cada 12 horas. Esses medicamentos são utilizados para evitar convulsões e



problemas do sistema digestório. Os medicamentos são triturados e diluídos em água para posterior administração por sonda. A cuidadora do referido paciente é sua esposa, a qual questionou o uso de Hidantal (utilizado para convulsões), já que o mesmo nunca convulsionou. A pesquisa das bulas não indicou nenhuma interação entre as duas substâncias. Entretanto, o Dicionário Terapêutico Guanabara (2011/2012) informa que a cimetidina (fármaco do mesmo grupo da ranitidina) pode aumentar os níveis plasmáticos de fenitoína, o que, em tese, poderia provocar ataxia ou sinais relacionados. **DISCUSSÃO:** A busca ativa por informações acerca de possíveis interações deve ser encarada como responsabilidade de todos os profissionais de saúde. Nesse sentido, o enfermeiro também colabora para a elucidação de interações, o que garante a reorientação da prescrição medicamentosa, melhorando a qualidade de vida dos pacientes. O fato de a cuidadora questionar o uso de anticonvulsivante demonstra que a mesma não foi suficientemente informada sobre a necessidade desse medicamento. Isso reforça o papel do enfermeiro junto à conscientização do uso racional de medicamentos, o que contribui para a adesão à farmacoterapia prescrita. **CONCLUSÃO:** Este trabalho demonstrou não haver interação medicamentosa entre os produtos utilizados no caso avaliado. A estratégia se mostrou interessante em abordar um assunto em duas disciplinas, de forma horizontal, contribuindo para a formação crítica dos alunos de Enfermagem.

**Palavras-chave:** Interações medicamentosas, fenitoína, cimetidina, medicamentos.

## INTERAÇÕES MEDICAMENTOSAS POTENCIAIS NUM ESTUDO DE CASO

Elieze Pereira (eliese\_eliesinha@hotmail.com)

Curso de Enfermagem do Instituto Federal do Paraná (IFPR) Câmpus Palmas

Elize Donner (elize\_donner@hotmail.com)

Curso de Enfermagem do Instituto Federal do Paraná (IFPR) Câmpus Palmas

Mariangela Gobatto (mariangela.gobatto@ifpr.edu.br)

Curso de Enfermagem do Instituto Federal do Paraná (IFPR) Câmpus Palmas

Rodrigo Batista de Almeida (rodrigo.almeida@ifpr.edu.br)

Curso de Enfermagem do Instituto Federal do Paraná (IFPR) Câmpus Palmas

**INTRODUÇÃO:** O presente trabalho foi realizado no bairro Rocio, em Palmas- PR, durante um período de quatro meses, em 2013, e constitui-se no acompanhamento farmacoterapêutico de uma paciente. As atividades foram realizadas no âmbito das disciplinas “Vivências em Enfermagem II” e “Farmacologia”. O motivo da escolha da paciente para o estudo foi o fato de sua patologia necessitar de um acompanhamento mais amplo e mais frequente. Existem pacientes que fazem uso diário de muitos medicamentos, como é o caso da paciente avaliada. Desse modo, este trabalho objetivou avaliar as possíveis interações farmacológicas que podem estar ocorrendo na paciente, com a finalidade de intervir positivamente, reconduzindo a terapêutica indicada, se necessário. **MATERIAL E MÉTODOS:** O estudo foi realizado a partir de sucessivas visitas domiciliares. As visitas iniciais permitiram a coleta de informações e descrição do caso a ser avaliado. Após essa etapa inicial, foi realizada uma pesquisa bibliográfica para levantar as potenciais interações medicamentosas que podem estar ocorrendo. **RESULTADOS:** O caso avaliado se refere a uma mulher, de 68 anos, viúva, que reside juntamente com sua filha, seu genro e seus netos. A paciente possui várias complicações de saúde, como diabetes tipo 2, insuficiência renal, hipotireoidismo, hipertensão arterial, anemia e depressão. A idade relativamente avançada, associada à condição patológica e uso de vários medicamentos, leva a paciente a manter grande dependência de sua filha, tanto para se alimentar, como para administrar os medicamentos utilizados. A insulina é aplicada por sua neta, que trabalha na escola ao lado de sua casa, mas, frequentemente, a neta se vê impedida de administrar insulina, situações em que a paciente se dirige à unidade básica de saúde do bairro onde reside para fazer as aplicações. A paciente queixa-se de edema nas pernas, o que dificulta o caminhar, diminuindo a prática de exercícios físicos. Uma vez por mês, a paciente é encaminhada a um médico nefrologista, em Pato Branco, aonde vai acompanhada de sua neta. A paciente utiliza os seguintes medicamentos: insulina, metformina, levotiroxina, sinvastatina, omeprazol, hidroclorotiazida, carvedilol e captopril. Após consulta a materiais informativos sobre medicamentos, constatou-se interações entre insulina e amitriptilina, hidroclorotiazida e insulina ou antidiabéticos orais, omeprazol e levotiroxina e, captopril e carvedilol. **DISCUSSÃO:**

19 e 20 de novembro de 2013

ISSN: 2237-700X

Página 97

### III Contextos e Conceitos

## Mostra de Produção Científica e Extensão

## Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas

O acompanhamento farmacoterapêutico de pacientes que fazem uso de medicamentos de uso contínuo e polifarmácia (uso de múltiplos fármacos) é essencial para a identificação de possíveis problemas decorrentes de interações medicamentosas. Após essa etapa, a equipe de alunos irá propor uma recondução terapêutica para a paciente avaliada. **CONCLUSÃO:** Analisando o esquema farmacoterapêutico utilizado pela paciente, constataram-se inúmeras interações farmacológicas potenciais.

**Palavras-chave:** Diabetes, hipertensão e colesterol.

## MALFORMAÇÕES CONGÊNITAS: UM ESTUDO AVALIANDO A INCIDÊNCIA EM PALMAS-PR

Autor: Marcos Euzébio Maciel (marcos.maciel@ifpr.edu.br)  
Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas

Autores: Ana Paula Pedroso Magagnin (magagnin1@hotmail.com), Alyeska Wendy Pagliosa (alyeska\_pagliosa@hotmail.com), Franciele Wosnes (franwosnes@hotmail.com), Seomara Feliciano (seomara\_feliciano@hotmail.com), Vanessa Ramos (nessa.r.26@hotmail.com), Vera Lúcia Góis dos Santos (profveragois@hotmail.com), Vinícius Rodrigues Costa (vrodriguescosta974@gmail.com).  
Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas

As causas das malformações congênitas (MC) podem ser ambientais ou genéticas, podendo manifestar-se no momento do nascimento ou em fases mais avançadas da vida. As MC são a segunda causa de mortalidade infantil no Brasil. Cerca de 7,5% das crianças menores de cinco anos apresentam algum defeito do tipo congênito, alguns são passíveis de tratamento e alguns não podem ser tratados, e mais da metade das gestações com MC resultam em aborto espontâneo. Conforme dados da Secretária da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná nascem todos os meses na região oeste e sudoeste cerca de dez crianças com MC. O nascimento de uma criança com algum tipo de MC afeta toda a família, principalmente em situações nas quais a família não possui condições econômicas e sociais de proporcionar acompanhamento e/ou tratamento adequado para estas crianças. Embora seja realizado o levantamento dos dados de nascimentos com MC em todo Brasil e estes estejam disponíveis através do DATASUS, não existe um tratamento específico desses dados em cidades de pequeno/médio porte como Palmas-PR, onde essas informações poderiam orientar ações mais diretas do município em atenção a essas famílias. Com o objetivo de avaliar incidência de MC em Palmas-PR, os dados epidemiológicos do município entre os anos de 2006 a 2012 foram obtidos através do Departamento Municipal de Epidemiologia de Palmas-PR. Estas informações foram tratadas estatisticamente através do teste de conformidade do Qui-Quadrado ( $\chi^2$ ), sendo comparadas com os dados do Estado do Paraná. Também foram avaliados os seguintes parâmetros: Ano de nascimento; Sexo; Tipo de malformações congênitas; Peso ao nascer; Idade da mãe; Escolaridade da mãe; Partos vaginais e Cesáreas; Número de nascidos vivos; Número de consultas Pré-natais. No período avaliado foram verificados 4.558 nascimentos na cidade de Palmas-PR, sendo que destes 29 eram portadores de MC, apresentando uma incidência de 0,64%. Dos 29 indivíduos avaliados, 16 (55,2%) eram do sexo masculino e 13 (44,8%) do sexo feminino. Estatisticamente a incidência de MC do município avaliado não apresentou diferença com em relação aos índices encontrados no Estado do Paraná ( $\chi^2=5,48$ ;  $p>0,05$ ). Com relação à frequência de diferentes tipos de MC verificou-se que 34,48% (10) apresentavam malformações e

deformidades congênitas do sistema osteomuscular, 27,58% (8) apresentavam MC do sistema nervoso e 13,78% (4) apresentavam MC relacionadas à alterações cromossômicas (Síndrome de Down). As MC do aparelho respiratório, as anomalias incluindo fenda labial e fenda palatina e MC do aparelho digestivo apresentaram frequências de 6,89%, dois casos em cada categoria. Ainda, um caso apresentou MC dos órgãos sexuais (3,44%). Dentre os parâmetros epidemiológicos avaliados, não se verificou nenhuma diferença estatisticamente significativa. Exceto no parâmetro relacionado às mães que não haviam tido nenhum filho anterior àquele com MC, que foram a maioria (11; 37,9%), apresentando diferença estatisticamente significativa em relação às demais categorias ( $\chi^2=16,72$ ;  $p<0,05$ ). Uma possível explicação para este resultado está relacionada com problemas intrínsecos que os casais podem apresentar e que resultam em séries de abortos. Um exemplo desses problemas são as alterações cromossômicas. Os membros do casal pode carregar alguma alteração cromossômica estrutural ou numérica que inviabilize a formação do feto. Os dados obtidos através desta pesquisa podem servir de base para projetos de auxílio e assistência social aos portadores de MC e seus familiares no município de Palmas-PR.

**Palavras-chave:** epidemiologia, anomalias congênitas, Síndrome de Down.

## BENEFÍCIOS E LIMITAÇÕES DA PRESCRIÇÃO FARMACÊUTICA

Eliane Zanella Fabbris (eliazf@hotmail.com)  
Acadêmica do Curso de Farmácia do Instituto Federal do Paraná (IFPR) Câmpus  
Palmas, Palmas (PR), Brasil

Angela Haoack (angelaeluiza@hotmail.com)  
Acadêmica do Curso de Farmácia do Instituto Federal do Paraná (IFPR) Câmpus  
Palmas, Palmas, (PR), Brasil

Taciana de Fatima Marquezotti Bolzan (taci\_fmb@hotmail.com)  
Acadêmica do Curso de Farmácia do Instituto Federal do Paraná (IFPR) Câmpus  
Palmas, Palmas, (PR), Brasil

Ingrid Tomazini (ingridtoma@hotmail.com)  
Acadêmica do Curso de Farmácia do Instituto Federal do Paraná (IFPR) Câmpus  
Palmas, Palmas, (PR), Brasil

Rodrigo Batista de Almeida (rodrigo.almeida@ifpr.edu.br)  
Professor do Curso de Farmácia do Instituto Federal do Paraná (IFPR) Câmpus  
Palmas, Palmas, (PR), Brasil

**INTRODUÇÃO:** Os medicamentos constituem o principal recurso terapêutico utilizado na prevenção e tratamento de diversas condições patológicas. No Brasil, a maior parte dos medicamentos possui uma tarja (vermelha ou preta) indicativa da necessidade de prescrição para a sua utilização. Até recentemente, somente médicos e odontólogos podiam prescrever medicamentos para uso humano, bem como enfermeiros (em algumas condições excepcionais). Essa situação, porém, foi alterada pela Resolução nº 586, de 29 de agosto de 2013, do Conselho Federal de Farmácia (CFF), que regulamentou a prescrição farmacêutica. Segundo essa resolução, poderá exercer a prescrição o farmacêutico legalmente habilitado e registrado no Conselho Regional de Farmácia de sua jurisdição que possuir título de especialista na área clínica, com comprovação de formação que inclua conhecimentos e habilidades em boas práticas de prescrição, fisiopatologia, semiologia, comunicação interpessoal, Farmacologia Clínica e Terapêutica. A prescrição farmacêutica, nesse contexto, é definida como o ato pelo qual o farmacêutico seleciona e documenta terapias farmacológicas e não farmacológicas, e outras intervenções relativas ao cuidado à saúde do paciente, visando à promoção, proteção e recuperação da saúde e à prevenção de doenças e de outros problemas de saúde. **DESENVOLVIMENTO:** Desde que foi regulamentada, a prescrição farmacêutica tem gerado discussão entre alguns profissionais de saúde, principalmente entre médicos e farmacêuticos. O Conselho Federal de Medicina defende que cabe ao médico a prevenção, o diagnóstico e o tratamento de doenças e que mesmo doenças consideradas pela Resolução CFF 586/13 como "transtornos menores" devem ser acompanhadas por médicos. Entretanto, a utilização desse



novo serviço qualifica o uso de medicamentos isentos de prescrição, gerando mais segurança para os pacientes, protegendo-os de possíveis interações medicamentosas e ou reações adversas, já que a prática da automedicação é muito comum no Brasil. A tomada de decisão exige do profissional farmacêutico competências e habilidades, pois nesses casos a farmácia é a porta de entrada no sistema de saúde. O ato da prescrição farmacêutica deve ser fundamentado nos princípios legais e éticos que a regem seguindo as seguintes etapas: identificação das necessidades do paciente relacionadas à saúde; definição do objetivo terapêutico; seleção da terapia ou intervenções relativas ao cuidado à saúde; redação da prescrição; orientação ao paciente; avaliação dos resultados; documentação do processo de prescrição. Ainda no ato da prescrição, o farmacêutico deverá adotar medidas que contribuam para a promoção da segurança do paciente, baseando suas ações nas evidências científicas e considerar a existência de outras condições clínicas, o uso de outros medicamentos, os hábitos de vida e o contexto entorno do paciente. **CONCLUSÃO:** Diante do exposto, conclui-se que a prescrição farmacêutica deve ser entendida como um processo que poderá trazer benefícios aos pacientes no uso de substâncias para o tratamento de condições específicas. Um dos benefícios mais proeminentes é a documentação da escolha de um medicamento para ser usado pelo paciente, já que, anteriormente, esse ato não era necessariamente documentado. Por outro lado, deve ser exigido do profissional farmacêutico um conjunto de habilidades, competências e valores que garantam uma prescrição adequada, que colabore efetivamente com o estado de saúde do paciente em vez de comprometer esse estado (pelo prolongamento de patologias, mascaramento de sintomas ou indicações inapropriadas).

**Palavras-chave:** Prescrição farmacêutica, medicamentos, farmacêutico.

## PROMOVENDO O USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS ENTRE CRIANÇAS POR MEIO DE UMA HISTÓRIA EM QUADRINHOS

Angela Cristina Andrade Salvador (abssalvador@hotmail.com)

Amanda Sotoriva (amanda\_28\_sotoriva@hotmail.com)

Rodrigo Batista de Almeida (rodrigo.almeida@ifpr.edu.br)

Rodrigo Hinojosa Valdez (rodrigo.valdez@ifpr.edu.br)

Curso de Farmácia Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas

**INTRODUÇÃO:** O estoque domiciliar de medicamentos pode ser explicado pelo fácil acesso a esses produtos, falhas na continuidade do tratamento, não adesão ao tratamento contínuo motivada por efeitos adversos e sobras de tratamentos anteriores. O dano potencial decorrente da exposição humana, animal e ambiental a esses produtos é relevante, de modo que medidas que colaborem para a conscientização da população em não manter produtos farmacêuticos em casa devem ser adotadas, sobretudo entre crianças, que atuam como disseminadoras de informações. Nesse sentido, este trabalho objetivou desenvolver uma estratégia de Educação em Saúde focada na elaboração de uma história em quadrinhos desenvolvida em parceria com crianças de quinta e sexta série de uma escola do município de Palmas. **MATERIAL E MÉTODOS:** O texto da história em quadrinhos “Não brinque com os medicamentos!” foi previamente definido pelos autores de modo a tratar o problema do estoque domiciliar de medicamentos de uma forma simples, objetiva, mas também informativa. Na sequência, foi solicitado aos alunos da quinta e sexta séries de uma escola de Palmas um desenho de cada personagem. Os desenhos que mais se aproximassem da necessidade dramática de cada personagem foram os escolhidos. A história em quadrinhos foi impressa na gráfica Kaygangue, em papel *couché*, gramatura 90 g/m<sup>2</sup>, no formato A4 (210 mm de largura por 297 mm de altura, com área total de 1/16 m<sup>2</sup>), colorido, frente e verso. O papel teve uma dobra no sentido transversal, delimitando quatro espaços (capa, primeira página, segunda página e contra capa). A capa foi reservada para o título e uma pequena fala de abertura do personagem-apresentador (Drágeo). Nas duas páginas internas houve o desenvolvimento da história. A contra capa reuniu os créditos do trabalho, citando nominalmente todos os envolvidos, inclusive as crianças autoras dos desenhos, bem como os patrocinadores. **RESULTADOS:** Foram impressos 10.000 exemplares, distribuídos na região. A publicação foi viabilizada pelo patrocínio de quatro empresas locais. As crianças tiveram acesso em primeira mão ao material. Para isso, foi marcado um dia específico para a apresentação da história em quadrinhos para os alunos que participaram efetivamente da elaboração da história. No mesmo dia, durante o intervalo das aulas, cada criança distribuiu exemplares para os colegas de outras turmas. A importância de incluir crianças numa proposta de Educação em Saúde se deve ao fato de que elas atuam como sujeitos disseminadores do conhecimento, reforçando as

mensagens veiculadas nos materiais dirigidos especificamente para os adultos.

**DISCUSSÃO:** O uso irracional de medicamentos é um grave problema de saúde pública. Uma das formas de reverter esse processo é pela educação e informação da população. A história “Não brinque com os medicamentos!” se passa numa residência, onde a “caixinha de remédios” está ao alcance das crianças. A história foi montada em apenas dez cenas, mas reúne inúmeros conceitos, apresentados tanto de forma objetiva como em mensagens subliminares (mas facilmente reconhecidas e assimiladas pelas crianças). A história mostra inúmeros problemas decorrentes do estoque domiciliar de medicamentos, como o uso de medicamentos humanos em animais, o uso de medicamentos em crianças de forma indevida e o problema ambiental causado pela disposição de fármacos no ambiente, especificamente a resistência aos antibióticos.

**CONCLUSÃO:** Este trabalho contribuiu com a comunidade local, na perspectiva de uma proposta de Educação em Saúde a partir da história em quadrinhos, que possibilitou alertar sobre o perigo das “farmacinhas”. As crianças envolvidas na atividade demonstraram grande interesse pelo tema e, certamente, atuaram como disseminadoras da informação sobre o uso racional de medicamentos.

**Palavras-chave:** Estoque domiciliar de medicamentos, uso racional de medicamentos, história em quadrinhos.

## SERVIÇO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA: REFLEXÕES E DILEMAS ÉTICOS

Autoras: Patricia Cazarim (patycazarim@hotmail.com)  
Instituto Federal do Paraná – IFPR, Câmpus Palmas.

Marcia Bigolin Rosalém (marciarosalem2009@hotmail.com)  
Instituto Federal do Paraná – IFPR, Câmpus Palmas.

Patricia Ferreira (patricia\_ferreira\_d@hotmail.com)  
Instituto Federal do Paraná – IFPR, Câmpus Palmas.

Marcia Domenica Cúnico (marcia.domenica@ifpr.edu.br)  
Instituto Federal do Paraná – IFPR, Câmpus Palmas.

**Resumo Expandido:** Nas unidades de emergência, a equipe de enfermagem encontra situações que implicam em questões éticas, tais ações necessitam ser discutidas e refletidas em seu cotidiano (GARLET et al, 2009). O objetivo desse estudo é refletir sobre os dilemas éticos nos serviços de urgência e emergência relacionados ao cuidado de enfermagem. Através de revisão bibliográfica traçamos reflexões sobre os dilemas éticos, podendo citar a carência de recursos humanos e materiais, a ineficiência de comunicação entre a equipe e os serviços de referência, questões organizacionais, sobrecarga de trabalho, realização de tarefas em tempo reduzido, redução da educação permanente para o preparo dos profissionais, insatisfação no trabalho e a inexperiência dos gestores de saúde frente a todas estas ocasiões (POLL; LUNARDI; LUNARDI FILHO, 2008). A equipe de saúde necessita de recursos materiais e humanos qualificados, pois a falta destes podem interferir na qualidade da assistência prestada ao usuário, implicando na saúde do cliente e resultar em conflitos éticos dentro da equipe. Estes fatores devem ser discutidos e analisados pelos gestores da saúde quanto pela equipe de saúde que atua nestas unidades. Nos valores da profissão estão inseridos o conhecimento e autonomia do profissional que através da ação gerencial proporcione assistência qualificada. (TREVIZAN *et al*, 2002).

**Palavras-chave:** Ética, enfermagem, serviços de urgência e emergência.

### Abstract

**Expanded Summary:** In the emergency department, the nursing staff is in situations involving ethical issues, such actions need to be discussed and reflected in their daily lives (GARLET et al, 2009). The aim of this study is to reflect on the ethical dilemmas in emergency services and emergency related to nursing care. Through literature review traced reflections on the ethical dilemmas and can cite a lack of human and material resources, inefficient communication between staff and referral services, organizational issues, work overload, performing tasks in less time, reducing continuing education for professional preparation, job dissatisfaction and inexperience of health managers facing all these occasions (POLL; LUNARDI; LUNARDI SON, 2008). The health care team needs qualified human resources and because the lack of these can interfere with the quality of care provided to the user,

### III Contextos e Conceitos

## Mostra de Produção Científica e Extensão

## Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas

resulting in the client's health and result in ethical conflicts within the staff . These factors should be discussed and analyzed by health managers and by health staff working at these units . The values of the profession are embedded knowledge and professional autonomy through management action provides qualified assistance . ( TREVIZAN et al , 2002).

**Keywords:** Ethics, nursing, services and emergency

## VISITA DOMICILIAR COMO ESTRATÉGIA PARA A RACIONALIZAÇÃO DA FARMACOTERAPIA

Sueli Terezinha Seibert  
(sueli.seibert@hotmail.com)

Curso de Enfermagem - Instituto Federal do Paraná (Câmpus Palmas)

Carolina Gabriel Piris Dornelles (carolinagpiris@hotmail.com)  
Curso de Enfermagem - Instituto Federal do Paraná (Câmpus Palmas)

Mariangela Gobatto (mariangela.gobatto@ifpr.edu.br)  
Curso de Enfermagem - Instituto Federal do Paraná (Câmpus Palmas)

Rodrigo Batista de Almeida (rodrigo.almeida@ifpr.edu.br)  
Curso de Enfermagem - Instituto Federal do Paraná (Câmpus Palmas)

**INTRODUÇÃO:** Muitos pacientes requerem terapia com várias substâncias e isso geralmente leva à necessidade de intervenção de diferentes médicos. Um dos inconvenientes do uso de dois ou mais medicamentos é a possibilidade de interação medicamentosa. Nesse sentido, o estudo das interações medicamentosas é de suma importância para proteger os pacientes de problemas decorrentes do uso de medicamentos. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o uso racional de medicamentos ocorre “*quando pacientes recebem medicamentos apropriados para suas condições clínicas em doses adequadas às suas necessidades individuais, por um período adequado e ao menor custo para si e para a comunidade*”. Entretanto, muitas vezes os medicamentos são usados de forma irracional. Um exemplo de uso inapropriado de medicamentos é o uso de vários produtos de forma concomitante (polimedicação), a prescrição em desacordo com as diretrizes clínicas e a automedicação feita de forma inapropriada (frequentemente com medicamentos sob prescrição). Este estudo teve como objetivo contribuir para a identificação de interações medicamentosas potenciais ou reais apresentadas por um paciente acompanhado por acadêmicos de Enfermagem. **METODOLOGIA:** Este trabalho foi desenvolvido de forma integrada nas disciplinas de “Vivência em Enfermagem II” e “Farmacologia”, em que foram realizadas visitas ao domicílio de um paciente. Foram coletadas informações pessoais do paciente, bem como dados sobre as patologias diagnosticadas e medicamentos utilizados. A partir dessas informações preliminares, foram verificadas, junto à literatura, as possíveis interações entre os medicamentos utilizados. **RESULTADOS:** A paciente acompanhada tem 48 anos, é casada e vive com o esposo, uma filha de 18 anos e um filho de 35 anos com deficiência mental, embora passe a maior parte do tempo somente com o filho. A paciente tem diagnóstico de diabetes *mellitus* tipo 2, hipertensão arterial sistêmica e obesidade. A paciente faz uso das seguintes substâncias: furosemida, espironolactona, losartano, metformina, omeprazol e ácido acetilsalicílico (AAS). Entre os fármacos utilizados, verificou-se potencial de interação entre AAS e espironolactona, na qual o AAS pode inibir a ação deste fármaco. A metformina, por outro lado, pode sofrer interferência de diuréticos, os quais apresentam o potencial de desequilibrar o controle glicêmico.



Uma irracionalidade foi detectada no uso concomitante de dois produtos farmacêuticos com o mesmo princípio ativo (Aldosterin e Aldactone). A paciente utiliza esses dois produtos contendo espironolactona, o que pode acarretar um desequilíbrio hidro-eletrolítico. **DISCUSSÃO:** A procura por elucidar possíveis problemas relacionados com os medicamentos deve ser uma preocupação de todos os profissionais de saúde que entram em contato com os pacientes. Nesse sentido, os enfermeiros precisam desenvolver habilidades na detecção de problemas com a farmacoterapia de modo a contribuir para a racionalização no uso desses produtos. Nesse sentido, este trabalho, na perspectiva de uma abordagem integrada entre duas disciplinas do curso de Enfermagem, permitiu o desenvolvimento de habilidades na descrição de um caso específico e a busca de informações que sustentassem uma intervenção positiva na solução de problemas vivenciados pela paciente em questão. **CONCLUSÃO:** Este trabalho reuniu informações acerca do caso acompanhado na disciplina de “Vivências em Enfermagem II”, bem como analisou possíveis interações e outras irracionalidades apresentadas na farmacoterapia, no âmbito da disciplina de “Farmacologia”. Essas informações servirão de suporte para a reorientação na conduta terapêutica proposta para a paciente.

**Palavras chaves:** Medicamentos, interações, visita domiciliar.

## ESTRATÉGIAS DE MARKETING DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA APRESENTADAS NO CINEMA

Raquel da Rosa (raquel\_iasd@hotmail.com)  
Curso de Farmácia - Instituto Federal do Paraná (Câmpus Palmas)

Ana Maria Perin Duarte (a.m.perin@hotmail.com)  
Curso de Farmácia - Instituto Federal do Paraná (Câmpus Palmas)

Camila Sampaio da Silva (camilasampaio93@hotmail.com)  
Curso de Farmácia - Instituto Federal do Paraná (Câmpus Palmas)

Carina Alana Ilha (carina\_ilha@hotmail.com)  
Curso de Farmácia - Instituto Federal do Paraná (Câmpus Palmas)

Gabrielli Dalagnol de Oliveira (gabriellideoliveira@hotmail.com)  
Curso de Farmácia - Instituto Federal do Paraná (Câmpus Palmas)

Jéssica Eduarda de Oliveira (jessica.eduarda\_21@hotmail.com)  
Curso de Farmácia - Instituto Federal do Paraná (Câmpus Palmas)

Sabrina Barbosa (sabrina\_barbosa\_4@hotmail.com)  
Curso de Farmácia - Instituto Federal do Paraná (Câmpus Palmas)

Rodrigo Batista de Almeida (rodrigo.almeida@ifpr.edu.br)  
Curso de Farmácia - Instituto Federal do Paraná (Câmpus Palmas)

**INTRODUÇÃO:** A indústria farmacêutica é um dos maiores mercados no âmbito mundial em termos de faturamento. Isso leva a indústria a adotar diferentes estratégias de marketing para manter essa condição. Entretanto, a indústria deve ter cautela no desenvolvimento das ações de marketing, pois o seu produto, o medicamento, não pode ser considerado um bem de consumo normal, já que se trata de um insumo utilizado para a recuperação e manutenção da saúde. Este trabalho objetivou fazer uma análise crítica do filme “Amor e Outras Drogas”, de 2010, quanto à postura da indústria farmacêutica na abordagem junto aos prescritores. **METODOLOGIA:** Foi realizada uma análise do filme “Amor e Outras Drogas” (*Love & Other Drugs*, 2010, dirigido por Edward Zwick) referente às abordagens de marketing da indústria farmacêutica. Todas as cenas que retrataram situações relacionadas à temática estudada foram analisadas detalhadamente de modo a extrair a crítica subliminar à indústria farmacêutica apresentada no referido filme. **RESULTADOS:** O filme “Amor e Outras Drogas” descreve o universo dos medicamentos e os mecanismos adotados para garantia de venda dos produtos farmacêuticos, bem como a sua relação com o mundo da saúde. O filme traz, nitidamente, uma crítica referente a questões éticas envolvidas nas relações entre “indústria farmacêutica” e “médicos”. Fica claro, o interesse da indústria em maximizar as vendas de seus produtos, postura muito mais dirigida para a obtenção

19 e 20 de novembro de 2013

ISSN: 2237-700X

Página 109

### III Contextos e Conceitos

## Mostra de Produção Científica e Extensão

## Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas

de lucros do que ao interesse voltado exclusivamente para a melhoria do paciente.

**DISCUSSÃO:** As campanhas publicitárias da indústria farmacêutica nem sempre se pautam pela ética, fato que é facilitado pela pouca regulamentação sobre propaganda de medicamentos. A propaganda voltada exclusivamente a prescritores também se mostra inadequada, já que efeitos “milagrosos” podem ganhar grande destaque nos materiais publicitários, em detrimento das advertências, contra-indicações e efeitos adversos. **CONCLUSÃO:** Este trabalho demonstrou os riscos da estratégia de marketing adotada pela indústria farmacêutica. As campanhas utilizadas garantem a prescrição de medicamentos, mantendo a lucratividade desse segmento, mas sem considerar adequadamente o bem estar dos pacientes.

**Palavras chaves:** Cinema, medicamentos, indústria farmacêutica, *marketing* farmacêutico.

**ÁREA CSA:** Ciências Sociais Aplicadas (Direito, Administração, Turismo, Economia, Arquitetura e Urbanismo, Desenho Industrial, Planejamento Urbano, Demografia, Ciência da Informação, Comunicação, Serviço Social, Filosofia, Teologia, Sociologia, Antropologia, História, Psicologia, Educação, Geografia, Ciência Política)

**RESUMOS EXPANDIDOS:**

**A ATIVIDADE DE EXTENSÃO COMO INSTRUMENTO EFETIVO DE MUDANÇA NA SOCIEDADE: “MULHERES MIL” UMA EXPERIÊNCIA DO IFPR – CÂMPUS PALMAS**

Danieli Daluz Pilantil (dani\_pilantil@hotmail.com)<sup>1</sup>  
IFPR – Câmpus Palmas

Marcia Beraldo Lagos (marcia.lagos@ifpr.edu.br)<sup>2</sup>  
IFPR – Câmpus Palmas

**Resumo Expandido:** Este trabalho tem como objetivo apresentar a primeira análise referente ao grupo de mulheres participantes do Projeto de Extensão “Palmas para Mulheres Mil”, desenvolvido no Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas trata-se de uma, instituído pela Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011, do Ministério da Educação e publicada no Diário Oficial da União, em 26 de julho de 2011, adaptado para a realidade do município de Palmas. O projeto de extensão “Palmas para Mulheres Mil” é um projeto de apoio ao Programa Nacional Mulheres Mil no município de Palmas- PR, cujo objetivo principal é oferecer as bases de uma política social de inclusão e gênero para mulheres em situação de vulnerabilidade social. Os dados foram coletados através de questionário socioeconômico preenchido pelas participantes no ato de sua inscrição no projeto (novembro de 2011) e questionário de avaliação preenchido ao final do projeto (novembro de 2012), para analisar o perfil das participantes e quais contribuições elas perceberam após a participação neste projeto. Foi elaborado gráfico e também tabelas para poder ser ter uma visão melhor do perfil socioeconômico das participantes. Os dados mostram que o perfil sociodemográfico das participantes que não concluíram o curso, pode estar relacionado ao baixo índice de escolaridade, ao número de filhos e que isso se deve ao fato das mesmas terem que cuidar de seus filhos, maridos e afazeres domésticos, deixando em segundo plano a oportunidade de elevação do grau de escolaridade e qualificação profissional. Outro aspecto advém do fato de 80,8% das desistentes não possuírem vínculo empregatício, sendo que a proposta do programa pauta-se nos altos índices de pobreza que rodeiam essas mulheres, propondo a melhoria de vida através de qualificação profissional. As mulheres representam a fatia da população que apresenta as condições de vida mais adversas na sociedade,

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Bacharelado em Direito do Instituto Federal do Paraná- campus- Palmas

<sup>2</sup> Professora de Matemática no IFPR – Câmpus Palmas, mestranda em Desenvolvimento Regional – UTFPR – Pato Branco.

### III Contextos e Conceitos

## Mostra de Produção Científica e Extensão

## Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas

isso se deve a diversos fatores, tais como: a discriminação social, dificuldade de mobilidade social, precariedade de inserção no mercado de trabalho. Em relação às participantes concluintes, observou-se que 39,1%, recebem algum tipo de benefício social, como a bolsa família, e que o índice de desemprego é elevado entre as mesmas, chegando á 82,6% entre as participantes, que alegam não possuírem qualquer tipo de vínculo empregatício. Neste sentido, o projeto “Palmas para Mulheres Mil”, tenta fazer com que esse cotidiano de miséria, acomodação e vulnerabilidade se transformem em uma perspectiva de um futuro melhor, através das ofertas de cursos de capacitação profissional, tentando tornar possível a mudança nesse paradigma cultural de submissão que está fortemente enraizado na vida dessas mulheres.

**Palavras chaves:** Extensão. Gênero. Políticas Públicas. Programa Mulheres Mil.

## DITADURA MILITAR E EDUCAÇÃO NO BRASIL

Autor: Bárbara de Freitas Weigert ([barbaraweigert@hotmail.com](mailto:barbaraweigert@hotmail.com))  
Instituto Federal do Paraná

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo analisar, numa perspectiva histórica a educação no Brasil no período da ditadura militar (1964-1985). Bem como a quem ela serviu e quais interesses ela defendeu. Não podendo deixar de mencionar que é neste período que aconteceram grandes “reformas” nas políticas educacionais. Partimos de uma pesquisa bibliográfica, com base em autores críticos que tratam desta temática, procurando assim fazer uma releitura deste momento histórico no Brasil, buscando entender suas interferências na educação. Compreender a história de nosso país bem como a educação existente nela, nos ajuda a compreendermos o modelo de sociedade que vivemos e qual os objetivos intrínsecos à educação. Neste período não foi diferente, a educação foi manipulada para defender os interesses de uma elite burguesa, de forma que se ofertava um modelo escola para os filhos dos trabalhadores e outro modelo para os burgueses.

**Palavras-chave:** Ditadura militar. Educação. Políticas educacionais, Sociedade.

### 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como principal objetivo compreender a educação no período da ditadura militar no Brasil, período que vai de 1964 a 1985. Primeiramente buscarei retratar o golpe militar, e de que forma ele se deu, fazendo assim uma retrospectiva histórica de seu governo, para que posteriormente possamos compreender qual foi sua interferência na educação e nas políticas educacionais de maneira geral.

Este trabalho é fruto de uma pesquisa bibliográfica, a qual apresenta a problemática de como a educação básica vigente neste período, serviu aos interesses dos militares até então no poder. Podemos também observar que durante este período a educação brasileira passou por algumas modificações, sendo um momento marcado pelas “reformas”, como a Lei nº 5.540/68 que tratou da Reforma Universitária, e a reforma da Lei nº 4.024/61 que se tratou de uma reformulação da Lei de Diretrizes e Bases que resultou na Lei nº 5.692/71 a qual ficou conhecida como Reforma de 1º e 2º graus.

Diante deste contexto procurarei compreender como se deu a educação no período em destaque, e de que forma ela acabou por contribuir com essa nova forma de governo, que até então era inédita em nosso país. Uma vez que para entender a atual situação educacional faz-se necessário compreender o caminho por ela percorrido.

### 2. O GOLPE MILITAR: RETROSPECTIVA HISTÓRICA



O ano de 1964 pode ser entendido como um momento revolucionário em nosso país, onde os militares dão fim ao governo democrático ainda que limitado, iniciando o regime militar que perduraria por 21 anos. Mas de acordo com Furtado (1962, apud Saviani, 2008), já no início dos anos 60 a nossa sociedade vivia um momento de agitação podendo ser caracterizado como pré-revolucionário.

Os 'anos JK' (1956-1960) foram um período de euforia desenvolvimentista, embalado pelo "plano de metas" e pelo slogan "50 anos em 5". O alvo da política posta em marcha era completar o processo de industrialização do país. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado pouco antes do governo de Juscelino, foi por ele encampado e encarado como a inteligência a serviço do desenvolvimento. No interior do ISEB era elaborada e, a partir dele, divulgada a ideologia nacionalista desenvolvimentista. Paralelamente ao ISEB, formulava-se no seio da Escola Superior de Guerra (ESG) a ideologia da interdependência, que coincidia com a doutrina da segurança nacional (SAVIANI, 2008, p.292).

É neste contexto de desenvolvimento e de interdependência que vai se moldando o que mais tarde se tornaria o golpe militar. Que só se legitimou com a ajuda dos Estados Unidos, a fim de defender os interesses das classes dominantes.

Fruto de uma coalizão civil e militar, o golpe configura a ascensão de um novo bloco no poder, que envolve uma articulação entre o conjunto das classes dominantes, ou seja, a burguesia industrial e financeira – nacional e internacional -, o capital mercantil, latifundiários e militares, bem como uma camada (de caráter civil) de intelectuais e tecnocratas. O espectro de interesses representados por esse conjunto autoriza-nos a qualificá-lo como uma elite (GERMANO, 2011, p. 17).

Diante deste contexto podemos dizer que o golpe militar foi uma estratégia de caráter burguês, para que fosse garantido à ordem socioeconômica. Conforme Saviani, (2008, p.294), "pois se temia que a persistência dos grupos que então controlavam o poder político formal viesse a provocar uma ruptura no plano socioeconômico". Com os militares no poder o autoritarismo estaria garantido, preservando assim seus interesses. Segundo Loewenstein (1983, p.72 apud Germano, 2011, p.18) "se caracteriza pelo fato de o poder não estar submetido a nenhum limite, estar fora de qualquer controle político".

O golpe tem início dias antes com manifestações no estado do Rio de Janeiro e de São Paulo pela queda de João Goulart. Mas o quadro se agrava em 31 de março em Juiz de Fora no estado de Minas Gerais.

Por iniciativa do General Olímpio Mourão Filho, tropas mineiras marcham para o Rio de Janeiro, onde um cenário semelhante começa a se configurar. Os militares se organizam, cercando o acesso a vários pontos estratégicos. O presidente, que está na cidade, não consegue reunir forças para garantir sua segurança. Viaja, assim, para Brasília. Mas, também lá, o golpe está nas ruas. Tropas militares impedem a movimentação dos políticos; o rádio e a televisão estão sob censura. Com a intenção de buscar condições

### III Contextos e Conceitos

## Mostra de Produção Científica e Extensão

## Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas

mais favoráveis de resistência ao golpe, o presidente segue para Porto Alegre, onde Leonel Brizola é governador. O apoio civil ao golpe, contudo, está em marcha e, no Congresso, seu impeachment é votado. Jango deixa o País, exilando-se no Uruguai. Está, assim, consumado o golpe. Trata-se, agora, de pôr em marcha o novo regime (VIEIRA; e FARIAS, 2011, p.148).

É assim que em 1º de abril de 1964 os militares assumem o poder, iniciando o governo de generais militares com Humberto de Alencar Castelo Branco, eleito pelo Congresso Nacional o qual governou de 16 de abril de 1964 a 15 de março de 1967, Castelo Branco em sua fala assume um posição de compromisso com a ordem democrática, mas algumas alterações ocorrem como a nova Constituição (1967), onde as leis de exceção são incorporadas e a ditadura institucionalizada.

Este primeiro governo militar, vale ressaltar, é mais ameno que os dois subseqüentes. Castelo Branco sempre foi reconhecido como um homem íntegro, respeitado entre os ares por sua retidão. Durante sua gestão, algumas liberdades democráticas, como o direito ao habeas corpus são mantidas, assim como a livre expressão. A fase mais dura do regime militar viria com Costa e Silva e Médici, quando a ditadura atinge seu maior grau de aprofundamento (VIEIRA; e FARIAS, 2011, p. 150).

O segundo general a assumir o governo foi Arthur da Costa e Silva, que governou de 15 de março de 1967 a 30 de agosto de 1969, o qual assumiu uma postura chamada “linha dura”, propício ao cenário que se instaurava em nosso país, onde os estudantes apresentavam uma resistência ao novo regime. Segundo Vieira e Farias (2011, p.151), “A agitação juvenil nas grandes capitais coincide com greves operárias, que acontecem em Contagem (MG) e Osasco (SP)”. Desta forma o clima fica tenso e algumas medidas são necessárias para se manter a ordem, iniciando com o fechamento do Congresso, e com o decreto do Ato Institucional nº 5 (AI-5), vigente até 1979. Segundo Caldeira (1997, p.323 apud Vieira e Farias, 2011, p.152), “Com o AI-5 se instala o ‘arbítrio total’, tendo lugar à maior concentração de poder já vista na historia do Brasil”. Costa e Silva deixa a presidência por motivos de saúde, sendo substituído temporariamente por uma junta militar de 31 de agosto de 1969 a 30 de outubro do mesmo ano.

Esta mesma junta militar que substitui Costa e Silva temporariamente indica para presidente Emilio Garrastazu Médici, que seria o terceiro a assumir a presidência, seu mandato foi de 30 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974. Médici dá continuidade ao autoritarismo imposto por Costa e Silva, é também durante a administração de Médici que a economia brasileira tem um grande avanço.

O PIB cresce a uma taxa de quase 12% ao ano. A inflação média anual se mantém em torno de 18%. O Estado atrai investimentos internacionais, contraindo empréstimos para o financiamento de grandes obras de infraestrutura. Rodovias, portos, pontes, hidrelétricas e usinas nucleares vão configurando a face de um Brasil moderno, em contraste com o

País agrícola das décadas anteriores (VIEIRA; e FARIAS, 2011, p.152).

Mas esse crescimento econômico é abalado por uma crise internacional do petróleo, provocando assim um desaquecimento da econômica. É neste cenário que Ernesto Geisel assume a presidência de 15 de março de 1974 a 15 de março de 1979, através de indicação de um Colégio Eleitoral, o qual disputou a presidência com Ulysses Guimarães que era do partido MDB. Lembrando que no governo de Castelo Branco é introduzido o bipartidarismo, segundo Vieira e Farias (2011, p.148), “... passam a integrar os quadros da ARENA (Aliança Renovadora Nacional), partido ao qual se vinculam os representantes situacionistas, enquanto os remanescentes da oposição compõem o MDB (Movimento Democrático Brasileiro)”. Neste contexto podemos dizer que essa disputa entre Geisel e Guimarães não ameaçou a hegemonia da ARENA, mas deu sinais da oposição no cenário político, o que para muitos significou uma possibilidade de mudança da atual situação. No decorrer do governo Geisel se percebe o que Vieira e Farias denominam de uma “abertura lenta, segura e gradual”, podendo destacar as eleições para o Congresso, onde a oposição era vitoriosa, fim da censura prévia a publicações e espetáculos, com a tentativa de extinção do AI-5 e a restauração do habeas corpus.

Diante desta crise econômica e também de um lento e gradativo afrouxamento do autoritarismo, o regime militar tem seu quinto e último presidente general, Baptista Figueiredo assumindo o cargo de 15 de março de 1979 a 15 de março de 1985, sem indicação ou apoio dos partidos ARENA e MDB que lançaram outros nomes, Figueiredo é eleito pelo Colégio Eleitoral. Em seu governo mostra sinais de retorno ao Estado Democrático, de acordo com Vieira e Farias (2011, p.155), e durante seu governo que é sancionada a lei de anistia (1979), a qual permite que centenas de exilados retornem para o Brasil. E também durante o governo de Figueiredo que se restaura o pluripartidarismo.

Os representantes da ARENA agrupam-se sob nova sigla, o PDS (Partido Democrático Social). O MDB acrescenta a palavra ‘Partido’ na sua legenda, passando a denominar-se PMDB. Emergem ainda o PT (Partido dos Trabalhadores), ligado aos movimentos populares e parte do movimento sindical; o PDT (Partido Democrático Trabalhista), vinculado a Leonel Brizola; o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro); e, o PP (Partido Popular), ligado a antigos remanescentes do PSD, como Tancredo Neves (VIEIRA; e FARIAS, 2011, p.155).

Apesar de algumas resistências é neste contexto que vai se moldando o fim da ditadura militar. A partir de 1983, com maior ênfase em 1984 vários movimentos lutam pela eleição direta para presidente, na maior manifestação registrada em nosso país que ficou conhecida como “diretas-já”. Mesmo com toda essa mobilização o primeiro presidente civil não foi eleito pelo voto direto da população, Tancredo Neves e seu vice José Sarney são eleitos pelo sistema de votação indireta, mas Tancredo morre antes de assumir seu mandato e Sarney assume o cargo. Dando assim fim ao governo militar e instaurando a “Nova Republica”, mesmo que alguns sinais do autoritarismo militar ainda estejam presentes. Como afirma Germano (2011, p.96), “A permanência de um alto grau de autonomia das Forças

armadas no interior do aparelho de Estado, a tutela que exerceu sobre o poder civil e a sua presença constante na cena política são expressão dessa continuidade”.

Assim como antes do golpe houve uma estratégia para a tomada do governo, o fim da ditadura não foi o fim de uma força repressora no governo, a qual buscava defender seus interesses, e somente os seus sem qualquer preocupação com o bem coletivo.

### **3. A EDUCAÇÃO DURANTE O GOVERNO MILITAR**

Ao falar de educação podemos dizer que historicamente ela vem servindo ao modo de produção da sociedade em que está inserida, como afirma Lombardi (2010, p.76), “... do ponto de vista histórico, correspondia relações determinadas da organização do trabalho com a educação e desta, por sua vez, com o trabalho didático”. Diante desta reflexão podemos dizer que no período da ditadura militar não seria diferente, pois a educação foi uma forma pela qual o governo vigente impôs sua ideologia.

A escola como aparelho ideológico do Estado, vem a serviço da dominação de uma classe sobre a outra, através de um processo de hegemonia ideológica, mediante a uma conscientização alienante perpetuando, dessa forma, uma relação de produção e distribuição social do poder de Estado. As instituições escolares, denominadas de Aparelhos Ideológico do Estado, por Louis Althusser, funcionam como aparelho de reprodução e alienação ideológico da classe dominante do poder de Estado, assim sendo, as instituições escolares são, os principais meios de controle do Estado na sociedade, sem uso da violência repressora (MENDES, 2009, p.4).

No regime militar não seria diferente, o qual buscou na educação uma forma de legitimação de seu governo com afirma Germano, 2011, p.102, “... em que pese a força das armas, o Estado Militar necessita de bases de legitimação, da adesão de uma parte dos intelectuais, das camadas médias e das massas populares”.

Dentro das ações legais tomadas pelo Estado de acordo com Germano, 2011, p.105 “a política educacional do Regime Militar vai se pautar ainda, do ponto de vista teórico, na economia da educação de cunho liberal”, evidenciando-se no favorecimento da privatização do ensino, o qual se desvinculou da obrigação orçamentária com a educação prevista nas Constituições de 1934 e de 1956, que segundo Saviani (2008, p. 298), “... obrigava a União, os estados e os municípios a destinar um percentual mínimo de recursos para educação”. De modo que, progressivamente a União se desvinculou desta obrigação deixando a cargo dos municípios está responsabilidade, o que acabaria assim por favorecer a privatização do ensino em nosso país.

Além da exclusão do princípio da vinculação orçamentária, a Carta Magna do regime militar relativizou o princípio da gratuidade do ensino, presente em todas as nossas cartas constitucionais, desde a primeira outorgada por Dom Pedro I, em 1824. No artigo 168, §3º, inciso III da Carta de 1967, está escrito: ‘Sempre que possível, o Poder Público substituirá o regime de gratuidade pelo de concessão de bolsas de estudo, exigido o posterior reembolso no caso de

ensino de grau superior'. Esse enunciado foi reforçado na emenda de 1969: 'o Poder Público substituirá, gradativamente, o regime de gratuidade no ensino médio e no superior pelo sistema de concessão de bolsas de estudos, mediante restituição que a lei regulará' (artigo 176, §3º, inciso IV). Como se vê, o que em 1967 era previsto apenas como uma possibilidade e circunscrito ao ensino superior, em 1969 se converte numa determinação incondicionada, estendida também ao ensino médio (SAVIANI, 2008, p. 299).

Diante deste contexto falaremos agora do que foi a Reforma Universitária incorporada pelo governo militar pela Lei nº 5.540/68, mas segundo os principais autores que norteiam este trabalho desde o final dos anos 40 já se encontrava tendências norte-americanas no contexto universitário.

A concepção de uma universidade calcada nos modelos norte-americanos não foi imposta pela USAID, com a conivência da burocracia da ditadura, mas, antes, de tudo, foi buscada desde fins da década de 40 por administradores educacionais, professores e estudantes, principalmente aqueles, como um imperativo da modernização, até mesmo, da democratização do ensino superior em nosso país. Quando os assessores norte-americanos aqui desembarcaram, encontraram um terreno fértil para adubar suas idéias (CUNHA, 1988, p.22 apud GERMANO, 2011, p.117).

Como já falamos anteriormente o governo militar foi um momento de aquecimento na economia, sendo assim a demanda por mão de obra qualificada aumentava progressivamente, através de acordos entre Brasil e Estado Unidos que ficaram conhecidos como acordos MEC-USAID<sup>3</sup> foi criado um Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, a qual tinha como objetivo segundo o Decreto nº 62.397, de 02 de julho de 1968, citado por VIEIRA e FARIAS (2011, p.158) "... sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o País". Este Grupo de Trabalho produz várias discussões sobre a reforma universitária, das quais deram origem a documentos importantes para a formulação da Lei nº 5.540/68.

O primeiro texto que antecipa a reforma é um estudo de Rudolph Atcon (1966), assessor da USAID (United States Agency for International Development), que presta assessoria ao governo brasileiro no período. Neste escrito, denominado Rumos à reformulação estrutural da universidade brasileira, mais conhecido como Plano Atcon, o autor apresenta um diagnóstico e uma série de sugestões sobre o tema (Atcon, 1974). O segundo documento governamental é o Relatório da Equipe de Assessoria ao

<sup>3</sup> Série de acordos produzidos, nos anos 1960, entre o Ministério da Educação brasileiro (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID). Visavam estabelecer convênios de assistência técnica e cooperação financeira à educação brasileira. Entre junho de 1964 e janeiro de 1968, período de maior intensidade nos acordos, foram firmados 12, abrangendo desde a educação primária (atual ensino fundamental) ao ensino superior. O último dos acordos firmados foi no ano de 1976. Os MEC-USAID inseriam-se num contexto histórico fortemente marcado pelo tecnicismo educacional da teoria do capital humano, isto é, pela concepção de educação como pressuposto do desenvolvimento econômico. Fonte: ([http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_mec-usaid%20.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_mec-usaid%20.htm))



### III Contextos e Conceitos

## Mostra de Produção Científica e Extensão

## Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas

Planejamento do Ensino Superior, publicado pelo MEC (Brasil, 1969) depois da promulgação da Lei nº 5.540/68, mas de produção anterior à mesma e subsídios à sua elaboração. O terceiro registro de relevo sobre o assunto é o Relatório Meira Matos (1968), elaborado por grupo composto pelo governo federal em final de 1967 e concluído em maio de 1968 (VIEIRA; e FARIAS, 2011, p.159).

Este último registro produzido pelo Grupo de Trabalho foi encaminhado para o Congresso, o qual foi aprovado com urgência pela Lei nº 5.540/68 que traz várias novidades na organização das universidades.

O Relatório partia do pressuposto de que a educação era essencial ao desenvolvimento econômico da sociedade e sugeria a adoção de medidas já comentadas anteriormente, como: sistema de créditos, organização departamental, ciclo básico e ciclo profissional etc. Ao lado disso, concedia também grande ênfase à privatização do ensino. Esta seria uma forma de expandir as oportunidades educacionais, à medida que as escolas privadas complementassem a ação do Estado no campo educacional. (GERMANO, 2011, p.123).

Assim o governo em questão deixa de ter a responsabilidade de promover o ensino superior, a qual agora cabe a iniciativa privada, a gratuidade do ensino ficaria a cargo do governo somente ao ensino primário e médio, o qual também sofreu reformulações pelo governo militar, que tem como marco principal a LDB nº 5.692/71. Esta reformulação do ensino primário e médio foi denominada como Reforma de 1º e 2º graus. Que para Germano (2011, p.164), apresenta dois pontos fundamentais “a extensão da escolaridade obrigatória, compreendendo agora todo o denominado ensino de 1º grau, junção do primário com o ginásio e a generalização do ensino profissionalizante no nível médio ou 2º grau.” Assim para os autores aqui citados a da LDB de 1971 foi somente uma reformulação da LDB de 1961, como afirma Vieira e Farias, (2011, p.162)

A reforma de 1971 apresenta algumas inovações significativas em relação à organização prevista pela LDB de 1961. Pela nova lei, os antigos cursos primário e ginásio são substituídos pelo ensino de 1º grau, destinado à formação da criança e do pré-adolescente, com 8 anos de duração e obrigatório dos 7 aos 14 anos (Art. 17, 18 e 20). O ensino médio passa a chamar-se ensino de 2º grau, destinando-se à formação integral do adolescente, com três ou quatro anos de duração (Art. 21 e 22).

No cenário da reforma de 1º e 2º graus podemos dizer que a mudança mais significativa foi à profissionalização ao nível médio, que pretendia habilitar o jovem para o mercado de trabalho sem que ele precisasse chegar ao nível superior, mas essa intenção fracassou por alguns fatores como explica Freitag, (1987, p.41)

Um deles, certamente, foi o total despreparo físico, humano e ideológico das escolas para assumir a tarefa que a lei autoritariamente impusera (nenhuma das categorias envolvidas nesse processo de reforma educacional tinha sido consultada).



Faltavam instalações de oficinas, professores (profissionais) preparados para ‘profissionalizarem’ as crianças e adolescentes, assim como não havia os recursos financeiros nem foram feitos os esforços devidos para canalizar recursos e tornar funcional tal proposta.

Sendo assim a tentativa do governo militar de fornecer ensino diretamente para o trabalho acaba por fracassar, pois a classe media e alta repudiavam a ideia do trabalho braçal, e os filhos dos trabalhadores, ou seja, das classes baixas tinham a ideia de mandar seus filhos para estudar para serem doutores e não trabalhadores manuais como eles.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Consideramos que a educação brasileira foi sim influenciada pelo regime militar, o qual se desencilhou da obrigação financeira com o ensino favorecendo assim a privatização. Aos que não se podiam pagar para estudar, restou o ensino profissionalizante, que não o daria a chance de uma formação humana ou de ser um “doutor”, mas que lhe daria a oportunidade de entrar no mundo do trabalho para garantir assim sua subsistência, eis o que queria o autoritarismo militar.

Podemos destacar também a forte presença dos Estados Unidos o qual financiou está revolução, a fim de implantar e expandir seus interesses, no cenário da educação não foi diferente, pois teve grande participação nas reformas que aconteceram neste período, o que acaba por fazer de nosso país dependente dele.

Neste sentido que podemos nos perguntar e refletir, será que atualmente no governo “democrático” em que vivemos nossa educação está muito diferente do que nos tempos da ditadura militar? Acredito que algumas mudanças aconteceram, mas que sua ideologia fundada nas bases do capitalismo persiste fortemente, onde há escola de qualidade para os detentores do poder, e uma escola que ensina o básico para que o indivíduo possa se inserir no mundo do trabalho e que continue a reproduzir o modelo de sociedade que vivemos.

Portanto, para que possamos um dia mudar a realidade educacional que vivemos e talvez almejar a utopia da “escola unitária” de Gramsci, teremos primeiro que demolir o modelo de sociedade que vivemos, onde as desigualdades existem em persistir.

#### **5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei nº 4.024/61.

BRASIL. **Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.** – Lei n. 5.540/68.

BRITO, Silvia Helena Andrade de. [et al.] (orgs.). **A Organização do trabalho didático na historia da educação.** – Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2010.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e sociedade**. 6. ed. - São Paulo: Moraes, 1986.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil**. 5.ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

MENDES, Tiago Henrique Klengel Biasotto. **A reestruturação do ensino durante a ditadura militar: interlocução entre o discurso e a prática**. Disponível em: [www.histedbr.fae.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/.../Sy43pXa.doc](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/.../Sy43pXa.doc). Acesso em: 16/10/2013.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. 1. ed. – Campinas: Autores Associados, 1987.

SAVIANI, Demerval. **O legado educacional do regime militar**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em: 15/10/2013.

VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. **Política educacional no Brasil – Introdução histórica**. 3. ed. - Brasília: Liber Livro, 2011.

## AVALIAÇÃO DE PÓS VENDA EM UMA EMPRESA DO RAMO DE CONSTRUÇÃO CIVIL DE PALMAS - PR

Autor: Nilvan Eder Mattioni (nilvan@hotmail.com)  
IFPR – Câmpus Palmas

Autor: Alexandre Luiz Schlemper (alexandre.schlemper@ifpr.edu.br)  
IFPR – Câmpus Palmas

**Resumo:** Este trabalho teve como objetivo principal avaliar o produto (apartamento) e serviços de pós-venda de uma empresa do ramo de construção civil na cidade de Palmas – PR. Como metodologia de pesquisa para este estudo de caso, utilizou-se de pesquisa de campo instrumentalizada por questionários com questões fechadas de múltipla escolha, atingindo 45% de amostragem da população total. Os resultados obtidos apontam que a empresa em estudo apresenta falhas no processo de pós-venda, o que tem influenciado negativamente na satisfação dos clientes.

**Palavras-chave:** Marketing, pós venda, satisfação do cliente.

### 1 Introdução

Muitas organizações dizem possuir um serviço eficiente de marketing, mas muitas acabam por nem saber ao certo como este serviço deva funcionar e muito menos para que ele deva ser utilizado.

Seguindo as teorias de marketing de Kotler, Cobra, Vavra, por exemplo, fica explícito, a importância de planejar e obter resultados positivos que venham a melhorar o relacionamento com a organização perante o cliente.

Neste sentido, o presente trabalho teve como objetivo, aplicar de forma prática as teorias do pós-venda, analisando-se de forma direta, como se deva aplicar um questionário de pós-venda por uma organização referente ao seu produto, neste caso, em uma empresa do ramo de construção civil na cidade de Palmas – PR. Justamente em um momento em que o setor está altamente aquecido, devido a vários fatores econômicos, dentre eles os incentivos governamentais, facilidade de crédito e a estabilidade econômica, fazendo com que as pessoas consigam planejar gastos ou dívidas em longo prazo ou com mais antecedência.

Tendo este ponto de partida, avaliou-se quais informações obtêm-se através de uma entrevista com os clientes da organização em um formulário de múltipla escolha, abrangendo o processo de comercialização como todo, desde o conhecimento do produto até a venda, sua entrega e o pós-venda, que foi o foco principal no desenvolvimento deste projeto.

A metodologia de pesquisa utilizada foi exploratória, que segundo Gil (2011) é desenvolvida com objetivo de aproximação ao objeto, indicada a temas ainda pouco explorados, situação deste estudo de caso. Como instrumento de coleta de dados, foi

utilizado questionário, com questões fechadas de múltipla escolha seguindo a escala Likert de intensidade e proporcionalidade de 1 a 5.

Segundo Marconi & Lakatos (2006, p.41):

“Universo da pesquisa é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum.”... “Amostra é uma porção ou parcela, convenientemente selecionada do universo (população), é um subconjunto do universo.”

Para a presente pesquisa, o universo (população) será considerado os 20 moradores de um residencial, localizados na cidade de Palmas no estado do Paraná. Tendo como amostragem, 9 moradores que responderam o questionário aplicado representando 45% do total da população do residencial em questão.

O trabalho está então desta forma organizado: A primeira parte introdutória que ora se apresenta, seguida de referencial teórico sobre a temática marketing e pós-vendas. A terceira parte traz a apresentação dos resultados da pesquisa de campo com a respectiva avaliação e por fim elaboram-se considerações finais, especialmente sobre os resultados obtidos.

## **2 – Aporte Teórico**

### **2.1 - Marketing**

Marketing é uma forma de sentir o mercado e adaptar produtos ou serviços, gerando com isso um compromisso com a busca da melhoria da qualidade de vida das pessoas. Adotado como regra de salvação por muitas organizações para o crescimento ou mesmo para a permanência em mercados em contínuas mutações.

Churchill e Peter (2000, p. 164), relatam que o objetivo do marketing é criar intercâmbios lucrativos, as atividades de marketing também influenciam o processo de compra do consumidor. Cada elemento do composto de marketing tem potencial para afetar o processo de compra em vários estágios.

Visando aumentar este vínculo de cliente-empresa, que muitas vêm adotando e investido muitas horas e quantias financeiras, em adotar um sistema de pós-venda onde se tem a missão, de conhecer ainda mais o cliente e fazer com que ele crie um vínculo de fidelização com a organização.

Segundo Vavra (1993, p.163):

As empresas normalmente recebem suficientes correspondências dos clientes e do público e fica a par das coisas importantes que estejam acontecendo. Entretanto... um compromisso mais forte deve ser estabelecido, não apenas para conhecer relatórios resultantes das iniciativas dos clientes, mas também para estabelecer um programa formalizado de mensuração para avaliar ativamente as opiniões de todos os clientes.

Em um mercado em constante evolução onde, os clientes e concorrentes passaram da abrangência local para global, o marketing se apresenta como a principal ferramenta para sentir a aceitação de uma organização no mercado

perante seus clientes. Nos dias atuais, não basta somente ouvir o cliente, mas principalmente saber interpretar e aplicar estes relatos das suas opiniões.

Segundo Kotler (1999, p.155), muitos profissionais de marketing do passado achavam que a habilidade mais importante era conseguir novos clientes. Comemorava cada novo cliente como se fosse um troféu e serviam seus atuais com menos entusiasmo. Hoje os profissionais veem de forma inversa, o principal é manter os clientes atuais e desenvolver cada vez mais o relacionamento existente.

Kotler (1999, p. 155) afirma:

As empresas gastam muito dinheiro para conseguir cada um de seus clientes atuais e os concorrentes estão sempre tentando fisga-los. Um cliente perdido representa mais do que a perda da próxima venda; a empresa perde o lucro de todas as compras futuras daquele cliente, para sempre. E ainda há o custo de reposição daquele cliente.

Em mercados altamente competitivos, todos os departamentos têm de se concentrar na conquista da preferência do cliente. Segundo Kotler (1999) distinguem-se três níveis de desempenho de marketing:

**Marketing de Resposta:** Definido como a tarefa de 'descobrir e satisfazer necessidades'. Quando existe uma necessidade, de fato, e uma empresa a identifica e prepara uma solução cabível.

**Marketing de Previsão:** Mais difícil é reconhecer uma necessidade latente ou emergente. Mais arriscado que o de resposta. As empresas podem chegar ao mercado muito cedo ou tarde demais ou podem até estar totalmente erradas quanto ao crescimento desse mercado.

**Marketing de Criação de Necessidades:** Nível mais agressivo de marketing ocorre quando uma empresa lança um produto ou serviço jamais solicitado e, muitas vezes, que ninguém poderia sequer imaginar.

## 2.1 – Pós Venda

O principal objetivo do pós-venda ou pós-marketing, é buscar através de algumas ferramentas, medirem e avaliar a real satisfação do cliente com a empresa ou a compra adquirida. Para isso a principal pergunta a ser feita deve ser: "Como você está sendo atendido?". Comunicações insensíveis para um cliente insatisfeito são desperdício de dinheiro e podem até aumentar a insatisfação.

Algumas utilidades de um programa de satisfação:

- Enfatizar conhecimento de relacionamento comprador-vendedor;
- Focalizar a perspectiva da empresa sobre a satisfação do cliente, não apenas em relação às ofertas dos concorrentes;
- Aumentar o conhecimento de como os empregados afetam a satisfação dos clientes.

## 2.2 - Satisfação

Segundo Vavra (1993, p.164), clientes definem satisfação como “Percepção de qualidade”. O que venha ser qualidade? Uma das definições de qualidade segundo a sabedoria convencional é: “Entregar produtos ou serviços consistentes que atendam plenamente às necessidades e expectativas dos clientes”.

As percepções dos clientes, não importando sua subjetividade, são a realidade do mercado com a qual a empresa deve lidar. A percepção do cliente é tudo que existe.

Vavra (1993, p.164), qualidade não é apenas subjetiva; ela é também relativa. Os concorrentes estão constantemente tentando aumentar suas vantagens, e desse modo, forçando todos os concorrentes de uma categoria a concentrar padrões de qualidade mais elevados.

Toda empresa que aceita o desafio de pós-marketing deve dedicar-se a oferecer a satisfação, e para isso devem ter conhecimento das expectativas dos clientes. Sendo assim a satisfação pode ser definida quase que simplesmente como a extensão pela qual as expectativas dos clientes sobre um produto ou serviço são atendidas pelos benefícios reais que recebem.

Existe certa incerteza sobre como as expectativas podem influenciar a satisfação experimentada. Uma visão ingênua poderia sugerir que quanto maior for a expectativa, menor será a provável satisfação total.

Vavra (1993, p.167), um programa de satisfação de clientes pode ser chamado de MSC (mensuração da satisfação dos clientes), PSC (programa de satisfação dos clientes) ou ISC (índice de satisfação do cliente). O ISC é uma sigla que vem se tornando amplamente reconhecida na indústria automobilística (em inglês, SCI – *customer satisfaction index*).

Vavra (1993, p.169), empresas que querem ser competente em pós-marketing devem estabelecer programas para medir o nível de satisfação de seus clientes. Mais de 90% dos clientes insatisfeitos não exercerão qualquer esforço para informar uma empresa sobre sua insatisfação. Eles simplesmente passam a fazer negócios com um concorrente. Entretanto, eles não são tão silenciosos quanto suas insatisfações junto a amigos e vizinhos. O entusiasmo com a qual expressam suas insatisfações parece quase uma vingança.

O desempenho financeiro de uma organização esta diretamente relacionada com a qualidade percebida dos bens ou serviços. Uma das ferramentas mais poderosas para moldar as percepções de qualidade global é o serviço aos clientes.

## 2.3 - Programa de Satisfação de Clientes

Exerce uma importante função de pós-marketing por focalizar e interagir com clientes. Estabelece uma relação formal entre áreas de pesquisa e desenvolvimento



da unidade de negócios, produção, e funções administrativas com clientes. Essa relação é formalizada através de um programa que estimula o feedback do cliente. Consiste com procedimento de coleta de informações, geralmente um levantamento externo e, frequentemente, um mecanismo estabelecido para processar e responder internamente ao feedback dos clientes.

### 2.3.1 - Projeto de Implementação de Sistema de Satisfação de Clientes

Segundo Vavra (1993), é recomendado um processo de seis etapas para cobrir os principais passos de um programa de mensuração e satisfação de cliente eficaz.

#### *Etapa 01 - Definição de objetivos de programa*

- Identificar as áreas e assuntos que serão monitorados;
- Identificação dos assuntos específicos que serão mensurados e estabelecimento de uma hierarquia de importância dos mesmos;
- Entrosamento com as práticas organizacionais de modo que os resultados levantados sejam usados para influenciar os funcionários;
- Determinação de quem deve participar do levantamento;
- Identificação de quem usará os dados internamente.
- Visualizações de como as informações coletadas poderão ser mais bem apresentadas em um relatório.

#### *Etapa 02 - Seleção de método de pesquisa de campo*

Existem duas formas de respostas básicas com as quais coletar a informação identificada:

- Resposta auto-administrativa;
- Resposta administrada pelo entrevistador;
- Existem diversos métodos para estudos de campo em grande escala;
- Pelo correio;
- Por telefone;
- Pessoalmente.

**TABELA 01: Comparação de Procedimento de Campo.**

	Correio	Telefone	Pessoalmente
Custo	Baixo	Moderado	Alto
Tempo de Retorno	Lento	Rápido	Moderado
Taxa de cooperação	Baixa	Moderada	Alta
Cobertura geográfica	Excelente	Excelente	Difícil

Viés do entrevistador	Nenhum	Substancial	Substancial
Qualidade da resposta	Baixa	Boa	Melhor
Complexidade da entrevista	Simple	Complexa	Complexa
Extensão da entrevista	Curta	Média	Demorada
Quem exerce controle	Respondente	Entrevistador	Entrevistador

Fonte: Vavra (1993)

O elemento de controle é mais importante do que possa parecer, para que se possam revelar as informações sequencialmente. Em questionários auto administrativos, não existe maneiras seguras de fazer com que os entrevistados leiam as perguntas na ordem em que elas são apresentadas.

Os métodos mais utilizados são pelo correio e telefone, principalmente devido ao baixo custo de sua utilização. No que se refere ao correio funciona melhor anexar ao questionário uma carta personalizada. Para mostrar preocupação e interesse, a correspondência anexa a um questionário deve ser a mais personalizada possível.

Vavra (1993, p.181), é sempre recomendado um incentivo ou brinde pela devolução dos questionários, a fim de reconhecer o esforço do entrevistado em completar e devolver o questionário, e estimular a relação com a empresa de duas formas: por receber um brinde e, de preferência, um brinde com a identificação da empresa. É importante que o incentivo nunca seja posicionado como pagamento e sim como um reconhecimento.

#### *Etapa 03 - Definição de amostragem e o timing (datas).*

- Tipo e tamanho da amostra;
- Método para seleção da amostra;

Se o papel do programa for apenas informativo, uma amostra estatística de clientes será suficiente. Se o papel for de obter evidências de cada cliente para que a empresa possa satisfazer a todos eles individualmente, será necessário um censo completo.

O tamanho da amostra será influenciado pelas considerações da relevância estatística e o valor do orçamento e custo de cada entrevista. Os clientes da amostra devem representar todas as linhas de produtos e cada uma das divisões organizacionais e geográficas da empresa.

Segundo Vavra (1993, p.182), um programa eficaz de satisfação de clientes deve ser conduzido de forma contínua, não devem ser concentrados em apenas uma remessa anual pelo correio e sim mensalmente, trimestralmente ou, no mínimo, semestralmente.

#### *Etapa 04 - Projeto do questionário*

Segundo Vavra (1993, p.183), é extremamente complexo, com seu conteúdo resumido em extensão, organização, tipos de questões, uso de perguntas abertas e aparência.

O questionário deve ser dividido em seções de informações para ajudar o respondente a ajustar suas ideias a cada tópico.

Questões abertas são mais difíceis de serem analisadas, mas são muito úteis, pois permite ao respondente declarar opiniões com suas próprias palavras.

#### *Etapa 05 - Pré-teste do questionário*

Etapa muito importante onde se faz uma revisão do questionário. Indicado aplicá-lo em uma pequena amostra de clientes-alvo, a fim de analisar se as perguntas estão sendo bem interpretadas.

#### *Etapa 06 - Análise dos resultados e preparação do relatório*

Tão importante quanto a coleta dos mesmos. Deve utilizar tabulações cruzadas e procedimentos estatísticos do mais alto nível. Apresenta oportunidade para modelar a satisfação global, relacionando-a aos produtos ou serviços específicos.

Segundo Vavra (1993, p.188), os resultados do levantamento devem ser apresentados em uma forma facilmente compreensível para permitir à administração as respostas em diferentes graus de sofisticação. O uso de gráfico de desempenho permite à administração saber onde alocar os recursos.

### **3 – Apresentação de Resultados**

Visando levantar o real problema enfrentado pela organização que serve para este estudo de caso (uma empresa do ramo de construção civil de Palmas – PR) no que se refere ao pós venda, realizou-se uma pesquisa de satisfação com alguns clientes que recentemente adquiriram um imóvel pela construtora.

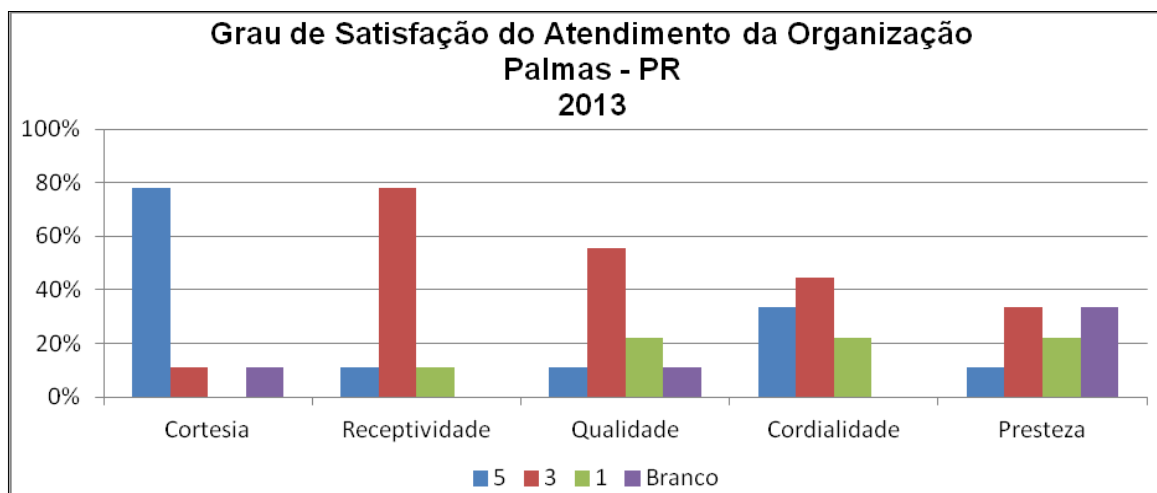
Este questionário de caráter imparcial visa analisar como os clientes avaliam o produto e serviços da construtora. É composto de 20 questões objetivas, onde não há respostas certas ou erradas, pretendendo-se apenas a opinião pessoal, sendo avaliados os itens: atendimento, produto, parte comercial e o serviço pós venda que é o principal objetivo deste trabalho.

Como alternativa de resposta os clientes puderam escolher a opção 5 para muito satisfeito, 3 para satisfeito, 1 para muito insatisfeito, podendo ainda optar por deixar em branco.

Foram entrevistados um total de nove clientes de um residencial onde residem 20 moradores.

#### **3.1 – Apresentação da Pesquisa**

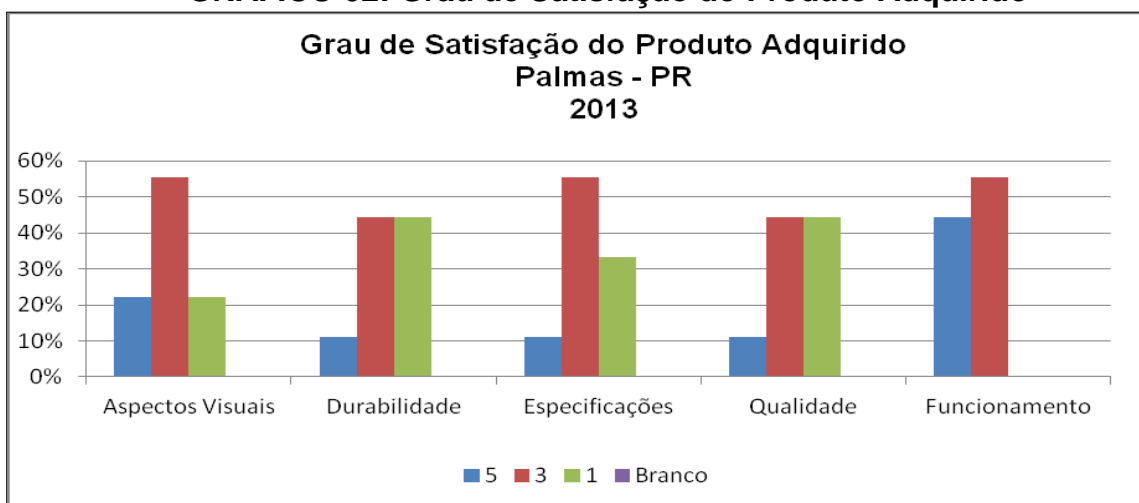
### **GRÁFICO 01: Grau de Satisfação do Atendimento da Organização**



Fonte: Pesquisa de campo (2013)

Analisando o atendimento, vê-se que a organização é bem vista e aceita por seus clientes, o que leva a imaginar que a mesma possua uma boa reputação no mercado quanto ao atendimento que presta aos seus clientes, o que gera um ponto positivo na questão do relacionamento, uma vez que sendo receptiva, consegue passar confiança quanto às negociações comerciais.

#### GRÁFICO 02: Grau de Satisfação do Produto Adquirido

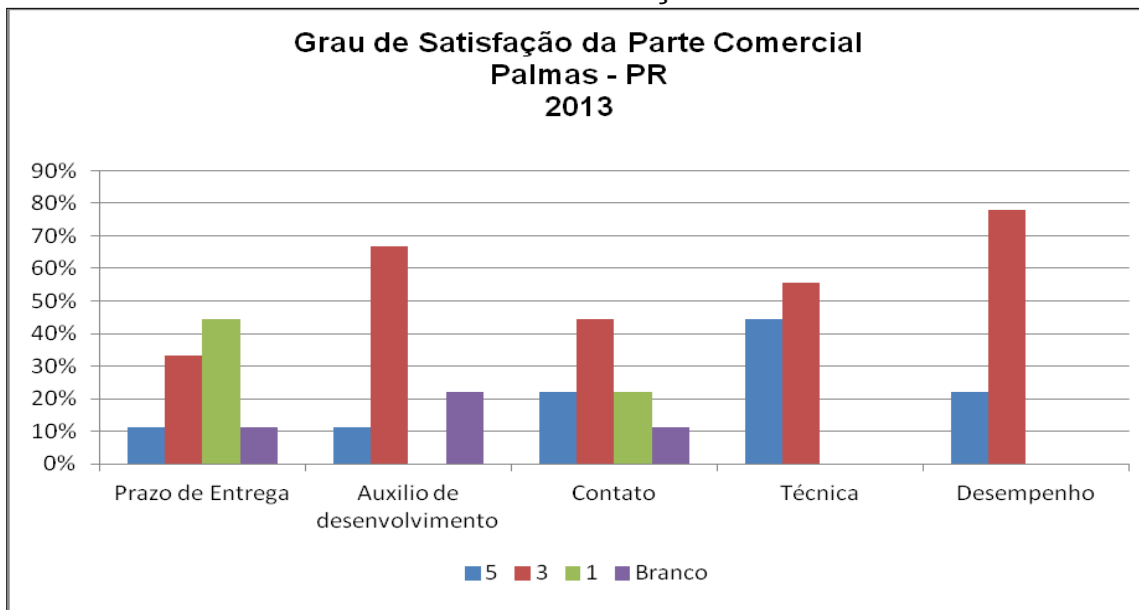


Fonte: Pesquisa de campo (2013)

Se tratando do produto em questão, apartamentos, vê-se que embora os aspectos visuais não sejam um ponto forte como divulgado pela organização, o que os clientes mais questionaram foi à questão da qualidade e durabilidade, o que leva a pensar que para fins de custos, usam-se materiais de baixo valor, que nem sempre conseguem uma qualidade e durabilidade igual a um com valor mais significativo.

A questão funcionalidade gera um ponto positivo principalmente pela questão do projeto executado, uma vez que ela não teve nenhuma avaliação negativa neste quesito.

**GRÁFICO 03: Grau de Satisfação da Parte Comercial**



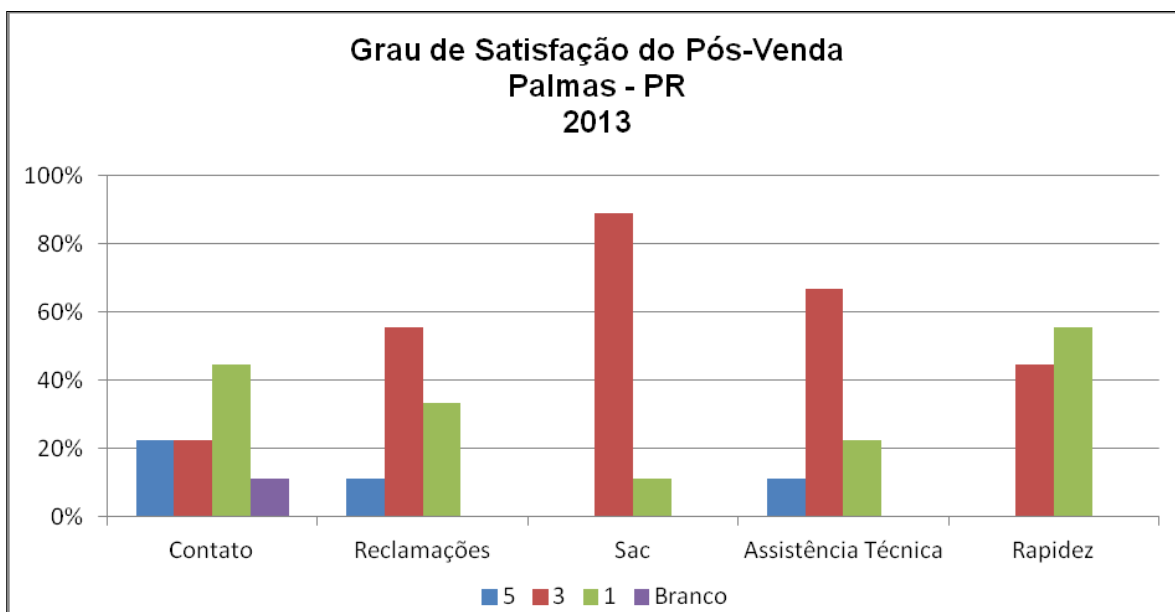
Fonte: Pesquisa de campo (2013)

No aspecto comercial o grande ponto negativo ficou por conta do atraso na entrega do produto, o que gerou inúmeras reclamações e observações negativas para a organização, uma vez que não se conseguia cumprir com prazos. A questão de ouvir os clientes para acertar detalhes da execução ficou como ponto muito negativo, uma vez que o contato foi uma questão bem avaliada, o que leva a crer que a organização esteve sempre disposta a ouvir, mas nem sempre a executar o que o cliente relatou em seu contato.

Isso é um ponto muito negativo e o que mais precisa ser investido por uma organização que queira realmente programar um serviço eficiente de pós venda. Saber ouvir o cliente é essencial, mas por em prática o que o cliente relatou é sem dúvida o maior defeito no ciclo do processo de pós venda. Muitas organizações investem alto na questão do atendimento, achando que o cliente só quer ser ouvido, mas esquece de que depois o cliente quer seu problema resolvido.

Apesar dos pontos negativos a parte desempenho não é vista com maus olhos pelos clientes, o que se tivesse a questão do fazer e não muitas vezes só prometer passaria a ser vista com bons olhos, deixando muito satisfeito todos os clientes pesquisados.

**Gráfico 04: Grau de Satisfação do Pós-Venda**



Fonte: Dados obtidos na pesquisa (2013)

Vendo este último gráfico, fica claro a evidência que a organização possui uma série de deficiência quanto à questão do pós venda.

As deficiências começam no contato, onde há dificuldade de achar uma pessoa que realmente assuma o compromisso de resolver o fato relatado, até na questão da demora em resolver de fato o problema relatado.

Observando os resultados tem-se a impressão que isso ocorre devido a organização não possuir um setor específico para o SAC (Serviço de Atendimento ao Consumidor), com o intuito de dar partida ao processo de reclamação, passar para o setor responsável da execução da mesma, cobrar a solução do problema e após a resolução do problema, estar entrando em contato com o cliente a fim de informar o conserto do problema.

#### 4 – Considerações Finais

Muitas organizações ainda buscam entender as reais necessidades dos clientes, mas poucas se preocupam em entendê-las. Desta forma, poderia dizer que a empresa em questão se encaixa neste contexto, uma vez que até se empenha em ouvir seus clientes, mas não está conseguindo satisfazer suas reais expectativas.

O marketing e pós-venda vem ganhando cada vez mais espaço dentro das organizações, devido principalmente, se bem aplicado conseguir trazer inúmeras realizações para a organização, fazendo com que esta trabalhe continuamente em um fluxo único e interligado, trazendo com isso menos conflitos, menores perda de investimentos, melhor aproveitamento da mão-de-obra e claro, uma atenção melhor para o principal objetivo que é satisfazer o cliente.



A questão de aquecimento do setor da construção civil nos últimos anos, pode representar uma hipótese de a organização não estar dando a atenção devida a questão de marketing e pós-venda como ferramenta para conquistar, fidelizar e até mesmo firmar o nome da organização perante o mercado, uma vez que com mercado aquecido e entrada mais facilitada de recursos, poderiam estar aperfeiçoando os processos internos e investido em marketing, a fim de que futuramente, se os incentivos vierem a cessar, a organização estaria estruturada com seus clientes fidelizados. Como podemos perceber, devido à supervalorização do setor, a organização não está preocupada com o que pensam os clientes que adquirem seus produtos, uma vez que a demanda por imóveis ainda é maior que a oferta, a mesma não precisa buscar clientes, eles veem até ela, o que leva a crer que nem gasto com procura de clientes a organização precisa ter.

Outro ponto que se pode levantar é o fator custo, uma vez que o mercado aquecido e com falta de mão-de-obra, a organização vê obrigada a contratar muitas vezes profissionais sem a devida qualificação, ou trabalhar com mão de obra terceirizada a fim de diminuir responsabilidades trabalhistas. Não se tendo uma fiscalização criteriosa na execução dos serviços, a mesma poderá gastar quantias excessivas em reparos depois que o produto já foi entregue.

Quanto mais se investe em marketing e pós-venda, mais a organização consegue de forma organizada dar a devida atenção ao cliente e diminuir custos de produção, uma vez que planejar, organizar e implantar um serviço desses, não afetará tão drasticamente a rotina da organização, uma vez que a mesma não fará nada diferente do que ela faz normalmente, o que ocorrerá, é que ela buscará fazer da forma mais correta possível, tendo como reflexo a redução no número de reclamações por parte dos clientes.

O que se levantou através deste trabalho que ficou comprovado na realização da pesquisa de campo, que realmente a organização em estudo não contempla um serviço de pós-venda ou até mesmo de marketing que venha coletar informações de seus clientes após a aquisição de seus produtos e com isso, em alguns casos gerando uma não satisfação por parte de seus clientes quanto ao atendimento do pós venda.

Após o término e análise dos resultados, viu-se que a questão do pós-venda está ausente e perceptível por grande parte dos clientes, ou pode ainda, estar de forma equivocada ou mal orientada pela organização que não está conseguindo fazer com que o cliente possa sentir seus efeitos, e com isso não consegue obter os resultados esperados para obtenção de retorno quanto a seus produtos e serviços.

Desse modo, conseguiu-se levantar que o objetivo principal deste trabalho foi alcançado com sucesso, tendo em vista que a hipótese principal de que a organização não consegue trabalhar de maneira eficaz com seu programa pós-venda precário ou inexistente, realmente se comprovou e afeta de forma negativa a relação cliente-empresa, tendo em vista que muitos clientes encontram dificuldades até mesmo de relatar pequenos defeitos no produto ou serviço existente, pelo fato da empresa não passar outras formas de contato como e-mail, mensagem de texto no celular ou até outros números de celulares para estar entrando em contato, não ficando somente a questão de um único número para contato ou o cliente ter que se deslocar até a empresa para estar fazendo o relato.

Analisando os resultados, vê-se também que a empresa não tem só pontos negativos, ela demonstra alto grau de conhecimento nos assuntos relacionados ao ramo de atuação e a questão de atendimento e cortesia para com os clientes antes da venda são seu ponto mais alto. Seus produtos possuem design altamente moderno e que agradam em muito o gosto de seus clientes, mas pecam na questão qualidade. Quesito diretamente ligado ao pós-venda, pois se não tiver qualidade os relatos de pós-venda serão mais de reclamações do que elogios.

Conclui-se assim, que a organização deva adotar um critério e modelo eficaz de pós-venda que contemple todos os processos a empresa, e saiba passar e aplicar as análises dos questionários. A mesma terá de tudo para poder chegar a excelência em produtos e serviços perante seus clientes, uma vez que possui conhecimento e pessoas qualificadas para desenvolver os serviços realizados, não será difícil de controlar e fazer com que cada colaborador faça aquilo que tem que fazer de maneira com que o resultado final seja o melhor possível. Também terá de saber receber críticas negativas e saber superá-las em forma de qualidade de seus serviços, fazendo com que assim, cada cliente se sinta ouvido e valorizado pela organização.

#### **Referências**

CHURCHILL Jr, Gilbert A. J. Paul Peter – **Marketing: criando valor para o cliente** – Tradução Cecília Camargo Bartolotti e Cid Knipel Moreira. São Paulo: Saraiva, 2000.

COBRA, Marcos – **Marketing Competitivo**. São Paulo: Atlas, 1993.

GIL, A.C. **Método e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

KOTLER, Philip – **Marketing para o século XXI: como criar, conquistar e dominar mercados** – Tradução Bazán Tecnologia e Linguística. São Paulo: Futura, 1999.

MARCONI, M.; LAKATOS, E. - **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas**. 3. ed. - São Paulo: Atlas, 1996.

VAVRA, Terry G. – **Marketing de Relacionamento : Aftermarketing** - tradução Ailton Bomfim Brandão. São Paulo: Atlas, 1993.

## O CABIMENTO DO HABEAS CORPUS NA TRANSGRESSÃO DISCIPLINAR NO ÂMBITO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NO ATUAL ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Autor: Kelby Cavalheiro de Mendonça (tenkelby@hotmail.com)  
Instituto Federal do Paraná - Câmpus Palmas

### Resumo Expandido:

No tocante ao Estado Democrático de Direito o mesmo tem obrigações positivas, sem deixar de manter suas barreiras, se lhe agregam finalidades e tarefas às quais antes não se sentia obrigado.

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República.

Enquanto a Hierarquia Militar é o ordenamento das autoridades em níveis diferentes, dentro da estrutura das Forças Armadas, a disciplina interessa talvez mais ao soldado, individualmente considerado, por sua comodidade particular, do que ao Estado, por muito que ganhe com ela. A exata observância da disciplina daria ao soldado a certeza de, que todos cumprindo seus deveres, a justiça e a imparcialidade se farão sentir com todo seu vigor. Do mesmo modo, exigido o cumprimento de todos os deveres não será privado de nenhum dos seus direitos.

A melhor definição do *habeas corpus* é que ele seja um remédio constitucional que garante o direito individual de locomoção contra ameaça, efetiva violência ou coação exercida de forma ilegal ou com abuso de poder.

A doutrina é unânime em assegurar que o remédio constitucional garante a liberdade de ir, vir e permanecer.

O Poder Disciplinar é a faculdade de punir internamente as infrações funcionais dos servidores e as formas abuso de poder: Excesso, Desvio de finalidade e Omissão.

O Processo Administrativo Militar é composto pelos princípios do Devido Processo Legal, da Ampla Defesa e do Contraditório, da Proporcionalidade e da Razoabilidade, estes contidos na Constituição Federal de 1988.

Pelo exposto, a regra no § 2º do art. 142 da Constituição da República de 1988, que veda expressamente a possibilidade de apreciação pelo poder Judiciário, no caso de punição disciplinares impostas aos militares, tem sofrido a devida mitigação, tanto pela doutrina, como pelo Judiciário, estabelecendo, assim, balizas para definir os limites da restrição constitucional.

Desde que o controle judicial se limite ao exame dos pressupostos da legalidade: hierarquia, poder disciplinar, ato ligado à função e pena suscetível de ser aplicada disciplinarmente, haverá a possibilidade da impetração do Habeas Corpus.

Há invasão do mérito quando o Judiciário aprecia os motivos, ou seja, os fatos que precedem a elaboração do ato; ausência ou falsidade do motivo caracteriza ilegalidade, suscetível de invalidação pelo Poder Judiciário.

Sendo assim admissível o cabimento do habeas corpus em sede de transgressão disciplinar no âmbito do Exército Brasileiro.

**Palavras-chave:** Habeas Corpus Transgressão Disciplinar Exército.

**Abstract:**

Regarding the democratic state has the same positive obligations, while maintaining their barriers, if you add tasks and purposes ace which before did not feel forced.

The Armed Forces, comprised of the Navy, the Army and the Air Force, are permanent and regular national institutions, organized on the basis of hierarchy and discipline, under the supreme authority of the President.

While the Military Hierarchy is the order of the authorities at different levels, within the structure of the Armed Forces, the discipline perhaps more interest to the soldier, considered individually, for your convenience particular, than the rule, however much they earn with it. The exact observance of discipline the soldier would make sure that everyone fulfilling their duties, justice and fairness will be felt in all their vigor. Similarly, required to comply with all duties shall not be deprived of any rights.

The best definition of habeas corpus is that he is a constitutional remedy that provides an individual right of locomotion against threat, actual violence or coercion exercised or illegal abuse of power.

The doctrine is unanimous to ensure that the constitutional remedy guarantees the freedom to go, come and stay.

The Disciplinary Authority is the power to punish infractions internally functional forms of the servers and abuse of power: Excess deviation purpose and Omission.

The Administrative Procedure Military is composed of principles of Due Process of Wide Defense and Contradictory, proportionality and reasonableness, these contained in the Constitution of 1988.

For these reasons, the rule in § 2 of art. 142 of the Constitution of 1988, which expressly prohibits the possibility of review by the Judiciary, in the case of disciplinary punishment imposed military has suffered due to mitigating both the doctrine and the judiciary, thereby setting goals to set limits of the constitutional restriction.

Since judicial review is limited to examining the assumptions of legality: hierarchy, disciplinary power, act on the penalty function and capable of being applied disciplinary, there is the possibility of the Habeas Corpus petition.

There is no invasion of merit when the judiciary appreciates the reasons, ie, the facts preceding the drafting of the act; absence or falsity of the motif features illegality susceptible to invalidation by the judiciary.

Thus admissible appropriateness of habeas corpus in the seat of disciplinary offense under the Brazilian Army.

**Keywords:** habeas corpus disciplinary offense Brazilian Army.

## ARTIGOS COMPLETOS:

### PODER DE INVESTIGAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Autor: Évellyn Follador (evellyn\_1707@hotmail.com)  
Instituto Federal do Paraná

Autor: Candida Joelma Leopoldino (candida.leopoldinol@ifpr.edu.br)  
Instituto Federal do Paraná- Palmas

**Resumo:** Este artigo teve como objetivo discorrer sobre a investigação criminal presidida pelo Ministério Público, abordando a Proposta de Emenda Constitucional nº 37, que pretendia emendar um parágrafo ao artigo 144 da Constituição de República Federativa do Brasil, estopim de recente discussão que ganhou ênfase com as manifestações populares de junho de 2013, e objetivou questionar a competência do *Parquet* para presidir investigações criminais. Iniciou-se a explanação descrevendo a instituição do Ministério Público. Abordou-se a real possibilidade que o agente ministerial tem de realizar investigações criminais, relacionando artigos da Lei Magna, Leis infraconstitucionais, Súmula e Jurisprudência. Comentou-se sobre a PEC nº 37/2011 apresentada pelo Deputado Federal Lourival Mendes e sobre o artigo 144 da Constituição Federal, o qual se pretendia emendar. Por fim buscou provar que a PEC 37 foi um atentado contra o regime democrático e as necessidades básicas do País no contexto social atual, além de mencionar a necessidade de o Ministério Público e a Polícia Judiciária realizarem um trabalho de investigação conjunta, visando primeiramente o bem da sociedade e a melhor eficiência no exercício da segurança pública.

**Palavras-chave:** Ministério Público. Investigação. Artigo 144.

**Abstract:** This article aimed to discuss the criminal investigation led by prosecutors, addressing the Proposed Constitutional Amendment nº 37, which intended to amend a paragraph to the article 144 of the Constitution of the Federative Republic of Brazil a recent discussion that was strengthened by June 2013 popular demonstrations and aims to question the Parquet's competence to preside criminal investigations. The explanation has stated describing the institution of the prosecution, and analyzing the real possibility that the agents have to perform criminal investigations relating articles of the Federal Constitution, other laws and jurisprudence. Finally the other objective was to prove that this Amendment was an attack against democracy and the basic needs of the country in the current social context, beyond mentioning the need for prosecutors and judicial police conduct a joint work.

**Keywords:** Prosecutors. Investigation. Article 144.

## 1 Introdução



No mês de junho de 2013, o Brasil foi cenário de uma grande demonstração de democracia e luta do povo em busca de seus direitos, onde em grande parte das cidades e capitais brasileiras, os cidadãos se reuniram e realizaram manifestações, gritando palavras de ordem e reivindicando mudanças. Dentre seus pedidos se fazia presente a vontade de se normatizar a possibilidades do Ministério Público presidir investigações criminais e, conseqüentemente, pedia-se o arquivamento da Proposta de Emenda Constitucional nº 37, o qual barrava esta função ministerial. O presente artigo pretende provar a grande importância social que representa o fato do Ministério Público poder continuar realizando investigações criminais.

Desta forma, o item 2, “Ministério Público”, versará sobre as principais características definidoras da instituição intitulada como órgão permanente, autônomo, independente dos três Poderes Públicos e órgão essencial à função jurisdicional do Estado, atuando ora como parte do processo, ora como fiscal da lei tanto constitucional, como infraconstitucional, portanto responsável pela defesa da ordem jurídica brasileira, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Serão apontadas todas as funções ministeriais disciplinadas no artigo 129 da Constituição da República Federativa do Brasil, além de outras normas infraconstitucionais, as quais abordam direta ou indiretamente a possibilidade do *Parquet* presidir investigações criminais, ainda apontando-se súmulas e jurisprudências utilizadas recentemente.

Por fim, no item 3 se discorrerá sobre a Proposta de Emenda Constitucional nº 37, apresentada no dia 08 de junho de 2011 pelo Deputado Federal Lourival Mendes e sobre a redação que pretendia acrescentar ao artigo 144 da Constituição Federal, o qual trata sobre os órgãos responsáveis pela segurança pública, sem mencionar o órgão ministerial, se apresentando a contramão das necessidades sociais brasileiras. Por fim, abordar-se-á sobre a necessidade da realização de um trabalho conjunto de investigações criminais pela Polícia Judiciária e pelo Ministério Público, em detrimento do melhor exercício da segurança pública social.

## 2 Desenvolvimento: O Ministério Público

Ministério Público, instituição permanente, autônoma e independente, essencial à função jurisdicional do Estado, é responsável pela defesa da ordem jurídica constitucional ou infraconstitucional, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, além de atuar como fiscal da lei, e estar diretamente ligado à defesa e proteção do meio ambiente, da saúde pública, das famílias, do patrimônio público, da população indígena, dos idosos e das crianças e adolescentes, além de outras áreas relacionadas à cidadania e direitos humanos, legalmente incumbidas a este órgão.

Isto posto, percebe-se que atua ora no papel de parte do processo, ora no de fiscalizador do cumprimento da lei, sendo muitas vezes taxado inclusive de “parte imparcial” do processo. Não pertence a nenhum dos três Poderes – Legislativo, Executivo e Judiciário, sendo visto, portanto, como um órgão independente. Detêm a característica de autonomia funcional e administrativa, por isso pode propor a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares. Não pode ser extinto,



conseqüentemente é permanente, além de que suas atribuições não podem ser repassadas a outras instituições.

Mesmo dotado de autonomia funcional e administrativa, o Ministério Público não deve ser inserido como um quarto poder, ou ser considerado participe de um dos três Poderes essenciais. Faz parte do Poder Estatal sim, mas não serve ao Governo. Como pregado pela Constituição Federal de 1988, é uma função independente, que deve intervir para a solução dos conflitos e exercer a defesa dos bens, valores e interesses da sociedade, e não do Estado. Deve atuar principalmente como incentivador dos direitos humanos e ajudar na busca da igualdade e da justiça social, como bem aponta Gonçalves (2000, p.69):

Exerce, também, uma autêntica função social, uma vez que a sua atuação deve ser voltada para o interesse da sociedade. Com efeito, encarregado da defesa do regime democrático, deve incursionar-se na busca de uma justiça social que propicie uma melhor qualidade de vida, propugnando pela redução da cruel desigualdade social.

Desta forma, pode-se dizer que, quando a legislação o elevou a condição de defensor dos direitos humanos, atribuiu conseqüentemente o papel de fiscalizador dos três Poderes Públicos. Essa legitimação não seria suficiente por si só se, em contrapeso, não fosse provado seu papel através da efetiva atuação constante e incansável deste órgão na defesa social.

Na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu Título IV – Da organização dos poderes, Capítulo IV – Das funções essenciais á justiça, se encontra uma seção dedicada ao Ministério Público, que compreende os artigos 127 a 130-A, os quais dispõem sobre sua organização, funcionamento, princípios pelos quais é amparado e as funções e vedações atribuídas a ele.

Já na esfera infraconstitucional, a instituição se regulamenta pela Lei Ordinária nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), Lei Complementar nº 75/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público as União), além das Leis Orgânicas definidas em cada estado do Brasil, conforme atribuído nos artigos 24, §3º, e 128, §5º, da Carta Magna.

## 2.1 Funções gerais e investigação criminal presidida pelo *Parquet*

São inúmeras as funções delegadas aos membros do Ministério Público tanto pela Lei Magna, quanto através do enorme leque de normas infraconstitucionais que disciplinam o assunto. Desta forma, verifica-se que a sua área de atuação abrange quase que totalmente os diversos ramos do direito e segmentos da sociedade atual, as quais dependem do auxílio e atuação técnica e jurídica da instituição ministerial.

As funções especificadas na Constituição da República Federativa do Brasil do ano de 1988, que são delegadas ao *Parquet*, se encontram em seu artigo 129, sendo as seguintes:

Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:  
I - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;

### III Contextos e Conceitos

## Mostra de Produção Científica e Extensão

## Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas

- II - zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;
- III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;
- IV - promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição;
- V - defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;
- VI - expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva;
- VII - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior;
- VIII - requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;
- IX - exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

Por conta do Estado Democrático em que estamos inseridos, na ocorrência de condutas que infrinjam qualquer bem jurídico, deve-se instaurar o devido processo para apuração, disponibilizar os meios de defesa a que se tem direito e posteriormente aplicar a punição respectiva dos delitos praticados, dentro dos limites da lei e da culpabilidade do acusado (RANGEL, 2012, p.129). A promoção da ação penal pública, como exposto no inciso I do artigo acima citado, é requisito necessário e obrigatório ao Estado para que ao fim haja uma justa aplicação da pena e restabelecimento da ordem jurídica violada.

Como legalmente disciplinado, o exercício desta ação penal é de exclusiva responsabilidade do *Parquet*, sendo que esta se consubstancia através do oferecimento da denúncia. Explica o artigo 24, do Código de Processo Penal: “nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo”.

Conforme ensinamentos de Mirabete (2006, p. 333):

Não obstante parte, o Ministério Público deve conduzir-se com imparcialidade, pois deve defender os interesses da sociedade e fiscalizar a aplicação e a execução das leis. Por isso, pode impetrar *habeas corpus*, fiscalizar a ação penal privada e, quando as provas evidenciam a inocência do acusado, pleitear a improcedência da pretensão punitiva, pedindo a absolvição do réu. Mais do que isso, hoje é seguramente predominante a orientação de que pode recorrer em favor de réu.

O importante é o Ministério Público estar ciente de que sempre deve agir seguindo seu senso de justiça, e se não tiver convicção suficiente da responsabilidade do acusado, tem a possibilidade de defender a sua absolvição.

Ressalta-se que além de parte da ação penal pública, exerce concomitantemente o papel de fiscalizador da lei e da justiça, devendo agir em conformidade com isso.

É fundamental a atuação do Ministério Público como instituição imparcial e independente dos três Poderes essenciais, no que diz respeito às omissões e abusos dos administradores públicos, de forma a fiscalizar a atuação dos mesmos quanto aos serviços de relevância pública, ao patrimônio público e social e outros interesses difusos e coletivos e, se for o caso, ajuizar ações civis públicas, conforme disposto nos incisos II e III do artigo 129, da CF.

No inciso VI do artigo 129 da Carta Magna, observa-se a possibilidade do Ministério Público notificar e requisitar informações e documentos. Com o cometimento de um delito, sua investigação serve para orientar o entendimento do membro do Ministério Público para depois ocorrer a instauração da ação penal. Tanto em uma fase quanto em outra, o *Parquet* tem atuação fundamental:

[...] a persecução penal surge com a incidência da infração penal e se desenvolve em dois momentos: o da investigação (inquérito policial) e o da ação penal.

Ao Ministério Público cabe atuar em ambas as fases. Na primeira, detentor que é no controle externo da atividade policial, deve exercer ampla fiscalização nos inquéritos policiais, requisitar diligências ou promovê-las diretamente, no interesse da fiel apuração do ilícito penal. Na segunda, [...] responsabilizando os culpados e promovendo a defesa social das vítimas e dos inocentes (GONÇALVES, 2000, p.96-97)

Deve-se considerar que um poder ou uma função sempre é controlado ou fiscalizado por outro dentro das regras democráticas do poder público. Isto é necessário para se restringir a atuação de cada poder ao limite legalmente estabelecido. Portanto, natural se faz o fato de que tanto as polícias militares, quanto as civis sejam controladas por um órgão independente e imparcial.

Os incisos VII e VIII do art. 129 da Constituição Federal tratam do referido assunto, aplicando que o controle externo da atividade policial cabe ao Ministério Público, o que não significa, porém que as polícias são subordinadas a ele, mas sim por ser o destinatário final das investigações, tendo a prerrogativa de fiscaliza-las, requisitar diligências e estabelecer o imprescindível ao caderno investigatório.

Segundo o inciso VIII, do art. 129, da CF, podem ainda requisitar a instauração de um Inquérito Policial caso tomem conhecimento de alguma situação juridicamente conflituosa, para que a realidade dos fatos seja devidamente apurada. Ademais, o artigo 39, §5º, do Código de Processo Penal, disciplina a possibilidade que o *Parquet* têm de dispensar o inquérito policial se já houver elementos necessários para a promoção da ação penal. Pelo exposto, RANGEL (2012, p. 142-143) conclui que se o Ministério Público pode determinar que a investigação seja feita, consequentemente pode ele mesmo fazer, pois ele têm a competência para realizar pessoalmente as diligências e posteriormente promover a ação penal.

Constitucionalmente, também é delegado ao *Parquet*, a função de proteger os direitos e deveres das populações indígenas (art. 129, V, CF), conforme a Lei nº 6.001/73 (Estatuto do Índio). Também, garantir os direitos dos menores de idade, amparado pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (o Estatuto da Criança e do Adolescente), até que atinjam a plenitude da capacidade civil. E ainda cabe ao órgão

ministerial defender os interesses de outros grupos de pessoas como dos idosos, dos portadores de alguma deficiência e dos consumidores, sempre procurando intervir de forma ativa, seja no papel de parte, seja no de interessado. Isso se dá ao fato de que este é o órgão responsável por todo e qualquer interesse social ou individual indisponível.

Além destas funções disciplinadas até então, existe também a prerrogativa legalmente conferida ao MP do poder de investigar as ações penais. O artigo 129, inciso IX, da CF, dispõe que o Ministério Público pode “exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade”.

Desta forma, a Polícia Judiciária não é a única detentora da competência para a realização de investigações criminais. Outras autoridades administrativas dispõem desta atribuição, como é o caso do *Parquet*, assim prevendo o artigo 4º, do CPP:

Art. 4º A Polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria.

Parágrafo único. A competência definida neste artigo não excluirá a de autoridades administrativas, a quem por lei seja cometida a mesma função.

Entende-se a investigação criminal compatível com a finalidade constitucional do *Parquet*, pois sendo ele o titular da ação penal pública privativamente (art. 129, inciso I, CF) e o destinatário principal das investigações que apuram a materialidade e autoria criminal, podendo inclusive fiscalizar a atuação da Polícia nacional (art. 129, inciso VII, CF) e determinar diligências ao Inquérito Policial (art. 129, inciso VIII, CF), pode-se obter a conclusão lógica de que para formar a *opinio delicti* deverá ele mesmo produzir as provas necessárias à ação competente se assim desejar.

“A função persecutória preliminar, própria e direta, exercida pelo Ministério Público, é inerente à privatividade da ação penal pública que a Constituição lhe conferiu” (RANGEL, 2012, p. 157). Neste sentido também, segue entendimento de Lopes Junior (2006, p. 163):

Resulta óbvio que se o legislador atribui ao MP a titularidade da ação penal pública – atividade fim – deverá conceder-lhe também os meios necessários para alcançar de forma mais efetiva este fim, de modo que a investigação preliminar, como atividade instrumental e de meio, deverá estar sob seu mando.

Ainda corroborando tal ensinamento, Capez (2009, p. 105) relata: “Ora, quem pode o mais, que é oferecer a própria acusação formal em juízo, decerto que pode o menos, que é obter os dados indiciários que substituem tal propositura”.

Afinal, que sentido teria o *Parquet* poder requisitar certas diligências, e não poder ele próprio realizar? Ou ser o órgão destinatário das investigações criminais, por ser o único competente a propositura da ação penal, e não poder produzir as provas que entender necessárias ao feito ou escutar as testemunhas do delito?

O impedimento com relação à feitura de atos investigatórios criminais pelo MP seria algo totalmente incompatível, até contrário às funções intituladas a este órgão essencial à função jurisdicional do Estado, responsável pela defesa da ordem

jurídica constitucional ou infraconstitucional, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Segundo Capez (2009, p. 105) o artigo 129, inciso VI, da Constituição Federal tem cunho investigatório, vista a atribuição de expedir notificações, requisitar informações e documentos para instruir procedimentos administrativos. O doutrinador ainda afirma que o inciso não se refere à investigação civil, pois esta já está mencionada no inciso III do mesmo artigo, portanto, trata da investigação criminal.

Assim como constitucionalmente previsto nas funções do artigo 129, apesar de não ser explicitamente, o direito de realizar investigações é conferido ao *Parquet* também por leis complementares. Esta possibilidade é regulamentada pelo art. 128, inciso II, §5º, da Carta Magna, o qual expõe que leis complementares da União e dos Estados estabelecerão a organização, atribuições e estatuto da cada Ministério Público, atuando subsidiária e concomitantemente à Lei Maior.

Vale ressaltar então a importância do artigo 26 da Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e dos artigos 7º e 8º da Lei Complementar nº 75/93 (Estatuto do Ministério Público da União), dando maior ênfase nesta, ao artigo 8º, inciso V, o qual estabelece expressamente a possibilidade de investigação criminal presidida pelos membros do Parquet: “[...] poderá, nos procedimentos de sua competência: V – realizar inspeções e diligências investigatórias”.

Lembra-se ainda que a ação penal não precisa ser necessariamente precedida pela investigação através de inquérito policial, sendo este dispensável, conseqüentemente a ação da Polícia, caso o membro de Ministério Público detiver em mãos peças de investigação ou notícia de crime com informações suficientes para formar seu convencimento e a *opinio delicti*, podendo/devendo instaurar diretamente a ação penal. “Parece lógico que, dispondo de meios apropriados e recursos adequados, a atuação do membro do Ministério Público não deve ser, em todos os casos e circunstâncias, *limitada* pela atuação da polícia judiciária” (FELDENS; SCHMIDT, 2007, p. 60, grifo do autor).

Lopes Junior (2006, p. 163-164) também comenta esta possibilidade:

[...] o CPP expressamente afirma a dispensabilidade do inquérito se com a representação forem oferecidos elementos que habilitem o MP a promover a ação penal. Por analogia, perfeitamente aplicável ao caso, pode-se afirmar que se a *notícia criminis* (qualificada ou não) vier suficientemente instruída, também poderá ser dispensado o inquérito.

Não só o inquérito é dispensável, senão que também é dispensável a atuação da própria polícia judiciária.

Outro ponto discutido é se a investigação pode interferir na imparcialidade do membro ministerial no momento em que este for promover a denúncia. É de suma importância lembrar que o *Parquet* detém tanto o papel de parte, como de fiscalizador da lei e, se durante as investigações perceber que o investigado é inocente do delito a ele imputado, sua função como fiscal da legislação, assumindo o papel de *custos legis*, passa a ter a obrigação moral de pedir pela sua absolvição, visto que seu papel não é apenas de acusador do réu, mas sim de promotor da justiça. “Não há mais espaço, [...] para o promotor, única e exclusivamente, de acusação, que somente se satisfaz com a condenação do réu, sem se preocupar,



primordialmente, com a efetividade da justiça e o primado da Constituição” (RANGEL, 2012, p. 166).

Este assunto rendeu tanta discussão jurídica que inclusive foi editada uma súmula para regulamentá-lo. Dispõe a Súmula 234, do Superior Tribunal de Justiça: “A participação de membro do Ministério Público na fase investigatória criminal não acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia”.

Ademais, o exercício deste poder é indiretamente regulado pelo Código de Processo Penal, principalmente no que tange o inquérito policial, a produção das provas e o fato da investigação não ser sigilosa com relação ao investigado e seu advogado. Neste sentido, Lopes Junior (2006, p. 167): “[...] a investigação preliminar realizada pelo Ministério Público seguirá, em linhas gerais, a normativa existente para o inquérito policial, no que lhe for aplicável. Afinal, ambos são procedimentos administrativos pré-processuais [...]”.

Além dos vários argumentos legalmente favoráveis a persecução presidida pelo Ministério Público apresentados até então, aporta-se ainda para decisões jurisprudenciais recentes, como a seguinte, nas palavras da Ministra Ellen Gracie, relatora de um julgado do Supremo Tribunal Federal (Habeas Corpus nº 91661/PE):

HABEAS CORPUS. TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL. FALTA DE JUSTA CAUSA. EXISTÊNCIA DE SUPORTE PROBATORIO MÍNIMO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. POSSIBILIDADE DE INVESTIGAÇÃO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. DELITOS PRATICADOS POR POLICIAIS. ORDEM DENEGADA. [...] É perfeitamente possível que o órgão do Ministério Público promova a colheita de determinados elementos de prova que demonstrem a existência da autoria e da materialidade de determinado delito. Tal conclusão não significa retirar da Polícia Judiciária as atribuições previstas constitucionalmente, mas apenas harmonizar as normas constitucionais (arts. 129 e 144) de modo a compatibilizá-las para permitir não apenas a correta e regular apuração dos fatos supostamente delituosos, mas também a formação da opinio delicti. 6. O art. 129, inciso I, da Constituição Federal, atribui ao parquet a privatividade na promoção da ação penal pública. Do seu turno, o Código de Processo Penal estabelece que o inquérito policial é dispensável, já que o Ministério Público pode embasar seu pedido em peças de informação que concretizem justa causa para a denúncia. 7. Ora, é princípio basilar da hermenêutica constitucional o dos "poderes implícitos", segundo o qual, quando a Constituição Federal concede os fins, dá os meios. Se a atividade fim - promoção da ação penal pública - foi outorgada ao parquet em foro de privatividade, não se concebe como não lhe oportunizar a colheita de prova para tanto, já que o CPP autoriza que "peças de informação" embasem a denúncia. [...] (STF, HC 91.661/PE, 2ª T., rela. Mina. Ellen Gracie, j. 10-3-2009, DJe 64, de 3-4-2009).

Ainda é questão controversa nas discussões acerca do tema, porém o Superior Tribunal de Justiça predominantemente vêm se manifestando de forma favorável ao poder de investigação criminal presidido diretamente pelo Ministério Público, apontando que não existe incompatibilidade alguma pelo fato de, nos



mesmos autos, apenas um órgão realizar a persecução penal e também ser o titular da propositura de ação correspondente (RANGEL, 2012, p. 167-178).

A necessidade de estabelecer a harmonia entre os artigos 129 e 144 da Constituição Federal é gritante, além de que, como exposto pela Ministra Ellen Gracie e estabelecido nos artigos 39, §5º e 46, §1º do Código de Processo Penal, o inquérito policial não é imprescindível.

Ademais, como apontado, tanto no âmbito normativo, como no doutrinário e também no jurisprudencial, não restam dúvidas de que é majoritária a posição favorável à possibilidade do Ministério Público presidir persecuções penais, ainda mais se for considerado o fato de que é ele mesmo o órgão destinatário destas investigações.

O certo é que, Constitucionalmente falando, não há dispositivo expresso determinando a impossibilidade de o *Parquet* presidir investigações criminais, assim como também não há dispositivo expresso impondo-lhe tal função. Desta forma o que se prevalece é a busca pelo bem social e a devesa do estado democrático brasileiro.

### **3 Discussões acerca do artigo 144 da Constituição Federal, incluindo o poder de investigação do Ministério Público**

A acirrada discussão acerca do contrassenso sobre a possibilidade do Ministério Público presidir diretamente investigações, aliada às variadas divergências sobre esse referido assunto levaram a formulação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 37/11, a qual, em suma emprega que o poder de investigação seja excluído das atribuições do Ministério Público e destinado somente às funções da Polícias Federal, em âmbito nacional e Civil, em âmbito Estadual e do Distrito Federal.

O autor de tal projeto, apresentado do dia 08 de junho de 2011, foi o deputado federal Lourival Mendes, líder do partido PT do B, do estado do Maranhão.

O proposto consistia em emendar o texto Constitucional, em seu artigo 144, o qual disciplina sobre os diversos organismos policiais do País, acrescentando-lhe um parágrafo 10º, com o objetivo de delimitar o poder de apuração das infrações penais, restringindo-o somente para a Polícia Civil e Federal, portanto, excluindo esta prerrogativa de qualquer outro órgão que demonstrasse esta pretensão, inclusive o Ministério Público.

Tal parágrafo apresentaria o seguinte texto: “§10. A apuração das infrações penais de que tratam os §§ 1º e 4º deste artigo, incumbem privativamente às polícias federal e civis dos Estados e do Distrito Federal, respectivamente”.

Insta comentar o artigo 144, da Constituição da República Federativa de Brasil, provocador de toda a discussão acerca da suposta incompetência ministerial para realizar persecuções penais, já que dispõe sobre os órgãos responsáveis pela segurança pública e não menciona em seu texto o *Parquet*.

Cabe analisar primeiramente que tal artigo faz referência e delimita somente o campo de atuação de cada policia na presidência de seus respectivos inquéritos e em nada se relaciona com as atribuições do *Parquet* com relação a sua atuação na investigação criminal. Demonstra nada mais que o fato de o Ministério Público não poder presidir inquéritos policiais, por ser atribuição única da polícia judiciária, assim

como já diz o nome, ainda delimitando a atuação de cada uma com relação a este tipo de persecução penal (CAPEZ, 2009, p. 106).

No mesmo sentido também Feldens e Schmidt (2007, p. 61) explicando:

Logicamente, ao referir-se a “exclusividade” da Polícia Federal para exercer funções “de polícia judiciária da União”, o que fez a Constituição foi, tão somente, delimitar as atribuições entre as diversas polícias (federal, rodoviária, ferroviária, civil e militar), razão pela qual observou, para cada uma delas, um parágrafo dentro do mesmo art. 144.

O parágrafo 1º, inciso IV e o parágrafo 4º do mencionado artigo, estabelecem às Polícias Federal e Civil as funções da polícia judiciária, porém, em nenhum momento está especificada a exclusividade desta função de investigação a elas. Aponta Lopes Junior (2006, p. 163) que “não existe *exclusividade* desta tarefa, inclusive porque quando pretendeu estabelecer a *exclusividade* de competência o legislador o fez de forma expressa e inequívoca” (grifo do autor).

Ademais, tal projeto, propositalmente batizado com o nome de “PEC da Impunidade”, foi interpretado como uma afronta às funções constitucionalmente impostas ao Ministério Público e como um retrocesso histórico, já que cria um monopólio sobre as investigações que não cabe na realidade criminal brasileira de números tendenciosamente crescentes de infrações penais.

Rangel (2012, p. 186) comprova a importância da participação da instituição ministerial na persecução penal, citando alguns casos em que o *Parquet* foi indispensável para a elucidação dos macrocrimes. Na oportunidade faz referência ao caso de desvio de R\$ 169,5 milhões do dinheiro público destinado à construção do Fórum Trabalhista de São Paulo, sendo chefe do esquema o juiz aposentado Nicolau dos Santos Neto. Também ao caso intitulado “Operação Anaconda”, onde juízes negociavam sentenças judiciais, sendo descobertos pelo trabalho conjunto do Ministério Público com a Polícia Federal. Cita o caso do desvio de dinheiro público da extinta autarquia federal, que resultou prejuízo de aproximadamente R\$ 3 bilhões aos cofres públicos, do qual foram denunciadas dezenas de pessoas do Pará, Tocantins, Maranhão e Amazonas, inclusive o deputado Jader Barbalho. Cita ainda a morte do prefeito de Santo André/SP, Celso Daniel, do PT, da qual foi detectado, pelos procuradores que investigaram o caso, motivações políticas para o homicídio e acusado como mandante Sérgio Gomes da Silva.

### 3.1 Consequências da rejeição da PEC 37: Polícia nacional e Ministério Público

A tal “PEC da Impunidade”, como vulgarmente conhecida, atentava contra o regime democrático, a cidadania e o Estado de Direito, já que os principais casos de macrocriminalidade são investigados e conseqüentemente denunciados pelo órgão do Ministério Público.

Ainda, levando-se em consideração o momento histórico em que estamos atravessando, cada dia sendo noticiando um novo escândalo de corrupção, desvio de dinheiro público, crimes eleitorais ou atitudes abusivas de policiais durante o exercício de sua profissão, a Proposta ai à contramão das necessidades do nosso País. Segundo Feitoza (2008, p. 186):

19 e 20 de novembro de 2013

ISSN: 2237-700X

Página 145

No mundo, parece-nos que há apenas dois países inexpressivos em que a polícia tem exclusividade de apuração de infração penal. A tendência mundial é a de fortalecimento do poder investigatório do Ministério Público, como ocorreu, por exemplo, na Alemanha, Itália e Portugal.

Confirmando tal entendimento, Rangel (2012, p. 169) citou o voto em um acórdão do Tribunal Regional Federal do Desembargador Federal Doutor Chalu Barbosa, o qual menciona que: “em todos os Países do Primeiro Mundo onde o estado fortaleceu-se sob a influência de forte regime democrático, o Ministério Público é atuante e respeitado na manutenção da ordem e da moralidade pública”.

De forma alguma se deve entender que a intenção do Ministério Público é presidir inquéritos policiais, pois, como já citado anteriormente, consoante à própria nomenclatura, isso é exclusividade das autoridades policiais. Porém, a oferta de investigações criminais é extensa a ponto de proporcionar trabalho suficiente para o *Parquet*, para as Polícias, para as Comissões Parlamentares de Inquérito e muitos outros órgãos que tenham a possibilidade de realizar a persecução penal.

Como protetor da democracia, da ordem jurídica, e principalmente dos interesses da sociedade, o *Parquet* tem como dever não medir esforços para alcançar estas metas e para isto é importante lembrar que a Constituição Federal não o impede em momento algum de presidir investigações criminais.

Impedir o Ministério Público de realizar diligências investigatórias, ou entender que o mesmo não possa realizá-las, é, na verdade, negar-lhe suas funções constitucionais de defensor da ordem jurídica; de requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquéritos policiais; de controlador externo da atividade policial; de exclusivo possuidor do ônus da prova no processo penal e de titular privativo da ação penal pública, enfim... de todas as atividades necessárias a manutenção da ordem jurídico-penal [...] Seria afirmarmos que o Ministério Público deve (princípio da obrigatoriedade da ação penal pública) tornar o indivíduo sujeito de direitos e obrigações no curso de um processo judicial, mas não pode torná-lo objeto de investigação (dotado ainda de direitos e garantias fundamentais) em uma investigação preliminar à ação penal pública. Pode colocá-lo no banco dos réus, mas não pode investigá-lo (RANGEL, 2012, p. 174-175) (grifo do autor).

Afinal, o Ministério Público tem condições de buscar por si só as provas que entender necessárias e em casos onde envolva a macrocriminalização, é o investigador mais indicado para isso, já que, teoricamente, por ser independente dos três Poderes Públicos não tenderia a sofrer influências externas.

Com os índices assustadores de criminalidade, que somente se mostram em crescimento, o Brasil não pode se dar ao luxo de restringir o trabalho que o Ministério Público vem realizando e nem reduzir o número de órgãos que têm capacidade, determinação e coragem de realizar a persecução penal (FEITOZA, 2008, p. 186). Resultado melhor ainda seria, portanto que estes órgãos presidissem as investigações criminais conjuntamente, inclusive o *Parquet* e a Polícia nacional.

Fomentados pelo cansaço com relação às impunidades e abusos frequentemente ocorridos na política do País, tomados por um espírito revolucionário, ainda somado a incansáveis campanhas de conscientização a nível nacional promovidas pelo Ministério Público Federal e Estadual, seus servidores e colaboradores na tentativa de explicar o que a PEC pretendia realmente, que manifestantes tomaram as ruas de inúmeras cidades e capitais do Brasil durante todo mês de junho do ano de 2013, clamando e até mesmo exigindo dentre os seus objetivos, o arquivamento do Projeto de Emenda Constitucional nº 37/2011.

No dia 25 de junho de 2013, terça-feira, a Proposta de Emenda à Constituição da República Federativa do Brasil foi rejeitada pelo Plenário da Câmara dos Deputados, com a marca de 430 votos contrários e somente 9 favoráveis a aprovação, tendo ainda duas abstenções registradas (RODRIGUES, 2013).

O mês de junho do corrente ano foi a demonstração pública, inclusive a nível mundial, do que vem a ser o verdadeiro regime democrático. A luta dos cidadãos manifestando sua vontade através de passeatas e palavras de ordem, excetuando alguns episódios lamentáveis de vandalismo, provocados por indivíduos sem ideais ou senso de justiça e patriotismo, foram cenas dignas de admiração e respeito de todo o povo brasileiro, quisá o início de uma mudança brusca em todo o sistema público, já que houve a tardia, mas incontestável comprovação de que o povo está acordado com relação à impunidade que vem rondando o cenário político e judicial do País, e têm ciência de que tem força suficiente para tomar providências visando extinguir tais situações. Também foram indispensáveis para a formação do entendimento que foi exteriorizado através da votação da Proposta no dia 25 de junho de 2013, a conscientização popular e a proporção tomada pelas campanhas ministeriais de informação sobre o referido Projeto de Emenda a Constituição, sem os quais possivelmente a situação não teria alcançado tamanha proporção, nem integrado da lista de reivindicações causadoras das manifestações populares.

Realmente, levando em conta todo este contexto, é evidente que se fosse retirado este poder de investigação das mãos do Ministério Público, viria de encontro com todos os ensinamentos constitucionalmente empregados como função ministerial. O fato de os membros da Polícia e os do Ministério Público agirem melhor entrosados, em parceria, somente teria a somar para os interesses da população, desta forma, ganhar-se-ia em eficiência com relação a segurança pública.

#### **4 Considerações finais**

Apresentadas as características principais da instituição do Ministério Público, já se pode perceber que detém qualidades mais que suficientes para agir no papel de defensor da sociedade, protetor dos direitos individuais, coletivos e da legislação constitucional e infraconstitucional brasileira.

É uma instituição forte, respeitada, com ânimo pela busca de justiça e aplicação certa do Direito, desta forma não existe o que o obsta a não poder praticar atos de investigação criminal, é uma função natural dos membros ministerial, integrante da essência protetora e defensora da instituição.

Diante de todo o exposto, fica claro que a Proposta de Emenda Constitucional nº 37 não passou de uma tentativa de apaziguar os ânimos da justiça

e instaurar a impunidade no sistema penal brasileiro. Porém a população brasileira se mostrou cansada de tomar ciência dos escândalos ilícitos e permanecer inertes, fingindo serem surdos, mudos e cegos. Foi através das manifestações ocorridas em junho de 2013, data histórica, que os poderosos tiveram uma pequena demonstração do poder que temos nas mãos e do que podemos fazer para conquistar nossos direitos. Foi também através destas manifestações que os cidadãos formaram uma aliança com os membros do Ministério Público no combate a macrocriminalidade e a impunidade ora predominante no judiciário do País.

Desta feita, conclui-se que compete sim ao Ministério Público a realização da persecução penal, seja com base na Constituição da República Federativa do Brasil, seja com base no Código de Processo Penal, com base em Leis Complementares, ou ainda em entendimentos jurisprudenciais recentes e Súmulas.

Porém o mais acertado seria o trabalho conjunto e entrosado das autoridades policiais com os membros ministeriais. Observa-se, portanto, ser necessário extinguir a distância entre estes dois órgãos, visando o bem da sociedade e em prol da justiça nacional.

O fato das investigações criminais serem presididas também pelo Ministério Público representa um avanço histórico do qual o Brasil necessita urgentemente por ser de fundamental importância para a existência do Estado Democrático de Direito.

## 5 Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 29 set. 2013.

BRASIL. Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 de out. 1941. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 30 set. 2013.

BRASIL. Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993. Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 de mai. 1993. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 15 set. 2013.

BRASIL. Lei n. 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 de dez. 1973. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 18 ago. 2013.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 de set. 1990. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 21 ago. 2013.

BRASIL. Lei n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993. Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República**



**Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 de fev. 1993. Disponível em:  
<<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 15 set. 2013.

BRASIL. **Proposta de Emenda a Constituição nº 37-A**, de 08 de junho de 2011.  
Autor: Lourival Mendes. Disponível em:  
<<https://www2.mp.pa.gov.br/sistemas/gcsubsites/upload/76/PEC%2037%20GERAL.pdf>> Acesso em: 30 set. 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus nº 91661**, da 2ª Turma.  
Relatora: Ministra Ellen Gracie. Pernambuco, 10 de mar. 2009. Disponível em:  
<<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%2891661.NUME.+OU+91661.ACMS.%29%28SEGUNDA.SESS.%29&base=baseAcordaos&url=http://tinyurl.com/m37h42y>> Acesso em: 29 set. 2013.

CAPEZ, F. **Curso de Processo Penal**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

FEITOZA, D. **Direito Processual Penal**: teorias, crítica e práxis. 5. ed. Niterói, RJ: Impetus, 2008.

FELDENS, L; SCHMIDT, A. Z. **Investigação Criminal e ação penal**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

GONÇALVES, E. S. **O Ministério Público no Estado democrático de Direito**. Fortaleza: ABC Fortaleza, 2000.

LOPES JUNIOR, A. **Sistemas de investigação preliminar no Processo Penal**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

MARCÃO, R. F. **Investigação criminal promovida pelo Ministério Público**. Revista Jurídica Lex, 2012, v. 59. Disponível em:  
<<http://www.conamp.org.br/Lists/artigos/DispForm.aspx?ID=198>> Acesso em: 22 set. 2013.

MIRABETE, J. F. **Processo Penal**. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

RANGEL, P. **Investigação criminal direta pelo Ministério Público**: Visão crítica. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RODRIGUES, L. **Entenda o que é a PEC 37**. Portal EBC. 2013. Disponível em:  
<<http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/06/entenda-o-que-e-a-pec-37>> Acesso em: 02 out. 2013.



## VIAGEM PELOS CLÁSSICOS PARA PENSAR A EDUCAÇÃO

Autor: Vânia Maria Alves (vania.alves@ifpr.edu.br)  
Instituto Federal do Paraná – IFPR, Câmpus Palmas

Autor: Anelize Tatiana Moreira (anelize-tatiana@hotmail.com)  
Instituto Federal do Paraná – IFPR, Câmpus Palmas

Autor: Carmem Waldow (carmem.waldow@ifpr.edu.br)  
Instituto Federal do Paraná – IFPR, Câmpus Palmas

Autor: Cleomara Alves de Mello (cleomara1985@hotmail.com)  
Instituto Federal do Paraná – IFPR, Câmpus Palmas

Autor: Eveline de Fátima Paim (eveline\_paim@hotmail.com)  
Instituto Federal do Paraná – IFPR, Câmpus Palmas

**Resumo Expandido:** A proposta acadêmica Viagem pelos clássicos para pensar a Educação, desenvolvida como projeto de extensão, é parte integrante do Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social (PBIS) do Instituto Federal do Paraná (IFPR), Câmpus Palmas. O objetivo é oportunizar aos alunos bolsistas a garantia da permanência no Instituto, bem como, a possibilidade de conhecer e aprofundar o pensamento dos principais clássicos da Educação, por meio do estudo de suas obras. De acordo com Calvino (1993, p. 11;12) “Um clássico é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer; são livros que, quanto mais pensamos conhecer por ouvir dizer, quando são lidos de fato mais se revelam novos, inesperados, inéditos”. Com a contribuição dos professores responsáveis por ministrar as diferentes matérias, as acadêmicas realizaram um levantamento dos principais autores clássicos e de suas respectivas obras, em cada disciplina e, com a orientação das coordenadoras da proposta acadêmica, fizeram a seleção de algumas obras que foram estudadas e apresentadas em forma de seminários, ao final do semestre letivo. Assim, a execução da proposta seguiu alguns passos, conforme apresentados na sequência: Levantamento dos principais autores clássicos das disciplinas em curso, realizando um quadro sinóptico com os dados da vida e obra dos autores, por área do conhecimento; leitura de uma obra clássica de cada disciplina em estudo; preparação e realização semestral de seminário para socialização das obras estudadas, com a participação dos estudantes do curso de Pedagogia; avaliação dos trabalhos realizados e elaboração de relatórios parciais das atividades desenvolvidas durante a vigência da proposta. O projeto seguiu os pressupostos da *metodologia qualitativa*, isto é, conforme explicita Netto (2011), o método de pesquisa qualitativa, de acordo com a perspectiva marxiana, leva em conta as categorias da totalidade, da contradição e da mediação. Segundo Marx (1974 apud NETTO, 2011, p. 22), "o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto". Desse modo, o papel do pesquisador é relevante no processo de pesquisa, pois

19 e 20 de novembro de 2013

ISSN: 2237-700X

Página 150

deve ir “além da aparência fenomênica, imediata e empírica” (p. 22). Em sua efetivação, a proposta foi basicamente pautada na *pesquisa bibliográfica* que, de acordo com Koche (1997, p. 122) “abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo e seu objetivo principal é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto”. Dessa forma, as acadêmicas puderam consultar as obras dos autores clássicos, bem como, os comentadores das referidas obras, para esclarecimento e aprofundamento no processo de apropriação dos conteúdos estudados. As diversas disciplinas e áreas do curso de Pedagogia possuem um rico acervo de autores e pesquisadores que problematizam e discutem a educação na perspectiva sociológica, histórica, filosófica, ética, política, psicológica, didático-metodológica, entre outras. Por meio das atividades relacionadas ao projeto as acadêmicas bolsistas puderam ampliar seus conhecimentos, sobretudo apropriar-se das teorias elaboradas por alguns dos autores clássicos mais importantes do campo educacional, o que certamente contribuiu para uma formação qualificada, com vistas à sua atuação profissional como docentes, gestores e pesquisadores da Educação, conforme previsto no Projeto Político-Pedagógico do curso de Pedagogia. Além disso, o desenvolvimento das atividades também contribuiu para que os alunos pudessem aprender e aprofundar as habilidades da leitura, problematização, análise e síntese de obras mais complexas, possibilitando uma maior autonomia intelectual e acadêmica.

**Palavras-chave:** Educação. Clássicos da Educação. Pesquisa acadêmica.

## CSA- A PENALIZAÇÃO DA CORRUPÇÃO ATIVA E PASSIVA NO BRASIL: REFORMAS DO NOVO CÓDIGO PENAL

Autor: Sarita Andrea Braghini (saritadebiazi@hotmail.com.)  
Instituto Federal do Paraná- Palmas

Autor: Candida Joelma Leopoldino (candida.leopoldinol@ifpr.edu.br)  
Instituto Federal do Paraná- Palmas

**Resumo:** O presente estudo trouxe como tema a corrupção no Brasil, sua contextualização e a modalidade com a qual é apresentada no Código Penal: corrupção ativa e passiva. O estudo desses delitos penais contempla os artigos 317 e 333 do Código Penal bem como as reformas previstas para o novo Código Penal. Foram também abordados a importância dessa reforma para a sociedade e para a função social do Direito Penal. Dentre as reformas propostas destacou-se o fim da distinção entre os crimes de corrupção ativa e passiva, a introdução do crime de corrupção ativa e passiva entre particulares. Foi também elencado a recente aprovação de inclusão dos crimes de corrupção ativa e passiva no rol dos crimes classificados como hediondos.

**Palavras-chave:** Corrupção ativa e passiva. Reformas, Código Penal.

**Abstract:** The present study is about corruption in Brazil, its context and the mode in which it is presented in the Brazilian penal code: active and passive corruption. The study of these criminal offenses includes articles 317 and 333 of the Penal Code as well as the reforms planned for the new one. It was also discussed the importance of this reform for society and the social function of criminal law. Among the proposed reforms stood out the end of the distinction between the crimes of active and passive corruption, the introduction of these crimes among individuals. It was also listed the recent approval to include the active and passive corruption in the list of crimes classified as heinous.

**Keywords:** active and passive corruption. Reforms, Penal Code.

### 1 Introdução

Os estudos e debates sobre a corrupção são uma constante na sociedade brasileira. A corrupção faz parte de nossa sociedade, sendo que o desrespeito e a impunidade tomam conta dos entes públicos. Cada vez mais crimes de corrupção ativa e passiva são cometidos dentro das instituições públicas e os responsáveis são infamamente punidos.

As notícias sobre corrupção vêm sendo veiculadas frequentemente na imprensa, mais especificamente, em manchetes sobre compra de votos de parlamentares, desvio de verbas, favorecimento em licitações e outras formas de

corrupção. O recente julgamento do mensalão pelo STF incitou mais uma vez a discussão sobre esse tema, levando a sociedade a discutir as formas de penalização impostas aos culpados.

A tarefa de modernizar a legislação penal, aproximando-a da realidade criminal do país, nos leva a questionamentos sobre o controle e a punibilidade da corrupção ativa e passiva no Brasil. Essa discussão torna relevante o estudo sobre as mudanças propostas no Código Penal e nos projetos de lei sobre a penalização dos crimes de corrupção ativa e passiva.

O artigo contempla estudo sobre os artigos 317 (corrupção passiva) e 333 (corrupção ativa) do Código Penal vigente, sendo apresentado a visão e o entendimento doutrinário desses delitos.

São analisadas também as funções do Direito Penal e em seguida, discorre-se sobre as reformas previstas para o novo Código Penal no que tange ao crime de corrupção ativa e passiva, sendo elencadas as principais mudanças referentes a esses crimes.

Entre as reformas discutidas no Código Penal, encontra-se o fim da distinção entre os crimes de corrupção ativa e passiva. Também a aprovação da proposta que torna crime a corrupção ativa e passiva entre particulares e não somente quando há agente público envolvido, como previsto em nosso Código atual.

São abordados ainda o conceito e a caracterização dos crimes hediondos e a proposta de enquadramento dos crimes de corrupção ativa e passiva como crime hediondo, que recentemente foi aprovada pelo Senado Federal.

## **2 Desenvolvimento: O crime de Corrupção**

A corrupção afeta a vida dos brasileiros, sua prática não é não um mal recente, mas uma constante na História da humanidade. A corrupção no nosso ordenamento jurídico se apresenta em duas modalidades, que são os artigos 317 (corrupção passiva) e 333 (corrupção ativa) do Código Penal.

No entendimento do conceito da palavra corrupção pode-se dizer que corresponde a uma ação de depravar, estragar, destruir, podendo ser relacionado a um desvio de comportamento, de atuação do indivíduo, caracterizado pela falta de honestidade, elemento esse imprescindível para o desempenho das funções públicas.

A corrupção atinge os setores públicos e privados da sociedade, tendo como característica a busca de vantagens e o comportamento ilícito. De acordo com Prado (2006, p. 371): “Na órbita da função pública, “corrupto” é o agente que faz uso de sua função para atender finalidade distinta do interesse público, movido pelo objetivo de alcançar vantagem pessoal”.

### **2.1 Corrupção Passiva e Ativa no Código Penal Vigente**

Quando se fala em crime de corrupção a legislação brasileira atual apartou as figuras da corrupção em ativa e passiva, considerando-as em capítulos e artigos separados por entender tratar-se de delitos distintos. Para Bitencourt (2012, p. 109):

Essa opção do legislador, tratando as espécies de corrupção ativa e passiva, como crimes autônomos, facilita sua punibilidade, os quais, nas modalidades de solicitar(passiva) e

### III Contextos e Conceitos

## Mostra de Produção Científica e Extensão

## Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas

oferecer(ativa), por exemplo, independem da anuência do particular ou do funcionário público, respectivamente, para consumerem-se [...].

A corrupção passiva é um crime praticado contra a administração pública, sendo previsto no artigo 317 do Código Penal Brasileiro, e tem uma especificidade peculiar, somente o funcionário público pode ser o sujeito ativo desse crime.

No que se refere ao crime de corrupção passiva, dispõe o artigo 317 do Código Penal (BRASIL, 1940):

Art. 317 – Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, ou antes, de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem: Pena- reclusão, de 2 ( dois) a 12 ( doze) anos, e multa.

§1º A pena é aumentada de 1/3 (um terço), se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.

§2º Se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem: Pena- detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa.

Nesta espécie de corrupção o próprio funcionário solicita ou recebe para si ou para outra pessoa vantagem indevida, ou até mesmo aceita promessa de tal vantagem, sendo que isso só é possível em razão da função em que ocupa.

Entende-se que o agente público mesmo estando fora do exercício de sua função, ou mesmo antes de assumi-la pode praticar o crime de corrupção passiva, bem como versa o doutrinador Fazzio Júnior (2002, p. 166):

Aqui, em todos os casos, o agente público realiza-a, quando solicita ou recebe, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, ou antes, de assumi-la, mas sempre em razão dela, vantagem indevida, se aceita promessa de tal vantagem.

A previsão deste artigo objetiva uma administração pública pautada nos princípios constitucionais da moralidade e da probidade.

Procura-se com o dispositivo penal impedir que os funcionários públicos passem no desempenho de sua função, a receber vantagens indevidas para praticar ou deixar de praticar atos de ofício. A corrupção afeta o correto desempenho da função pública e, por conseguinte, o desenvolvimento regular da atividade administrativa. (CAPEZ, 2012, p. 502).

Outra forma de corrupção a ser descrita no Código Penal brasileiro (BRASIL, 1940), (redação dada pela Lei nº 10.763/2003) é a Corrupção Ativa, que pode ser entendida como o crime praticado por particular contra a Administração Pública.

Art. 333 - Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício:

### III Contextos e Conceitos

## Mostra de Produção Científica e Extensão

## Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 10.763, de 12.11.2003)

Parágrafo único - A pena é aumentada de 1/3 ( um terço), se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou omite ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional.

Compreende a uma espécie de suborno, promessa, oferecida ao funcionário público para que o mesmo pratique ou deixe de praticar algum ato de ofício.

Conforme Greco (2011, p. 944):

O núcleo oferecer deve ser entendido no sentido de propor, apresentar uma proposta para entrega imediata, uma vez que o verbo prometer, também constante do art. 333 do Código Penal, nos dá a entender que essa proposta, esse oferecimento seja para o futuro. Tratando-se de um crime de forma livre, a corrupção ativa pode ser praticada por diversos meios, a exemplo de sinais, gestos, escritos, conversas explícitas, etc.

A corrupção ativa, o é um crime considerado comum, pode ser cometido por qualquer individuo que oferece ou promete vantagem indevida, sendo possível de ser cometido até mesmo por funcionário público, desde que ele atue como particular.

Os dois tipos penais em questão, são muito semelhantes e para alguns doutrinadores, poderiam ser tratados como um só crime, levando-se em conta o concurso de agentes, porém, esta não foi a opção do legislador, que separou os tipos penais.

Trata-se de caso de exceção pluralista ao princípio unitário que norteia o concurso de agentes. Poderia haver um só delito para corruptor e corrupto. O legislador brasileiro, entretanto, para que uma infração não fique na dependência da outra, podendo punir separadamente os dois sujeitos, ou um só, descreveu dois delitos de corrupção: passiva (do funcionário; art. 317 do CP) e ativa (do terceiro; art. 333). A o contrário do que se afirma, há concurso de agentes entre corruptor e corrupto. Só que o legislador, ao invés de adotar o princípio unitário, resolver aplicar o pluralista: um delito para cada autor. (JESUS, 2003, p. 233).

De modo geral, pode-se afirmar que não há consenso na doutrina sobre a bilateralidade ou distinção dos crimes de corrupção ativa e passiva. Grande parte da doutrina defende que esses crimes são uma exceção à teoria monística da ação (quem concorre para o crime responde pelo mesmo crime), que foi adotado pelo nosso Código Penal.

Essa falta de consenso fez com que os artigos previstos para os crimes de corrupção ativa (333 do CP) e passiva (317 do CP) fossem objeto de estudo dos juristas responsáveis pelas reformas do novo Código Penal, tema esse abordado no próximo capítulo desse trabalho.

### 3 As reformas no Código Penal sobre a corrupção ativa e passiva



O anteprojeto do novo Código Pena traz significativas mudanças no que se refere ao crime de corrupção. Entre elas temos o fim da distinção entre os crimes de corrupção ativa e passiva, a criação de um artigo que torna crime a corrupção ativa e passiva entre particulares e não somente quando há agente público envolvido e o enquadramento das modalidades de corrupção como crime hediondo.

### 3.1 ANTEPROJETO DO NOVO CÓDIGO PENAL

Os doutrinadores majoritariamente ensinam que a finalidade do direito penal é proteger os bens jurídicos que são fundamentais à sociedade e não podem ser tutelados por outros ramos do direito.

O direito trata a todos de forma igualitária e visa proteger os cidadãos bem como deve ser aplicado, de maneira igual, a todos os que violarem as suas regras, normas, sendo que todo sujeito que praticar um crime receberá o mesmo tratamento penal, tendo direito ao contraditório e a ampla defesa e se condenado, sofrendo as sanções penais cabíveis.

Mirabete (2008, p. 1) define:

Direito penal é a reunião de normas jurídicas pelas qual o Estado proíbe determinadas condutas, sob ameaça de sanção penal, estabelecendo ainda os princípios gerais e os pressupostos para a aplicação das penas e das medidas de segurança.

Verifica-se então que o direito penal é o ramo do direito indispensável para a segurança e proteção da sociedade e dos cidadãos, contra a prática de crimes, visando atender e cumprir com a sua função social do sistema jurídico penal.

No que se refere à função social do sistema penal, o sistema penal visa criminalizar, de forma seletiva, os marginalizados, Zaffaroni e Pierangeli (2004, p. 76) asseveram:

[...] quando os outros meios de controle social fracassam o sistema não tem dúvida em *criminalizar pessoas dos próprios setores hegemônicos*, para que estes sejam mantidos e reafirmados no seu rol, e não desenvolvam condutas prejudiciais à hegemonia dos grupos a que pertencem, ainda que tal fenômeno seja menos frequente (criminalização de pessoas ou de grupos contestadores pertencentes às classes média e alta). Também, em parte, pode-se chegar a casos em que a criminalização de marginalizados ou contestadores não atenda a nenhuma função em relação aos grupos a que pertencem, mas unicamente sirvam para levar uma *sensação de tranquilidade aos mesmos setores hegemônicos*, que podem sentir-se inseguros por qualquer razão (geralmente, por causa da manipulação dos meios massivos de comunicação).

Para efetivação da função social do direito penal, foi criado um conjunto de normas jurídicas que chamamos de código e no que se refere ao o direito penal, temos o Código Penal do ano de 1940. Este código é dividido em duas partes, parte geral e parte especial, sendo que os objetos de estudo deste trabalho encontram-se elencados na parte especial.

O atual Código Penal brasileiro foi instituído pelo Decreto-Lei nº 2.848, de setembro de 1940, entrando em vigor em 1942, este código visa traduzir o entendimento da sociedade, e ajustar a conduta do cidadão à norma jurídica (BRASIL, 1940).

É interessante notar que ao longo de todo esse período o diploma acima referido sofreu poucas alterações mesmo diante das evidentes mudanças sociais ocorridas no País e tendo em vista a nova ordem constitucional vigente.

Como a sociedade não é imutável e as condutas do cidadão sofreram transformações, o Código Penal passou a não responder às exigências atuais da sociedade, não sendo mais possível o ajuste de conduta deste cidadão às normas jurídicas, tornando indispensável uma adaptação, reformulação do código penal.

Essa reformulação sofreu tentativas infrutíferas, no decorrer das últimas décadas, principalmente devido ao período de regime militar que o Brasil enfrentou. Dentre os estudos realizados nesse período, somente a Parte Geral foi revista e transformada na Lei 7209, de 11 de julho de 1984 e a Parte Especial, apesar das tentativas, somente agora está sendo analisada de forma significativa por uma comissão de juristas que foi formada com o objetivo de analisar e apresentar mudanças ao código penal.

O anteprojeto do novo Código Penal foi construído por uma comissão formada por dezessete juristas e foi presidido pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Gilson Dipp. Segundo o relatório final do anteprojeto encaminhado ao presidente do Senado:

A Comissão realizou, nos sete meses de sua atividade, vinte e quatro reuniões, nas salas próprias da Ala das Comissões deste Senado Federal, conforme atas que ficam fazendo parte integrante deste relatório final. Foram realizadas audiências públicas em São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro e Porto Alegre, bem como seminários em Aracaju e Cuiabá, que contaram com contribuições da comunidade jurídica e acadêmica, além de significativa presença de representantes da sociedade civil. Em espaço reservado na página do Senado Federal na *internet*, o “Alô Senado”, se permitiu a toda a cidadania brasileira que enviasse sugestões para a reforma do Código Penal, que recebeu, ao todo, quase três mil proposições. As sugestões foram organizadas por temas e foram de grande utilidade, além de indicar as maiores preocupações da sociedade brasileira. Entidades comunitárias e representativas da sociedade fizeram também sugestões, encaminhadas diretamente à Presidência e à Relatoria Geral dos Trabalhos. (BRASIL, 2012, p. 2).

A comissão de reforma destacou que aceitou as seguintes tarefas:

a) modernizar o Código Penal; b) unificar a legislação penal esparsa; c) estudar a compatibilidade dos tipos penais hoje existentes com a Constituição de 1988, descriminalizando condutas e, se necessário, prevendo novas figuras típicas; d) tornar proporcionais as penas dos diversos crimes, a partir de sua gravidade relativa; e) buscar formas alternativas, não prisionais, de sanção penal (BRASIL, 2012, p.3).

É importante destacar que diante das leis analisadas, para os autores do anteprojeto do novo Código Penal, os critérios utilizados para elaboração do mesmo formam:

[...] um conjunto que concebe um direito penal mais voltado para a sua funcionalidade social, em sentido forte, conjuntamente com o respeito à dignidade da pessoa humana – ou seja, um sistema em perfeita sintonia com a Constituição de 1988, e que traduz uma leitura rigorosa do constitucionalismo penal. (BRASIL, 2012, p.6)

O texto está em tramitação, devendo ser transformado em lei, até o final deste ano. Dentre as reformas previstas no novo Código este trabalho está centralizado nas mudanças previstas para o enquadramento dos crimes de corrupção ativa e passiva.

Dentre as mudanças no crime de corrupção os juristas aprovaram o texto que cria a corrupção privada e também o enriquecimento ilícito do funcionário público, que é comprar um bem de valor incompatível com a renda.

### **3.2 Fim à distinção entre corrupção passiva e ativa e a criminalização da corrupção no setor privado**

Entre as reformas discutidas no Código Penal, uma delas é o fim da distinção entre os crimes de corrupção ativa e passiva. Como destacado no capítulo 2 deste trabalho, quando se fala em crime de corrupção a legislação brasileira atual, separou as figuras da corrupção em ativa e passiva, considerando-as em capítulos e artigos separados por entender tratar-se de delitos distintos. No anteprojeto do novo Código Penal, não mais existe esta distinção.

No novo Código Penal (BRASIL, 2012, p. 123), os artigos 317 (corrupção passiva) e 333 (corrupção ativa), foram substituídos pelo artigo 276 que tem a seguinte redação:

#### Corrupção Passiva

Art. 276. Exigir, solicitar, receber ou aceitar promessa de receber, para si ou para outrem, vantagem indevida, direta ou indiretamente, valendo-se da condição de servidor público.

Pena – prisão, de 3 a 8 anos.

§ 1º A pena é aumentada de até um terço, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.

#### Corrupção ativa

§ 2º Nas mesmas penas do *caput* e do parágrafo primeiro incorre quem oferece, promete, entrega ou paga a servidor público, direta ou indiretamente, vantagem indevida.

#### Corrupção ativa em transação comercial internacional

§ 3º Nas mesmas penas do *caput* e do parágrafo primeiro incorre quem oferece, promete, entrega ou paga vantagem indevida para determinar servidor público estrangeiro a praticar, omitir ou retardar ato de ofício relacionado à transação comercial internacional.

Na exposição dos motivos os juristas que elaboraram as reformas do Código Penal, assim justificam as mudanças e o fim da distinção dos crimes praticados por funcionários públicos e os praticados por particulares:

O fim da distinção entre crimes praticados por funcionários e crimes praticados por particulares. O prestígio, a regularidade da administração pública e o patrimônio da sociedade são os bens jurídicos tutelados pelos crimes contra a administração. O Código Penal vigente houve por bem distinguir estes crimes em dois capítulos, o dos crimes dos funcionários e o dos crimes dos particulares. Esta distinção não se revelou útil, criando crimes próprios de servidores ou não servidores, como se uns não pudessem praticar os crimes dos outros ou se a condição de servidor público fosse sempre estável e permanente. De melhor técnica é a indicação, em cada tipo penal, das exigências para que alguém possa ser sujeito ativo da conduta ali descrita. (BRASIL, 2012, p. 366).

Quanto à unificação dos crimes de corrupção ativa e passiva descritas no Título X- Dos crimes contra a administração pública ainda analisam:

Unificando estes capítulos, foi possível reescrever a tipificação do crime de corrupção, unindo a versão ativa e a passiva, demonstrando o comum caráter bilateral e colaborativo deste crime, agregando, ainda mais, os elementos típicos da concussão. A unificação tornou igualmente desnecessária a previsão de capítulo autônomo para os crimes praticados por estrangeiros. (BRASIL, 2012, p. 366).

No que se referem às penas as alterações sugeridas são assim justificadas: “As penas foram alteradas, quando necessário para prover equilíbrio e proporção adequada. Assim é que a corrupção teve o seu mínimo (atualmente dois anos) majorado para três, e seu máximo (doze anos, atuais) trazido para oito.” (BRASIL, 2012, p. 368).

A comissão de reforma do Código Penal também aprovou a proposta que torna crime a corrupção ativa e passiva entre particulares e não somente quando há agente público envolvido, como previsto em nosso Código Penal atual (BRASIL, 1940). Na proposta da comissão de juristas, o artigo terá o seguinte teor:

#### Corrupção entre Particulares

Art. 167. Exigir, solicitar, aceitar ou receber vantagem indevida, como representante de empresa ou instituição privada, para favorecer a si ou a terceiros, direta ou indiretamente, ou aceitar promessa de vantagem indevida, a fim de realizar ou omitir ato inerente às suas atribuições.

Pena – prisão, de 1 a 4 anos.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem oferece, promete, entrega ou paga, direta ou indiretamente, vantagem indevida, ao representante da empresa ou instituição privada. (BRASIL, 2012, p. 309).

Busca-se com esse artigo punir não só o servidor público corrupto, mas todo funcionário que objetiva vantagem indevida, tipificando como crime a corrupção no setor privado. A pena para o crime de corrupção ativa e passiva entre particulares, está prevista de um a quatro anos e multa.

### **3.3 A corrupção ativa e passiva como crime hediondo**

No entendimento da maioria dos doutrinadores, crime é um fato típico, antijurídico e culpável, para a palavra hediondo não existe uma definição, um conceito legal.

Hediondo é o crime que causa indignação moral pela forma de execução ou pela gravidade do resultado. Para Lúcio (1999, p. 27):

Crime hediondo é aquele que pode ter vários sinônimos, como: depravado, repugnante, sórdido, imundo, repelente, asqueroso, repulsivo, horroroso, horrendo, horrível, sinistro, pavoroso, medonho, abjeto, etc., no entanto, da forma que ficou estabelecido na Constituição Federal de 1988, lembrando que esta é a primeira vez que uma Constituição Brasileira traz a lume o tema, pois as anteriores em nenhum momento previram a hediondez como crime, não nos trouxe uma definição correta, fazendo simplesmente um menção de que os crimes definidos hediondos por lei ordinária, serão insuscetíveis de fiança, graça e anistia.

Com o aumento da criminalidade no Brasil e principalmente do tráfico de entorpecentes, na década de 70 e 80 foram criadas algumas leis para tentar controlar a violência que assombrava o país. Como uma resposta ao aumento dessa criminalidade o legislador constituinte, de 1988, introduziu no capítulo de direitos e garantias individuais da Constituição Federal (BRASIL, 1988) o inciso XLIII no artigo 5º, prescrevendo que:

[...] a lei considerará inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática de tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.

Segundo Leal (1996, p. 14):

Verifica-se que o Constituinte de 88 tomou a iniciativa de considerar a tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e o terrorismo como uma espécie maior, imperativa e categórica de crime profundamente repugnante e, portanto, merecedora de uma reação punitiva especificamente mais severa (inafiançabilidade e insuscetibilidade de graça ou anistia). São crimes constitucionalmente hediondos. Ao mesmo tempo, a Carta magna facultou ao legislador ordinário a iniciativa de rotular outras infrações penais com a marca jurídica da hediondez absoluta e legalmente presumida.



Baseado no texto constitucional, o legislador aprovou a Lei nº8. 072/90 que definiram quais eram os crimes considerados hediondos. A lei de crimes hediondos não estabeleceu novos tipos penais, mas apuraram da norma legal já existente alguns tipos penais e os qualificou com o adjetivo hediondez.

O legislador ordinário não se preocupou em estabelecer uma linha central de definição desse crime, mas sim “[...] optou pela pura e simples rotulação de tipos preexistentes: o crime é hediondo porque faz parte do elenco enumerado na lei, e não porque apresenta características próprias, devidamente explicitadas”. (FRANCO, 2000, p.45).

Depois de mais de duas décadas da edição de uma lei mais severa, nota-se que a tentativa do legislador de obter o controle da ordem através dela mostrou-se ineficaz, a violência no país aumentou, expandindo-se e crescendo em todas as regiões.

Analisando de forma sintética o que foi descrito sobre o crime hediondo e sobre corrupção, é necessário tentar qualificar esta última na tipificação penal de crime hediondo.

O senador Pedro Taques, apresentou em 2011 ao senado federal o projeto de lei nº 204/2011, que visa estabelecer no rol de crimes hediondos o crime de corrupção. Sobre o projeto o senador argumenta:

O projeto que ora se propõe tem como objetivo dar um primeiro passo no sentido de operar mudanças nas diretrizes do Direito Penal Brasileiro. Isso porque, há muito se sabe que a nossa legislação infraconstitucional e, em especial o Código Penal, influenciado pelos ideais do liberal-individualismo, tem dado respostas duras e diretas aos crimes contra a pessoa e contra o patrimônio individual, deixando quase a descoberto a proteção dos interesses difusos dos cidadãos e atenuando as penalidades aos delitos contra o patrimônio público.

Essa situação tem, inclusive, gerado uma sensação de que crimes hediondos são apenas aqueles cometidos com violência física direta, ocasionando repulsa nos cidadãos em razão dessa violência. (BRASIL, 2011, p.2)

Segue justificando ainda:

[...] a mudança paradigmática que se busca, intenta mudar essa imagem, pois entende-se que, para além dos delitos já tradicionalmente entendidos como hediondos, deve-se perceber a gravidade dos crimes que violem direitos difusos, coletivos e que atingem grandes extratos da população. (BRASIL, 2011, p.3)

O senador defende a ideia do enquadramento dos crimes de corrupção ativa e passiva e a concussão como crime hediondo, pois entende que a corrupção que leva ao desvio do dinheiro público, atinge milhares de pessoas, que morrem por falta de atendimento e políticas públicas adequadas que garantam os direitos fundamentais do cidadão. Taques afirma:

Ora, é cediço que a efetividade da Constituição reclama uma proteção suficiente dos bens jurídicos mais relevantes, o que inclui



os de natureza transindividual, difusa e coletiva, pois é sabido que, com o desvio de dinheiro público, com a corrupção e suas formas afins de delitos, faltam verbas para a saúde, para a educação, para os presídios, para a sinalização e construção de estradas, para equipar e preparar a polícia, além de outras políticas públicas. (BRASIL, 2011, p.4)

Dentre as principais alterações propostas pelo Projeto de Lei N.º 5.900 de 2013, está à adição do inciso VIII no art. 1º na Lei nº 8.072 de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos) para prever os delitos de concussão, corrupção passiva e corrupção ativa como crimes hediondos e o aumento da pena dos delitos previstos nos artigos nº 316, 317 e 333 do Código Penal (BRASIL, 1940).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VIII:  
[...] “Corrupção passiva  
Art. 317.

.....  
Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 12 (doze) anos, e multa.

.....  
§ 3º A pena é aumentada em até 1/3 (um terço) na hipótese de expressivo dano causado por agente político ou ocupante de cargo efetivo de carreira de Estado.” (NR)  
“Corrupção ativa  
Art. 333.

.....  
Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 12 (doze) anos, e multa.  
§ 1º

.....  
§ 2º A pena é aumentada em até 1/3 (um terço) na hipótese de expressivo dano causado por agente político ou ocupante de cargo efetivo de carreira de Estado.” (NR) (BRASIL, 2013)

O projeto que torna a corrupção crime hediondo e o aumenta das penas impostas a esses crimes foi aprovado pelo senado (Projeto de Lei 5.900/13) e está sendo analisado e pronto para ser votado, em regime de urgência, pelo plenário da Câmara dos deputados. O texto não é consenso entre especialistas e a maioria dos membros da comissão de juristas que elaborou o anteprojeto do novo Código Penal, rejeitou essa proposta.

#### **4 Considerações Finais**

O Brasil enfrenta mais uma vez uma crise política e social, sendo a corrupção o tema central dessa crise. Os manifestos que ocorreram nos últimos meses, que inicialmente começaram por conta do aumento das tarifas de ônibus, revelaram o alto grau de descontentamento da população brasileira e a indignação de toda a sociedade frente aos escândalos de corrupção responsáveis por desvio do dinheiro público. Essa situação como foi vista no decorrer deste trabalho, é uma constante nos mais de 500 anos de história do Brasil.

O combate à corrupção, nas modalidades previstas no Código Penal, ativa e passiva, objeto de estudo deste trabalho, mostra-se insuficientes até o momento, sendo que as sanções impostas não coíbem os corruptos da prática do crime.

A reforma do novo Código Penal visa o fim da distinção dos crimes de corrupção ativa e passiva, unificando-as em um único tipo penal. A bilateralidade desses crimes irá permitir que as provas válidas para a corrupção passiva sejam servir também utilizadas para a ativa, facilitando a punição dos corruptores, sendo esses até o momento, os que menos são punidos. Essa mudança facilitará o entendimento e a aplicação da lei no que se refere a esses delitos penais. Pois dentro da lógica, se configurado e executado o crime de corrupção passiva, também está configurado a corrupção ativa, pois não existe corrupto, sem corruptor.

Outra inovação prevista no novo Código Penal é a configuração do crime de corrupção ativa e passiva entre particulares e não somente quando há agente público envolvido, prevista no artigo 167 do novo Código. Essa inovação visa ser eficaz para o combate de uma prática, bastante frequente, mas que até o momento não era considerada como crime. É conhecido que exigir solicitar, aceitar ou receber vantagem indevida em razão de sua função, de sua atribuição, não acontece somente nos departamentos públicos, mas também nas empresas privadas.

Quanto ao aumento das penas e o enquadramento do crime de corrupção ativa e passiva como crime hediondo é difícil avaliar se haverá eficácia. Aumentar as penas e incluí-la no rol de crimes hediondos, não será garantia de redução do crime de corrupção. Mesmo antes da mudança na penalização desses crimes, poucos foram os condenados, mesmo o regime sendo mais brando.

Não há o que se discutir quanto à hediondez desses crimes, pois o dinheiro desviado, principalmente dos cofres públicos, poderia estar sendo utilizado para a saúde, para a educação, para acabar com a miséria, etc. Mas, aumentar as penas não é garantia de inibição do crime, não adianta ter leis severas se não houver maior punibilidade. Poucos realmente foram os grandes corruptos, os de colarinho branco, que foram punidos. Diante do alto índice de corrupção que tem nosso país, nosso precário sistema carcerário não está preparado para receber tantos criminosos.

A aprovação da corrupção como crime hediondo, foi simplesmente, uma tentativa de resposta do legislativo, ao clamor popular das recentes manifestações, contra a corrupção, não houve estudo da viabilidade e eficácia da mesma.

Para uma significativa redução da corrupção é necessário uma reforma política, administrativa, social, judiciária, bem como uma conscientização moral e ética, tanto do funcionalismo público quanto da população brasileira. As penas de multa devem ser mais severas, o dinheiro roubado, este sim, deve ser devolvido aos cofres públicos.

## Referências

BITENCOURT, C.R. **Tratado de direito penal**: dos crimes contra a administração pública, dos crimes praticados por prefeitos. 6. ed., São Paulo: Saraiva, 2012.

BRASIL, **Código Penal**. 5 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

BRASIL. Congresso. Senado. **Anteprojeto de lei**. Relatório Final que inclui o histórico dos trabalhos, o anteprojeto de novo Código Penal e a exposição de motivos das propostas efetuadas. Disponível em:  
<<http://www12.senado.gov.br/noticias/Arquivos/2012/06/pdf-veja-aqui-o-anteprojeto-da-comissao-especial-de-juristas>>. Acesso em: 13 ago. 2013.

BRASIL. Congresso. Senado. **Projeto de Lei do Senado N.º 204, de 2011**. Adiciona o inciso VIII no art. 1º na Lei nº 8.072 de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos) para prever os delitos de concussão, corrupção passiva e corrupção ativa como crimes hediondos e aumenta a pena dos delitos previstos nos arts. nº 316, 317 e 333 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=89409&tp=1>>. Acesso em: 13. ago. 2013.

BRASIL. Congresso. Senado. **Projeto de Lei N.º 5.900, de 2013**. Altera o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para prever os delitos de peculato, concussão, excesso de exação, corrupção passiva e corrupção ativa, além de homicídio simples e suas formas qualificadas, como crimes hediondos; e altera os arts. 312, 316, 317 e 333 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para aumentar a pena dos delitos neles previstos. Disponível em:  
<[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=E08587BD96D16B90613999EEBB751E59.node2?codteor=1107198&filename=Avulso+PL+5900/2013](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=E08587BD96D16B90613999EEBB751E59.node2?codteor=1107198&filename=Avulso+PL+5900/2013)>. Acesso em: 13. ago. 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 13 ago. 2013.

CAPEZ, F. **Curso de direito penal**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FAZZIO JÚNIOR, W. **Corrupção no poder público: peculato, concussão, corrupção passiva e prevaricação**. São Paulo: Atlas, 2002.

FRANCO, Alberto Silva. **Crimes hediondos**. 4. ed. São Paulo: RT, 2000.

GRECO, R. **Código penal comentado**. 5. ed. Niterói: Impetus, 2011.

JESUS, D.E. de. **Direito penal: parte especial**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

LEAL, J. J. **Crimes hediondos: aspectos político, jurídicos da Lei nº 8.072/90**. São Paulo: Atlas, 1996.

LÚCIO, V.C. **Crimes hediondos**. São Paulo: Edipro, 1999.

MIRABETE, J. F.; FABBRINI, R. N. **Manual de Direito Penal**. São Paulo: Editora Atlas S.A. 2008.

PRADO, L. R. **Curso de direito penal brasileiro**. 4 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

ZAFFARONI, E. R.; PIERANGELI, J. H. **Manual de Direito Penal Brasileiro: parte geral**. 5.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

## PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO NAS INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS

Autor: Carlos Henrique Boechat da Silva (carloshenriqueboechat@yahoo.cm.br)  
Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas

Autor: Candida Joelma Leopoldino (candida.leopoldino@ifpr.edu.br)  
Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas

**Resumo:** Analisou-se no presente trabalho a aplicação do regime de afetação na atividade da incorporação imobiliária. Preliminarmente, discorreu-se sobre a incorporação imobiliária, a figura do incorporador, o patrimônio de afetação e a relação de consumo, finalizando com a análise dos procedimentos para eficácia do patrimônio de afetação desde sua instituição, o papel da comissão de representantes, passando pelas medidas necessárias quando da falência do incorporador, terminando com a extinção deste regime.

**Palavras Chaves:** patrimônio de afetação, incorporação, incorporador, relação de consumo.

**Abstract:** In this study, it was analyzed the application of granting of affectation in the activity of real estate development. Preliminarily, it was explained about the real estate, the figure of the developer, the appropriated assets and consumer relationship, ending with the analysis of procedures for effectiveness the appropriated assets since its institution, the role of the representatives committee, through the necessary steps when the happens the developer bankruptcy, ending with the scheme extinction.

**Key Words:** appropriated assets, incorporation developer, consumer relationship.

### 1 Introdução

Na formulação do trabalho se buscou por meio de uma análise entre a doutrina e o texto legislativo, conceituar a incorporação imobiliária, a figura do incorporador, o patrimônio de afetação e a relação de consumo existente neste negócio jurídico. Destacando a importância da adoção do regime de afetação inserido no ordenamento jurídico brasileiro pela Lei nº 10.931 de 2004, como meio de proteção ao empreendimento. Procurou-se fazer uma análise dos procedimentos práticos para efetiva aplicação do patrimônio de afetação, por uma breve análise, desde a sua instituição até sua extinção, verificando-se a existência da comissão de representantes, obrigações do incorporador e as consequências deste instituto diante da falência do incorporador.

### 2 Desenvolvimento: A Incorporação Imobiliária

Para melhor vislumbrarmos o assunto ora pretendido se faz necessário à conceituação da atividade de incorporação imobiliária, a qual se dá na seguinte forma:

Coloca-se um imóvel para destinação de edificação coletiva, que se subdividirá em várias unidades, as quais se destinam à comercialização. E a destinação empresarial constitui a nota característica da incorporação. Organiza-se um conjunto de bens distintos, mas formado sobre um terreno, com elementos comuns e elementos privativos, o qual, com a individualização futura, se desdobra em propriedades distintas e individuais. (RIZZARDO, 2011, p. 204).

Em linhas gerais a incorporação imobiliária consiste em estabelecer um negócio jurídico destinado a uma relação privada da qual o incorporador promove e realiza a construção, ou se responsabiliza por ela, para venda total ou parcial das unidades autônomas ao consumidor adquirente, por exemplo, futuros apartamentos, situação que ocorre antes mesmo de sua concretização física, empiricamente conhecida como venda na planta.

Conforme dispõe o parágrafo único do artigo 28 Lei nº 4.591/64:

Para efeito desta lei, considera-se incorporação imobiliária a atividade exercida com o intuito de promover e realizar a construção, para alienação total ou parcial, de edificações ou conjunto de edificações compostas de unidades autônomas.

A incorporação trata-se de um contrato bilateral onde de um lado encontra-se o incorporador promotor da construção do prédio e responsável pela distribuição dos futuros apartamentos, não precisando ser proprietário do imóvel, mas não sendo que tenha poderes para tanto e de outro lado o consumidor adquirente, agente dotado de vulnerabilidade, visto também que a lei da incorporação imobiliária não exige nenhuma qualificação técnica do incorporador, na maioria das vezes tal atividade é desenvolvida por pessoas de pouco conhecimento jurídico, aumentando ainda mais a margem de risco aos adquirentes.

No campo dos negócios imobiliários, a expressão incorporação imobiliária tem o significado de mobilizar fatores de produção, para construir e vender, durante a construção, unidades imobiliárias em edificações coletivas, envolvendo a arregimentação de pessoas e a articulação de uma série de medidas no sentido de levar a cabo a construção até a sua conclusão, com a individualização e discriminação das unidades imobiliárias no Registro de Imóveis. (CHALUB, 2005, p. 10)

Faz-se necessário destacar que a incorporação imobiliária deve ser documentada, ou seja, não estamos tratando de um contrato verbal, mas sim de um contrato dotado de formalismo, tal instituto vai desde a alienação de frações ideais, até a efetivação e registro na serventia imobiliária.



## **2 Incorporador**

O incorporador vende frações ideais do terreno, vinculadas às unidades autônomas (apartamentos, salas comerciais, etc.), a serem construídas, obtendo, assim, os recursos necessários para a edificação. Pode também alienar as unidades já construídas, conforme se verifica no artigo 29 da Lei nº 4.591/64 de Incorporação Imobiliária:

Considera-se incorporador a pessoa física ou jurídica, comerciante ou não, que embora não efetuando a construção, compromissse ou efetive a venda de frações ideais de terreno objetivando a vinculação de tais frações a unidades autônomas, em edificações a serem construídas ou em construção sob regime condominial, ou que meramente aceita propostas para efetivação de tais transações, coordenando e levando a termo a incorporação e responsabilizando-se, conforme o caso, pela entrega, a certo prazo, preço e determinadas condições, das obras concluídas.

Da análise do artigo supracitado, pode-se afirmar que o incorporador é promotor das vendas das futuras unidades autônomas, responsável pela construção do empreendimento, bem como todas as etapas, respeitados os prazos e condições previamente estabelecidos com os futuros adquirentes destas unidades.

Constata-se que a atividade de incorporação imobiliária constitui uma relação de consumo, dotada de natureza empresarial visto que sua finalidade é o lucro. Conforme discorre Chalhub (2005, p. 15):

Trata-se de atividade finalística: visa o incorporador realizar a incorporação, donde seu propósito é vender e apropriar-se do correspondente resultado econômico e financeiro. Traço marcante da incorporação imobiliária é a realização das ações necessárias para a produção de edificações coletivas, sua venda e entrega aos futuros adquirentes.

Nota-se que a legislação não quis estabelecer um molde para o incorporador, mas sim responsabilizar a pessoa jurídica, ou física que desenvolve a respectiva atividade, sobre o assunto discorre o professor Ghezzi (2012, p. 63) que “[...] esta atividade foi desenvolvida por empresas construtoras; Depois, outros profissionais passaram a atuar neste ramo e, finalmente, chegou-se a um ponto em que qualquer pessoa se aventurava a fazê-lo”. A lei não estabelece uma formação, ou requisitos para ser incorporador, basta prestar a atividade de comercializar as futuras unidades.

## **3 Patrimônio de Afetação**

O patrimônio de afetação se da por meio da separação dos bens da pessoa do incorporador, com os relacionados ao empreendimento imobiliário trazendo

mais segurança e credibilidade ao negócio constituído entre incorporador e adquirente consumidor, impedindo desta forma que o incorporador, caso seja devedor de relações privadas estranhas à incorporação, disponha dos bens relativos ao empreendimento ao seu bel prazer.

Segrega o patrimônio do incorporador ao do empreendimento, visto que:

[...] o patrimônio do devedor é o garante de seus credores. Estes sabem que a recusa do devedor em adimplir suas obrigações permite-lhes recurso ao Poder Público, o qual, mediante um processo executório, promoverá a liquidação do patrimônio do devedor, ou de bens suficientes para o resgate da dívida, destinando o que for apurado à solução das obrigações reclamadas. (RODRIGUES, 2007, p. 118).

Verifica-se que o devedor responde pela dívida através de seus bens, o patrimônio de afetação não se vincula ao incorporador, sendo que no caso de uma execução do incorporador, os bens aos quais os credores poderão onerar são diversos aos oriundos do empreendimento.

A ideia do instituto da afetação é algo antigo conforme discorre Rizzardo (2012, p. 360):

A ideia de bens afetados a determinada função é antiga, como no caso de áreas de terras de uso comum, ou utilizadas para interesses públicos, e que acabam ficando afetadas, ao domínio público, inclusive ensejando a ação de indenização por desapropriação indireta. No caso da incorporação, também não é recente a ideia. Há décadas os estudos buscam a solução para segurança aos investimentos feitos para aquisição de unidades das incorporações.

Confirma a exposição que não é de hoje a busca por segurança jurídica nas relações de direito privado como é o caso do contrato de incorporação, a criação do patrimônio de afetação, caminha neste sentido, o da proteção, visto que conforme disposto no §1º do artigo 31-A da Lei nº 10.931/2004:

O patrimônio de afetação não se comunica com os demais bens, direitos e obrigações do patrimônio geral do incorporador ou de outros patrimônios de afetação por ele constituídos e só responde por dívidas e obrigações vinculadas à incorporação respectiva.

O regime de afetação quando aderido vem como instrumento de proteção a uma relação privada específica, qual seja a destinada à incorporação imobiliária, busca-se aqui a proteção do empreendimento por meio de uma limitação das faculdades de dispor do incorporador, direcionando o valor recebido pela venda das unidades, única e exclusivamente para as despesas do empreendimento, não podendo inclusive o incorporador dar em garantia o imóvel, salvo se necessário ao empreendimento, não podendo usa-lo para finalidades adversas à incorporação imobiliária em questão. Confirmando o entendimento de que com a adoção do regime de afetação as dívidas do incorporador, não se misturam com as dívidas da incorporação, cito a seguinte jurisprudência:

TRIBUTÁRIO. INCORPORADORA E INCORPORAÇÃO. PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO. RESPONSABILIDADE PELAS DÍVIDAS. DÉBITOS NÃO SE COMUNICAM. CND. CABIMENTO.

1. A incorporação pode ser submetida ao regime da afetação, pelo qual o terreno e as acessões objeto de incorporação imobiliária, bem como os demais bens e direitos a ela vinculados, mantêm-se apartados do patrimônio do incorporador e constituem patrimônio de afetação, destinado à consecução da incorporação correspondente e à entrega das unidades imobiliárias aos respectivos adquirentes. 2. O patrimônio de afetação não se comunica com os demais bens, direitos e obrigações do patrimônio geral do incorporador ou de outros patrimônios de afetação por ele constituídos e só responde por dívidas e obrigações vinculadas à incorporação respectiva. 3. Registrado o patrimônio de afetação, destinado à consecução da incorporação correspondente, o crédito tributário constituído em nome da Incorporadora não pode ser óbice ao fornecimento de certidão negativa de débitos à Incorporação. 4. Considerando que não existe crédito tributário constituído em relação à Incorporação, faz jus a impetrante à expedição de Certidão Negativa de Débitos. (TRF-4, Relator: JOEL ILAN PACIORNIK, Data de Julgamento: 16/12/2009, PRIMEIRA TURMA).

Verifica-se que a incorporação pode ser submetida a este regime, juntamente com os demais direitos a ela vinculados, prova da distinção é a necessidade de quando da adoção deste regime, ele se submete a um regime tributário específico, inclusive com cadastro na Receita Federal apartado ao incorporador, caso o incorporador venha adquirir pendências com o fisco, mesmo assim a incorporação imobiliária não é afetada, fazendo jus inclusive a certidão negativa de débitos, visto que adquire uma personalidade própria, a qual só se quebrará após a entrega das respectivas unidades aos adquirentes.

#### **4 Relação de Consumo**

Pela análise do Código de Defesa do Consumidor Brasileiro (Lei nº 8.078 de 1990) compreende-se a relação de consumo, quando determinada situação jurídica se constitui com o intuito de consumir, ou adquirir ferramentas para tal, vê-se aqui um fornecedor e um destinatário final, precisando este último de mais proteção jurídica, uma vez que este se encontra tutelado pelo princípio da vulnerabilidade, e se encontra no polo mais vulnerável da relação.

O que nitidamente se equipara a relação de consumo é a relação entre incorporador e adquirente consumidor, visto que:

A complexidade e a especificidade da relação jurídica consubstanciada no contrato de incorporação reclama tratamento jurídico-legal peculiar, que compense especificamente a vulnerabilidade do adquirente do imóvel. (CHALHUB, 2005, p. 319)

A relação de consumo incorporador e adquirente, no Brasil deve ser tutelada pelo Código de Defesa do Consumidor, uma vez que a legislação brasileira não é omissa no sentido de proteger o consumidor, visa em especial esta proteção.

No momento em que a incorporação imobiliária se refere a uma atividade empresarial com o intuito de divulgar ao público em geral o empreendimento e arrecadar dinheiro por meio de venda dos futuros apartamentos, salas comerciais, garagens a um destinatário final configura-se notadamente uma relação de consumo.

#### **4 Procedimentos**

O primeiro passo para a efetivação da aplicação do patrimônio de afetação é o prévio registro da incorporação imobiliária e posterior averbação da adoção do regime de afetação, para adoção deste regime de afetação deverá ser apresentado um requerimento para averbação ao Cartório de Registro de Imóveis competente, onde se submete o empreendimento ao regime de afetação previsto no artigo 31 e seguintes da Lei nº 4.591, neste requerimento deverá constar a qualificação da incorporadora, bem como do proprietário se este não for a própria incorporadora, em caso de representação, deverá ser comprovado mediante apresentação de procuração, deverá ainda no requerimento fazer menção a matrícula em que se deseja registrar a incorporação, visto que pelo princípio da instância e rogação não cabe ao oficial determinar, qual empreendimento vai ser afetado, deste modo a incorporadora se compromete em manter em separado os bens e direito daquele empreendimento, inclusive submetendo a criação de regime tributário específico, ou seja um cadastro específico junto ao fisco.

Para constituir o patrimônio de afetação, a qualquer tempo deverá ser averbado no Registro de Imóveis o termo final firmado pelo incorporador (art.31-B). Em virtude desta iniciativa o terreno e as acessões, objeto da incorporação imobiliária, assim como os bens e direitos a eles vinculados, ficarão separados do patrimônio do incorporador e só respondem por dívidas e obrigações vinculadas à incorporação imobiliária. (PILATTI, 2011, p. 115)

É essencial para a averbação e instituição do patrimônio de afetação que preliminarmente se tenha registrado na matrícula do imóvel onde se pretende construir o empreendimento, a incorporação, visto que tal instituto tem a intenção de resguardar este negócio jurídico. Desde modo faz-se necessário o estudo de alguns requisitos essenciais para que se proceda ao registro da incorporação imobiliária, Loureiro (2012, p. 407), discorre que:

Na incorporação, o oficial deve verificar se o título aquisitivo do promovedor inclui três cláusulas essenciais: 1. Cláusula de irretratabilidade e irrevogabilidade; 2. Imissão de posse do imóvel; 3. Consentimento para demolição e reconstrução, se o registro anterior contiver averbação de construção. O título não poderá ainda conter estipulação impeditiva de venda do imóvel em frações ideais e deve estar registrado. A razão da norma é clara, se não estivesse tais condições não poderia ser realizado o

loteamento ou o parcelamento do imóvel em questão. (2012, p. 407)

Quanto aos itens acima elencados, reflexo da inteligência do artigo 32 da lei 4.591/64, a qual traz em seu corpo todos os documentos necessários para que se proceda o registro da incorporação no registro de imóveis, devendo além deste rol taxativo, serem respeitados as demais disposições sobre a matéria, levando em consideração que “[...] a cláusula que afronta a lei é tida como não inscrita.” (AGHIARIAN, 2012, p.269), devendo deste modo ser respeitado o princípio registral da taxatividade.

Deve-se verificar que “Só poderá ser incorporado o imóvel que pode ser alienado.” (PILATTI, 2011, p.12), ou seja, não pode haver impedimentos, restrições, que impeçam a efetivação do registro, e restrinjam a possibilidade de dispor do incorporador, que deverão requerer o registro da incorporação bem como a averbação da adoção do regime de afetação, respeitando assim o princípio da instância ou rogação.

Com a adesão do regime de afetação a incorporação passa a ser regida como algo autônomo, não se vinculando em hipótese alguma aos bens e dívidas do incorporador, na prática ficam como duas pessoas distintas, dando total segurança jurídica ao empreendimento, mas o grande problema deste regime é a disposição voluntária do incorporador, ele adere se quiser ao patrimônio de afetação e de outro lado os altos valores de juros oriundos do regime especial tributário, que de acordo com a redação do art. 4º da Lei 10.931 alterada pela medida provisória 601/2012 e posteriormente firmada pela Lei 12.844/2013: “Para cada incorporação submetida ao regime especial de tributação, a incorporadora ficará sujeita ao pagamento equivalente a 4% (quatro por cento) da receita mensal recebida [...]”. Antes desta alteração de lei era o percentual de 6% mensal, que devido ao alto valor de um empreendimento deste porte era em muitos casos descartados de cara pelo incorporador, visto o rombo financeiro que o empreendimento sofreria em prol dos cofres públicos.

Nesse instituto temos a figura da comissão de representantes como elemento de destaque. Segundo Aghiarian (2012, p.265) o entendimento do artigo 50 da Lei de Incorporações Imobiliárias é de que o incorporador deve estabelecer no contrato de construção, ou que seja eleita em assembleia geral uma comissão de representantes, composta de pelo menos três membros, escolhidos entre os contratantes para representa-los nos casos previstos na Lei 10.931 de 2004 que trata do patrimônio de afetação e demais disposições, devendo no contrato constar sobre os poderes da comissão e o devido tempo de mandato dos membros eleitos, bem como sua destituição e a forma de ocupação destas eventuais vagas.

Quanto à natureza jurídica, discorre Rizzardo (2012, p. 450):

A natureza alcança diversas dimensões, que se destacam pelas funções a que se destina. Atua como representante dos adquirentes, em especial perante o incorporador, podendo decidir sobre os assuntos pertinentes à obra e dirigir a apuração do patrimônio se decidida por sua liquidação. Toda via esse caráter acentua-se na atuação junto ao incorporador, no acompanhamento da obra e agindo em nome dos adquirentes.



A possibilidade de nomeação da comissão de representantes esta disposta no *caput* artigo 31-C da lei 10.931/04 que assim dispõe: “A Comissão de Representantes e a instituição financiadora da construção poderão nomear, às suas expensas, pessoa física ou jurídica para fiscalizar e acompanhar o patrimônio de afetação.”

O incorporador uma vez integrante do mercado de consumo, também se sujeita aos riscos de mercado, dentre eles o da falência, que pode ser oriunda na maior parte das vezes de uma má administração, não podendo nestes casos o comprador da unidade autônoma, pagar pela má gestão do vendedor. Faz-se necessário conceituar o instituto da falência como sendo:

[...] falta de cumprimento a obrigação assumida [...] no Direito Comercial, significa pois, o estado ou situação do comerciante que falhou nos pagamentos de obrigações líquidas, a que estava vinculado. [...] na evidência falência há de ser considerada a falta ou impontualidade de pagamentos por si só a declaração deste estado por sentença judicial. (SILVA, 2010, p. 350)

Verifica-se por tanto que o incorporador quando inadimplente com suas obrigações esta sujeito à falência, eis aqui a grande vantagem da adoção deste regime nas incorporações imobiliárias, visto que:

Nos termos em que foi concedido, o regime de afetação da incorporação imobiliária constitui importante mecanismo de resolução extrajudicial de problemas decorrentes do desequilíbrio econômico-financeiro da incorporação, na medida em que, independente de intervenção judicial, possibilita aos adquirentes substituir o incorporador na administração d negócio e prosseguir a obra. Caso venha a ocorrer a falência da incorporadora, os créditos vinculados à incorporação afetada não estarão sujeitos a habilitação no juízo da falência, devendo ser satisfeitos com as receitas da própria incorporação, cuja administração passa a ser conduzida pela comissão de representantes dos adquirentes, com autonomia em relação ao processo falimentar. (CHALHUB, 2005, p. 64)

Verifica-se a proteção oriunda do patrimônio de afetação, no *caput* do artigo 31-F da Lei 10.931, que assim dispõe:

Art. 31-F. Os efeitos da decretação da falência ou da insolvência civil do incorporador não atingem os patrimônios de afetação constituídos, não integrando a massa concursal o terreno, as acessões e demais bens, direitos creditórios, obrigações e encargos objeto da incorporação.

Pelo parágrafo primeiro do artigo 31-F da Lei 10.931, nota-se que nos sessenta dias após a decretação de falência do incorporador, deve a comissão de representantes ou na sua falta um sexto dos proprietários das frações ideias, que



deverá eleger novos representantes, para que tomem frente ao empreendimento, e deliberem sobre o patrimônio de afetação.

Segundo Ghezzi (2011, p. 263) se os adquirentes representados pela comissão decidem pelo prosseguimento da obra na forma do §1º do artigo 31 F, esses assumem o pagamento de todas as obrigações, sejam elas, tributárias, previdenciárias, trabalhistas, cujos fatos geradores tenham ocorrido até a falência do incorporador.

Vale lembra que caso os adquirentes optem com o não prosseguimento da obra, no processo de falência eles são credores privilegiados visto que a Lei de falências (11.101/2005) traz privilégio para dividas com garantia real.

Dada à falência a comissão de representante assume a administração do empreendimento, passam os adquirentes a pagar suas dividas diretamente referente a aquisição da unidade autônoma para comissão que deverá ter tudo contabilizado e listado, visto a necessidade de prestar contas sobre a sua administração. Segundo o parágrafo sétimo do mesmo artigo:

[...] a Comissão de Representantes ficará investida de mandato irrevogável para, em nome dos adquirentes, e em cumprimento da decisão da assembléia geral que deliberar pela liquidação do patrimônio de afetação, efetivar a alienação do terreno e das acessões, transmitindo posse, direito, domínio e ação, manifestar a responsabilidade pela evicção, imitar os futuros adquirentes na posse do terreno e das acessões.

Segundo o parágrafo décimo oitavo do artigo 31-F da Lei 10.931 incumbirá à Comissão de Representantes cinco dias após o recebimento dos valores referente as vendas posteriores a decretação de falência do incorporador, já tendo a comissão assumido a direção do empreendimento, pagar todas as dívidas oriundas da incorporação respeitando a ordem de preferência estabelecida pelo artigo 186 do Código Tributário Nacional, reembolsar à instituição financeira a quantia que essa tenha entregue para a construção, salvo convenção diferenciada entre as partes, entregar ao proprietário do terreno, se pessoa distinta ao incorporador, o valor referente a compra do mesmo e entregar a massa falida o saldo restante.

Advindo a falência ou insolvência, arrecadam-se os bens do incorporador, e neles incluídos o terreno e as acessões que irão constituir a incorporação a fim de processar-se a liquidação do ativo da massa, com o pagamento dos credores. Os créditos dos adquirentes de unidades classificam-se como privilegiados, ficando atrás dos créditos trabalhistas e fiscais. Em caso, pois, da falência da empresa incorporadora, o produto da venda da construção executada com recurso dos adquirentes retornará, afora se mais privilegiados outros créditos, aos próprios investidores. (RIZZARDO, 2012, p. 364).

Verifica-se deste modo que a adoção do regime de afetação é benéfica também ao incorporador falido, que ira dispor ao final do empreendimento de um

saldo positivo, situação que não ocorreria se o empreendimento afetado pudessem ser objetos de penhora ou demais gravames por parte dos credores do incorporador, credores estes estranhos à incorporação. “Na ausência de mecanismos específicos de proteção patrimonial os riscos dos credores da incorporação são incalculáveis, notadamente o risco dos adquirentes.” (CHALHUB, 2005, p. 67).

Sobre a extinção do patrimônio de afetação discorre o professor Ghezzi (2011, p. 72) que:

A extinção natural do contrato de incorporação se dá com a construção, individualização e entrega das unidades autônomas aos seus respectivos adquirentes. Todavia, a incorporação também pode se extinguir na forma do art. 33 da Lei 4.591/64, que confere ao registro da incorporação o prazo de validade de 180 (cento e oitenta) dias.

Para e o incorporado depois de passado o prazo de 180 dias prossiga com a incorporação, deverá atualizar os documentos apresentados elencados no artigo 32, “[...] evidentemente, a sua omissão em fazê-lo resulta o perecimento da incorporação.” (GHEZZI, 2012, p. 72). De acordo com a redação do artigo 31-F em seu inciso primeiro, o patrimônio de afetação de extingui, pela averbação da construção e entrega das unidades aos seus adquirentes.

Não se dando a arrecadação dos bens a massa, será administrado diretamente pelos adquirentes, que se farão presentes por meio da comissão de representantes, a qual será eleita. Os adquirentes das unidades e os credores irão obter a satisfação de seus direitos junto à receitas que ingressaram. Perdura a autonomia do patrimônio separado enquanto não cumprida a função atribuída ao conjunto de bens, direitos e obrigações. Dando-se o cumprimento da função reservada a esse conjunto de bens, advém a sua liberação, retornando ao patrimônio geral do titular, a menos que outra destinação se tenha inserido. Extingue-se, daí, a afetação ou segregação patrimonial dos bens integrantes da incorporação imobiliária, já que não mais há necessidade de se salvaguardar os interesses dos adquirentes. (RIZZARDO, 2012, p. 373).

Deste modo passam a serem titulares do imóvel os adquirentes, podendo agora recair gravames desde que sejam oriundos de relações do próprio adquirente.

## **5 Considerações Finais**

A incorporação imobiliária consiste em colocar a venda futuras unidades autônomas, a pessoa que coloca a venda é denominada incorporador, podendo ser qualquer pessoa, visto que é a atividade que o tipifica.

O patrimônio de afetação instituído pela Lei nº 10.931 de 2004 é uma blindagem jurídica, em favor do empreendimento, impede que gravames oriundos das demais relações do incorporador, venham a recair sobre o empreendimento,

a ser construído ou em construção, os valores oriundos das compras das unidades autônomas, podendo ser salas comerciais ou apartamentos, fica exclusivamente destinado ao empreendimento. Só recaem gravames no empreendimento se estes forem oriundos a ele. Tal instituto é de extrema importância, principalmente no sentido da segurança que é dada ao consumidor, mas o grande problema da legislação é que a adoção de tal regime é disposição volitiva do incorporador.

O oficial deve se atentar aos princípios, com o intuito de respeitar direitos básicos dos interessados, tendo em vista também que o oficial do Registro de Imóveis, responde solidariamente quanto à prática de atos que venham a lesar terceiros, e como demais profissionais delegados do poder público se sujeitando a perda da titularidade de sua atividade.

Em caso de falência do incorporador, deverá ser realizada assembleia geral dos condôminos, até 60 dias da falência, para decidir se querem a conclusão do empreendimento ou sua liquidação, escolhendo esta última serão considerados credores privilegiados. Os bens que compõe o patrimônio de afetação não podem ser arrecadas a massa falida, salvo o remanescente final, caso a assembleia decida assumir a obra ficaram com todas as responsabilidades do incorporador.

## Referências

AGHIARIAN, H. **Curso De Direito Imobiliário**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL. **Lei de Registros Públicos**. Lei 6.015/1973. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6015.htm)>. Acesso em: 03 ago. 2013.

BRASIL. **Lei do Condomínio em Edificações e das Incorporações Imobiliárias**. Lei 4.591/1964. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4591.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4591.htm)>. Acesso em: 09 set. 2013.

BRASIL. **Código de Defesa do Consumidor**. Lei 8.078/1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8078.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8078.htm)>. Acesso em: 07 set. 2013.

BRASIL. **Código Civil**. Lei 10.406/2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm)>. Acesso em: 10 set. 2013.

BRASIL. **Lei de Recuperação Judicial e Extrajudicial e Falência**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11101.htm)>. Acesso em: 12 abr. 2013.

BRASIL. Tribunal Regional Federal 4ª Região. **APELAÇÃO nº 2007.71.00.038419-6**. Porto Alegre – RS, 16 de dezembro de 2009. Disponível em: <<http://trf-4.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/6939509/apelacao-reexame-necessario-apelreex-38419-rs-20077100038419-6-trf4/inteiro-teor-12745511>>. Acesso em: 25 set. 2013.

BRASIL. **Lei do Patrimônio de Afetação de Incorporação Imobiliária.** Lei 10.931/2004 Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.931.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.931.htm)>. Acesso em: 10 set. 2013.

CHALHUB, M. N. **Da Incorporação Imobiliária.** 1 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

GHEZZI, L. L. **A Incorporação Imobiliária à Luz do Código de Defesa do Consumidor e do Código Civil.** 2 ed. São Paulo: Revista do Tribunais. 2011.

LOUREIRO, L. G. **Registros Públicos.** 3 ed. Rio de Janeiro: Método, 2012.

RODRIGUES, S. **Direito Civil Parte Geral.** 34 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

PAIVA, J. P. L. **Procedimento de Dúvida no Registro de Imóveis.** 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

PILATTI, M. S. L. **Manual Prático de Incorporação Imobiliária.** 4 ed. Curitiba: Juruá, 2011.

RIZZARDO, A. **Condomínio Edilício e Incorporação Imobiliária.** 1 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

SILVA, P. **Vocabulário Jurídico Conciso.** 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

VENOSA, S. S. **Direito Civil: Contratos em Espécie.** 11 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

## DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Autor: Elisangela Luzia Mergen Lima (elimlima@hotmail.com)  
Instituto Federal do Paraná

Autor: Candida Joelma Leopoldino (candida.leopoldinol@ifpr.edu.br)  
Instituto Federal do Paraná- Palmas

**Resumo:** O presente trabalho foi desenvolvido através de um levantamento bibliográfico com a análise do posicionamento de diversos doutrinadores acerca dos direitos sociais e das políticas públicas. Não se pretendeu esgotar o assunto até porque, de acordo com o entendimento de alguns doutrinadores, este acaba tornando-se polêmico em alguns momentos, mas sim possibilitar um amplo entendimento sobre os direitos sociais que são prestações positivas proporcionadas pelo Estado, expressas em normas constitucionais, e têm por objeto as políticas públicas. O presente estudo acerca dos direitos sociais, normas que buscam a afirmação da igualdade material e representam uma garantia do equilíbrio social com o respeito à prestação de condições materiais, necessárias para o perfeito cumprimento e concretização da dignidade da pessoa humana, terá uma importância significativa tanto para os estudantes e profissionais do Direito, quanto para os demais cidadãos que vivem no Estado Democrático de Direito, tendo em vista que servirá ainda como alerta a todos, pois infelizmente na atualidade ainda existem sociedades que privam o cidadão dos direitos fundamentais sociais garantidos pela Constituição Federal, afetando a dignidade da pessoa humana. É relevante a função social desse trabalho, vez que através do conhecimento, pode-se buscar efetivar a fiscalização e minimizar ações de agentes cujas ações afetam a consagração da efetividade dos direitos sociais, com postura pragmática em favor de interesses alheios a concretização da justiça social.

**Palavras-chave:** Direitos Sociais, políticas públicas, Constituição.

**Abstract:** The present work was developed through a literature review examining the positioning of various scholars on social rights and public policy . It was not intended to be exhaustive because , according to the understanding of some scholars , this eventually becomes controversial at times , but allow a broad understanding of the social rights that are positive benefits provided by the state , expressed in constitutional and are engaged public policies . This study of social rights standards that seek affirmation of material equality and represent a guarantee of social balance with respect to the provision of material conditions necessary for perfect fulfillment and realization of human dignity , will have importance both for students and legal professionals , as well as for other citizens living in a democratic state , with a view that will also serve as a warning to everyone, but unfortunately today there are still companies that deprive citizens of fundamental social rights guaranteed by the

Constitution Federal , affecting the dignity of the human person . It is relevant to the social function of this work , because through knowledge , can seek supervision and minimize the effect of actions agents whose actions affect the consecration of the effectiveness of social rights , with pragmatic stance in favor of outside interests to achieve social justice .

**Keywords** : Social Rights , policies , constitution .

## 1 INTRODUÇÃO

O Estado Democrático de Direito surge como um paradigma pautado pela busca da igualdade, bem como condições mínimas de vida à comunidade. Dessa forma, o Estado passa a lutar pela transformação social onde o indivíduo perde o papel principal para as coletividades.

Direitos fundamentais sociais são direitos garantidos por meio de normas constitucionais. A Constituição Brasileira de 1988 possui um elenco extenso de direitos fundamentais sociais, o que poderia tornar desnecessária uma investigação acerca da possibilidade de serem associados, de modo interpretativo, direitos fundamentais sociais não previstos expressamente no texto a direitos fundamentais sociais expressos, ou mesmo a direitos fundamentais normalmente associados aos direitos de defesa, tais como o direito à liberdade, à igualdade, à vida, à segurança, à propriedade (artigo 5º, caput da Constituição Federal de 1988) e à dignidade (artigo 1º, da Constituição Federal de 1988).

Na lição de Alexandre de Moraes (2002, p. 202):

Direitos Sociais são direitos fundamentais do homem, caracterizando-se como verdadeiras liberdades positivas, de observância obrigatória em um Estado Social de Direito, tendo por finalidade a melhoria de condições de vida dos hipossuficientes, visando à concretização da igualdade social, e são consagrados como fundamentos do Estado Democrático, pelo art. 1º, IV, da Constituição Federal.

A primeira das características dos direitos fundamentais sociais que vem à tona é a de serem direitos a ações positivas. Uma ação positiva representa uma mudança causal de situações ou processos na realidade, enquanto a omissão significa uma não-mudança de situações ou processos na realidade, embora fosse possível a mudança.

É mister distinguir os direitos fundamentais sociais dos Direitos Sociais garantidos em instrumentos normativos infraconstitucionais. Os direitos fundamentais sociais têm natureza constitucional e, conseqüentemente, gozam de todas as garantias dos demais direitos fundamentais.

Cumprе ressaltar a definição do jurista Paulo Gilberto Cogoа Leivas (2006, p. 89) acerca dos direitos fundamentais sociais:

eles são, em sentido material, direitos a ações positivas fáticas, que, se o indivíduo tivesse condições financeiras e encontrasse no mercado oferta suficiente, poderia obtê-las de particulares, porém, na ausência destas condições e, considerando a importância destas prestações, cuja outorga ou não-outorga não pode permanecer nas mãos da simples maioria parlamentar, podem ser dirigidas contra o Estado por força de disposição constitucional.



A indisponibilidade dos Direitos Sociais, bem como a característica da auto-aplicabilidade da regra prevista no artigo 6º, segundo a qual “são Direitos Sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados” faz parte da previsão constitucional.

No entendimento de Manoel Gonçalves Ferreira Filho (2006, p. 49):

como as liberdades públicas, os Direitos Sociais são direitos subjetivos. Entretanto, não são meros poderes de agir – como é típico das liberdades públicas de modo geral – mas sim poderes de exigir. São direitos de crédito.

Desta forma, os operadores do direito devem produzir uma investigação sobre as alternativas possíveis na busca do efetivo respeito aos Direitos Sociais, fazendo com que o Estado cumpra o seu dever de garantir ao cidadão o direito de viver em uma sociedade que lute, por meio da atuação dos poderes constituídos e das organizações civis não governamentais, pela erradicação da pobreza e da marginalização, reduzindo as desigualdades sociais e regionais e promovendo o bem de todos, nos exatos termos do que é estabelecido no art. 3º, III e IV, da Constituição Federal.

## **2 DESENVOLVIMENTO: O ESTADO LIBERAL**

O Estado Liberal é uma forma de Estado que passou a ganhar um formato mais definido ao longo do Século XIX e acabou por se impor na Europa Ocidental após um longo e tortuoso período de lutas. Inicialmente, lutou-se contra o poder ilimitado dos reis que reivindicavam o exercício do poder absoluto como um direito divino. Depois, quando as monarquias absolutas já haviam dado lugar às monarquias constitucionais, em que o poder exercido pela realeza passou a ser limitado por uma constituição e compartilhado com o parlamento, a luta era travada contra o que os liberais julgavam ser uma excessiva intervenção do Estado nas relações entre os indivíduos na sociedade.

Conforme afirma o cientista social e autor Ricardo Corrêa Coelho (2009, p.77): “As críticas a essa intervenção “indevida” do Estado não se resumiam às medidas protecionistas que impediam o livre comércio, mas se estendiam à proteção social garantida aos pobres.”.

O Estado Liberal foi o modelo de Estado antecessor ao Estado Social e Democrático de Direito, opção explícita de Estado da Constituição Federal de 1988.

O Estado Social e Democrático de Direito não apresentou rompimento com os parâmetros e com os pilares do Estado Liberal, entretanto surgiu com uma proposta de corrigi-lo, ou seja, suprir as suas falhas. Tais pilares do Estado Liberal devem ser lembrados porque foram incorporados com o acréscimo da perspectiva da realização de objetivos coletivos por parte do Estado, buscando ocasionar uma redução da desigualdade social com a intervenção do Estado para esse fim.

Para o nosso tema é importante o Estado Liberal porque nele, aprofundando a tendência que vem do Estado de Polícia anterior, institucionaliza-se a proteção ao mínimo existencial e à pobreza, mas não se nota ainda a preocupação com os Direitos Sociais. (TORRES citado por SARLET, 2003, p. 22).

Consoante os ensinamentos de José de Albuquerque Rocha (1995, p. 126) devem ser citadas como características básicas do Estado Liberal:

não intervenção do Estado na economia, vigência do princípio da igualdade formal, adoção da Teoria da Divisão dos Poderes de Montesquieu, supremacia da Constituição como norma limitadora do poder governamental e garantia de direitos individuais fundamentais.

As características básicas supracitadas são consideradas o cerne do Estado Liberal, onde se espera do Estado uma postura de “neutralidade”, cuja existência é muito contestada, no sentido de que os direitos fundamentais são garantidos quando o Estado deixa de invadir a esfera da liberdade individual.

A submissão da administração ao princípio da legalidade corresponde ao império da lei, onde o Estado deixa de ser a vontade do rei e qualquer forma de intervenção do Estado deve ter uma previsão legal.

A consagração do princípio da separação de poderes visando estabelecer o famoso sistema de freios e contrapesos, de Montesquieu. Um poder vai estabelecer os limites, ou seja, conter os excessos e as omissões dos demais poderes, sempre com a perspectiva da garantia da liberdade.

A valorização do individualismo e da neutralidade estatal com a consagração dos direitos e garantias individuais. A perspectiva do Estado Liberal é focada nos direitos fundamentais tais como liberdade de expressão, de locomoção, direito de ir e vir, liberdade de crença, religiosa etc.

Para Sarlet (2009), esses direitos buscavam a prestação negativa do Estado, um não fazer, pois neste momento ele era o maior violador de direitos e que após o reconhecimento destes direitos pelo governo, passou a ser um expectador nas relações da sociedade como se fosse uma polícia administrativa, não interferindo na esfera privada, salvo nos casos estipulados em lei.

O Estado Liberal só vai ser considerado legítimo se garantir o conteúdo mínimo dos direitos fundamentais, tais como a liberdade, a segurança e a propriedade dos indivíduos.

### **3 ESTADO SOCIAL**

O individualismo ao extremo gerou uma série de desigualdades na sociedade. A Europa passou por um período de extrema pobreza com péssimas condições de trabalho onde mulheres e crianças trabalhavam por horas indeterminadas, sem nenhum tipo de regulação. Com a aspiração de atingir a redução destas desigualdades, começou a haver uma pressão do movimento trabalhista para determinar algumas normas que pudessem estabelecer padrões diferenciados.

Sobre o assunto em tela, esclarecedoras são as palavras de Verdú quando afirma que:

o Estado Liberal de Direito apontava para a consecução da liberdade. Porém, em razão de seu individualismo e da neutralidade que adotava ante as transformações sociais, estava muito longe de realizar a justiça social. O Estado Social de Direito por sua vez, volta sua atuação para a manutenção da justiça social. (2007, p. 87).

Nesse sentido, o Estado passa a desempenhar um papel diferente, dele passa a ser cobrada uma intervenção para a prestação de alguns serviços, ou seja,

que o Estado passe a oferecer prestações materiais concretas para obter fins coletivos e reduzir a situação de desigualdade.

A ideia de igualdade de todos perante a lei significou um avanço, mas isso gerou uma pressão para que o Estado intervisse na ordem econômica e realizasse objetivos coletivos, visando reduzir as desigualdades concretas. O Estado passa a ter uma função importante para alcançar essa igualdade. Não a igualdade formal e sim a igualdade material. Igualdade feita pela lei e não só a igualdade perante a lei.

“Essa igualdade material é que irá garantir a cada indivíduo o gozo de renda mínima, moradia digna, emprego, assistência sanitária, educação fundamental e apoio em tempos de dificuldade.” (BARRETO citado por SARLET, 2003, p. 131).

No Estado Liberal de Direito, a lei era um instrumento utilizado para limitar os poderes do Estado, entretanto, no Estado Democrático de Direito, a preocupação social é expressa, por meio das garantias jurídico-legais. O princípio da legalidade atua ainda na busca efetiva de concretização da igualdade social. (RADAELLI, 2007, p. 60).

O papel do Estado é diferente do que se espera na concepção liberal, pois é um papel intervencionista, ativo, que busca realizar concretamente a igualdade material, sem abandonar a igualdade formal, que continua tendo a sua importância.

A transição para o Estado Democrático de Direito implementado por inspiração do Estado de Bem-Estar Social, traz consigo profundas mudanças na concepção do Direito, apesar de sua face neocapitalista há nele a possibilidade de mudança social. (RADAELLI, 2007, p. 60).

O Estado é constantemente perseguido com o intuito de obtenção dessa redistribuição, para a obtenção de justiça social. Esse contexto traz a necessidade de superação dos paradigmas do Estado Liberal, isoladamente.

As principais características que vão marcar este Estado Social, novo modelo de Estado que se propõe a partir de então, são:

- superação da separação entre Estado e sociedade;
- criação, fornecimento e distribuição de prestações materiais;
- superação do caráter meramente negativo dos direitos fundamentais;
- preocupação do Estado (redução das desigualdades e realização da justiça social).

Verdú aduz que “O Estado de Direito, em qualquer de suas espécies – Estado Liberal de Direito, Estado Social de Direito, Estado Democrático de Direito –, é uma conquista.” (2007, p. 137).

“Há também um avanço do Estado Social, a proposta de Estado Democrático de Direito prima pela transformação social.” (RADAELLI, 2007, p. 13).

É possível afirmar que a Constituição Federal consagrou o Princípio da Igualdade Material, feita pela lei com o objetivo de produzir justiça social. Esta igualdade material é a base do Estado Social de Direito. Este Estado Social funciona segundo lógica própria, a lógica da justiça distributiva, uma justiça que se preocupa não simplesmente com a resolução de conflitos interindividuais, mas envolve uma discussão sobre a realocação dos bens e serviços produzidos socialmente, tais como, saúde, educação, previdência social que devem estar garantidos para todos.

O Estado deve fornecer estes bens e serviços criando um sistema público adequado que permita a diminuição das desigualdades sociais, tendo em vista que se as pessoas não tiverem acesso a essas prestações, vão apresentar um comprometimento da sua dignidade, e isso vai perpetuar uma situação de

desigualdade na sociedade. Isso não é favor, isso é direito. Isso é uma exigência porque a justiça distributiva parte de uma ideia que a sociedade é um todo, as pessoas contribuem com esse todo e as fatias que elas tem direito, as prestações individuais que elas tem direito nesse todo, devem ser proporcional às suas necessidades.

#### 4 DIREITOS SOCIAIS

Na sociedade, determinados grupos vão precisar de um tratamento diferenciado, como por exemplo, os idosos e as crianças, que estão plenamente justificados porque alguns grupos precisam dessa intervenção do Estado para reduzir as desigualdades sociais e preservar a dignidade.

“Os Direitos Sociais passaram a servir como o instrumento político e jurídico que serviu à democratização do sistema econômico e social da sociedade liberal.” (BARRETO citado por SARLET, 2003, p. 128).

Com a introdução dos Direitos Sociais no catálogo dos direitos fundamentais, o que se pretende é aplicar a lógica da justiça distributiva, porque se entende que os Direitos Sociais dizem respeito à apropriação individualizada dos benefícios socialmente produzidos.

Évanes Amaro Soares Júnior (2004), através da obra de Emerson Garcia assevera que: “Sem lugar a dúvida, os ideais de justiça distributiva e de alteridade cobram não só de homens como das instituições sociais.”.

Esse Estado Social e Democrático de Direito oferece os vetores para a interpretação desse direito social, que tem como fundamento o princípio da igualdade material que é a base do Estado Social, buscando a redução das desigualdades concretas e a realização da justiça social.

Os Direitos Sociais são expressamente reconhecidos como direitos fundamentais na Constituição Federal, são direitos universais, ou seja, pertencem a todos. Ao mesmo tempo, eles são direitos que devem ter como foco prioritário: o atendimento de determinados grupos vulneráveis dentro da sociedade.

A respeito da titularidade, eles apresentam uma dimensão coletiva, ou até mesmo difusa, mas tem a dimensão transindividual. Mas de qualquer forma os Direitos Sociais, assim como os direitos difusos, não perdem o seu caráter individual, ou seja, eles pertencem aos indivíduos singularmente considerados. Justamente porque dizem respeito à atribuição individual de bens socialmente produzidos. Há determinados direitos que só são exercidos em grupo ou de maneira difusa, mas isso não significa que a categoria dos direitos fundamentais não tenha surgido para a proteção das pessoas, no fim é para a proteção da dignidade humana.

“O titular dos Direitos Sociais continua sendo, como nos direitos civis e políticos, o homem na sua individualidade.” (LAFER, 2006, p. 127).

As teorias que tratam do processo de expansão dos direitos fundamentais ao longo da afirmação histórica dos direitos humanos conforme ensina Fábio Comparato (1999), mostram, assim como é afirmado por vários autores, que houve uma expansão da titularidade dessa categoria de direitos. De direitos individuais passou para o reconhecimento de direitos coletivos, de grupos, para o direito dos povos até chegar aos direitos da humanidade. Isso levou até a criação da teoria das

gerações dos direitos humanos e essa terminologia é muito criticada, porque essa teoria tenta descrever o processo de evolução histórica dos direitos humanos.

Na realidade, quando comparados os Direitos Sociais previstos no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, com os direitos civis e políticos (a liberdade de expressão, intimidade, de voto, a privacidade), tem que ter em mente que ambos geram um complexo de obrigações, tanto de natureza negativa (um não fazer), quanto positiva, ou seja, ambos geram obrigações ao Estado. Para cumpri-las, o Estado deve se abster de interferir na esfera individual, ou dos grupos, e em alguns momentos ele deve agir.

“Todo derecho, entonces, requiere para su efectividad obligaciones positivas y negativas.” (ABRAMOVICH y COURTIS citado por SARLET, 2003, p. 139).

Outra característica importante dos Direitos Sociais é que eles têm por objeto as políticas públicas. Só se realizam por meio delas.

Além disso, eles são direitos de implementação progressiva, e isso significa realizar avanços constantes ao longo do tempo, aumentando a realização dos direitos, sem retroceder.

Outra característica fundamental dos Direitos Sociais é a dependência dos outros poderes que precisam interferir nesse processo para a concretização dos Direitos Sociais. Eles dependem da atuação do Executivo e do Legislativo, órgãos que estão vinculados à realização das políticas públicas.

Para criar as condições concretas para o exercício das prestações positivas precisam ser criadas as leis que vão regulamentar as condições do exercício concreto do direito e que são também expressão jurídica das próprias políticas públicas, bem como da atuação do Executivo.

Os Direitos Sociais são sempre normas jurídicas e podem ser expressos sob a forma de regra ou sob a forma de princípios. Os princípios são um tipo especial de norma jurídica porque possuem um conteúdo valorativo e constituem exigências de justiça. Desta forma no contexto do Estado Social e Democrático de Direito eles têm uma importância muito grande, sendo que está entre os grandes objetivos do Estado Social e Democrático de Direito a realização da justiça social e os princípios vinculam essas exigências de justiça, esse conteúdo valorativo.

A Constituição Brasileira, além de garantir um Estado Democrático de Direito, também garante, a Dignidade Humana, através de uma sociedade justa e solidária, prevalecendo os Direitos Humanos, dentre eles, o direito à intimidade, à vida privada, à honra, à imagem das pessoas, bem como o direito à segurança, à igualdade, à propriedade, ressaltando-se ainda, os Direitos Sociais à educação, trabalho, saúde, moradia, dentre outros. (SILVA, 1994; VIANNA, 2004).

Os Direitos Sociais dependem de outros poderes para a realização e concretização. A elaboração de leis que definirão os planos diretores, áreas de preservação ambiental etc., determinarão os parâmetros fundamentais que vão orientar a atuação dos poderes públicos em termos de realização de políticas públicas.

Os deveres do Estado, considerado sujeito passivo em matéria de Direitos Sociais gerados para os poderes públicos, são:

- Obrigação de respeitar os Direitos Sociais: o Estado não pode adotar medidas que inviabilizem ou frustrem o exercício desses direitos.

- Obrigação de proteger os Direitos Sociais: o Estado deve adotar medidas que evitem que atores não estatais inviabilizem o exercício desses direitos.



- Obrigação de implementar os Direitos Sociais: o Estado deve adotar medidas positivas que permitam o exercício desses direitos

A idéia de igualdade social, própria do Estado Social de Direito, não se identifica com a garantia de igualdade perante a lei, mera igualdade formal. Exige, ao contrário, um outro tipo de igualdade, material, que representa exatamente a superação da igualdade jurídica do liberalismo. (BARRETO citado por SARLET, 2003, p. 129).

A obrigação de respeitar, proteger e agir deve ocorrer sempre com uma implementação progressiva dos Direitos Sociais. Deve haver uma implementação gradual e para tanto existe uma cláusula de proibição de retrocesso social dos Direitos Sociais. Com exceção às situações que fogem ao controle do Estado, como por exemplo, após a ocorrência de desastres naturais, onde as prioridades terão que ser novamente avaliadas.

## **5 POLÍTICAS PÚBLICAS**

O primeiro passo para se discutir política pública é entender o conceito de “público”. Tudo aquilo que pode ser rotulado como público deve estar em oposição ao que é entendido como privado.

O público envolve o domínio da atividade humana que é efetivamente essencial para a intervenção governamental ou para a ação comum. Muitos termos são utilizados com frequência para fazer referencia a esse âmbito, tais como: interesse público, setor público, opinião pública, saúde pública etc. O conceito de política pública pressupõe a existência de uma área ou domínio da vida que não pertence a ninguém em particular e em comum com outros. (DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda, 2012, p. 11).

As políticas públicas podem ser conceituadas genericamente como programas de ação governamental que buscam atingir objetivos determinados politicamente e socialmente relevantes.

Maria Paula Dallari Bucci (2006) aduz que o direito das políticas públicas não se trata de um novo ramo do direito, mas de uma nova abordagem dos fenômenos jurídicos, combinando elementos do direito, da política, da administração pública, da economia.

Para os autores Reinaldo Dias e Fernanda Matos há a possibilidade de outra definição de políticas públicas simplificada da seguinte forma:

são as ações empreendidas ou não pelos governos que deveriam estabelecer condições de equidade no convívio social, tendo por objetivo dar condições para que todos possam atingir uma melhoria na qualidade de vida compatível com a dignidade humana. (DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda, 2012, p. 12).

São várias as outras formas de definir políticas públicas:

“A combinação de decisões básicas, compromissos e ações feitas por aqueles que detêm ou influenciam cargos de autoridade do governo.” (GERSTON, Larry citado por DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda, 2012, p. 12).

“São a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar na sociedade e o interesse público.” (SEBRAE apud DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda, 2012, p. 12).



“É o que os governos decidem ou não fazer.” (DYE citado por DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda, 2012, p. 12).

“É a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou por meio de agentes, e que influenciam a vida dos cidadãos.” (PETERS citado por DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda, 2012, p. 13).

A administração pública foi criada para servir como instrumento do Estado para buscar defender os interesses públicos, sendo que o governo é o principal gestor dos recursos e está obrigado a atender e resolver os problemas sociais e levar adiante o processo de planejamento, elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas.

Para os autores Reinaldo Dias e Fernanda Matos (2012, p. 1):

Deve ser levado em consideração que tanto a política como as políticas estão relacionadas com o poder social. Mas enquanto a política é um conceito amplo, relacionado com o poder de modo geral, as políticas públicas correspondem a soluções específicas de como manejar os assuntos públicos.

Maria Paula Dalari Bucci (2006, p. 38) propõe uma nova abordagem dos fenômenos jurídicos inserida na perspectiva da relação das políticas públicas com outros elementos, aduzindo, dessa forma que as políticas públicas são:

o conjunto de arranjos institucionais complexos que se expressam em estratégias ou programas de ação governamental e resultam de processos – eleitoral, legislativo, administrativo, orçamentário, judicial – juridicamente regulados, visando coordenar os meios à disposição do Estado para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados.

Segundo a proposta da Professora Maria Paula quatro elementos reputados fundamentais devem ser destacados: ação, coordenação, processo e programa.

A ação é um elemento fundamental para servir de ferramenta toda vez que o Estado Democrático de Direito é compelido a agir. A política pública vem tentar imprimir uma racionalidade nesta ação do Estado, porque os direitos e as prestações são inúmeros, entretanto, os recursos nem tanto. Dessa forma ele precisa racionalizar e organizar a ação no sentido de planejar o atendimento do que é prioritário e a maneira da distribuição dos seus recursos ao longo do tempo, com metas pré-estabelecidas.

Um ponto importante a esclarecer é que para ser considerada política pública tem que ter passado senão pela iniciativa do Estado, pelo menos pela sua aprovação, porque é ele que concentra esses meios, recursos públicos, financeiros etc. Ele tem o dever de articular os meios postos a sua disposição para implementar tais políticas públicas, com o auxílio da sociedade.

Dentro do Estado Democrático de Direito a participação popular é fundamental, tem que haver uma abertura a essa participação do povo, entretanto o dever pertence ao Estado.

A coordenação é outro elemento fundamental e deve estar presente nas políticas públicas porque para a realização das mesmas, ocorre a ação de vários agentes, simultaneamente. Deve haver uma confluência de esforços para que não haja duplicidade de ação. Essa coordenação deve ocorrer entre vários elementos, tais como, entre os entes da federação, entre o Estado e os particulares, e entre os poderes públicos.

O processo é outro elemento essencial, entendido como um procedimento em contraditório, ou seja, uma sequência coordenada de atos em direção a um fim. Para ser legítimo, ele prevê necessariamente a participação dos interessados dentro do Estado Democrático de Direito, seja na sua formulação, seja no monitoramento do seu cumprimento que deve ocorrer dentro de um espaço de tempo (dimensão temporal), e que tem a ver com a realização progressiva dos Direitos Sociais.

O quarto e último elemento indispensável refere-se ao programa dentro da política pública que é o espaço de discricionariedade do administrador público. É o conteúdo em si específico da ação governamental, quais são as medidas concretas que aquele administrador vai tomar para realizar o direito.

O ciclo não pode ser concebido de forma simples e linear, na verdade ele é formado por redes complexas de inúmeros atores que promovem a sustentação à política utilizada. (DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda, 2012, p. 64).

Esses elementos se realizam ao longo do tempo dentro do ciclo da política pública, que não é linear, nem estanque e muito menos determinado.

Com referencia ao ciclo das políticas públicas a primeira etapa corresponde à formação e planejamento das políticas públicas. Esta etapa está prevista no artigo 174 da Constituição Federal, sendo uma exigência constitucional. Nesta etapa são realizados estudos multidisciplinares visando realizar um diagnóstico dos problemas e demandas a serem priorizados.

Os ciclos ou processos de políticas formam um modelo de análise que decompõe a política pública em uma série de etapas que constituem uma sequência lógica, formando uma ferramenta que foi proposta pela primeira vez por Charles Jones em 1970. (JONES, Charles citado por DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda, 2012, p. 63).

A etapa inicial do ciclo mostra a importância do caráter multidisciplinar das políticas públicas, porque tais estudos envolvem a participação de sociólogos, economistas, estatísticos etc., proporcionando ao administrador uma visão clara da realidade, e ao mesmo tempo auxiliando-o nas escolhas para fixação das metas a partir de um diagnóstico da situação em que ele possa determinar quais são as prioridades, à luz dos pontos em que se percebe desigualdade e carências maiores. Nessa etapa se dá a escolha dos meios adequados que são chamados caminhos efetivos técnicos, científicos, jurídicos e financeiros.

No mesmo diapasão complementa Maria Paula Dallari Bucci (2002, p. 259):

A política é mais ampla que o plano e define-se como o processo de escolha dos meios para a realização dos objetivos do governo, com a participação dos agentes públicos e privados. [...] A política pública transcende os instrumentos normativos do plano ou do programa. Há, no entanto, um paralelo evidente entre o processo de formulação da política e a atividade de planejamento.

A segunda etapa corresponde à implementação que deverá observar os princípios, as diretrizes, os prazos, as metas quantificadas. Nela não ocorre o esgotamento com a prática de um único ato isolado, mas demanda um conjunto heterogêneo de medidas jurídicas, tais como, leis, decretos regulamentares ou normativos, portarias de execução, atos ou contratos administrativos.

A terceira etapa é a etapa de avaliação que também tem grande importância, porém muitas vezes por falha da administração não é prevista. O objetivo desta etapa é identificar o impacto da política, ou seja, por meio de uma avaliação pode

ser avaliado se os objetivos previstos na etapa de formulação estão sendo atingidos, e caso negativo apontar os motivos do insucesso proporcionando a reformulação desta política.

A avaliação é uma ferramenta importante porque permite à administração realizar uma série de ações em função dos resultados obtidos, entre os quais: gerar informações úteis para futuras políticas públicas; prestar contas de seus atos; justificar as ações e explicar as decisões; corrigir e prevenir falhas; responder se os recursos, que são escassos, estão produzindo os resultados esperados e da forma mais eficiente possível; identificar as barreiras que impedem o sucesso de um programa; promotor o diálogo entre os vários atores individuais e coletivos envolvidos; fomentar a coordenação e a cooperação entre esses atores. (SEBRAE citado por DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda, 2012, p. 83).

E a quarta etapa seria de fiscalização e controle, inclusive a etapa de avaliação fornece subsídios para a realização deste controle que pode ser judicial (à luz de parâmetros objetivos). Hoje em dia esta fiscalização constitui uma exigência do Estado Democrático de Direito e possui papel fundamental, sem falar na atuação do Ministério Público que tem tido um destaque na exigibilidade social das políticas públicas. Esta atuação é muitas vezes criticada por interferir na discricionariedade do administrador, entretanto, este pode se defender se demonstrar que a municipalidade racionalmente planejou e que o objetivo será atendido.

Diante destas considerações, toda política pública importa um conjunto coordenado de meios ou instrumentos pessoais, institucionais e financeiros, aptos à realização de um resultado pré-estabelecido.

Tanto os Direitos Sociais quanto as políticas públicas são categorias jurídicas, e, portanto vinculam os poderes públicos. O Poder Executivo é eleito para definir as políticas públicas dentro dos parâmetros das prioridades constitucionalmente estabelecidos. Ele também, por imposição constitucional, realiza o planejamento necessário para garantir a atuação racional do Estado.

Por óbvio, que a função de implementação das políticas públicas, cabe originariamente ao poder Executivo e Legislativo. Ao poder judiciário cabe um papel subsidiário, atuando quando estes descumpram suas obrigações, ou venham por suas ações a atentar contra a Constituição, ou mesmo quando não consigam evitar que outros agentes particulares venham a macular tais disposições. (ABRAMOVICH e COURTIS citado por RADAELLI, 2007, p. 78).

Conforme o artigo 174, da Constituição Federal de 1988, tal planejamento é obrigatório e como visto, cristaliza as metas e diretrizes a serem perseguidas, os meios e a alocação de recursos necessários em virtude das prioridades.

O Poder Legislativo deve criar as leis que são umas das formas de expressão política das políticas públicas. Ele também vai adotar as medidas legislativas necessárias para a integração dos Direitos Sociais. Ele deve buscar a concretização daquele direito em tempo razoavelmente útil, sem redução da sua força normativa e sem emanar preceitos formal ou materialmente incompatíveis com os parâmetros constitucionais e internacionalmente vigentes.

Outro ponto importante é que o Legislativo tem o dever da aprovação das leis orçamentárias, ou seja, aprovar os projetos de lei advindos do Executivo, verificando se os mesmos priorizam a implementação dos Direitos Sociais de modo racional e planejado.

O orçamento é a forma que vai dar concretude ao planejamento para o cumprimento dos Direitos Sociais. Levar a sério os Direitos Sociais significa refletir esse modo de realização destes nos orçamentos.

Sempre que invocada a questão da escassez dos recursos, através do argumento da reserva do possível, em que o principal referencial é o orçamento público, o “contra-argumento” levantado refere-se ao dever constitucional, o comprometimento do Estado Democrático de Direito com a realização do mínimo existencial. (BITENCOURT, 2013, p. 167).

O presente trabalho deve tocar numa questão polêmica de extrema importância que diz respeito à reserva do possível, porque em geral quando essas questões ‘batem à porta do Judiciário’, muitas vezes o que se argumenta é que a Constituição não cabe no PIB, então não há condições de realização de todos esses direitos abstratamente, e esse limite fático da reserva do possível é interposto como um obstáculo para a efetivação dos Direitos Sociais.

Os Direitos Sociais seriam considerados como referidos a dimensões não-substanciais da sociedade, pois seriam direitos que, para serem implementados – se isto fosse possível em virtude das limitações orçamentárias, argumenta a doutrina alemã da “reserva do possível” – violentariam os direitos constitutivos do núcleo do estado liberal: as liberdades individuais e a propriedade. (BARRETO, citado por SARLET, 2003, p. 115).

Só que na realidade deve ser adotado um raciocínio inverso, condicionando os recursos existentes à efetivação dos Direitos Sociais e não condicionar a efetivação dos Direitos Sociais à existência de recursos, ou melhor, das sobras de recursos.

Nesta atividade de planejamento, há condições de monitorar e fiscalizar, com a importante participação da sociedade, efetuando a cobrança da utilização racional em prioridades e que os projetos de lei orçamentária reflitam nesse percentual destinado aos Direitos Sociais de modo proporcional à sua grande importância na Constituição.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para que os Direitos Sociais possam ter real implementação, é fundamental que o Poder Executivo, enquanto responsável pelos atos de administração estatal, fomenta a elaboração das chamadas políticas públicas, traçando estratégias de atuação na busca da efetividade dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, ao lazer, à segurança etc.

O Poder Executivo não poderá furtar-se à elaboração das políticas públicas relacionadas aos Direitos Sociais, bem como à efetiva implementação destes, sob pena de descumprir norma constitucional de ordem pública, imperativa, inviolável e auto aplicável.

Na hipótese da Administração não cumprir com seus deveres, ao não elaborar ou ainda, elaborar de forma inadequada, as políticas públicas relacionadas aos Direitos Sociais, ou, ainda, deixar de cumprir (ou cumprir de forma ineficaz) as políticas públicas elaboradas, abre-se espaço para a análise e discussão acerca dos instrumentos que podem ser utilizados na busca da tutela dos Direitos Sociais.

Se não houver uma ação da alma, uma atitude pronta e afirmativa para resgatar ao plano da cidadania essa imensa gama de exilados da sociedade, valores fundamentais como probidade, justiça e igualdade, constitutivos de uma sociedade livre, não passarão de quimeras impraticáveis.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Victor; COURTIS, Christian. **Apuntes sobre la exigibilidad judicial de los derechos sociales**. In: SARLET, Ingo Wolfgang (org.). Direitos Fundamentais Sociais: estudo de direito constitucional, internacional e comparado. Rio de Janeiro, 2003.

BINENBOJM, Gustavo. Uma teoria do Direito Administrativo: direitos fundamentais, democracia e constitucionalização. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008, p. 103.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/ DF, Senado, 1988.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito Administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **O Conceito de Política Pública em Direito**. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (org.) **Políticas Públicas: Reflexões sobre o conceito Jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2006.

BUCCI, Maria Paula Dallari (org.). **Políticas Públicas: reflexões sobre o conceito jurídico**. São Paulo, Ed. Saraiva, 2006

COELHO, Ricardo Corrêa. **Estado, governo e mercado / Ricardo Corrêa Coelho**. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC. Brasília: CAPES (UAB), 2009.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2002.

DYE, Thomas. **Understanding public policy**. 6. ed. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1987.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos humanos fundamentais**. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

GARCIA, Emerson. **A Efetividade dos Direitos Sociais**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2004.



GERSTON, Larry N. **Public policy making: process and principles**. 3. ed. New York: M. E. Sharpe, 2010.

JONES, Charles O. **An introduction to the study of public policy**. Belmont, C A: Wudsworth, 1970.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos. Um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo. **Teoria dos direitos fundamentais sociais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 13<sup>a</sup>. ed. – São Paulo: Atlas, 2003, página 202. MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

RADAELLI, SAMUEL MÂNICA. **A Função Constitucional do conhecimento jurídico: em busca de uma nova cultura para o direito / por Samuel Mânica Radaelli**, 2007.

RADAELLI, SAMUEL MÂNICA. **Teoria Constitucional do Direito: o neoconstitucionalismo e a ordem jurídica contemporânea**. Revista Direitos Culturais. v. 3. n. 5. Dez/2008.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009

SARLET, Ingo Wolfgang. **Direitos Fundamentais Sociais: Estudos de Direito Constitucional, Internacional e Comparado**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

SILVA, José Afonso da. **Curso Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros, 1994.

SOUZA, Nelson Rosário de. **Fundamentos da ciência política**. Curitiba: IESDE Brasil, 2007.

VERDÚ, Pablo Lucas. **A Luta pelo Estado de Direito**. Tradução e prefácio Agassiz Almeida Filho. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

VIANNA, Cynthia Semíramis Machado. **Da Privacidade como Direito Fundamental da Pessoa Humana**. Revista de Direito Privado, São Paulo, v. 17, p. 102-115, 2004. Disponível em: <<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/anexos/5441-5433-1-PB.htm>> Acesso em 20 abr. 2013.



**ÁREA EN:** Engenharias (Engenharias: Civil, Sanitária, Química, de Transportes, de Produção, Elétrica, Mecânica, Biomédica)

**RESUMOS EXPANDIDOS:**

### **TELHADO VERDE: UMA ALTERNATIVA SUSTENTÁVEL**

Autor: Tânia Mara Baldissera (tmbaldissera@gmail.com)  
Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas

Autor: Sidimar de Lara Paz (sidi\_lara@hotmail.com)  
Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas

Autor: Joyce Ronquim (joyce.ronquim@ifpr.edu.br)  
Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas

**Introdução:** Em virtude do crescimento populacional na zona urbana, e ao mau uso e ocupação do solo urbano, a cidade está sofrendo sérios problemas ambientais, como é o caso das grandes áreas impermeáveis encontradas no meio urbano. Algumas medidas sustentáveis estão sendo utilizadas para melhorar esse impacto ambiental, como por exemplo, o desenvolvimento urbano de baixo impacto com a utilização do telhado verde. **Desenvolvimento:** Segundo Baldasser (2012), o telhado verde tem por finalidade a aplicação de vegetação sobre a cobertura de edificações, e para a boa instalação e para que a edificação não sofra com problemas de infiltração, é necessário um bom tratamento de impermeabilização, drenagem e barreira anti-raízes. De acordo com França (2012) a utilização do telhado verde no Brasil é bastante adequado em função da situação climática, urbana e social. Dentro do meio urbano está sendo estudada, a utilização deste tipo de cobertura que contribuiria para a absorção das águas pluviais, não trazendo consequências aos poderes público e privado quanto à infraestrutura de galerias de águas pluviais e evitando consequências geradas por enchentes (BALDESSAR, 2012). D'Elia (2009) descreve vários sistemas que podem ser utilizados, modular, alveolar, laminar. Um sistema modular necessita de impermeabilização e proteção mecânica, elementos de drenagem, camada de filtragem e separação, caixa de proteção para drenos, substrato de argila expandida, pode ser usado com jardim. D'Elia (2009) descreve as camadas necessárias para a execução de um sistema alveolar de ecotelhado, sendo elas: membrana anti-raízes, membrana para drenagem e retenção da água, membrana filtrante, módulo que evita erosão, compactação e aeração e o substrato. E em um sistema laminar é colocado módulos de piso elevado sobre a laje impermeabilizada, a membrana de retenção, o substrato fibroso, leivas de gramas. “Essas camadas podem, além da captação da água, reduzindo enchentes, também servir de filtro, melhorando a qualidade da água sobre a cobertura” (NETO, 2012 p. 6). Com a aplicação do telhado verde, poderiam ser evitados desperdícios da água, aumentando o aproveitamento e preservando a água captada (FERREIRA, 2007). É necessário analisar a hidrologia urbana, a

19 e 20 de novembro de 2013

ISSN: 2237-700X

Página 192

cultura do local, a finalidade e o projeto para definir o tipo de cada camada necessária para o telhado verde. **Conclusão:** A utilização do telhado verde é uma técnica de desenvolvimento urbano de baixo impacto (LID) que está ganhando espaço, tanto no desenvolvimento de várias técnicas de implantação, quanto na questão cultural, porém, ainda precisa de muita educação e conscientização ambiental, e redução nos custos de implantação deste sistema.

**Palavras-chave:** Telhados verde. Desenvolvimento urbano de baixo impacto.

**Referências Bibliográficas:**

BALDASSER, Silvia Maria Nogueira. Telhado verde e sua contribuição na redução da vazão da água pluvial escoada. Projeto de pós-graduação em engenharia da construção civil da Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, 2012.

NETO, Pedro de Souza Garrido. Telhados verdes associados com sistema de aproveitamento de água de chuva: projeto de dois protótipos para futuros estudos sobre esta técnica compensatória em drenagem urbana e prática sustentável na construção civil. Projeto de graduação em engenharia civil da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rios de Janeiro, Agosto, 2012.

FERREIRA, César Argentieri; MORRUZZI, Rodrigo Braga. Considerações sobre a aplicação do telhado verde para a captação de água de chuva em sistema de aproveitamento para fins não potáveis. Projeto de graduação em engenharia ambiental da UNESP, Rio Claro, 2007.

FRANÇA, Luciano Cavalcante de Jesus. O uso de telhado verde como alternativa sustentável aos centros urbanos: opção viável para a sociedade moderna do século XXI. Artigo, engenharia florestal, Universidade Federal do Piauí, 2012.

D'ELIA, Renata. Projetos, Telhados Verdes. Revista Técnica, 2009. Disponível em <http://techne.pini.com.br/engenharia-civil/148/artigo287671-6.aspx>. Acesso 13 de novembro de 2013.

LLA: Linguística, Letras e Artes (Linguística, Letras, Artes)

## RESUMO EXPANDIDOS:

### REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE DANÇAS TRADICIONAIS GAÚCHAS COM A VOZ OS ATORES DA DANÇA

IOTTI, Valdenir<sup>4</sup>

KRAEMER, Celso<sup>5</sup>

## RESUMO

A cultura pode ser compreendida como a expressão do contexto sócio-cultural de um povo. A cultura gaúcha, é um exemplo de organização cultural, que determina as ações de um grupo social. Um desses elementos culturais é a dança, vivenciadas e praticadas dentro dos Centros de Tradições Gaúchas – CTGs; que se destacando como um núcleo que emprega o processo de educação não-formal, na busca de transmissão do conhecimento no campo do universo consensual. O presente artigo aborda as questões relacionada com a cultura gaúcha por meio da dança tradicional, buscando compreender as representações vivenciadas pelos dançarinos que a executam. Para tanto, busca-se um embasamento teórico na teoria das Representações Sociais - RS desenvolvida por Serge Moscovici, com o objetivo de compreender as referências e os valores socialmente construídos por meio da vivencia da dança tradicional gaúcha; identificada através da Teoria e do Método das Representações Sociais, pelos elementos que são ancorados e objetivados.

**Palavras Chaves:** dança tradicional gaúcha, Representação Social, Educação não-formal

## ABSTRACT

Culture can be understood as the expression of socio-cultural context of a people. The gaucho culture is an example of cultural organization, which determines the actions of a social group. One such element is the cultural dance, experienced and practiced within the Centers Gaucho Traditions - TGCs, which is emerging as a core that employs the process of non-formal education, the search for knowledge transfer in the field of consensual universe. This article discusses issues related to the gaucho culture through traditional dance, trying to understand the representations by experienced dancers to perform. It seeks to be a theoretical foundation in the theory of social representations - RS developed by Serge Moscovici, aiming to understand the references and values socially constructed through the experiences of traditional

---

4

5

dance gaúcho ; identified through the Theory and Method of Social Representation , the items that are anchored and objectified .

**Key words** : traditional dance gaúcho, Social Representation , Non-formal education

## 1. INTRODUÇÃO

A cultura gaúcha, disseminada principalmente no sul do país, é expressão de um contexto sócio-cultural da região, marcada por forte influência dos imigrantes que ocuparam o território. Com características singulares, a cultura gaúcha se diferencia das demais culturas brasileiras. Sua maneira de atuar permite vivenciar e atualizar valores que referencia a tradição.

A pesquisa tem como objetivo compreender as representações sociais de dança para um grupo de pessoas que participam do festival de danças tradicionais gaúchas do estado do Paraná, pelo CTG Recordando os Pagos. Para atingir esse objetivo é importante entender os valores que foram construídos, evidenciando a formação dos sujeitos que vivenciam essa representação no grupo, enquanto valores socialmente construídos. Dessa forma, a pergunta de pesquisa busca saber quais os sentidos, os valores sociais e culturais que estão presentes nas representações sociais de danças tradicionais gaúchas para os dançarinos do CTG Recordando os Pagos, de Francisco Beltrão, PR?

Ao pensar o CTG (Centro de Tradições Gaúchas) como um espaço que promove a educação não-formal, essencial para a formação do sujeito na cultura gaúcha, com saberes e valores que não se aprende na vivência escolar, a presente pesquisa justifica-se no mestrado em educação, pois aborda um tema de educação. Ao discutir a representação dada à dança pela a cultura gaúcha, abordam-se as motivações que leva esses jovens a freqüentar os CTG`s, participar de um longo processo educacional para a dança, treinos exaustivos, à noite e finais de semana, para participar dos festivais de dança tradicionais gaúcha. Atualmente, os CTGs e os festivais de dança estão espalhados em todos os estados do Brasil. Assim, tem-se, como exemplo, o ENART (Encontro de Arte e Tradição Gaúcha - RS), FEPART (Festival Paranaense de Arte e Tradição Gaúcha - PR), FEGAMS (Festival Sul-Mato-Grossense de Folclore e Tradição Gaúcha - MS) entre outros.

Na busca por compreender as representações sociais de dança, no grupo de danças tradicionais gaúchas, seu sentidos e valores, para tanto, há a necessidade

de identificar as representações sociais que são ancoradas nos valores propostos nas práticas das danças tradicionais, conseqüentemente relacionar a cultura gaúcha com a linguagem das danças tradicionais, contemplando a educação não formal que ocorre entre os sujeitos.

Para tanto devemos compreender as referencias e valores que mobilizam culturalmente o grupo de dança do CTG Recordando os Pagos de Francisco Beltrão – Paraná.

## **2. METODOLOGIA**

A pesquisa se fundamenta na teoria e no método das representações sociais, valendo-se da abordagem estrutural, com a qual busca encontrar o núcleo central e os elementos periféricos da representação social do grupo social definido para a pesquisa. Também será utilizada a abordagem processual, identificando a ancoragem e a objetivação dos valores e sentidos da dança tradicional gaúcha, a partir do conceito do universo consensual, com o qual abordará as crenças vivenciadas pelo grupo social pesquisado.

Os dados da pesquisa foram coletado através de um roteiro de perguntas para a entrevista com os componentes do elenco de dança do Centros de Tradições Gaúchas já citado. Construída a partir das abordagens da Representação Social, em um primeiro momento foi feita a abordagem estrutural, na qual foram levantadas as palavras com as quais eles representam as danças tradicionais gaúchas.

Em um segundo momento, foi aplicado um questionário com perguntas que abordam elementos que identificam os sujeitos da pesquisa, a sua relação com a dança tradicional gaúcha. Cada um destes instrumentos serve para uma das abordagens de Representações Sociais. Ambas as abordagens servirão para proceder a análise de dados mediante a teoria da representação social.

## **3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU DISCUSSÃO**

Para compreender o homem, enquanto sujeito pertencente a uma sociedade, formada por grupos que se organizam de forma a compartilhar ações em comum,

nos deparamos com as representações sociais. Estas constituem o elemento que caracteriza um determinado grupo como sendo social. A teoria das **representações sociais** estuda os fenômenos sociais, do sujeito ou de um grupo. A representação social é, por sua vez, um conhecimento que transita no universo consensual, construído e compartilhado por determinado grupo, com a participação do sujeito. Ela é responsável pela condução dos componentes, organização das condutas e definição de escolhas e preferenciais.

As representações sociais devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos. Elas ocupam, com efeito, uma posição curiosa, em algum ponto entre conceitos, que tem como seu objetivo abstrair sentido do mundo e introduzir nele ordem e percepção, que reproduzam o mundo de uma forma significativa. (MOSCOVICI, 2004, p 46.)

Uma representação é modificada quando novos elementos são incorporado a ela, de modo a romper com questões nucleares ou rígidas em sua constituição. As representações sociais passaram a ser pensadas e pesquisadas por Serge Moscovici, a partir de 1961, dando-lhe um caráter psicológico e social, pensando eminentemente o principio psicossociológico. Sua teoria resume noções de origem sociológica, que envolve a cultura e a ideologia. As representações sociais são um suporte indispensável para a compreensão da realidade social, realidade essa que se constrói a partir do conhecimento científico, que Moscovici chama de universo reificado.

As representações sociais ocorrem de forma dinâmica, na relação do sujeito na cultura em que está inserido. O sujeito, pela teoria das representações sociais, é um componente social e a teoria permite compreender o modo como essa sociedade está permeada por conceitos e inovações, no universo das representações, que acontecem a todo o instante, podendo modificar-se continuamente. As estruturas do pensamento socialmente construído e compartilhado, segundo Moscovici, “[...] emergem do encontro e interação do sujeito (eu) com o sujeito (outro) a partir do coletivo pensando em grupo”. É dessa forma que



### III Contextos e Conceitos

## Mostra de Produção Científica e Extensão

## Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas

Pessoas e grupos criam representações no decurso da comunicação e da cooperação. Representações, obviamente, não são criadas por um indivíduo isoladamente. Uma vez criadas, contudo, elas adquirem uma vida própria, circulam, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem. (MOSCOVICI, 2004, p. 41).

A cultura, por sua vez, também sofre influências sociais, mantendo suas concepções nucleares, porém os elementos periféricos mudam constantemente. Por estes motivos que podemos compreender que as representações sociais são dinâmicas e responsáveis pelas atitudes dos indivíduos, quando se pensa em coletividade.

A representação social é a estrutura de pensamento que mobilizam a ação construída para fazer com que o sujeito tenha uma leitura de mundo e possa viver nesse mundo. Quando se pensa nos grupos, vemos as representações sociais como produção simbólica do pensamento, mesmo quando pensada em um caráter micro. Já a cultura é a produção e/ou prática da ação intencional que leva a divulgação das ações por ela construída, ou seja, a produção do material.

Sabemos que as representações sociais correspondem, por um lado, a substância simbólica que entra na elaboração e, por outro, a prática que produz a dita substância, tal como a ciência ou os mitos correspondem a uma prática científica e mítica. (MOSCOVICI, 1961, P. 41).

As representações são parte do produto e processo, sendo que esse produto circula dentro do processo. Quando se faz essa leitura dinâmica, compreendemos a produção, a circulação e o impacto das representações nas práticas sociais.

As representações sociais se manifestam em duas formas, uma como substâncias simbólicas, e a outra, é a prática da realização da substância simbólica. Moscovici ressalta que a substância simbólica tem essência no dinamismo social, encontrado entre os sujeitos do grupo. Assim, ela pode ser pensada de forma coletiva. A partir disso se pode dizer, de forma ampla, que as representações sociais são uma maneira mais moderna de se explicar a ação do homem em seu grupo social.

Quando tratamos as representações como uma teoria que nos impulsiona ao conhecimento, podemos ressaltar que ela se elabora nas construções de dois universos, o consensual e o reificado. Quando se pensa em representações sociais, do ponto de vista metodológico, podemos afirmar que ela atua por meio de observação, de análises dessas observações e de noções e linguagens, que caracterizam o universo consensual. O método busca identificar e compreender as representações que ocorrem nos espaços públicos, onde todos participam da representação, podendo ser o amador ou o observador, que necessariamente precisam construir uma cumplicidade, na linguagens, posturas, ações, que podem ser facilmente identificados nos clubes, associações, que é o caso quando pensado o centro de tradição gaucha. (MOSCOVICI, 2004.)

No universo reificado, que é o universo da ciência, encontramos e compreendemos a sociedade de outra forma, não a partir de seu movimento próprio, na dinâmica da produção das representações, mas a partir da produção científica das representações.

No universo reificado, a base para a representação não é o que se constitui ou refere às práticas dos sujeitos comuns, suas idéias, atividades, constituída pela sociedade, são entendidas como atividades isoladas, pois a base a partir da qual se constitui o universo reificado é a ciência. É pela ciência que está inerente no objeto da representação que ele se organiza neste universo, pois a ciência atua pela conclusão que se impõem sobre o objeto estudado, constituindo assim o universo reificado. Porém, se pensarmos que a ciência, assim como o mito e as representações sociais, constitui, em uma organização psicológica, uma forma de conhecimento particular de nossa sociedade, irreduzível a qualquer outra, podemos compreendê-la como forma pertencente a noções psicossociológica.

Esse dado mostra que tanto o universo reificado quanto o universo consensual, são próprios da nossa cultura.

Pode-se ter certo entendimento de que as representações pertencem exclusivamente ao universo consensual, pois essa perspectiva busca contextualizar as ações e os valores de forma a que todos sejam ativos no grupo, baseando-se no senso comum do grupo social.

Porém, isso não quer dizer que não possa haver a transição entre o universo consensual e o universo reificado. Pode-se encontrar, em algum momentos, conceito que permeavam o universo reificado, e que se tornam popular entre todos, transformando-se em universo consensual.

Por este motivo, em muitos casos, vemos familiaridade entre as ações como representações e como ciência.

Se abordarmos as representações sociais como conjuntos dinâmicos e seu status é o de uma produção de comportamentos e de relações com o meio ambiente, de uma ação que modifica aqueles e estas, e não de uma reprodução desses comportamentos ou dessas relações, estamos observando uma forma de conhecimento que, neste caso, aborda a comunicação e a seleção de uma informação na sociedade.

A representação social atua, justamente, tornando o não-familiar em algo familiar; pela representação social, o desconhecido torna-se conhecido. Pertencer a um determinado grupo implica em estar familiarizado com as representações desse grupo, vivenciar suas praticas coletivas. Isso faz com que os sujeitos se aproximem uns dos outros. Tal característica também pode ser fonte de conflitos nas interações entre um grupo e outro. Seu entendimento faz com que compreendemos a necessidade, de certa maneira para que não entrarmos conflitos extremos, de tornar esse não-familiar em familiar.

A partir desse pressuposto, vemos que podemos encontrar, nos Centros de Tradições Gauchas, determinadas danças, determinado vestuário, e ações que não são familiares aos outros grupos da sociedade. Para que possamos entender essas ações do grupo tradicionalista é necessário que se faça a apropriação das representações sociais para tornar essa cultura, e as praticas culturais desse grupo familiar.

Neste contexto podemos afirmar que a finalidade das representações sociais é tornar o desconhecido, conhecido. E assim, encontramos uma singularidade nas ações vivenciadas em grupos não-familiares, ocorrendo significativas mudanças de valores e sentidos, a quem se refere ao grupo tradicionalista.

A relação entre os sujeitos constitui a necessidade de criar e reformular suas representações, sendo que o indivíduo constrói a representação por meio de dois processos indispensáveis, a ancoragem e a objetivação.

Entende-se por ancoragem o movimento em que o sujeito elabora para tornar algo não conhecido, o não-familiar em familiar. Para tanto, há a necessidade de um comparativo com o objeto já familiarizado, encontrar uma categoria para o objeto em questão, sendo que quando o sujeito realiza essa manifestação e comparativo já está se apropriando do movimento de representação.

Nesse contexto de discussão podemos entender como ancoragem o processo de reconhecer o objeto, dar nome, torná-lo familiar; ancorar é estacionar em local conhecido.

Ancoragem – esse é um processo que transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada. É quase como que ancorar um bote perdido em um dos boxes (ponto sinalizadores) de nosso espaço social. MOSCOVICI, p. 61, 2004.

Já a objetivação se organiza na reprodução do sentido dado ao objeto, torná-lo palpável, material, sendo que esta materialização se elabora por meio da informação obtida da ancoragem, da ideia que é constituída pelo sujeito durante a sua formação como tal e das crenças, ideias e informações por ele vivenciada.

Após isso, ocorre a recontextualização, feita a partir das suas referências e valores. Por fim, a familiarização, que é tornar natural, dar a materialidade proposta para o objeto em questão.

Objetivação une a ideia de não-familiaridade com a de realidade, torna-se a verdadeira essência da realidade. Percebida primeiramente como um universo puramente intelectual e remoto, a objetivação aparece, então, diante de nossos olhos, físico e acessível. (MOSCOVICI, p. 71, 2004).

O sujeito é produtor de cultura. Sendo a cultura um conhecimento explicitado para outros sujeitos, e que automaticamente é divulgado, esta se expressa em

varias representações sociais, construído por grupos de sujeitos. Existe, nas representações sociais, uma constante variação, pelo fato do homem, que neste caso se consolida pela cultura, ser dinâmico e pensar e construir ações a partir de constantes relações.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa vem ao encontro dos anseios de uma melhor compreensão, no que se refere ao processo de mobilização entre os sujeitos que vivenciam a cultura gaúcha por meio da linguagem artística da dança.

Para tanto conseguimos identificar o Centro de Tradições Gauchas como sendo um local onde ocorre a educação não-formal. Este espaço se mostra oportuno para compreendemos que a representação social, a partir da teoria que possibilita uma compreensão para o problema de pesquisa.

Através da Teoria e do Método das Representações Sociais conseguimos identificar os elementos que são ancorados e objetivados com relação à dança tradicional gaúcha. Com isso se evidenciarão os elementos formadores das representações que motivam o grupo de dança a freqüentarem o Centro de Tradição Gaúcha.

#### 5. REFERÊNCIAS

- CORTELLA, M.S.; A contribuição na educação não-formal para a construção da cidadania; In: **Visões Singulares Conversas Plurais**. Rumos Educação Cultura e Arte 3; Itaú Cultural, São Paulo, p. 43-51 , 2007
- MOSCOVICI, Serge. **A Representação Social da Psicanálise**. Rio de Janeiro, Zahar Editores. 1961.
- SILVA, Neide M. A.(org.) **Representações Sociais em educação: determinantes teóricos e pesquisas**. Blumenau: Edifurb, 2009.
- SIMON, O.R.M.; PARK, M.B.; FERNANDES, R.S.; Educação não-formal: um conceito em movimento. In: **Visões Singulares Conversas Plurais**. Rumos Educação Cultura e Arte 3; Itaú Cultural, São Paulo, p. 13-41, 2007

## A EDUCAÇÃO NO BRASIL NO PERÍODO POMBALINO

Autor: Eleaine Fortes (manna\_forts@hotmail.com)

Instituto Federal do Paraná

### RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar as mudanças ocorridas na educação brasileira durante o período Pombalino (1759-1808). Este trabalho apresenta a discussão sobre o contexto em que se deu a primeira reforma educacional no país, e mais precisamente, discute a relação direta entre a expulsão dos jesuítas e a necessidade da implantação de um novo modelo educacional no Brasil. Analisa, especificamente, a reforma educacional do Marquês de Pombal, sendo o qual procurou modernizar o reino a fim de manter o absolutismo real, como tentativa de modernização para o desenvolvimento da economia portuguesa, Pombal pensava apenas em organizar a escola para servir aos interesses do Estado. Nesse sentido, a educação jesuítica não convinha aos interesses do ministro, pois tinha como objetivo servir aos interesses da fé. No entanto, torna-se necessário estudar o que pensava marquês de Pombal - as ideias Iluministas, que ele reflete e sua repercussão na educação, para entender que começava ali uma nova fase da história do Brasil. Este estudo é de cunho teórico-bibliográfico e foi desenvolvido através do uso de obras de autores que são referência para a História da Educação no Brasil.

**Palavras-chave:** Reforma Pombalina. História da Educação. Marquês de Pombal.

### • INTRODUÇÃO

No século XVIII, a Europa enfrentava a crise do Antigo Regime. Portugal, que tivera até então o domínio das colônias estava em declínio e se submetia a tratados em torça de proteção da Inglaterra. A expulsão dos Jesuítas deu início uma nova fase da educação no Brasil. O século XVIII foi marcado, em Portugal, pelo contraste entre a atmosfera religiosa, ainda dominante, com seu séquito de credices, e a visão racionalista pautada pela lógica; entre o anseio por mudanças e o peso das tradições, entre fé e ciência. A penetração das novas ideias, de influência iluminista, dava-se especialmente a partir de portugueses residentes no exterior como o próprio Sebastião José de Carvalho e Melo que viria a ser o Marquês de Pombal. A esses, que exerceram algum tipo de função diplomática, acrescentam outros que, por serem acusados de judaizantes, foram perseguidos pela Inquisição, como foi o caso de Antonio Nunes Ribeiro Sanches. Pelos seus vínculos com outros países europeus, em especial com Inglaterra, Itália e França, esses personagens eram chamados de estrangeirados (NISKIER, 2011).

A reforma Pombalina é um importante marco na Historiografia da Educação Brasileira. No Brasil o processo de implantação das reformas pombalinas iniciou-se logo após a aprovação do Alvará de 1759. No entanto, para entender a história do



Brasil enquanto Colônia de Portugal se faz necessário o entendimento das ideias de quem a gerou, sendo ele Sebastião José de Carvalho e Melo mais tarde, marquês de Pombal (primeiro ministro de Portugal de 1750-1777), título dado a ele pelo rei D. José. Um dos vultos históricos mais contundentes de Portugal e da América Portuguesa, homem de confiança do rei, fizera carreira diplomática em várias cortes europeias, mostrando energia e determinação, que o levaram a ser nomeado Secretário dos Negócios Estrangeiros, em 1750, rumando, em seguida, para o poder total. Foi fortemente influenciado pelos ideais iluministas, no entanto o iluminismo português apresenta algumas peculiaridades que o diferenciam do modelo encontrado nas demais reações europeias, na França, Inglaterra e Alemanha. (SAVIANI, 2011).

Deste modo, a análise das transformações da sociedade portuguesa em meados do século XVIII, consubstanciadas nas Reformas Pombalinas, que abarcaram os âmbitos econômico, administrativo e educacional, tanto em Portugal como nas suas colônias, requer o conhecimento da situação da metrópole neste período.

Nesta perspectiva, Pombal para atingir seu objetivo, tinha que recuperar a economia, mas a nação que se destacava neste período era a Inglaterra, bastante beneficiada pelos lucros coloniais dos portugueses, assim, Portugal não conseguiu alcançar este objetivo. Pombal não agia por intenção, mas pelas opções determinadas pela posição de Portugal no sistema de Estado mercantilista do século XVIII (SOARES, 1961).

Este trabalho pretende destacar como foi implantado o novo sistema educacional que deveria substituir o sistema jesuítico. Com tudo, o Marquês de Pombal não conseguiu introduzir as inovações de sua reforma no Brasil e, sim provocar o retrocesso do sistema educacional brasileiro.

## **2. A EXPULSÃO DOS JESUÍTAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O ENSINO**

No ano de 1750, morreu o Rei D. João V e passou a reinar seu filho D. José I. Com data de dois de agosto desse ano, foi nomeado o Marques de Pombal, que manteve boas relações com os jesuítas, o que só se viria a alterar quando se deu início aos trabalhos de demarcação de fronteiras no Sul do Brasil, em cumprimento às disposições do Tratado de Madri, firmado em janeiro de 1750, ainda durante o reinado de D. João V, entre Portugal e Espanha. Portugal cederia aos espanhóis a Colônia do Sacramento, no rio da prata, mas, em compensação, ficaria de posse dos Sete Povos das Missões, importante núcleo de ação missionária jesuítica, abrangendo as localidades situadas na margem esquerda do rio Uruguai. (NISKIER, 2011).

Por volta do século XVIII, em meados 1760 a 1808, deu início ao Período Pombalino, que se originou com a expulsão dos jesuítas do Brasil e com o fechamento dos colégios. (ARCANJO; HANASHIRO, 2010) “A expulsão dos jesuítas se deu porque não era tolerada nenhuma interferência à autoridade real. [...]” (p. 35). Diante do exposto, Pombal fez uma reforma na educação, substituindo o sistema jesuítico. A qual tinha como um único objetivo modernizar o reino fortalecendo assim o estado, e estava disposto a combater a todos que ousassem enfrentar a nobreza.

Apesar de professar-se um seguidor do iluminismo, Marquês de Pombal tornou-se o ministro todo-poderoso, atuou como um déspota conseguindo que fossem referendadas pelo Rei suas iniciativas (AZEVEDO, 1996).

Com as medidas violentas tomadas pelo Conde de Oeiras contra os padres, desagrada a muita gente, não só em Portugal como, principalmente, no Brasil. Num rumoroso processo que envolveu o sacerdote padre Carlos José de Lima, em Minas Gerais, faz um desabafo bastante corajoso para a época.

Assim Lima (apud, NISKIER, 2011, P. 62):

O Soberano Monarca [D. José I] era qual outro ou pior que Nero. Que por estar demente ou pateta, sujeitava o despotismo do seu governo ao homem mais cruel do mundo, qual era o Ilmo. E Exmo. Sr. Marquês de Pombal. Que fora tirania grande o extermínio dos denominados jesuítas, por serem homens inocentes que não tinham delinquido em coisa alguma, ou mais doutos e as luzes do Mundo os quais com o dito extermínio se haviam acabado, juntamente com as ciências, virtudes e riquezas dele. Que o mesmo Senhor era ímpio e cruel em desprezar a uns homens daquela qualidade e que por razão não podia ser bem-sucedido, por ter tirado bens de Santo Inácio. Que tinha desculpa, em assim fazer, por deixar governar por um homem e tão mau como era o dito Ilmo. E Exmo. Sr. Marquês de Pombal.

De acordo com Aranha (2006), após a expulsão dos jesuítas, os bens dos padres foram confiscados, dentre os quais, muitos livros e manuscritos importantes que foram destruídos. No entanto, de início ao desmantelamento da estrutura educacional foi prejudicial, pois não foi possível fazer um ensino regular por outra organização escolar, a qual anteriormente era montada pela Companhia de Jesus.

Em seu artigo “Instrução Pública nos Tempos Coloniais do Brasil”, assim se manifestou sobre a expulsão dos jesuítas: Moreira de Azevedo (apud, NISKIER, 2011, P. 62):

Privados desses preceptores experimentou a instrução sensível atraso, e, se para substituí-los vieram as escola Monásticas dos Beneditinos, Carmelitas e Franciscanos, não chegaram estas ao grau de método, ensino e regularidade das dos padres de Jesus, porém, ainda assim, quando aquelas desaparecem, eram melhores que possuía a colônia do Brasil.

No caso da expulsão dos jesuítas, segundo Niskier (2011, p. 59-60), “[...] teve como consequência imediata, além da desintegração do ensino, o fechamento, no Brasil, de 25 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários.”. Também, completa o autor “os jesuítas deixaram o Brasil debaixo de uma série de violentas acusações, traduzidas em termos que até hoje causam espanto”.

Com a expulsão dos jesuítas, o ensino no Brasil ficou prejudicado. De acordo com Vilhena (apud NISKIER, 2011, p. 60):

Depois da extinção daquela Religião ficaram as outras aulas com muito maior frequência, de forma que havia Aula de Filosofia, em que

andavam mais de 80 estudantes, não sendo a única, e por aqui podes coligir a frequência que teriam as de Gramática. O tratamento missionário dos jesuítas foi de tal alcance que nem mesmo o mais tolerante dos historiadores da Companhia de Jesus poderia deixar de reconhecer os seus benefícios: a obra dos jesuítas, seja ela de educação, se apresenta com tal significado e com tão profundo alcance que seria absurdo subestimar os efeitos advindos da reforma pombalina do ensino menor.

Todavia, o mesmo autor faz críticas quanto ao ensinamento dos jesuítas:

No ano de 1759 foi o Paternal Amor do Augustíssimo Senhor Dom José Primeiro servidor obviar a muitos abusos que os estudos se haviam inovado, por todo o tempo que aqueles extintos religiosos os havia dirigido, extinguindo também aquele pernicioso método por que se gastava meia vida de um estudante com o simples estudo de Gramática Latina[...] (Vilhena apud NISKIER, 2011, p. 61).

Mediante a expedição de vários atos administrativos tendentes a reduzir os efeitos do fechamento dos colégios da Companhia de Jesus, o governo português previa o colapso do sistema de ensino Portugal, tratando-se assim acautelá-lo (NISKIER, 2011).

Comenta Azevedo (1996, p. 64):

Quando o decreto de Marquês de Pombal dispensou os padres da Companhia, expulsando-os da Colônia e confiscando-lhes os bens, fecharam-se de um momento para o outro todos os colégios, de que não ficaram senão os edifícios. Em 1759, com a expulsão dos jesuítas, o que sofreu o Brasil não foi uma reforma de ensino, mas a destruição pura e simples de todo o sistema colonial de ensino jesuítico. Não foi um sistema ou tipo pedagógico que se transformou ou se substituiu por outro, mas uma organização escolar que extinguiu sem que essa destruição fosse acompanhada com medidas bastante eficazes para lhe atenuar os efeitos ou reduzir a extensão.

Por fim, Pombal, com sua reforma educacional, tinha a intenção de confiscar as propriedades da igreja, mas como também aprofundar o controle político-econômico da colônia brasileira.

## **MARQUÊS DE POMBAL E A EDUCAÇÃO NO BRASIL**

Sebastião José de Carvalho e Melo nasceu em 1699. Sua família, embora de origem nobre, não era rica. Já que se dedicava à magistratura, pode-se falar em uma nobreza togada. Nessa condição, a ascensão social se daria não em função do nascimento, mas pelas posses e pelos cargos ocupados. Carvalho e Melo estava situado, assim, entre a nobreza e a burguesia. As ambições políticas que alimentava só começaram a apresentar alguma perspectiva quando, já com quase 40 anos, se deslocou para a corte da Inglaterra como diplomata. Ficou lá em torno de cinco

anos, tendo desenvolvido antipatia por aquele país que, segundo ele, representava uma ameaça em relação ao domínio do Brasil (SAVIANI, 2011).

Segundo Saviani (2011) com a ascensão ao trono de Dom José I, aclamado rei em sete de setembro de 1750, Sebastião José de Carvalho e Melo integra o gabinete como ministro responsável pela Secretaria do Exterior e da Guerra. Pouco a pouco, foi ganhando proeminência no governo, legislando, inclusive, nos âmbitos de competência de outros ministros.

Já em 1756, assume o cargo de secretário de Estado dos Negócios do Reino, o posto mais alto do governo, tornando-se ministro plenipotenciário. Torna-se então, em 1769, Marquês de Pombal, denominação que o consagrou tanto na política como na historiografia. (ARANHA, 2006).

A Companhia de Jesus - ordem religiosa formada por padres, conhecidos como jesuítas - foi fundada por Inácio de Loyola em 1534. Os jesuítas tornaram-se uma poderosa e eficiente congregação religiosa, principalmente, em função de seu princípio fundamental a busca da perfeição humana. Tinha como objetivo sustar o grande avanço protestante da época e, para isso, utilizou-se de duas estratégias: a educação dos homens e as dos indígenas; e a ação missionária, por meio da qual procuraram converter à fé católica os povos das regiões que estavam sendo colonizadas (ZOTTI, 2004).

Com poder ilimitado, que era afrontoso aos olhos do futuro, os jesuítas controlavam boa parte dos interesses econômicos nacionais além das tarefas de cristianização. Assim, os cofres do Estado não refletiam a riqueza e o fausto da Igreja, já que o comércio era de fato dominado pela Igreja, e não pelo Estado (ARCANJO, HANASHIRO, 2010).

Nessa perspectiva, o Marquês sabia que, para atingir seu objetivo - fortalecer a nação portuguesa - tinha que recuperar a economia, por intermédio de uma concentração do poder real e de modernizar a cultura portuguesa. Isso seria possível através do enfraquecimento do prestígio e poder da nobreza e do clero que, tradicionalmente, limitavam o poder real (ROMANELLI, 2003).

As ideias do Marquês valorizavam a razão, a experiência, as sociedades liberais, que influenciaram a criação de uma educação cidadã. Tem início, então, o embrião do “ensino público” no Brasil. Uma educação mantida pelo estado e sem atrelamento a uma ordem religiosa (NISKIER, 2011).

Na prática, o modelo implantado pelos jesuítas perdeu o curso de humanidades para as *aulas régias* (latim, grego, filosofia e retórica), que continuaram a ter sua conclusão de estudos na Europa, sob a influência das ideias Iluministas de Bacon, Hobbes, Descartes, Kant, que se opunham às explicações divinas e religiosas, às superstições e aos mitos e, por consequência, indo de encontro às estruturas conservadoras da poderosa Igreja Católica, às práticas da inquisição e aos dogmas inabaláveis (AZEVEDO, 1963).

Para Zotti (2012, p.28),

A aula Régia, baseada no enciclopedismo, continua-se em unidades de ensino, com professor único, instaladas para determinada disciplina que deveriam substituir as disciplinas antes oferecidas nos colégios jesuítas. Eram aulas autônomas e isoladas, não havendo um currículo no sentido de um conjunto de estudos ordenados e hierarquizados, nem a duração prefixa se condicionava ao desenvolvimento de qualquer matéria.

De acordo com Romanelli (apud, Zotti, 2012, p. 28):

A uniformidade da ação pedagógica, a perfeita transição de um nível escolar para outro, a graduação forma substituídas pela diversificação das disciplinas isolada. Leigos começaram a serem introduzidos no ensino e o Estado assumiu, pela primeira vez, os encargos da educação.

Dessa forma, os jesuítas eram um entrave, não só para os objetivos econômicos, políticos e religiosos do Marquês, mas também representavam um obstáculo e uma fonte de resistência às tentativas de implantação da nova filosofia iluminista que se difundia rapidamente por toda a Europa (NISKIER. 2011).

Nas observações secretíssimas do Marquês de Pombal, na ocasião da inauguração da estátua equestre e por ele mesmo, alguns dias depois de acordo com Pombal apresenta os nove princípios básicos do novo Estado por ele instituído: “o desenvolvimento da cultura geral, o incremento das indústrias, o progresso das artes, o progresso das letras, o progresso científico, a vitalidade do comércio interno, a riqueza do comércio externo, a paz política, a elevação do nível de riqueza e bem estar”. (SAVIANI, 2011, P. 81).

Esse regime subordinou os organismos políticos e sociais ao poder central; enquadrou a nobreza eliminando os privilégios de nascimento; nobilitou os agentes da indústria e do comércio, neutralizou os conflitos de classe, extinguiu a confraria do espírito santo da pedreira ou mesa dos homens de negócios criando a junta do comércio e a aula do comércio, instituiu a política dos diretórios visando a subtrair os indígenas do controle eclesial, expulsou os jesuítas, vinculou a Igreja ao Estado, tornando-a independente de Roma, criou o Colégio dos Nobres, aboliu a diferença entre cristãos velhos e novos. Também criou a Real Mesa Censória, secularizou a inquisição, tornando-a um instrumento do Estado e decretou a reforma dos estudos menores e maiores (SAVIANI, 2011).

A esse respeito, Aranha (2006) afirma que Marquês de Pombal não conseguiria de imediato introduzir as inovações de sua reforma no Brasil, após ter destruído o único sistema de ensino existente no país fechando todos os colégios existentes, conduzidos por uma estrutura jesuítica, assim teria provocado o retrocesso de todo o sistema educacional brasileiro. Durante quase trinta anos o Brasil ficou longe de uma educação adequada.

De acordo com Saviani (2011) o alvará de 28 de junho teve-se à reforma dos estudos menores, que correspondem ao ensino primário e secundário. Após um preâmbulo, o documento trazia as disposições relativas ao diretor de estudos e aos professores de gramática latina, de grego e de retórica. O objeto desse alvará privilegiou os estudos das chamadas “humanidades”, portanto, o ensino correspondente ao nível secundário. Os estudos de nível primário, ou seja, as aulas de primeiras letras que compõem a parte inicial dos estudos menores serão incluídas na segunda fase da reforma, regulada em lei de 1772.

No preâmbulo da Lei, o rei após retomar as críticas aos jesuítas, que teriam levado à ruína às letras ao controlá-las durante dois séculos, situa nesse âmbito “as escolas menores, em que se formam os primeiros elementos de todas as Artes e Ciências”; menciona as súplicas da Real Mesa Censória para reparar “as sobreditas



escolas, que constituem os berços em que se nutrem e criam as referidas Artes e Ciências com uma providencia tal a estender seus benefícios” ao maior número de povos e de habitantes deles que a possibilidade pudesse permitir. (SAVIANI, 2011).

Segundo Saviani, 2011, em agosto de 1772, iniciava-se a segunda fase da reforma, a qual tinha o ensino de nível superior, os estudos maiores como seu principal alvo. Aos 23 de dezembro de 1779, foi acionado o processo de reforma da Universidade de Coimbra com a criação da “junta de providência literária”, cuja tarefa era a redação dos novos estatutos da universidade.

Para Soares, (1961, p. 218) mais importante do

[...] que a reforma e modernização da Universidade de Coimbra foi o Alvará de 06 de novembro de 1772, que institui o ensino popular a ser dado nas escolas públicas. Pombal não ficou apenas no texto da lei. Passou de imediato à fundação de escolas, que deveriam completar um total de 479. A lei determinou que o ensino popular poderia também ficar a cargo de particulares, que para tanto contariam com apoio do Estado no prelecionamento das seguintes matérias: ortografia, gramática, aritmética, doutrina cristã e educação social e cívica ('civildade'). O ensino secundário daria ênfase especial ao latim, grego e francês. Ao mesmo tempo em que cuidava do ensino popular, fundou o 'Colégio dos Nobres', seminário dedicado à educação de filhos da nobreza; e, para manter o equilíbrio social e educacional, fundou também o Colégio de Mafra, destinado à educação dos plebeus, com programa idêntico ao reservado aos filhos da nobreza. [...] O primeiro-ministro criou um imposto especial destinado à manutenção e ampliação das escolas fundadas (lei de 10 de novembro de 1772).

Trata-se, assim, por meio dos novos Estatutos da Universidade de Coimbra, a reforma dos estudos efetivada o sentido de orientar, pela ideologia iluminista, a vida cultural portuguesa. (SAVIANI, 2011).

Segundo Zotti, 2004, no período jesuítico, o ensino secundário que era organizado pelo curso de humanidades, caracterizado pela unidade de professor, de método e de matéria, passa a ser fragmentado e disperso por aulas avulsas, cada um com um professor.

Contemplando, segundo Ribeiro (apud, ZOTTI, 2004, P. 28)

Para o ensino do latim, a orientação era a de ser apenas como instrumento de domínio da cultura latina e admitir o auxílio da língua portuguesa. Quanto ao grego (indispensáveis a teólogos, advogados, artistas e médicos), as dificuldades deveriam ser gradualmente vencidas: primeiro a leitura (reconhecer as letras e sílabas, palavras), depois os preceitos gramaticais e, por último, a construção. A retórica não deveria ter seu uso restrito ao público e a cátedra. Deveria tornar-se útil ao contato cotidiano. As diretrizes para as aulas de filosofia ficaram para mais tarde e, na verdade, pouca coisa aconteceu. Diante da ruptura com a tradição, este campo casou muito receio ou muita incerteza em relação ao novo.



Em 1777, para custear o ensino, foi criado o imposto colonial, o qual foi chamado de “Subsídio Literário”, a proposta do mesmo tinha por objetivo a diversificação das matérias como retórica, hebraico, matemática, filosofia e teologia.

Segundo Zotti, (2004, p, 29) destaca:

Tudo, porém, muito precário em virtude da escassez de recursos, de docentes despreparados e da insistência de um currículo regular com objetivos claramente definidos. [...]. As principais inovações de Pombal- o ensino das línguas modernas, o estudo das ciências e a formação profissional- não foram implantadas na colônia.

Permanecendo o modelo europeu a ser imitado, o nível secundário continuou desvinculado dos assuntos e problemas da realidade. Para garantia dos interesses portugueses, a continuidade dos estudos deveria ser realizada na Universidade de Coimbra ou em outros centros europeus (ZOTTI, 2004).

Dessa forma, Azevedo (1996. P. 53):

A reforma planejada para o reino, não só golpeou profundamente, na colônia, o ensino básico geral, pulverizando-o nas aulas de disciplinas isoladas (aulas régias), sem qualquer plano sistemático de estudos, como ainda cortou na sua evolução pedagógica normal, o desenvolvimento do ensino dos planos superiores. [...] Tudo, até os detalhes de programas e escolhas de livros, tinha de vir de cima e de longe, do poder supremo do Reino, como se estivesse sido organizado para instalar a rotina, paralisar as iniciativas individuais e estimular, em vez de absorvê-los, os organismos parasitários que costumavam desenvolver-se à sombra de governos distantes, naturalmente lentos na sua intervenção. Essa foi uma das razões pelas quais a ação reconstrutora de Pombal não atingiu senão de raspão a vida escolar da colônia.

As ideias pedagógicas consubstanciadas nas reformas pombalinas da instrução pública incorporaram o ideário iluminista na forma aprendida pelos estrangeirados. Destaca-se, a influencia de Luiz Antonio Verney, especialmente por meio da obra Verdadeiro método de estudar. Tal obra verdadeiro método de estudar foi redigida na forma de 16 cartas e editada originalmente em dois volumes publicados na cidade de Nápoles, em 1746. Verney era padre da Congregação dos Oratorianos, tendo publicado o livro com o pseudônimo de Barbadinho (SAVIANI, 2011).

Pelos temas abordados no livro é possível perceber as afinidades com a orientação adotada nas reformas pombalinas como, por exemplo, a valorização da língua vernácula, no caso a língua portuguesa, já que, na verdade, o primeiro princípio de todos os estudos deve ser a gramática da própria língua.

Outro intelectual que exerceu influência importante na elaboração das reformas pombalinas foi Antonio Nunes Ribeiro Sanches, um dos colaboradores mais próximos de Pombal, sintetiza assim a complexidade de sua atuação: (AZEVEDO, 1996, P. 63).

Pombal quis civilizar e ao mesmo tempo escravizá-lá. Quis defender a luz das ciências filosóficas e ao mesmo tempo elevar o poder real do despotismo. Os efeitos da atuação de Pombal, sobre tudo em função da expulsão dos jesuítas e do confisco de todas as suas propriedades, alteraram profundamente o panorama da educação no Brasil e influíram grandemente na diminuição da extensão e intensidade com a Igreja que vinha se dedicando à educação na Colônia.

Antonio Nunes Ribeiro Sanches havia estudado medicina na Universidade de Coimbra, experiência que incorporou ao livro Método para aprender a estudar a medicina, que, enriquecido com novos estudos e experiências, foi publicado em 1763. Com efeito, Ribeiro Sanches, um cristão novo, completou seus estudos de medicina e filosofia em Salamanca e aperfeiçoou-se em Gênova, Londres. (SAVIANI, 2011).

Antonio Nunes Ribeiro Sanches, com sua concepção iluminista e burguesa, reveste-se de particularidade que precisa ser evidenciada: ela ancora-se não apenas na teoria política, mas busca fundamentação na economia política. (SAVIANI, 2011).

De acordo com Mandeville, Sanches e Comênio (apud SAVIANI, 2011, p. 102).

Afirmações como saber ler, escrever e contar consiste em “artes muito nocivas para o pobre obrigado a ganhar o pão de cada dia mediante sua faina diária”, o que significa que “cada hora que esses infelizes dedicam aos livros é outro tanto de tempo perdido para a sociedade” e “nenhum reino necessita de maior rigor na supressão total do ensino de ler e escrever” do que o reino português mostra a crueza das posições defendidas sem rebuços por esses dois pensadores, contrastando vivamente com as proclamações de que “todos por igual, pobres e plebeus, ricos e nobres e não apenas os filhos dos ricos ou dos cidadãos principais” devem ter acesso à escola que estamos acostumados a ler nos compêndios pedagógicos.

Visando modernizar Portugal, o ideário pedagógico traduzido nas reformas pombalinas era colocá-lo no nível do Século das Luzes, (XVIII), tendo como referência a Inglaterra, sintonizando com o desenvolvimento da sociedade burguesa centrada no modo de produção capitalista. (SAVIANI, 2011).

O Brasil não é contemplado com as novas propostas que objetivavam a modernização do ensino pela introdução da filosofia moderna e das ciências da natureza, com a finalidade de acompanhar os progressos do século. Restam no Brasil, na

educação, as aulas régias para a formação mínima dos que iriam ser educados na Europa. (Zotti, 2004, p. 32).

Assim, com as reformas pombalinas e a expulsão dos jesuítas, a educação brasileira teve um completo desmantelamento. Com a finalidade de acompanhar os progressos do século, o Brasil não é contemplado com as novas propostas, que tinha como objetivo a modernização do ensino pela introdução da filosofia moderna e nas novas ciências. (ZOTTI, 2004).

Por tanto, podemos verificar, que as reformas pombalinas nunca conseguiram ser implementada apesar das propostas formais, para o Brasil, as reformas pombalinas significaram um retrocesso na educação, o que provocou um longo período (1760 a 1808) de quase desorganização e decadência da Educação na colônia, para Portugal, a laicização do ensino foi um avanço. (ZOTTI, 2004).

Em 1779, quase aos 80 anos, Pombal é processado judicialmente por graves acusações de abuso de poder, corrupções e outros tipos de fraudes. Pombal sustenta, no tribunal, que apenas cumpria ordens de seu superior, numa estratégia de defesa. Mas em 1781, Dona Maria I, a Louca, encerra o assunto, proclamando edital que pede punição exemplar para o ancião, que não foi aplicado devido a sua fragilidade, foi afastado da Corte, falecendo em 1782 (Azevedo, 1996).

Em 1777, Pombal deixa o cenário do governo, seguido da sua condenação 1779 e morte em 1782, designamos com seu nome este período da educação do Brasil que se protraí até 1808.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir dos estudos realizados por meio cunho teórico-bibliográfico e desenvolvido através do uso de obras de autores que são referência para a História da Educação no Brasil. Pode se considerar a reforma pombalina, tanto para a Educação brasileira quanto para a Educação em Portugal, como sendo desastrosa para ambas.

Com base nas informações e visando ao que este trabalho se propôs, o que podemos verificar, dessa forma, entre a expulsão dos jesuítas e a administração de Pombal destaca uma lacuna de quase meio século na educação brasileira caracterizada pela precariedade do ensino colonial.

O que Marquês de Pombal fez durante a sua administração foi uma tentativa de modernização e desenvolvimento econômico de uma sociedade. Deste modo, a análise das transformações da sociedade portuguesa em meados do século XVIII, consubstanciadas nas Reformas Pombalinas, que abarcaram os âmbitos econômico, administrativo e educacional, tanto em Portugal como nas suas colônias, requer o conhecimento da situação da metrópole neste período.

Nesta perspectiva, Pombal para atingir seu objetivo, tinha que recuperar a economia, mas a nação que se destacava neste período era a Inglaterra, bastante beneficiada pelos lucros coloniais dos portugueses, assim, Portugal não conseguiu alcançar este objetivo.

Por tanto, podemos verificar, que as reformas pombalinas nunca conseguiram ser implementada apesar das propostas formais, para o Brasil, as reformas pombalinas significaram um retrocesso na educação, o que provocou um longo

período (1760 a 1808) de quase desorganização e decadência da Educação na colônia, para Portugal, a laicização do ensino foi um avanço.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCANJO, Fernanda; Hanashio, Midori. **A história da educação no Brasil**. Copyright, 1º, 2010.

AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira**. Brasília: UNB, 1996.

NISKIER, Arnaldo. **Historia da Educação Brasileira**: de José de Anchieta aos dias de hoje, 1500-2010\Arnaldo Niskier-3º ed. São Paulo: Europa, 2011.

ROMANELLI, Otaíza, O. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2011.

TEIXEIRA SOARES, Á. **O Marquês de Pombal**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1961.

ZOTTI, Solange A. **Sociedade, Educação e Currículo no Brasil dos Jesuítas**. Campinas: Autores Associados, 2004.

**ÁREA MD:** Multidisciplinar (Interdisciplinar, Ensino de Ciências e Matemática, Materiais, Biotecnologia, Ciências Ambientais)

## RESUMO EXPANDIDOS:

### GROO CRITICA PRÁTICAS MÉDICAS E CIENTÍFICAS

Autor: Adriana Couto Pereira-Rocha (adriana.rocha@ifpr.edu.br)  
Instituto Federal do Paraná

Autor: Rodrigo Batista de Almeida (rodrigo.almeida@ifpr.edu.br)  
Instituto Federal do Paraná

**Resumo:** Este trabalho pretende identificar diferentes críticas presentes no episódio “Epidemia”, dos quadrinhos Groo, criado e desenhado por Sérgio Aragonés, voltadas às práticas médicas atuais, que transformam em simples mercadoria o componente “saúde”, bem como às falhas metodológicas que permeiam a ciência. No episódio, Groo se depara com um surto de uma infecção manifestada por espirros. Por um lado, têm-se médicos inescrupulosos e charlatões, que lucram com um tratamento crônico, porém ineficaz, sem nenhuma evidência científica que o sustente (SHAFRANSKI, 2011). A indicação de várias substâncias, uma tentando eliminar os efeitos colaterais das outras, mostra o desprezo pelos efeitos adversos, o que, na pesquisa clínica, só ganhou maior atenção a partir de 2001 (URBAN & TAMBARA FILHO, 2005). De outro lado, aparece a Igreja e o Estado omissos ao negar medidas profiláticas ou terapêuticas à população. Isso é bem representativo do movimento mundial em criar mecanismos de fortalecimento à proteção, e prorrogação, patentária, que diminui o acesso da população a novas tecnologias (CHAVES *et al.*, 2007). A história em quadrinhos, como arte sequencial, segue a linha da Literatura, já que desde os textos clássicos gregos e romanos eram mostradas as opiniões equivocadas dos médicos com a consequente exploração da ignorância dos doentes (SAGRERA, 2003). Além disso, é interessante observar o aspecto crítico do título, pois através de seu bárbaro desastrado, Aragonés aponta diversos tipos de problemas existentes na sociedade moderna, como vícios, desastres ambientais, corrupção, desmandos políticos, etc.

**Palavras-chave:** Groo; Medicina; Bioética.

**Abstract:** This study aims to identify various criticisms present in the episode "Epidemy" Groo comics, created and designed by Sergio Aragonés, geared to current medical practices, which turn into mere commodity component "health" as well as the methodological flaws that permeate science. In the episode, Groo is faced with an outbreak of an infection manifested by sneezing. On one hand, there have been unscrupulous doctors and charlatans, profiteers with a chronic treatment, however ineffective, with no scientific evidence to support it ( SHAFRANSKI , 2011). The indication of various substances, one trying to eliminate the side effects of other shows contempt for adverse effects, which, in clinical research, only gained increased attention since 2001 (URBAN TAMBARA & SON, 2005). On the other

hand, appears to Church and State omitted to deny prophylactic or therapeutic measures to the population. This is very representative of the worldwide movement to establish mechanisms for strengthening the protection and extension, patent, which decreases the population's access to new technologies ( KEYS et al., 2007). The comic, as sequential art, follows the line of literature, since from the classical Greek and Roman texts were shown misperceptions of physicians with the consequent exploitation of the ignorance of patients (SAGRERA, 2003). Moreover, it is interesting to note the critical aspect of the title, because through his clumsy barbarian, Aragonés points to several types of problems in modern society, such as addictions, environmental disasters, corruption, political mismanagement, etc.

### Referências

CHAVES, G.C. *et al.* A evolução do sistema internacional de propriedade intelectual: proteção patentária para o setor farmacêutico e acesso a medicamentos. **Cadernos de Saúde Pública**, 23(2): 257-267, 2007.

SAGRERA, J.E. La farmacia a través de La literatura. **Ambito Farmacéutico**, 22(7): 93-98, 2003.

SHAFRANSKI, M.D. **Medicina**: fragilidades de um modelo ainda imperfeito. São Paulo: Editora Shoba, 2011.

URBAN, C.A.; TAMBARA FILHO, R. Efeitos adversos e a pesquisa clínica. **RUBS**, 1(3): 8-10, 2005.



## ARTIGOS COMPLETOS:

### CARACTERIZAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE DOS CAMPOS DE PALMAS

Janaina Alves de Souza (Jana.boo23@gmail.com)  
IFPR - Palmas

Vanusa Ribeiro (vanusadarkangel@hotmail.com)  
IFPR – Palmas

Leôncio Pedrosa Lima (Leoncio.lima@icmbio.gov.br)  
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Palmas, PR

Adriana Couto Pereira Rocha (adriana.rocha@ifpr.edu.br)  
IFPR – Palmas

**Resumo:** O Refugio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas (REVIS-CP ) foi criado em 2006, com o objetivo de proteger o bioma Mata Atlântica, abrange uma área de aproximadamente de 17 hectares, localiza-se na divisa entre Paraná e Santa Catarina, pertencendo ao município de Palmas e General Carneiro no sudoeste do Paraná (ICMBio, 2012). O bioma Mata Atlântica no sul é caracterizado por Ombrófilas mistas com associações campestres, os campos gerais sofre imensa supressão antrópica na atualidade por plantio florestal de *Pinnus*, pastoreio e inserção de plantas invasoras (MORO e CARMO, 2007). O objetivo do estudo, é caracterizar o REVIS-CP, abrangendo a historia do município de Palmas, a implantação da unidade, os obstáculos para gestão e preservação do bioma em questão. Atualmente, o ICMBio é responsável pela gestão da unidade, enfrentando inúmeros desafios, como a distancia da unidade da sede, 140 km, a falta de funcionários e ainda a falta de apoio por parte da população e autoridades locais.

**Palavras-chave:** proteção integral, unidade de conservação, campos gerais.

**Abstract:** The Refugio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas (REVIS-CP ) was created in 2006 with the objective to protect the Atlantic Forest biome covers an area of approximately 17 acres, located on the border between Paraná and Santa Catarina. It belongs to the municipality of Palmas and General Carneiron in southwestern Paraná (ICMBio, 2012). The Atlantic Forest in the south is characterized by moist forests mixed with grassland associations, the general fields suffer immense suppression anthropogenic today by planting forest *Pinnus*, grazing and insertion of invasive plants (MORO and Carmo, 2007). The aim of this study is to characterize the REVIS-CP, covering the history of the city of Palmas, the deployment of the conservation unit, the obstacles to managing and preserving the biome in question. Currently, ICMBio is responsible for managing the unit, facing numerous challenges, such as the distance of the unit 's headquarters, 140 km, the lack of staff and support from the population and local authorities.

**Keywords:** full protection, conservation unit, general fields.

## 1 Introdução

Diante da ocupação desenfreada da terra e da predação dos recursos naturais, a criação de Unidades de Conservação (UC) é imprescindível para preservação da natureza. Entretanto, com a implantação dessas unidades muitos desafios surgem, muitos deles relacionados com a gestão da implantação, não levando em conta os impactos tanto culturais e sociais. Ainda dentre os problemas e desafios tem-se a falta de recurso financeiro e humano e também uma efetividade na fiscalização em unidades, nem sempre bem protegidas (BENSUSAN, 2006).

Desse o início da sua história de ocupação, a cidade de Palmas tem como sua principal fonte de renda a criação de gado e extração vegetal de mata nativa. Assim, quando surgiu o Refugio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas (REVIS-CP) em 2006, a população e autoridades locais foram contra a implantação da unidade, tendo-se impacto dessa posição até a atualidade (ICMBio, 2012).

O REVIS-CP é englobado pelos 7% restantes bioma de Mata Atlântica, caracterizado no sul por Florestas Ombrófila Mista com associações campestres, tendo como as principais ameaças aos campos gerais o plantio de *Pinus* e a inserção de espécies vegetais invasoras associadas ao pastoreio. Com base nisso, percebe-se a evidente necessidade de preservar esse meio (MORO e CARMO, 2007).

O objetivo do estudo é caracterizar o Refugio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas, abrangendo a história do município de Palmas, a implantação da unidade e os obstáculos para gestão e preservação do bioma em questão.

## 2 Refúgio De Vida Silvestre Dos Campos De Palmas (REVIS-CP)

### 2.1 Histórico

Para a ocupação dos Campos de Palmas, foi criada uma associação com nome de Sociedade dos Primeiros Povoadores Palmenses, com a liderança de José Ferreira dos Santos, este posteriormente ficou com a faixa de terra leste. Por outro lado, Pedro Siqueira Cortes resolve criar outra sociedade, ficando com a parte oeste, ambas com o objetivo de povoar os Campos de Palmas. Hoje, a área corresponde a parte urbana de Palmas e a cidade de Clevelândia. Com o tempo, os refúgios de caça e coleta dos índios arredios foram sendo ocupadas pelos novos moradores, impedindo a moradia dos silvícolas, diminuindo os territórios e o poder que tinham na região.

A criação de gado sempre foi a principal atividade econômica local, os fazendeiros de Palmas não demonstravam interesse na colonização de áreas distantes dos campos de criação. Na época o gado criado na região não era considerado de boa qualidade, já que não havia medidas para o melhoramento das raças. Entretanto para os moradores da região não havia opções de vida no campo, trabalhavam como agregados ou peões de estância. A atividade pecuária estagnou-se com a extração de erva-mate e madeira, fator que acabou por provocar a

exploração das áreas de mata, surgindo roças pra o cultivo dos produtos de primeira necessidade. As fazendas eram localizadas a uma distância de quilômetros umas das outras, eram isoladas, autossuficientes em vários aspectos, ocupavam extensas áreas de campos e matas, até hoje muitas propriedades possuem área superior a 1.000 hectares. O gado perdeu o valor consideravelmente no século XX, tanto que no início dos anos 90 com apenas uma cabeça de gado era possível comprar um Hectare de terra nos Campos de Palmas (ICMBio, 2012).

Segundo dados do IBGE (2010), o município de Palmas conta com 42. 888 habitantes, com uma área territorial (km<sup>2</sup>) de 1.557, 893. E hoje, além do gado, a economia está apoiada principalmente também nas madeiras, sendo essa indústria a maior geradora de emprego no municio. Palmas é referencia em exportação de compensado no Brasil, desse modo, qualquer dificuldade ou recessão no setor, a cidade inteira é afetada (REVISTA REFERENCIA, 2005).

## 2.2 Vegetação

Segundo o Instituto Brasileiro de Florestas, do território original de Mata Atlântica restaram apenas 7%. No sul do Brasil, a mata é caracterizada principalmente por Florestas Ombrófilas mistas com associações campestres (TABARELLI *et al.*, 2005). Os campos são formações naturais do sul do Brasil, hoje em intensa pressão antrópica, como o avanço da silvicultura (MIODUSKI & MORO, 2011).

As denominadas florestas com araucária ocupam as porções planálticas do Estado do Paraná, em média entre 700 e 1200m de altitude (MORO e CARMO, 2007).

A Floresta Ombrófila Mista é caracterizada pela presença de *Araucaria angustifolia*, muitas vezes tem-se a impressão de uma área uniestratificada. Entretanto, sob a cobertura das copas, encontram-se árvores, arbustos, ervas, epífitos e lianas, que apresentam grande variação em abundância e porte dependendo do local (SONEGO, 2007).

Os campos são adaptados a grande insolação e ventos frequentes. Desse modo, habituados a ambientes secos e com solos com baixa capacidade de reter água, são compostos por vegetação herbácea e subarbusciva, com a presença de hemicriptófitas, geófitas e nanofanerófitas (MORO e CARMO, 2007). No REVIS-CP tem-se a predominância de campos secos, caracterizado por gramíneas prostradas e cespitosas (MORO e CARMO, 2007).

Em 1990, os campos gerais eram umas das vegetações mais preservadas do Paraná, entretanto, atualmente sofre uma grande supressão antrópica com os avanços do agronegócio, substituição da pecuária extensiva tradicional por monocultura, plantios florestais principalmente *Pinus*, a inserção de plantas invasoras relacionadas ao pastoreio (MORO e CARMO, 2007).

## 3 Implantação da Unidade

Para preservar o bioma da Mata Atlântica, na região de Palmas e General Carneiro, foi criado em 2006 o REVIS-CP, que é uma UC de Proteção Integral criado no dia 03 de abril de 2006 por Decreto Presidencial. Abrange 16.594, 17 hectares de

Mata Atlântica, com zona de amortecimento de 500 metros, pertencendo ao município de Palmas e General Carneiro no Sudoeste do Paraná (ICMBio, 2012).

É objetivo da UC, proteger os ambientes naturais garantindo um meio propício para existência e reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória, dando prioridade aos os remanescentes de estepe gramíneo-lenhosa de floresta ombrófila mista, as áreas de campos úmidos e várzeas e também realizar pesquisas científicas (ICMBio, 2012).

Entretanto, a população da região não aprovou a implantação da UC nem a administração dos municípios. Os moradores apelaram aos prefeitos que passaram ao governador do Paraná, estes apoiaram a criação da unidade. A primeira consulta pública não foi realizada porque duas horas antes da reunião, um grupo contrário à criação bloqueou as estradas. Sendo adiada para o dia 23 de junho de 2005, nesta ocasião 250 pessoas compareceram para discutir sobre o destino do REVIS-CP. No dia, os prefeitos deixaram claro que eram contra a unidade, apresentando a proposta de criação de uma Área de Proteção Ambiental (APA) Municipal em substituição ao REVIS, essa medida foi implantada, entretanto, extinta em 2012 (ICMBio, 2012).

Hoje, o ICMBio é o órgão responsável pela gestão da unidade, contando com apenas um funcionário, também chefe da unidade. A sede administrativa do RVS-CP funciona no centro de Palmas/PR. O processo de fiscalização ocorre por denúncia e semanalmente é feita ao menos 1 ronda, nessa ocasião é dado suporte as atividades de pesquisas realizadas pelo Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas. Para uma simples ronda o deslocamento é cerca de 140 km, sendo a verba para combustível limitada, o que prejudica imensamente o manejo da unidade. Apesar do REVIS-CP ter sido criado em abril de 2006, somente em meados de 2007 um servidor foi lotado na UC

A UC atualmente conta com uma extensa área com plantios de *Pinus taeda*. Em 2005 o IBAMA realizou operação de fiscalização na região e grande parte desses plantios foram autuados por falta de licenciamento, dano aos campos de altitude e dano às Áreas de Preservação Permanente, deixando as áreas embargadas. Após a colheita, que deve ser realizada sem geração de novos impactos, a área deverá ter sua vegetação original recuperada, quando somente então as áreas serão consideradas desembargadas. Para atender o pressuposto no Decreto de criação da UC e Lei Complementar nº140/2011, todos os plantios deverão realizar licenciamento corretivo junto ao IBAMA, que decidirá juntamente com o ICMBio sobre a possibilidade de replantio após a colheita.

### 3.1 Categoria de proteção integral

É uma categoria relativamente nova e ainda bastante controversa, a primeira UC foi criada em 2002, chamada Veredas do Oeste Baiano (LEUZINGER, 2007). Essa categoria destina-se a educação ambiental e pesquisas científicas, geralmente são menores que parques nacionais e são fechadas ao público, exceto para fins educativos. Desse modo, implica no uso sustentável dos recursos naturais, através de planos de manejo e zoneamento das unidades (RYLANDS e BRANDON, 2005).

A categoria de Proteção Integral permite que as áreas particulares localizadas na UC continuem com as suas atividades agropecuárias legalmente autorizadas, tais como pastoreio extensivo em campos naturais, exploração da erva mate e cultivo de

grãos em plantio direto, desde que adotadas técnicas que minimizem o uso de agrotóxicos e afins, isto é, seguindo os objetivos da unidade e usando medida para que não haja contaminação da vegetação nativa por espécies exóticas, e nem a supressão da mesma (ICMBio, 2012).

#### 4 Desafios

Desde o principio do processo de criação de unidades de conservação, a interação da população local com a área de preservação gerou conflitos, assim, sempre se realocou a população moradora do local, apenas nos últimos anos que se passou a buscar uma alternativa, ou seja, adequar a população para causar impactos menos agressivos ao meio, isto é, as áreas de Conservação Integral (BENSUSAN, 2006). Um dos maiores desafios do ICMBio, enquanto gestor da unidade, é conciliar o bem-estar da população moradora da unidade e os objetivos de preservação.

Mesmo depois de implantada, as unidades carecem de apoio financeiro governamental, que indiretamente condiciona o manejo, gestão, fiscalização da unidade e ainda relações com as comunidades do entorno (BENSUSAN, 2006). No caso do REVIS-CP, a verba limitada, por exemplo para combustível implica na fiscalização apenas por denúncia, e com uma ronda apenas uma vez na semana, dada a distância.

#### 5 Considerações finais

O Refúgio de Vida Silvestre Campos Palmas foi criado contra a vontade da população local em 2006, com intuito de preservar os últimos fragmentos de campos de altitude do estado do Paraná, a Unidade de Conservação corresponde a floresta ombrófila mista em ecótono com formações campestres.

A categoria de conservação integral é bastante controversa e ainda pouco compreendida por assumir o nível de proteção integral e manter as propriedades particulares em seu interior, exigindo um bom nível de compatibilidade.

O esforço por parte dos funcionários do ICMBIO e apoio da prefeitura são essenciais, entretanto, a falta de apoio governamental financeiramente e também de suporte comprometem a gestão da UC, sobretudo nos quesitos regularização territorial e fiscalização e por consequência a preservação do bioma.

#### Referências

BENSUSAN, N. **Conservação da Biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Plano de Manejo do Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas. Prod. 5 – Relatório temático do meio socioeconômico**. 03RVS0111 – Rev00. 2012.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Plano de Manejo do Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas. Prod. 7- Capítulo I – Contextualização**. 03RVS011-Rev01. 2012.



MIODUSKI, J. & MORO, R. S. **Grupos funcionais da vegetação campestre de Alagados,**

MORO, R. S.; CARMO, M. R. B. do. **A vegetação campestre nos Campos Gerais.** In: MELO, M. S.; MORO, R. S.; GUIMARÃES, G. B. Patrimônio natural dos Campos Gerais do Paraná. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2007. Cap. 8, p.93-98.

RYLANDS, B. BRANDON, A. Unidades de Conservações Brasileiras. **Megadiversidade**, v. 1. n. 1, Jul. 2005. Disponível em: <[http://www.conservacao.org/publicacoes/files/06\\_rylands\\_brandon.pdf](http://www.conservacao.org/publicacoes/files/06_rylands_brandon.pdf)> Acesso em: 14 nov. 2013.

SONEGO, R. C. BACKES, A. SOUZA, A. Descrição da estrutura de uma Floresta Ombrófila Mista, RS, Brasil, utilizando estimadores não-paramétricos de riqueza e rarefação de amostras. **Acta bot. bras.** 21(4): 943-955. Mar. 2007. Disponível em: <[http://ri.uepg.br:8080/riuepg/bitstream/handle/123456789/452/CAP%C3%8DTULO8\\_VegetacaoCampestreCampos.pdf?sequence=1](http://ri.uepg.br:8080/riuepg/bitstream/handle/123456789/452/CAP%C3%8DTULO8_VegetacaoCampestreCampos.pdf?sequence=1)>

TABARELLI, M. PINTO, L.P. SILVA, J.M.C. HIROTA, M.M. BEDÊ, L.C. **Desafios e oportunidades para a conservação da biodiversidade na Mata Atlântica brasileira.** Megadiversidade, v. 1.n.1. 2005.



## ACORDOS MEC-USAID PARA A EDUCAÇÃO

MATIELLO, Cleidiane<sup>6</sup>  
WALDOW, Carmem<sup>i</sup>  
TURMENA, Leandro<sup>7</sup>

### RESUMO:

Este artigo tem por objetivo trazer alguns dos acordos realizados entre o Brasil e os Estados Unidos através dos acordos MEC-USAID a partir da década de 1960, estes acordos não foram apenas para a educação e sim para vários setores da economia brasileira, entre eles estavam às reformas dos 1º e 2º graus, a Reforma Universitária, as Escolas Polivalentes, a tentativa de alfabetização de jovens e adultos através do plano MOBREAL, as Leis e decretos, os atos institucionais através das reformas e principalmente entender o seu contexto histórico através dos acordos. Como estaria o Brasil sem estes acordos? Bem é um pouco difícil saber, pois, se o Brasil não assinasse este acordo com os Estados Unidos provavelmente assinaria com outro país, que provavelmente seria um país comunista devido ao Período de Guerra Fria, e as disputas entre os Estados Unidos (capitalista) e a União Soviética (comunista).

**Palavras-chave:** Acordos MEC-USAID. Educação. Reformas.

### ABSTRACT:

This article aims to bring some of the agreements between Brazil and the United States through the MEC-USAID agreements from the 1960s, these agreements were not only for education but for various sectors of the Brazilian economy, among them were reforms of the 1st and 2nd degrees, the University Reform, Schools Multipurpose, try literacy for youth and adults through the plan MOBREAL, Laws and decrees, the institutional acts through reforms and especially to understand its historical context through agreements. How would the Brazil without these agreements? Well it is a little hard to know, because if Brazil did not sign this agreement with the United States probably would sign with another country, it would probably be a communist country due to the period of the Cold War, and the disputes between the United States (capitalist) and Soviet Union (communist).

**Key-words:** Agreements MEC - USAID. Education. Reforms. Historicalcontext.

## 1. INTRODUÇÃO:

---

6

7

Os acordos entre o MEC e a USAID foram uma série de acordos assinado entre o Brasil e os Estados Unidos que tinha por objetivo uma nova estruturação da economia e da educação brasileira.

Este artigo esta estruturado da seguinte forma primeiramente um breve retomada histórica da criação destes dois órgãos, em seguida assinatura destes acordos e como estava a educação brasileira e como ela ficou logo após as reformas, e logo após as minhas considerações finais.

## 2. ACORDOS MEC-USAID PARA A EDUCAÇÃO

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) foi criado em 14 de novembro de 1930<sup>8</sup> como Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, pelo Decreto n.º 19.402, pelo então presidente Getúlio Vargas como finalidade de atender questões na área da educação, saúde pública e assistência hospitalar, mas sem aumento de despesas dos cofres públicos:

Art. 1.º - Fica Criada uma Secretária de Estado, com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, sem aumento de despesas.

O 1º Ministro do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública foi o político mineiro Francisco Campos que tomou posse em 18 de novembro de 1930, atualmente o Ministro do MEC é Aloizio Mercadante.

A Agência Americana de Desenvolvimento Internacional (United States Agency for International Development ou simplesmente USAID) foi criada em 1961<sup>9</sup> pelo

---

8

Em 16 de julho de 1934 a constituição de 34 onde o voto passa a ser secreto e a mulher passa a votar, as reformas trabalhistas – jornada de 8 horas diárias, férias – no artigo 156 da Constituição de 1934 determinava que a União e os municípios deveriam investir 10% de sua receita na manutenção e desenvolvimento dos sistemas educativos e os Estados e o Distrito Federal, nunca menos de 20%. Em 1988 a Constituição Brasileira no Governo de José Sarney, sendo está à constituição atual (Senado Federal, Constituições Brasileiras).

9

presidente John Kennedy<sup>10</sup> com o propósito de “estender a mão”. Uma gestão de ajuda civil externa, visando o desenvolvimento econômico e ajuda humanitária em todo o mundo em áreas autorizadas pelo congresso na Lei de Ajuda Externa de 1961.

Em 1964 tropas das Forças Armadas Brasileiras derrubaram o governo de João Goulart, dando assim início a Ditadura Militar (1964-1985), que tinha como lema “Brasil, ame-o ou deixe-o”.

Segundo Romanelli (1990, p. 196) constatou-se que:

[...] uma aceleração do ritmo de crescimento da demanda social de educação, o que provocou, conseqüentemente, um agravamento da crise do sistema educacional, crise que já vinha de longe.

Este problema acabou servindo de:

[...] justificativa para a assinatura de uma série de convênios entre o MEC e seus órgãos e a Agency for International Development (AID) – para assistência técnica e cooperação financeira dessa Agência à organização do sistema educacional brasileiro. Este é, então, o período dos chamados “Acordos MEC-USAID” (ROMANELLI, 1990, p. 196).

O primeiro acordo assinado entre o MEC e a USAID ocorreu em 31 de março de 1965 até 30 de julho de 1967, com este acordo o Governo dos Estados Unidos fornecia uma quantia de 375.000 dólares (hoje esta quantia equivaleria a 809.634 reais) para financiar os dois primeiros anos de contrato, cada vez que o contrato era prolongado o governo dos Estados Unidos investia mais dinheiro, e este acordo não foram apenas para a educação, mas também para a indústria e outros setores da econômica brasileira:

---

Período da Guerra Fria que foi iniciada logo após o término da 2ª Guerra Mundial, a disputa dos Estados Unidos capitalista com a União Soviética comunista, um conflito de ordem política, militar, tecnológica, econômica, social e ideológica. Período que vai de 1940 até 1989 onde os Estados Unidos e a União Soviética tentaram implantar através da Guerra Fria em outros países os sistemas políticos e econômicos (Sua Pesquisa).

10

Kennedy foi eleito em 1960, assumiu a presidência em 1961, sendo um dos presidentes mais jovens a assumir o posto de presidente dos Estados Unidos da América, e em 1963 foi assassinado.

### III Contextos e Conceitos

## Mostra de Produção Científica e Extensão

## Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas

[...] na verdade era somente o início de um grande processo de envolvimento e endividamento até hoje [...] a partir do acordo de “Serviços Consultivos para Planejamento do Ensino Secundário e Industrial” [...] evoluiu para a dimensão de Serviços Consultivos para Planejamento e Administração Escolar, abrangendo toda a realidade do ensino primário e médio brasileiros, sem que isto contasse da proposta original (ARAPIRACA, 1982, p.133).

Logo depois foi promulgado até 1968, foi ampliada sua vigência até 31 de dezembro de 1971, este acordo foi se estendendo até meados da década de 1980. Antes deste acordo os Estados Unidos já intervinha no Brasil com recursos para a educação primária e a alfabetização de adultos tendo até mesmo financiado algumas pesquisas de Paulo Freire no Rio Grande do Norte, mas como não estava “satisfeito” com o então presidente João Goulart, pois os Estados Unidos achava que ele estava tentando implantar o comunismo aqui no Brasil rompeu as relações e acabou por financiar o Golpe Militar de 1964 para que o Brasil assumisse efetivamente o projeto capitalista de sociedade e para que pudesse ser feito um novo acordo agora com então presidente Costa e Silva, mas só depois deste acordo que teve significativas mudanças e avanços na educação principalmente no ensino de 1º e 2º grau<sup>11</sup> (Germano 2011).

No primeiro acordo que foi de 1965 a 1967 a USAID contrata os serviços do sistema universitário do Estado da Califórnia por meio da *San Diego State College Foundation* para proporcionar os serviços iniciais de 4 (quatro) consultores, e também foi treinada uma equipe de técnicos brasileiros para treinamento para orientar os estados no planejamento do ensino secundário. AUTOR

No dia 26 de dezembro de 1968 foi criado o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio – o PREMEN. O PREMEN que foi um órgão responsável por toda a modernização da escola pública brasileira que:

[...] com base no planejamento da EPEM (Equipe de Planejamento do Ensino Médio), construir e instalar e equipar Escolas Polivalentes que associam a educação geral à sondagem vocacional. Começou a funcionar em 1º de fevereiro de 1970, em quatro estados: Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul e Espírito Santo (ARAPIRACA, 1982, p.135).

---

11

Com a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, o 1º e 2º graus passaram a se chamar Ensino Fundamental e Médio.

As escolas polivalentes são o que hoje nos chamamos de ensino técnico integrado com o ensino médio que foram “inspiradas” na Comprehensive High School, uma escola norte-americana, que aqui no Brasil foram chamadas de Ginásio Orientado para o trabalho (que faliu antes da LDB 5.692 de 11 de agosto de 1971) pelo DES (Diretoria do Ensino Secundário), que se deu início ao tecnicismo<sup>12</sup>(o aprender a fazer), pois, com este acordo como já foi mencionada a cima, não foi só para a educação, mas também para outros setores da economia brasileira, vieram várias indústrias americanas para o Brasil e aqui não tinha mão de obra qualificada, foram criados os cursos técnicos para as demandas do mercado e o ensino universitário também sofreu grandes expansões.

A filosofia da Escola Polivalente se expressa pela pedagogia do aprender a fazer. Os termos do “ensino primário e secundário designam não duas fases sucessivas de um processo contínuo, entre os quais toda distinção religiosa seria obrigatória e romperia a verdadeira continuidade do crescimento e da educação” (PARKIN, 1966, p.131). As Escolas Polivalentes teve como um dos objetivos promover a humildade e a solidariedade social, e alguns de seus teóricos liberais esperavam que ela se constituísse em um núcleo e vitalização da sociedade democrática.

Segundo Arapiraca (1982, p.159) a Escola Polivalente basicamente se classifica em dois momentos:

- Escolas Polivalentes do tipo Integradas: caracteriza-se pela possibilidade que tem de comportar alunos da 1.<sup>a</sup> à 8.<sup>a</sup> série. Desse modo, física, pedagógica e administrativamente ela também é integrada;
- Escola Polivalente da 5.<sup>a</sup> à 8.<sup>a</sup> série. Caracteriza pela propriedade que tem que absorver o contingente escolar de outras escolas, as antigas primárias.

A Escola Polivalente de 5.<sup>a</sup> à 8.<sup>a</sup> também acabava por assumir duas funções:

- 1.<sup>a</sup>: é chamada de escola aberta quando recebe alunos concluintes de 4.<sup>a</sup> série do 1º grau de qualquer escola de rede;

---

12

Surgiu a partir da década de 1960, no Brasil foi implantado com as Escolas Polivalentes, teve a influência da filosofia positivista e da psicologia americana behaviorista, com o objetivo de adequar a educação às exigências da sociedade industrial e tecnológica, com o método do taylorista nas divisões das tarefas (ARANHA, 1996).

### III Contextos e Conceitos

## Mostra de Produção Científica e Extensão

## Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas

- 2ª: é chamada de escola de escola de área ou ainda complexo escolar quando restringe sua clientela a concluintes da 4ª série do 1º grau de determinadas escolas, denominadas tributárias).(Arapiraca, 1982, p.159)

Rudolph Atcon (um os especialistas americanos mandados para o Brasil que estava no acordo MEC-USAID) elaborou um relatório sobre como é que estava o sistema universitário e, neste relatório também constavam as melhorias que deveriam ser feitas nas universidades brasileiras, o Relatório Atcon de 1966que recaía sobre:

[...] a necessidade de disciplinar a vida acadêmica, coibindo o protesto, reforçando a hierarquia e a autoridade [...] o relatório enfatizava a importância de racionalizar a universidade, organizando-a em moldes empresariais, privilegiando assim, a questão da privatização do ensino (GERMANO, 2011, p.117).

De acordo com Romanelli(1990, p. 212), em linhas gerais o programa de reforma da organização brasileira, propostas no livro de Rudolph Atcton:

- 1 – Inovação, quanto à ‘flexibilidade estrutural e diversificação docente, dentro de um círculo de máxima integração e economia’.
- 2 – Novas atividades acadêmicas e científicas.
- 3 – Satisfação, com os produtos da Universidade, das reais necessidades da sociedade.
- 4 – Melhora da qualidade e ampliação da qualidade.
- 5 – Criação de cursos básicos de estudos fundamentais gerais.
- 6 – Criação dos Departamentos e eliminação da cátedra.
- 7 – Implantação de tempo integral dos professores.
- 8 – Ampliação e diversificação dos cursos profissionais.
- 9 – Criação de unidades de estudos básicos, chamados Centros Universitários de Estudos Gerais [...].
- 10- Criação de um conselho de Reitores das Universidades Brasileiras [...] conselhoesse que seria ‘o lugar mais lógico para empreender, no nível mais alto, e a longo prazo, pesquisas metapedagógicaseo planejamento integral do ensino superior, em todo o que referente à sua administração, estrutura e seu conteúdo acadêmico-científico”.

No ano de 1967 com a preocupação do Governo com a subversão estudantil, ele cria por meio do Decreto nº 62.024, a comissão especial, presidida pelo então General Meira Mattos com as finalidades de:

- a) emitir pareceres conclusivos sobre reivindicações, teses e sugestões referentes às atividades estudantis; b) planejar e propor medidas que possibilitassem melhor aplicação das diretrizes governamentais no setor estudantil; c) supervisionar e coordenar a execução dessas diretrizes, mediante delegação do Ministro de Estado (BRASIL, 1967).



A Reforma Universitária se deu com a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 que fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior. No seu Artigo 1º afirma-se que

O ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário. (Art. 01).

E ainda que:

Art. 3º As universidades gozarão de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira, que será exercida na forma da lei e dos seus estatutos. (Revogado pela Lei nº 9.394, de 1996)

No dia 11 de fevereiro de 1969 com o Ato Institucional nº5<sup>13</sup> é decretado o Decreto-lei nº 477 que reprimia qualquer possibilidade de crítica política no âmbito do sistema educacional, e também com o AI5 foi criada a Lei nº 464 que estabelece normas complementares à Lei nº 5.540/68, no 2º artigo era negado o funcionamento de universidades que não atendessem às exigências do mercado de trabalho:

Art. 2º Será negada autorização para funcionamento de universidade instituída diretamente ou estabelecimento isolado de ensino superior quando, satisfeitos embora os mínimos requisitos prefixados a sua criação não corresponda às exigências do mercado de trabalho, em confronto com as necessidades do desenvolvimento nacional ou regional.

Na década de 1969 com o Ato Institucional nº12 de 1º de setembro de 1969:

Art 1º - Enquanto durar o impedimento temporário do Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, por motivo de saúde, as suas funções serão exercidas pelos Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar nos termos dos Atos Institucionais e Complementares, bem como da Constituição de 24 de janeiro de 1967.

Art 2º - Os Ministros militares baixarão os atos necessários à continuidade administrativa, à preservação dos direitos individuais e ao cumprimento dos compromissos de ordem internacional.

---

13

Este Ato Institucional deu poderes quase que absoluto aos governantes do Regime Militar, e entrou em vigor em 13 de dezembro de 1968, pelo governo de Costa e Silva e concedia poder ao Presidente da República para suspender os direitos políticos, pelo período de 10 anos, de qualquer cidadã brasileira, proibia manifestações populares de caráter políticas, suspendia o direito de habeas corpus, impunha a censura prévia para jornais, revistas, livros, peças de teatro e músicas (PORTAL DA LEGISLAÇÃO, Atos Institucionais).

Em 1969 é introduzida duas novas disciplina que era obrigatória em todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino em todo o país era a disciplina de Moral e Cívica que foi introduzida pelo Decreto Lei nº869 de 12 de setembro de 1969, com esta nova disciplina os militares tinham por objetivos torna os brasileiros mais patriotas:

Art. 1º É instituída, em caráter obrigatório, como disciplina e, também, como prática educativa, a Educação Moral e Cívica, nas estolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País.

Art. 2º A Educação Moral e Cívica, apoiando-se nas tradições nacionais, tem como finalidade:

- a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;
- b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
- d) o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;
- e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
- f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do País;
- g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;
- h) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade.

Parágrafo único. As bases filosóficas de que trata este artigo, deverão motivar:

- a) a ação nas respectivas disciplinas, de todos os titulares do magistério nacional, público ou privado, tendo em vista a formação da consciência cívica do aluno;
- b) a prática educativa da moral é do civismo nos estabelecimentos de ensino, através de todas as atividades escolares, inclusive quanto ao desenvolvimento de hábitos democráticos, movimentos de juventude, estudos de problemas brasileiros, atos cívicos, promoções extra-classe e orientação dos pais.

Com está mesmo Decreto-Lei

O plano MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) surgiu com das campanhas de alfabetização de adultos iniciadas com Lourenço Filho (um dos pioneiros do Movimento da Escola Nova de 1932 aqui no Brasil), foi criado pela Lei nº 5.379 de 15 de dezembro de 1967, propondo a alfabetização de jovens e adultos:

Art. 1º Constituem atividades prioritárias permanentes, no Ministério da Educação e Cultura, a alfabetização funcional e, principalmente, a educação continuada de adolescentes e adultos.

Art. 6º O MOBRAL gozará de autonomia administrativa e financeira e adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, do seu ato constitutivo, com o qual serão apresentados seu estatuto e o decreto do Poder Executivo que o aprovar.

Art. 10. O MOBRAL poderá celebrar convênios com quaisquer entidades, públicas ou privadas, nacionais, internacionais e multinacionais, para execução do Plano aprovado e seus reajustamentos.

O plano MOBRAL recebeu vários prêmios da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciências e a Cultura, criada em 16 de novembro e 1945).

O Parecer 853/71 que fixa o núcleo comum para os currículos de 1º e 2º grau acontecem em 11 de agosto de 1971 com a Lei nº 5692. A junção do primário (5 anos) com o ginásio (4 anos) será denominado 1º grau com 8 anos de duração. Com esta Lei o a escolaridade de 1º grau passa a ser obrigatório dos 7 aos 14 anos de idade:

Art. 20. O ensino de 1º grau será obrigatório dos 7 aos 14 anos, cabendo aos Municípios promover, anualmente, o levantamento da população que alcance a idade escolar e proceder à sua chamada para matrícula.

Através do acordo MEC-USAID foi introduzido o ensino do Inglês e matérias como História, Geografia tiveram sua carga horária reduzida para que as matérias específicas do ensino técnico fossem implantadas, e foram retiradas do currículo escolar matérias como filosofia, educação política e se tornaram matérias obrigatórias:

Art. 7º Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programa de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, observado quanto à primeira o disposto no Decreto-lei no 869, de 12 de setembro de 1969.

Parágrafo único. O ensino religioso, de matrícula facultativas constituirá disciplina dos horários normais dos estabelecimentos oficiais de 1º e 2º graus.

O curso científico fundido com o clássico passou a ser denominado 2º grau, com 3 anos de duração, e o ensino profissionalizante do ensino médio.

O ensino de 1º grau deveria ser gratuito e era dever do estado fornecer-lá:

Art. 41 A educação constitui dever da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios, dos Municípios, das empresas, da família e da comunidade em geral, que entrosarão recursos e esforços para promovê-la e incentivá-la.

Art. 44 Nos estabelecimentos oficiais, o ensino de 1º grau é gratuito dos 7 aos 14 anos, e o de níveis superiores sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos e não tenham repetido mais de um ano letivo ou estudos correspondentes no regime de matrícula por disciplinas.

E ainda o estado ajudava no amparo técnico e no financiamento das escolas de iniciativa privada:

Art. 45 As instituições de ensino mantidas pela iniciativa particular merecerão amparo técnico e financeiro do Poder Público, quando suas condições de funcionamento forem julgadas satisfatórias pelos órgãos de fiscalização, e a suplementação de seus recursos se revelar mais econômica para o atendimento do objetivo.

Parágrafo único. O valor dos auxílios concedidos nos termos deste artigo será calculado com base no número de matrículas gratuitas e na modalidade dos respectivos cursos, obedecidos padrões mínimos de eficiência escolar previamente estabelecidos e tendo em vista o seu aprimoramento.

Com a Lei nº 5.692/71, ao ser decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República, “assume uma configuração ainda mais radical com relação à ‘preparação para o trabalho’, em ‘consonância com as necessidades do mercado de trabalho” (GERMANO, 2011, pg. 180):

Art. 5º As disciplinas, áreas de estudo e atividades que resultem das matérias fixadas na forma do artigo anterior, com as disposições necessárias ao seu relacionamento, ordenação e sequência, constituirão para cada grupo currículo pleno do estabelecimento.

§ 1º Observadas as normas de cada sistema de ensino, o currículo pleno terá uma parte de educação geral e outra de formação especial, sendo organizado de modo que:

a) no ensino de primeiro grau, a parte de educação geral seja exclusiva nas séries iniciais e predominantes nas finais;

b) no ensino de segundo grau, predomine a parte de formação especial.

§ 2º A parte de formação especial de currículo:

a) terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciarão para o trabalho, no ensino de 1º grau e de habilitação profissional, no ensino de 2º grau;

b) será fixada, quando se destine a iniciação e habilitação profissional, em consonância com as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, à vista de levantamentos periodicamente renovados.

§ 3º Excepcionalmente, a parte especial do currículo poderá assumir, no ensino de 2º grau, o caráter de aprofundamento em determinada ordem de estudos gerais, para atender a aptidão específica do estudante, por indicação de professores e orientadores.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Este é um trabalho que eu pretendo me aprofundar ainda mais neste assunto, que é de extrema importância, pois, sem estes acordos acho bem provável que não teríamos a educação que nós temos hoje.

Como estaria o Brasil sem estes acordos? Bem é um pouco difícil saber, pois, se o Brasil não estivesse assinado este acordo com os Estados Unidos provavelmente assinaria com outro país, que provavelmente seria um país comunista devido ao Período de Guerra Fria, e as disputas entre os Estados Unidos (capitalista) e a União Soviética (comunista).

E se o Golpe Militar de 1964 não tivesse acontecido? E se o então Presidente Goulart continuasse na presidência e assumisse o sistema socialista? Bem com certeza isso são perguntas para se responder em um trabalho futuro.

### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da educação**. 2. Ed. Verv. eampli. São Paulo: Moderna, 1996.

ARAPIRACA, José Oliveira. **A Usaid e a educação brasileira**. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1982.

BRASIL, Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930, **Cria uma Secretária de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19402-14-novembro-1930-515729-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 10 de Nov. 2013.

BRASIL, Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, **Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências.** Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=195811>>. Acesso em: 10 de Nov. 2013.

BRASIL, Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: <<http://www.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>>. Acesso em: 10 de Nov. 2013.

BRASIL, Lei nº 5.692, de 11 de agosto 1971, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: <[http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/l5692\\_71.htm](http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/l5692_71.htm)>. Acesso em: 10 de Nov. 2013.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1995, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 10 de Nov. 2013.

BRASIL, Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, **Reforma do Ensino Superior.** Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/129118/lei-5540-68>>. Acesso em: 10 de Nov. 2013.

BRASIL, Lei nº 5379 de 15 de dezembro de 1967, **Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos.** Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5379-15-dezembro-1967-359071-normaatualizada-pl.html>>. Acesso em 10 de Nov. 2013.

BRASIL, Parecer nº853, de 12 de novembro de 1971, do CFE. Núcleo-comum para os currículos do ensino de 1º e 2º graus. A doutrina do currículo na Lei 5.692. *In: Documento nº132*, Rio de Janeiro, nov. 1971.

BRASIL. Constituição, 1967. **Constituição da República Federativa do Brasil: atualizada até a ementa Constitucional nº27, de 28-11-1985, e acompanhada de completo alfabético-remissivo.** 31. Ed. São Paulo: Saraiva, 1986.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e educação no Brasil (1964-1985).** 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NISKIER, Arnaldo. **Educação brasileira: 500 anos de história, 1500-2000.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: Consultor, 1995.



PARKIN, George W. **O ensino de segundo grau**. Ministério da Educação e Cultura, Diretoria de Ensino Secundário, 1966.

PORTAL DA LEGISLAÇÃO, **Atos Institucionais**. Disponível em:  
<<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais>>.  
Acesso em: 10 de Nov. 2013.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil (1930-1973) 12. Ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

SENADO FEDERAL, **Constituições Brasileiras**. Disponível em:  
<<http://www12.senado.gov.br/noticias/entenda-o-assunto/constituicoes-brasileiras>>.  
Acesso em: 10 de Nov. 2013.

SUA PESQUISA, **Guerra Fria**. Disponível em:  
<<http://www.suapesquisa.com/guerrafria/>>. Acesso em: Acesso em: 10 de Nov. 2013.